



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 58ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Retomada do Desenvolvimento Econômico
- 1.2 – 59ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Retomada do Desenvolvimento Econômico
- 1.3 – 60ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Retomada do Desenvolvimento Econômico
- 1.4 – 58ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.5 – Reunião de Comissão

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Comissões

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 58ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Presidência do Deputado Antônio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Presidente – Palavras do Sr. Rômulo Rodrigues Rocha – Palavras do Deputado Felipe Attiê – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Nilson Araújo de Souza – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antônio Carlos Arantes – Felipe Attiê – Geraldo Pimenta – Roberto Andrade.

Abertura

O presidente (deputado Antônio Carlos Arantes) – Às 19 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Roberto Andrade, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Retomada do Desenvolvimento Econômico, que tem como objetivo discutir possíveis medidas para retomar o desenvolvimento econômico do Estado e alternativas para superar a crise.



Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Diana de Lima Prata, defensora pública e assessora institucional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, representando a defensora pública-geral Christiane Neves Procópio Malard; e os Exmos. Srs. Wieland Silberschneider, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag; Rômulo Rodrigues Rocha, diretor financeiro da Fiemg, representando o presidente do Sistema Fiemg; Olavo Machado Junior; Bruno Falci, presidente da CDL-BH; Nilson Araújo de Souza, mestre em economia rural, doutor e pós-doutor em economia e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana; e deputados Roberto Andrade e Felipe Attiê.

Registro de Presença

O locutor – Registramos a presença neste ato dos Srs. Marcos Araújo de Oliveira, diretor de Integração e Interiorização da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais; José Luiz de Magalhães Neto, diretor da ACMinas; e Euclides Teixeira Neto e Mayron César Tavares, vereadores da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo. Conosco também estão os Exmos. Srs. vereadores da Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas: a presidente Gilcélia Lourenço Ferreira; o vice-presidente Mauri Leandro; e José Luiz Batista e Fábio Damião Abrantes.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir a execução do Hino Nacional brasileiro.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Presidente

Cumprimento a Exma. Sra. Diana de Lima Prata, defensora pública e assessora institucional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, representando a defensora pública-geral Christiane Neves Procópio Malard – muito obrigado pela presença; e os Exmos. Srs. Wieland Silberschneider, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag; meu companheiro, amigo e grande parceiro deputado Roberto Andrade, de Viçosa, representando a região neste Parlamento; Dr. Rômulo Rodrigues Rocha, diretor financeiro da Fiemg, representando o presidente Olavo Machado Junior, do Sistema Fiemg; e Nilson Araújo de Souza, mestre em economia rural, doutor e pós-doutor em economia e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que será nosso palestrante – muito obrigado. Gostaria também de cumprimentar todas as autoridades, lideranças, representantes das organizações mineiras da produção, da indústria e dos trabalhadores e os vereadores – estou vendo daqui dois vereadores amigos: Eduardo, de Santiago, e o Wilber, de Carmo do Rio Claro.

Vou ler a mensagem do nosso presidente Adalclever Lopes: (– Lê:)

“O ciclo de debates que esta Assembleia tem a honra de promover, mais do que oportuno, mostra-se urgente diante da necessidade de enfrentarmos essa gravíssima crise econômica, adotando medidas realmente eficazes para a retomada do crescimento.

Todos os setores atuantes no Estado foram convocados para esta ação coletiva em prol de Minas Gerais e do País. Pensando em sintonia e trocando experiências, a sociedade civil, entidades representativas dos trabalhadores e dos setores empresariais, ao lado do poder público, podem apontar soluções criativas e de qualidade para que superemos os obstáculos que vêm afetando a vida de cada cidadão.

Agradeço a todos os parceiros que souberam abraçar a causa inadiável, dispostos à superação dos desafios que nos aguardam. O objetivo final deste trabalho deverá também conduzir a novas políticas públicas advindas do que será aqui debatido.

Desejo aos participantes, sobretudo aos expositores, todo o sucesso no andamento deste evento. Muito obrigado. Presidente Adalclever Lopes.”

Vou ser rápido na minha abertura. Sou presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, que, a partir de 1º de fevereiro, passará a ser de Desenvolvimento. Ela abrangerá não só os quatro segmentos, mas tudo o que envolve desenvolvimento econômico, então se tornará mais objetiva. O deputado Felipe Attiê, de Uberlândia, é seu vice-presidente e bastante atuante; e os deputados Roberto Andrade, de Viçosa, cuja experiência é grande, é muito trabalhador, e Fábio Avelar, de Nova Serrana, o polo calçadista mineiro e brasileiro, são os outros membros efetivos. Temos recebido todo o apoio dos 77 deputados desta Casa, incluindo o presidente, e a comissão tem tido facilidade para discutir, agir e movimentar projetos, e por aí adiante.

Nós que somos do meio público não temos como não ler os jornais todos os dias para nos atualizarmos. Antes de ler os jornais, começo a me atualizar com os meus amigos. Fazemos uma caminhada de madrugada, todos os dias. Aliás, o meu amigo José Bahia, grande parceiro, está ali. É uma pessoa que conhece muito de mercado econômico e vai nos dando aula. Mas não temos visto muitas notícias boas. A verdade é que, se pegarmos o jornal, leremos: receita de exportação menor; desemprego em disparada; rápida deterioração da economia mineira; aumento da falência de empresas em Minas; e mais um punhado. Se formos ler tudo o que há, fica difícil. O jornal que gosto de ler e que ainda tem notícias boas é o *Diário do Comércio*: “Recessão se aprofunda no país”; “Betim contabiliza retração de R\$90.000.000,00 na arrecadação de ICMS” – uma cidade só, gente, imaginem a loucura; “Vendas da Fiat caíram 36% só em 2015”; “Receitas dos frigoríficos instalados em Minas é 30% menor”; “Informalidade deve aumentar com economia em recessão”. E vêm outras: “Cunha aceita *impeachment* de Dilma” – não sei se é notícia boa ou ruim, mas é uma notícia que muitos esperavam. Há uma notícia boa, e aí eu queria cumprimentar a Fiemg: “Fiemg lança programa para o desenvolvimento regional”. Esse é o papel do empresário e de quem acredita no País.

Nas nossas lutas – iniciei na política com 28 anos, prefeito da minha cidade –, aprendemos muito. Sempre converso com muita gente que me ensina muito e tenho dois exemplos. O Roberto Rodrigues foi ministro e fala que o Brasil é igual colchão d’água: a gente acha que a coisa está abaixando, abaixando, mas, se está abaixando aqui, podem saber que está subindo em algum lugar. Então vamos pensar dessa forma, que está abaixando aqui, mas que há coisas boas acontecendo; vamos buscar as coisas boas; vamos discutir a situação e trazer otimismo para todos, caso contrário entraremos em depressão.

Outro dia, peguei um táxi em Divinópolis. Gosto muito de conversar com taxista. A gente que é político chega à cidade e já pergunta para saber como está a política. A maioria já fala mal. Normalmente os taxistas gostam de falar mal dos políticos. Mas você vai conversando, e ele vai lhe ensinando alguma coisa, principalmente em época de eleição. Você anda com 10 taxistas e, se 8 falaram de um lado e o resto do outro, podem saber que o maior é o lado mais forte; ali estão os mais bem informados. Mas, uma vez, um taxista em Divinópolis, justamente naquela crise de 2008, na recessão nos Estados Unidos, o Brasil pagando a conta, o Lula falando que era uma marolinha, mas, na verdade, a coisa era mais séria, perguntei a ele como estavam as coisas. Normalmente o cara fala que está ruim demais, não tem corrida. Ele falou que estava ótimo, bom demais da conta. Ele disse: “Estou vivo, trabalhando, acreditando. Com esse táxi, formei um filho em medicina, outra em direito e logo, logo formo mais uma em odontologia. Está bom demais. Estou trabalhando, tenho problemas, altos e baixos, mas vamos acreditar que vai dar certo”. Aquilo mexeu comigo. Então, principalmente nós que somos deputados, políticos, e vocês que são empresários, lideranças, que têm muitas pessoas seguindo seus conselhos, ações e passos, não temos o direito de não acreditar. Temos de ser otimistas. Eu poderia fazer um debate aqui para discutir a crise, falar mal do governo à vontade – posso até dar abertura para quem quiser falar mal sim –, mas quero tentar fazer com que este debate seja para pensarmos positivamente. Porém, Mário, que é da Siamig, onde faz um excelente trabalho, não posso deixar de falar. Estava vendo a Dilma na França esta semana, na discussão sobre o clima no mundo, o aquecimento global e as metas para diminuir dois graus na temperatura. Ela deve estar muito chateada pelo tanto que ela e o Lula erraram.

Eles poderiam estar na França esta semana dizendo que criaram, no Brasil, um projeto que incentiva o combustível limpo, o etanol, um combustível verde, que não vem de um combustível fóssil, como o petróleo ou o carvão, que estão

trazendo esse grande aquecimento para o mundo. É um baita potencial. E, se tem algo que Lula sabe fazer é criar aquele clima positivo em determinada situação. Quando ele fez o lançamento, fiquei muito animado e pensei: “Agora o Brasil realmente vai poder gerar muito emprego, muito desenvolvimento; vai fazer ações positivas para o nosso clima, porque o etanol será a bola da vez”. E não aconteceu. Por quê? Porque o etanol é democrático, ele se coloca num monte de propriedades, num monte de usinas, e aí talvez ficasse mais difícil. Com o petróleo, se for a 1km do pré-sal, por exemplo, você pode falar que é 10, e vocês sabem o que aconteceu.

Estamos pagando a conta. Se tivessem feito dessa forma, o Brasil estaria dando um grande exemplo na conferência do clima, estaria gerando muitos empregos e desenvolvimento. E Minas Gerais hoje é o terceiro PIB do Brasil, atrás do Rio de Janeiro, já que nem há como falar de São Paulo, porque só a cidade de São Paulo praticamente representa mais da metade do PIB mineiro. Por que não somos o segundo, mas o terceiro? Porque o Rio tem petróleo, tem muito combustível, mas temos o etanol, e poderíamos tê-lo fortalecido tanto, mas tanto que poderia haver muitos empregos, não precisaríamos importar e estaríamos dando exemplo para o mundo nas questões ambientais.

O café do Brasil hoje vai para o mundo. Produzimos quase 1/3 do café mundial. Se Minas Gerais fosse um país, seria o segundo do mundo. O Brasil produz 50 milhões de sacas de café enquanto o mundo produz 150. Como Minas produz mais de 20 milhões, se fosse um país, poderia ser o segundo do mundo, com um café de qualidade. Criamos até um fundo para fortalecê-lo, mas até hoje ele não foi organizado. Estou falando mal até do governo passado, pois o criamos e não conseguimos arregimentar recursos para ele – e no atual está da mesma forma. Vendemos o nosso café para o mundo inteiro sem agregar valor, como é com o nosso minério. A dependência do Brasil do minério e, principalmente, a dependência de Minas da exportação do minério é muito grande. Hoje existe essa grande divergência, porque há incentivo à produção, bilhões em investimentos, mas os pilares da sustentabilidade econômica, social e ambiental, tão discutidos, ruíram há poucos dias, vocês viram.

Estamos trabalhando muito a sustentabilidade econômica, que não é democrática, porque fica na mão de poucos. Onde há mineração nem sempre todos ganham, não é bem assim. Como ficam as questões ambientais? Tudo isso ficou manchado. Aí a D. Dilma não tinha nada para mostrar de positivo lá e ainda havia dado aquele azar. E nem foi azar, porque era uma tragédia anunciada. Onde cabe um percentual de lama, colocam-se 20 vezes mais e, pela lei da natureza, estoura mesmo, dá no que deu. A verdade é que temos a obrigação de olhar para a frente e acreditar, porque somos as pessoas escolhidas para estar na Assembleia, na CDL, onde o Bruno faz esse trabalho sério; na Faemg, na Fiemg, nas entidades sociais, na Defensoria, para tratar dos mais humildes, que não têm recursos. Temos a obrigação de pensar positivo e agir, porque tem muita coisa boa acontecendo.

Minas tem tecnologia e avançou muito – no campo nem se fala e também nas indústrias. Hoje temos um parque industrial avançado, com muito equipamento de excelente qualidade e com tecnologia, mas está subutilizado. Existem recursos, porque o banco tem dinheiro e pode financiar, essa é a verdade. Não é agora no mandato do Pimentel, sempre foi assim nos governos. Banco gosta muito de financiar quem não está precisando ou quem está precisando, mas está bem de situação. Às vezes, a empresa está precisando segurar as pontas na hora de crescer e se desenvolver, mas, se é preciso correr um pequeno risco, o banco já não quer, e isso não é bom. O banco de fomento tem de acreditar, tem de investir mais, para isso retornar em renda e em desenvolvimento para os nossos cidadãos. E é desta forma que vamos trabalhar: pensando positivamente, porque Minas realmente pode melhorar, pode avançar, pode crescer, pode se desenvolver e pode dar exemplo para o Brasil.

Palavras do Sr. Rômulo Rodrigues Rocha

Senhoras e senhores, boa noite. É com muita satisfação que cumpro aqui a missão de representar o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, nosso amigo e companheiro Olavo Machado. Impedido de vir pessoalmente, como era de sua vontade, em razão de compromissos, o presidente Olavo me recomendou que trouxesse a todos os seus cumprimentos e o seu abraço mais afetuoso. Minhas saudações a todos os parlamentares presentes na pessoa do deputado www.almg.gov.br Página 4 de 127



Antônio Carlos Arantes, pela iniciativa de promover a realização deste ciclo de debates. Como bem destacou o deputado Antônio Carlos, trata-se de uma ação suprapartidária, que busca identificar soluções para os sérios problemas enfrentados pelo País e, especialmente, pelo estado de Minas Gerais.

Vou ser extremamente conciso na minha fala, mas gostaria de trazer aos senhores cinco pontos que a Federação entende como estratégicos e mudarão a realidade de Minas Gerais em longo e médio prazos. O primeiro é agir pelo fortalecimento do importante parque industrial que já temos instalado no Estado, pois é a partir dele que vamos, aos poucos, diversificar nossa estrutura produtiva e agregar mais valor no Estado. Temos um parque industrial concentrado em quatro grandes setores: mineração, metalurgia, material e transportes de alimentos. A partir desses quatro setores, podemos fomentar a diversificação do nosso parque produtivo em áreas de alta intensidade tecnológica e conhecimento, como o serviço de engenharia, logística, engenharia ambiental, indústria de máquinas e equipamentos; automação e robótica em processo de produção contínua e de alta escala; biotecnologia dos alimentos e do agronegócio, eletroeletrônica, automotiva, novos materiais, energia; enfim, aproveitar as nossas capacidades e tamanho da estrutura industrial que já temos para diversificar ainda mais as nossas indústrias.

O segundo passo que entendemos essencial é aprimorar a nossa capacidade de planejamento e articulação, para atrair investimentos estratégicos para as Minas Gerais, ou seja, precisamos correr o mundo apresentando Minas Gerais, mostrando a densa infraestrutura industrial que já possuímos e defendendo que Minas é o lugar certo para se instalarem indústrias produtivas, que viabilizarão o processo e as oportunidades que o amplo mercado brasileiro oferece. A ação tem de ser bastante focada em países e empresas que nos interessam.

A terceira agenda estratégica, entendemos, envolve a ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social de Minas Gerais, em parceria com a iniciativa privada. Não temos dúvida de que existem muitas oportunidades em rodovias, ferrovias, hidrovias, hospitais, escolas, presídios-escolas, estações intermunicipais de tratamento ambiental, onde a iniciativa privada poderia estar presente e, com toda a certeza, fazendo com maior eficiência que o próprio governo. Só vamos melhorar nossa infraestrutura se quebrarmos ideologias e burocracias para ampliar e acelerar processos de concessão e parcerias público-privadas.

Também não é possível o estado competitivo se o desenvolvimento se mantiver concentrado em poucas regiões. Portanto, a quarta agenda estratégica que entendemos ser importante é o planejamento de políticas que promovam o reordenamento do espaço territorial. Como condição para mitigar riscos das economias em escala de algumas regiões e a ausência de oportunidade em outras, o desenvolvimento precisa ser mais equânime entre as regiões do Estado, e isso envolve a construção de política que estimule as vocações e potencialidades de cada região e as integre ao tecido produtivo e social do Estado por meio de adequada infraestrutura.

Por último, para viabilizar todas as agendas estratégicas anteriormente citadas, faz-se necessária uma quinta agenda, que envolve menos burocracia, uma reforma tributária estadual que torne Minas Gerais mais competitiva na briga por investimentos e uma política ambiental que, ao mesmo tempo em que respeite o meio ambiente, não se torne uma trava para a viabilização de investimentos e a promoção do desenvolvimento no Estado.

Enfim, o caminho e as soluções para a retomada do desenvolvimento passam, necessariamente, por um Estado que tem o tamanho necessário para cumprir sua missão de regulador do ambiente, da economia e dos negócios e que, por meio de suas políticas, seja estimulador do crescimento econômico, fundamental para assegurar a execução de políticas sociais necessárias. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Felipe Attiê

Meu caro presidente Antônio Carlos Arantes, ilustre deputado, aquele que acendeu a luz na sala escura do momento econômico em que vivemos ao nos convencer a iniciar aqui um ciclo de debates para discutir a retomada do desenvolvimento econômico; e meu companheiro Roberto Andrade, esse baluarte, esse novo trator de Viçosa nesta Assembleia, na sua pessoa



cumprimento os demais presentes. Estou vendo ali o Mário, do Sindaçúcar, e quero cumprimentar todos os presentes da plateia.

Nós estamos num momento difícil neste país. Temos a crença de que o Estado pode resolver tudo e deve fazer tudo; que o Estado deve cuidar bem dos filhos dos outros; que o Estado é capaz de educar, fazer e acontecer, intervir na economia; tem de mandar em tudo, tem de baixar preço por decreto, etc. Em relação ao desenvolvimento econômico, tivemos vários modos de produção na história da humanidade. Um deles se destaca, pois tirou o homem da escuridão, das trevas, da pequena produção, da vida de fome, da vida de dificuldades, que se chama sistema capitalista ou modo de produção capitalista, como gostam de dizer os marxistas do século XIX – estamos no século XXI. Mas, para usar um conceito de 200 anos atrás, temos de entender, primeiro, que o Brasil é um estado que nasce de um país chamado Portugal, que controlava qualquer rota de comércio dentro do Brasil e que proibiu seus cidadãos de se industrializarem, para comprar produtos da Inglaterra. Fez um tratado para trocar panos – porque a indústria têxtil é o berço da Revolução Industrial – por vinhos, que era o que eles produziam artesanalmente.

É um estado que tem essa característica do direito romano, de uma Roma que odiava os comerciantes. O último imperador a perseguir os cristãos, Diocleciano, foi aquele que tentou controlar os preços do trigo, foi aquele que afundou o Império Romano. Ao controlar os preços, as pessoas deixaram de produzir, sob a pena da morte e da tortura.

Diocleciano baixou isso e houve o desabastecimento. Com Roma desabastecida, o povo começou a voltar para o campo, para pequenas produções; acabou-se o mundo das cidades, o mundo urbano. Inicia-se o feudalismo. Diocleciano foi aquele que, para pagar suas contas perdulárias, pegava suas moedas de prata e as transformava em moedas vermelhas. De tanto injetar cobre nelas para emitir novas moedas, elas já eram de cobre, não eram mais de prata. Ele falsificava moedas, porque não tinha a impressora eletrônica da Casa da Moeda. Isso aconteceu no século III, não estamos falando dos dias de hoje. Temos uma presidente que acha que controla a energia elétrica por decreto ou que pode controlar o preço da gasolina. Nem Diocleciano, no século III, conseguiu isso, portanto não será ela que irá contra as forças de um mercado. Só que Diocleciano não vivia no modo de produção capitalista, mas ela vive; aí é que é pior.

Os agentes econômicos se organizam pela iniciativa de buscar lucro. O Estado brasileiro chegou ao fim de sua capacidade de investimento. O Estado brasileiro está numa situação terrível. As contas públicas estão derretendo. Se não há dinheiro no BNDES, como é que será financiada a economia brasileira? Não há dinheiro no BNDES. Vão tirar dinheiro do Bolsa-Família para colocar no BNDES? Não tem dinheiro para pagar o Bolsa-Família, não tem dinheiro para honrar os salários dos servidores a partir de novembro do ano que vem. Estive na comissão de finanças, verificando o orçamento do Estado de Minas, e venho aqui, para a sala da luz, Antônio Carlos, do desenvolvimento econômico. Esse é o caminho. Isso é o que temos que buscar. O Estado brasileiro não fez as suas reformas; ele se agigantou com suas estatais, se agigantou à mania dos que assumiram seu comando, que acham que o Estado pode tudo, que o Estado deve governar a todos. Essa é a intervenção do Estado na economia. Esse modelo de desenvolvimento econômico induzido pelo Estado faliu. Basta abrir os orçamentos públicos, ver a queda astronômica da receita, as despesas crescentes e o custeio, que não para de subir de forma estratosférica. Isso vai levar ao que sempre levou: um processo de inflação alta, porque 10% ou 12% ao ano de inflação é um índice alto, embora não seja o caos, como no passado. A Lei de Responsabilidade Fiscal é que impediu que voltássemos àquele Brasil dos anos de 1960, 1970, 1980, 1990, quando o governo acertava suas contas com a inflação de 40% ao ano, 120% ao mês, 300% ao mês, e assim por diante.

A moeda é a expressão do valor de um povo, do seu trabalho. Precisamos ter um novo processo de financiamento e de captação da economia brasileira que não seja o banco estatal, que os empresários não tenham que ir aos políticos para pedir dinheiro, que os empresários não tenham que pagar propina para agências de consultoria para tirar dinheiro no BNDES. O banco público não vai mais dar conta do crescimento que a economia brasileira precisa, nem da infraestrutura, quanto menos do financiamento de grandes investimentos, numa retomada do ciclo econômico. Precisamos pensar numa nova forma de financiamento do nosso capitalismo. Precisamos da reforma tributária, que desanima e desmotiva os senhores empresários,

que são, como disse John Maynard Keynes: “Esses homens, chamados empresários, ávidos por lucro, cujas decisões de investimentos são decisões de comprar máquinas, contratar trabalhadores, fazer movimentos, grandes empreendimentos, são os que geram renda e bem-estar para a população”. Mas esses homens estão desanimados. Esses homens não querem investir pela reforma trabalhista que não sai, pela reforma tributária que não sai, pela bagunça do sistema político sem reforma política, pela reforma do Estado, que quer se intrometer onde não deve, não tem recursos, não tem condições. E são maus empresários.

Não vamos falar da Petrobras. Essa empresa foi inventada para tornar o Brasil um país autossuficiente em relação a petróleo. Eu era menino e escutava meu pai, um defensor nacionalista, dizendo isso. Já estou velho, com 46 anos, e devo morrer sem que o Brasil seja autossuficiente em petróleo. Daqui a alguns dias teremos novas formas de combustível, mas essa empresa terá passado, assim como uma ladainha de séculos, dizendo que ela tornaria o Brasil autossuficiente em combustível fóssil, autossuficiente em gasolina. Em todo país a que vou, até na América Latina, a gasolina é mais barata que no Brasil. Que país é este, em que uma empresa tão importante abre um orçamento de licitação com 3 bilhões, de início, para uma refinaria, e termina em 40 bilhões? Onde estão seus técnicos e seus engenheiros? De 3 para 40 são 37 bilhões. Existia orçamento ou era tudo feito com os funcionários públicos e a sua direção para conluir aditivos com as empreiteiras e saquear a República? Esse país tem um bando de aproveitadores e saqueadores da República ora travestidos de empresários, ora travestidos de políticos, ora travestidos de povo, e todo o mundo dando a sua mordida. Dessa forma fica difícil encorajar o nosso povo a acordar cedo, a empreender, a pagar impostos, a enfrentar a justiça trabalhista, a justiça fiscal, a justiça regulatória da prefeitura, do governo, do Estado, tudo isso, e fazer a economia girar. As pessoas não querem abrir lojas, *shoppings*, indústrias, novas plantações e novos negócios. Estão todas ressabiadas, todas de bico baixo, como diria minha velha mãe.

Na verdade, precisamos revigorar o nosso país. Esse ciclo de debates precisa buscar soluções nos pontos que aqui toquei. Precisamos reformar o nosso país. Precisamos, sim, de ideias liberais. Precisamos de economistas como Ludwig von Mises, pai do liberalismo austríaco, que enfrenta os marxistas, enfrenta tudo que está aí e nos mostra a sua teoria. Mas aqui, pelas escolas francesas e as doutrinas que existem por aí, isso é proibido de ensinar; aqui só se ensina aquilo que advém do marxismo. A Unicamp quer falar em várias coisas, mas todas elas sempre transmitem que o Estado pode tudo. Precisamos buscar novas formas e alternativas. Só o crescimento econômico poderá nos redimir das desigualdades materiais, regionais e financeiras que este país atravessa; só a retomada do desenvolvimento econômico poderá nos dar isso.

Desejo a todos os participantes que possam lograr êxito neste fórum, Sr. Presidente. Desejamos aos senhores palestrantes que a luz sagrada desça e que tenhamos maiores probabilidades, porque, na matemática, não existe esperança: a matemática aceita a probabilidade. Os empresários não agem com esperança; olham o número do caixa, olham suas receitas minguaem – eles e as multinacionais, que redirecionam investimentos para o México, para o Chile, para a Colômbia, para o Panamá, todos eles crescendo a taxas 10 vezes maiores que a nossa.

Na verdade, vamos ficar numa situação difícil com as multinacionais, com o empresariado nacional, com os pequenos e médios empreendedores. Precisamos sacudi-los e, para isso, querem resultados concretos. Chega de balela, chega de discurso. Precisamos de grandes reformas estruturais neste país na área de legislação. Precisamos que os nossos promotores, os nossos juizes e os nossos operadores de direito romano, português, esse direito traz ordenamentos filipinos, e os romanos odiavam os comerciantes; não entendiam, naquele modo que não era o capitalista, e fizeram toda uma legislação para cercá-los e prejudicá-los. Daí os países anglo-saxões, que não têm a tradição do direito romano, prosperarem, e nós, que optamos pelo direito romano luso-português, da escola de Coimbra, que entrou no Brasil com os ordenamentos filipinos, sebastianinos e sei lá que mais, somos todos contra a iniciativa privada, todos contra a liberdade de investimento. Esse modelo secular de desprezo pelo agente econômico empreendedor, herdado da corte portuguesa e implantado no Brasil, é terrível; joga o Brasil na ideia de que o maior agente empreendedor sou eu, D. João, D. Manoel; eu, o rei de Portugal; eu, o imperador D. Pedro II; eu, o Sr. Ernesto Geisel; eu, o Sr. Lula; eu, a Sra. Dilma. É um país em que esses homens vão decidir e comandar a economia.



Estamos de saco cheio disso. Queremos a iniciativa privada, o povo. Temos que ter agentes econômicos capazes disso, e não um país que escreve sua história esperando que o governo, o estado, algo que não tem dono, que é de todos, que campeia a corrupção, que campeia os interesses menores e que, acima de tudo no Brasil, é inoperante, ineficiente em qualquer regime, seja de direita, com os militares, seja de esquerda, no que está aí. Então, chega de Estado. E aqui não é esse discurso bobo de estado mínimo, não; é um discurso real e prático do que queremos no Brasil: que a nossa sociedade civil privada, os nossos agentes econômicos possam empurrar e encaminhar o Brasil, não só os internacionais, mas também os nacionais com os internacionais, para que este país tenha um crescimento sustentável. E que o governo faça sua parte, que planeje a infraestrutura, que planeje a abertura. O Brasil não tem energia para crescer. O Brasil não tem estradas para crescer. O Brasil não tem portos para crescer. O Brasil não tem ferrovias para crescer. O Brasil não tem sequer um plano nacional de logística sério. Elaborar um plano nacional de logística integrado de todo esse continente chamado Brasil deveria ser a missão número um de um presidente da República, de um Juscelino Kubitschek que enxergou, lá nos anos 1950, aqui na roça de Minas Gerais, que era um Estado ainda não industrializado, que não tinha uma indústria automobilística quando ele foi governador deste Estado, que o binômio energia e transporte seja a porta do futuro para a industrialização. Esperamos, sim, homens que acreditem e apreciem a força da iniciativa privada; homens como Juscelino Kubitschek, que foram buscar a Ford e a Volkswagen para vir para o Brasil contra esquerdistas que não queriam aqui multinacionais; gente que tinha preconceitos contra o capital estrangeiro. Isso é um absurdo. Capital não tem cor e não tem raça, seja nacional, seja estrangeiro. A lógica é uma só: lucro.

Precisamos ter pessoas que corram atrás disso para gerar renda, emprego, salário para as pessoas, porque, no começo do próximo ano, vamos caminhar rapidamente para uma deterioração econômica, pela forma como está o Brasil. E vamos ter dificuldades insanáveis para as prefeituras, para os governos do Estado e para o próprio País. Que Deus os abençoe e que esse seminário possa trazer um proveito para Minas Gerais e para o Brasil. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O locutor – Esclarecemos que, após a palestra magna, abriremos espaço para a apresentação de perguntas por escrito ou oralmente e de outras enviadas pelo formulário disponível no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito no formulário próprio, que será distribuído oportunamente pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar essa vontade no formulário.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar: basta acessar o portal da Assembleia no endereço www.almg.gov.br e, em seguida, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Para proferir sua palestra, passamos a palavra para o Sr. Nilson Araújo de Souza, mestre em economia rural, doutor e pós-doutor em economia, professor do programa de pós-graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e autor de diversos livros sobre economia brasileira, latino-americana e mundial.

Palavras do Sr. Nilson Araújo de Souza

Boa noite. Quero inicialmente congratular-me com o deputado Antônio Carlos Arantes pela organização deste evento. Este é um momento muito apropriado para organizarmos um evento sobre a retomada do desenvolvimento. Estamos despencando para uma grande depressão no País, e não há momento mais apropriado que este para pensarmos no futuro, no desenvolvimento do País. Quero me congratular com os deputados por esta iniciativa.

Agradeço pelo convite. Apesar de estar meio adoentado, decidi vir de qualquer maneira porque já havia me comprometido e também pela importância que vocês estão dando a essa temática em Minas Gerais.

Para mim, é sempre uma satisfação vir a Minas. Já estive aqui várias outras vezes para participar de eventos dessa natureza, em universidades e em movimentos sociais, empresariais e sindicais. É sempre um prazer vir a Minas Gerais, pois este estado é a síntese do Brasil. Sempre acreditei nessa ideia, que já ficou expressa na luta pela independência e em muitos



outros momentos. Aqui nasceu Tancredo, que, em algum momento, foi a síntese de como superar os problemas do Brasil. Minas Gerais deve ficar registrada na história do País com esse papel importante.

O meu tema é “Panorama da crise e perspectiva de solução”. Não é segredo para ninguém que estamos em um momento particularmente difícil da economia brasileira. O conjunto do País passa por esse momento particularmente difícil, que, de ontem para hoje, se precipitou com a decisão tomada pelo presidente da Câmara; contudo, não tratarei das questões políticas, pois o meu tema é a questão econômica, por mais que a economia esteja intimamente relacionada com o questão política. Em outro momento, poderia falar sobre política, mas, fundamentalmente, tratarei da economia.

Os dados revelam, com profundidade, esse momento particularmente difícil da economia brasileira. O IBGE, de ontem para hoje, encarregou-se de divulgar mais dados ainda, jogando mais lenha na fogueira, com novas informações contundentes. De um lado, o produto interno bruto, a produção de riquezas do País, a produção de bens e serviços. Comparando-se o trimestre anterior, que é o terceiro trimestre do ano, com o equivalente trimestre do ano anterior, caiu 4,5%. Essa queda ocorreu poucas vezes na história do Brasil. Isso aconteceu no trimestre equivalente na crise de 1930, com a grande depressão, e no trimestre equivalente de 1981, com o programa adotado pelo Delfim Neto. Ocorreu algo semelhante no programa adotado pelo Collor, que sequestrou a poupança popular em 1990. O que ocorreu foi semelhante, mas não teve a profundidade atual. Por que digo isso? O setor que deveria ser o mais dinâmico da economia, que alavanca a economia, que é o setor industrial, caiu nesse terceiro trimestre, comparando-se com o trimestre equivalente do ano anterior, 11,2%. Isso já é depressão.

Qual a diferença entre depressão e recessão? A recessão é quando a economia para de crescer e começa a declinar. O PIB, em vez de crescer, diminui um pouco.

Depressão é quando essa queda é muito violenta. Todos os que já sofreram depressão sabem como é. Depressão é uma crise muito violenta e braba. É nessa direção que caminhamos, ou seja, na direção de uma grande depressão.

O primeiro rebate da queda da produção acontece no emprego. Para se ter uma ideia, quando começou a cair a taxa de emprego no final do ano passado, já foram destruídos 2 milhões de empregos no País, sendo uma parte, próximo da metade, de empregos formais, com carteira assinada, e a outra parte, de empregos informais. Foram destruídos 2 milhões de novos empregos em menos de um ano. Imaginem a situação dessas famílias de desempregados que, há vários anos, sempre tiveram emprego. De repente, além de não empregarem os que entravam no mercado de trabalho, demitiram as pessoas que já estavam trabalhando.

Qual é a alegação do governo? O governo alega que isso é consequência da crise mundial. Não é isto que o governo diz, que o Brasil entrou em crise devido ao impacto da crise mundial? Então, por que os outros países estão crescendo? O Brasil faz parte de um bloco denominado Brics, que compreende Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, mas somente o nosso país e a Rússia não crescem. A Rússia não está crescendo por uma razão bastante caracterizada: está sob bloqueio econômico. Ela é uma grande fornecedora de *commodities*, basicamente de petróleo e gás, cujos preços caíram violentamente. A Índia, a China e a África do Sul seguem crescendo.

O Brasil faz parte da América do Sul, onde dois países pequenos, que, supostamente, não teriam ampla condição de crescer em plena crise mundial, estão crescendo, que são a Bolívia e o Equador. Por que os países do Brics e da América do Sul crescem, e o Brasil não cresce? O problema não é da crise mundial. O Brasil já enfrentou outras crises mundiais, a de 1930 e a de 1970, que se agravou em 1981, e as aproveitou como oportunidade para o desenvolvimento. O problema não é a crise mundial, mas como o governo reagiu nessa situação de crise. Como o governo reagiu? Primeiro, elevou a taxa de juros básica de 14% para 25%, que é a taxa Selic, praticada pelo Banco Central. E as outras taxas, cada vez mais, elevaram-se. Há o chamado *spread*, que é a diferença entre a captação e a aplicação. As demais taxas de juros praticadas no mercado são gigantescas, astronômicas. Já a taxa básica é muito grande. Ela é a maior do mundo.

Por que o Brasil tem de praticar a maior taxa de juros do mundo? Qual é a consequência disso? De um lado, o governo tem de reservar uma parcela muito grande daquilo que arrecada para pagar juros. Se considerarmos os nove primeiros meses

do ano, até setembro, o Brasil já pagou de juros R\$408.000.000.000,00. No ano passado, até dezembro, ele pagou R\$311.000.000.000,00. No ano anterior, pagou, até dezembro, mais ou menos, R\$245.000.000.000,00. Agora, só até setembro, já pagou R\$408.000.000.000,00. O que o governo faz para pagar esses juros? Ele corta gastos e aumenta impostos, ou seja, retira da sociedade para pagar juros e drenar os recursos para os banqueiros, que são os credores da dívida pública. Esta é a consequência: o governo tem de tirar dinheiro da sociedade para pagar os juros.

Há outra consequência direta do mundo empresarial. Como uma empresa tomará dinheiro emprestado a juros tão elevados? Ela não consegue, pois o que ganha não é suficiente para cobrir juros elevados. As empresas que têm recursos financeiros não investirão na atividade produtiva, pois, se aplicarem no mercado financeiro, ganharão mais. Está presente o companheiro da Fiemg. O produtor, em vez de desenvolver a atividade produtiva, prefere jogar dinheiro na atividade especulativa, pois ganha mais, já que os juros estão tão elevados. Essas taxas de juros são proibitivas para a atividade econômica produtiva.

Por um lado, o governo fica sem dinheiro para investir, e, por outro, a atividade produtiva também fica sem condições de investir produtivamente. A única saída para o País é gerar depressão e desemprego e drenar dinheiro para os bancos. Para vocês terem uma ideia, até setembro – dados mais recentes – os três principais bancos privados do País, o Bradesco, o Itaú e o Santander, dois nacionais e um estrangeiro, aumentaram o seu lucro em 25%. Enquanto a indústria, ou seja, a atividade produtiva encolhe, os bancos ganham cada vez mais. Não há crise para os bancos. Eles ganham muito mais na crise do que ganhavam antes.

Essa é a única alternativa para o País? Essa alternativa significa agravar um quadro que o Brasil apresenta desde 1981. Desse ano para cá, o País esteve estagnado fundamentalmente. Houve alguns momentos de expansão, mais particularmente nos dois primeiros anos do governo Sarney, quando houve o Plano Cruzado e o plano anterior. O Brasil cresceu durante dois anos do governo Itamar, durante um ou dois anos do governo Fernando Henrique e durante três anos no segundo mandato do governo Lula. Tirando a média desse período, vemos que o País estava estagnado. O crescimento do PIB foi de pouco mais de 2% ao ano. Isso significa que ele foi um pouco acima do crescimento da população. Se o crescimento da população é mais ou menos semelhante ao crescimento do PIB, isso significa que a produção *per capita* ficou estagnada. Dá para afirmar que, de 1981 para cá, o País esteve estagnado.

Isso acabou gerando desesperança. As pessoas passaram a acreditar que essa é a realidade, que o Brasil não pode crescer e que a sua economia tem de ficar estagnada, pois há 34 anos ela não cresce. Houve apenas um ou outro crescimento, mas, fundamentalmente, a economia não cresceu. O pessoal passou a acreditar que essa é a realidade brasileira, ou seja, que o Brasil está fadado a não crescer. Alguns economistas passaram a teorizar sobre o teto do crescimento do Brasil. Um economista do governo Fernando Henrique, que foi presidente do Banco Central na reta final, Gustavo Franco, elaborou uma tese que, depois, foi retomada pelo Marcos Lisboa, que foi assessor do Palocci no começo do governo Lula. Disseram que o Brasil só pode crescer no máximo 3% ao ano. Esse é o potencial do País. Por que o Brasil está fadado a crescer somente 3% ao ano? Quem decretou isso? Foi Deus que decretou isso? Os economistas pensam que são donos da verdade. Sou economista, mas sou o maior crítico dos economistas.

Uma vez escrevi um artigo e, no final, encerrei dizendo o seguinte: essa ideia é muito simples para um economista entender, mas, se fosse complexa, eu também não entenderia. Um amigo, que é médico, disse: “Nilson, gostei, pois você criticou a sua profissão, os economistas”. Disse a ele: você diz isso porque não conhece a minha opinião sobre os médicos. Se conhecesse, não me elogiaria, pois não é tão boa também, não. Como aqui há médicos, não posso falar mal de médico. Lá também tem o Francisco, que é médico.

Os economistas pensam que são donos da verdade e que podem definir o limite de crescimento de um país. A realidade não é essa, e o Brasil já passou por outras experiências. Poderíamos dividir a fase contemporânea da economia brasileira em dois momentos. A fase contemporânea é a da industrialização, a partir dos anos 1930. O Brasil deixou de ser um país primário



exportador para ser um país predominantemente industrial. O primeiro momento vai de 1930 a 1980, e o segundo, de 1981 para cá.

De 1981 para cá, a economia cresceu, em média, um pouco acima dos 2% ao ano. De 1930 a 1980, vocês sabem qual foi a taxa média de crescimento do PIB brasileiro? Ela foi de 7% ao ano. Durante 50 anos, o Brasil cresceu 7% ao ano. Foi a economia que mais cresceu no mundo durante aquele período, deixando de ser 37ª economia para ser a 8ª. Sempre diziam que o Brasil tinha a 8ª economia do mundo, mas não se sabia por que ele não entrava no grupo do G-7. Na verdade, era G-7, e não G-8 para que o Brasil não fosse incluído.

O Brasil chegou a ser a 8ª economia do mundo e cresceu durante 50 anos. Somente a China conseguiu essa façanha, mas ainda não completou 50 anos. A China vem crescendo a uma taxa um pouco acima disso de 1979 para cá, ou seja, ela ainda não completou 50 anos. No Japão, ocorreu o milagre japonês. O Japão cresceu 25 anos a uma taxa maior. O Brasil cresceu durante 50 anos. Como conseguiu fazer isso a uma taxa tão elevada? O País fez algo que o levou a isso. As decisões tomadas o levaram a isso. Não foi algo espontâneo. Há alguns elementos importantes naquele período que eu destacaria. Basicamente citarei cinco elementos. Sei que estou tomando o tempo, mas acredito que conseguirei expor o que pretendo.

Primeiro, houve o compromisso com o desenvolvimento. Naquele período dos anos 1930 aos anos 1980, apesar de vários governos diferentes, o do Getúlio, o do Juscelino, a crise do Jânio, a ditadura e o do Geisel, havia o compromisso com o desenvolvimento. Esse compromisso esteve presente em basicamente três governos, mas também esteve um pouco nos outros. Ele esteve presente nos dois governos do Getúlio, quando a ideia do desenvolvimento era muito profunda.

Ela se tornou forte no mundo inteiro no período do pós-guerra, mas no Brasil começou na década de 1930. A ideia de desenvolvimento, as comissões que Getúlio criava na década de 1930 já eram basicamente voltadas para o desenvolvimento. Aquilo que se tornou algo generalizado no pós-guerra na periferia do mundo capitalista, que é a ideia de desenvolvimento, no Brasil, já começou na década de 1930, assim como na Argentina e no México.

Compromisso com o desenvolvimento. Quais governos tiveram esse compromisso? Getúlio, nos seus dois governos, Juscelino e Geisel. Foram os governos que mais trabalharam durante aqueles 50 anos em função do desenvolvimento.

Segunda ideia: ideia de não pensar em curto prazo, mas em longo prazo. Pensar em longo prazo significa planejar. Se você pensa em curto prazo, não precisa planejar, vai agindo de acordo com as circunstâncias, de acordo com a conjuntura. Como vai ser amanhã, como vai ser a próxima geração, como vão ser meus filhos? Para isso tem de planejar, e a ideia do planejamento era muito forte naquele período. Começou com o Getúlio nas comissões que ele criava, para as quais ele convidava representantes da sociedade civil, pensadores, empresários. Há dois economistas brasileiros, Eugênio Gudín, engenheiro que virou economista, e Roberto Simonsen, engenheiro, empresário, também virou economista; foi presidente da Fiesp, fundador da Confederação Nacional da Indústria, que disseram que a culpa de terem virado economistas foi de Getúlio, que os convidava para todas as comissões que ele criava. Convidava o Simonsen, que estava de acordo com ele, e convidava o Eugênio Gudín, que era contra ele, para gerar o embate dentro das comissões. O planejamento começou aí. Houve o plano de meta do Juscelino – um plano bem estruturado, com começo, meio e fim, inteiramente colocado em prática; e houve o plano do Geisel, segundo PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Então, a ideia de planejar, de pensar em longo prazo, de pensar estrategicamente o País estava muito forte naquele período.

Terceira ideia: o controle predominante nacional da economia nacional. Isso não significa que não havia de fato o capital estrangeiro, porém o controle era predominantemente nacional. Aí temos dois aspectos importantes: o controle da atividade produtiva, ou seja, a atividade produtiva estava sobretudo nas mãos nacionais; e por outro lado o controle do mercado interno. O mercado interno estava comandado sobretudo pela produção interna, e não pela importação. A importação era complementar. Importava-se aquilo que não se produzia internamente. Não se importava aquilo que se produzia internamente. Havia uma proteção interna com tarifa de importação e outras medidas para que não se importasse aquilo que se produzia internamente. Esse foi o terceiro elemento importante que caracterizou aquele período.



Um quarto elemento: o papel que o Estado cumpriu. O Estado cumpriu três papéis fundamentais naquele período. De um lado montar a indústria de base e a infraestrutura. Começou aqui em Minas com a companhia Vale do Rio Doce, criada por Getúlio. Depois foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional no Rio de Janeiro. Depois, criou-se a Petrobras. Mais à frente foi criada a Eletrobras. Mais para frente foi criada a Telebras nos governos ditatoriais. Então, montagem de infraestrutura de base e indústria de base para servir de alavanca para o capital privado.

Uma questão importante: isso não foi o Brasil que criou. Esse papel do Estado de entrar como produtor da indústria de base para servir de fundamento para a indústria de bens de consumo no geral não foi o Brasil que inventou. Todos os países do mundo que se industrializaram tardiamente tiveram de fazer isso. O único país que quase não fez isso foi a Inglaterra, que foi o primeiro que se industrializou. Mas a segunda geração de países industrializados, que foi basicamente Estados Unidos, França, Itália, Alemanha, Japão e Rússia, teve de colocar o Estado como um instrumento importante, ajudando e contribuindo para montar a indústria de base para servir de alavanca para a indústria privada. Depois, os países de terceira geração, aqui na América Latina: Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai. Esses seis países se industrializaram no mesmo período, também usando o Estado como instrumento importante de produção para impulsionar o resto da indústria, o resto da economia nacional.

Mas o Estado não entrou apenas assim, entrou também financiando a juros baixos. Para isso foi criado o BNDES, que na época tanto do Getúlio quanto do Geisel financiava basicamente a empresa nacional. Do Collor para cá passou a financiar empresa estrangeira. A empresa estrangeira diz que vem para cá para trazer poupança. Se vem para trazer poupança, por que tem de obter financiamento interno? Esse financiamento deve ser para as empresas nacionais, foi para isso que o BNDES foi criado. Então o Estado entra financiando e com encomendas governamentais. O Estado tem suas obras, tem sua produção. Vou dar um exemplo. A Petrobras compra navios, compra plataforma. O que é melhor para a Petrobras? Importar navios e plataformas ou produzir internamente ou comprar de quem produz internamente para gerar produção e emprego dentro do País? Então a encomenda governamental tem um peso importante no processo de desenvolvimento.

Por último, o fortalecimento do mercado interno. Ninguém é contra a exportação. O País necessita importar algumas coisas; então, tem de exportar para contrabalançar. Mas qualquer país do mundo, para se desenvolver, tem de ter como fundamento principal o mercado interno, sobretudo países grandes, como o Brasil. Países como a Índia, a China, os Estados Unidos, países continentes não podem pensar em se desenvolver baseados em mercado externo. Mercado externo é complementação. O fundamental tem de ser o mercado interno. E isso foi feito durante aquele período.

Esses foram elementos que levaram o Brasil a crescer durante 50 anos da forma como cresceu. E, se vinha crescendo dessa forma, por que parou de crescer? O que houve? Que primeiro elemento levou a essa paralisação do crescimento? A crise da dívida. Os mais coroados se lembram da crise da dívida. Essa crise estourou aqui no Brasil e em toda a América Latina em 1981. Essa crise da dívida se deveu a duas coisas importantes. De um lado, países da América Latina se endividaram além do que poderiam se comprometer. O Brasil, na época do milagre, tomou bastante dinheiro emprestado. Só que, quando os países se endividaram, a taxa de juros era baixa. Eram os chamados eurodólar e petrodólar. Como havia dólar sobrando na Europa e nos Estados Unidos provindos do petróleo, os juros ficavam baixos, a 4% ao ano. Juros baixos dava para pagar; porém, de repente, os juros aumentaram no mercado mundial. Os juros que eram de 4% aumentaram para 12% e depois para 20%. Os Estados Unidos os elevaram para 20%, e conseqüentemente o resto do mundo também os elevou. Os juros eram variáveis. Você toma dinheiro emprestado a 4%, mas, se os juros estiverem a 20% na hora de pagar, você vai pagar os 20%. Então, em quatro anos, de 1978 a 1982, o Brasil duplicou a dívida externa tão somente para fazer face a essa elevação da taxa de juros; tomar dinheiro emprestado a juros mais elevados para cobrir os empréstimos que estavam vencendo. E foi aí que estourou. Estourou com a moratória do México. O México, não aguentando pagar, suspendeu os pagamentos. A crise se agravou mais ainda porque os bancos deixaram de emprestar dinheiro para os demais que estavam pagando, e estourou a crise da dívida aqui no Brasil. Com isso havia dois caminhos para enfrentar a crise da dívida. O Geisel, o Juscelino e o Getúlio já tinham enfrentado.



O primeiro caminho seria encontrar uma forma de passar a produzir cada vez mais internamente aquilo que se importava para enfrentar a crise da dívida com crescimento. O outro caminho era parar de crescer para pagar a dívida. O primeiro caminho tinha sido adotado por Getúlio, por Juscelino e por Geisel, ou seja, se você passa a produzir internamente aquilo que você importa, gera superávit na balança comercial via redução da importação. Uma vez que você passou a produzir internamente, você pode pagar a dívida. Esse é o caminho que era para ter sido adotado antes.

O outro caminho era parar de crescer para pagar a dívida. Parar de crescer significava adotar um programa de contenção do gasto público, do crédito, do salário para com isso reduzir a demanda. E, ao reduzir a demanda, reduzir as importações. Ao reduzir as importações, gerar superávit comercial e pagar a dívida; porém, ao reduzir a demanda, você contém a economia. A economia para de crescer. E qual foi o resultado? A famosa década perdida. O Brasil ficou a década de 1980 inteira estagnado, sem crescer, cresceu a 2% ao ano, exatamente porque estava juntando dinheiro para pagar apenas os juros da dívida. Apesar de a economia ter ficado uma década sem crescer, os juros não foram pagos integralmente. Foi pago só uma parte, e a dívida, apesar disso, aumentou.

Veio a década de 1990. Começou com o Collor, depois Fernando Henrique. No fundamental, esse mesmo programa foi mantido, e acrescentaram-se coisas novas. Entre as coisas novas que foram acrescentadas, o instrumento de combate à inflação adotado por Fernando Henrique foi a chamada abertura comercial, que tinha dois elementos: o barateamento do dólar, ou seja, a valorização do real, que significava a chamada âncora cambial, que era você comprar mais barato lá fora, e, por outro lado, a redução da tarifa de importação, que significava comprar o produto estrangeiro mais barato. Trouxe um efeito benéfico. Combateu a inflação porque a produção estrangeira entrou barata e a produção nacional não conseguia aumentar o preço. Mas qual foi o resultado? A produção estrangeira barata inviabilizou a produção interna. Aí começou a desindustrialização, a economia ficou sem crescer. Então, do ponto de vista da inflação foi um sucesso, mas do ponto de vista da atividade econômica foi a segunda década perdida. Mais uma vez, cresceu-se 2,3% ao ano.

O Lula veio e manteve no seu primeiro mandato a mesma política. A economia quase não cresceu. No segundo mandato ele acrescentou o PAC, que melhorou um pouco o crescimento. Mas, com a manutenção de juros altos, como o governo manteve, corte de gastos e aumento de impostos, o PAC ajudava a crescer, mas ao mesmo tempo era contido pela elevação dos juros. Então a economia cresceu, mas pouco. Veio a Dilma e foi um fracasso total. Durante os quatro primeiros anos da Dilma a economia não cresceu absolutamente nada, cresceu em torno de 1% ao ano; e, do ano passado para cá, iniciou-se uma recessão que caminha para uma depressão.

Então, esse período de estagnação que veio de 1981 para cá não foi algo inevitável, foi o resultado de ações provocadas pelo caminho adotado. Adotou-se um caminho que significava conter a economia. Caminho de juros altos, de aumento de impostos, de cortes de investimento público; ao ter juros altos, corta-se o investimento privado. O caminho poderia ter sido outro, como o adotado no período anterior. Aí se diz: "Mas hoje não dá mais para adotar o caminho anterior porque o Brasil tem de manter os juros altos porque necessita da poupança externa, do dinheiro que vem de fora". Nosso problema fundamental hoje não é trazer dinheiro de fora para especular aqui dentro, porque dinheiro que vem em função dos juros altos vem para especular. Dinheiro que vem para atividade produtiva não vem em função de juros altos, vem, ao contrário, em função de juros baixos, vem para atividade produtiva. O que precisamos não é trazer esse dinheiro que vem em função de juros altos, ao contrário, precisamos evitar a drenagem de recursos da atividade produtiva para a atividade especulativa financeira, e boa parte dessa atividade especulativa financeira é mantida por fundo de investimento estrangeiro, que manda o dinheiro lá para fora. A drenagem de recursos da atividade produtiva para a atividade financeira termina levando também a drenagem da atividade financeira para o exterior.

Então, a intenção é evitar essa drenagem. Como é feita essa drenagem? Baixando-se a taxa de juros. Então, o caminho é o oposto do que está sendo feito. O caminho não é aumentar a taxa de juros, mas baixá-la. Alguém pode dizer: "Mas, se baixar, o capital não virá". Vejam bem: qual a taxa de juros média anual dos demais países? Qual a taxa real descontada a inflação? Ela é negativa. A taxa de juros real no mundo é negativa.



Então, por que o Brasil precisa de uma taxa real que hoje está em torno de 5%? A nominal é 14,25%, mas devemos levar em conta a taxa de inflação que está em torno de 9% e indo para 10%. Então, a taxa real está em torno de 5%, ou seja, muitas vezes maior que a mundial. O Brasil é campeão de taxa de juros no mundo. Por que o Brasil é campeão de taxa de juros no mundo? Por que temos uma taxa de juros tão elevada? Não há nenhuma justificativa teórica, nenhuma justificativa econômica, nenhuma justificativa técnica para juros tão elevados; e, na última reunião do Copom, ainda havia pessoas querendo aumentá-la. Duas pessoas votaram para não se manter a taxa. Queriam aumentá-la mais ainda, mais que 14,25%, e diziam que era para combater a inflação e atrair o capital de fora. Não precisamos de capital que quer especular, mas de capital produtivo. Por outro lado, se a nossa taxa fosse bem maior que as outras, o capital especulativo viria de qualquer maneira. Contudo, eles dizem também que é para combater a inflação. Se os juros estiverem elevados, as pessoas comprarão menos. Ao comprar menos, deixarão de pressionar a oferta, e isso vai gerar o combate à inflação. Essa tese foi desgastada e desmoralizada por várias vezes.

O inglês Keynes, considerado o maior economista do século passado, dizia que a inflação apenas é gerada pela demanda em circunstâncias em que se tem a plena capacidade produtiva do país. Se a economia de um país está funcionando em plena capacidade produtiva, se não existe capacidade ociosa, se aumenta a demanda, haverá, então, essa pressão, pois a estrutura produtiva não tem condições de, em um curto prazo, aumentar a sua oferta. Por isso, haverá a pressão, e os preços aumentarão. Contudo, se a economia está com capacidade ociosa e existe o aumento da demanda, em vez de subir a inflação, crescerá a produção.

O Brasil está com uma capacidade ociosa elevadíssima, e os companheiros da Fiemg sabem disso. A capacidade ociosa do Brasil é uma das mais elevadas, e agora está mais elevada ainda. Então, não existe inflação de demanda. Como não existe inflação de demanda, não há por que combatê-la cortando a demanda. Devemos combater a inflação aumentando a oferta, e como você aumenta a oferta? Baixando a taxa de juros. Baixando a taxa de juros, temos uma dupla consequência na atividade produtiva. Por um lado, o Estado pode investir mais, pode haver mais investimentos públicos. O Estado vai ter mais recursos para investir nas estruturas que servem de fundamento para a atividade produtiva. Por outro lado, o empresariado poderá também investir mais. Ele não apenas poderá como também vai querer investir mais. O empresário, com juros mais baixos, pegará dinheiro emprestado para investir. Com juros mais baixos, ele deixará de aplicar no mercado financeiro o dinheiro que tem e o colocará na atividade produtiva.

Então, o segredo da retomada do desenvolvimento está na redução da taxa de juros a patamares internacionais. Ninguém está pedindo nada exagerado. As taxas de juros internacionais estão em patamares que fazem com que a economia mundial, apesar da crise, funcione de alguma maneira. Vários países emergentes cresceram porque eles estão praticando taxas civilizadas, vamos chamá-las assim. Então, vejam bem: essa é a questão básica. A partir daí, discutiremos as outras questões, como, por exemplo, onde investiremos. Devemos pensar em reativar a atividade produtiva anterior, porque o Brasil está desindustrializando-se. Para vocês terem uma ideia, a produção industrial no Brasil chegou a representar – e falo apenas sobre a indústria de transformação, sem considerar a construção civil – 1/3 da atividade produtiva do País. Atualmente ela está em torno de 10%. O País está desindustrializando-se, está voltando a ser primário exportador, e isso também está acontecendo em Minas.

O Francisco me dizia que 55% da exportação de Minas são grãos e minério de ferro. Junto a São Paulo e Rio de Janeiro, Minas é um polo de industrialização do País, mas está desindustrializando-se. Estão fechando em Minas alto-forno de aço, e o Brasil está importando aço. O Brasil, que havia se tornado exportador de aço, está voltando a importá-lo, como fazia até os anos 1970. Devemos incentivar o retorno da atividade produtiva. Devemos fazê-la voltar a funcionar e, para isso, precisamos de financiamentos e juros baixos. Precisamos também de proteção, se for o caso. Por outro lado, devemos também incentivar as atividades produtivas novas, de tecnologia de ponta. As pessoas dizem: “Se o Brasil é um país de terceiro mundo, como vamos pensar em tecnologia de ponta?”. O Brasil fabrica avião, o Brasil descobriu o raio *laser* – foi o brasileiro César Lattes que descobriu o raio *laser*, quem aperfeiçoou a fibra ótica foi o Brasil e foi um brasileiro que inventou o

avião. Então, por que não podemos desenvolver no Brasil tecnologia de ponta? A Índia, que era e ainda é – mas era muito mais antes – mais atrasada que o Brasil, muitas vezes mais atrasada, pegou um nicho na área de informática e está desenvolvendo tecnologia de ponta. Por que o Brasil não pode fazer a mesma coisa? Há tecnologia de ponta em várias áreas, como informática, comunicações, química fina e biotecnologia. Precisamos desenvolver essas novas áreas, porque um país que não tem indústria de base, máquinas, equipamentos, indústria de base petroquímica, aço, indústria de ponta, etc., não consegue desenvolver-se de maneira autônoma.

Então, primeiro devemos baixar os juros e tirar o dinheiro da especulação, colocando-o na atividade produtiva. Feito isso, vamos discutir onde investiremos. Estou sugerindo que devemos investir não apenas para reativar as atividades que estão desaparecendo mas também, e ao mesmo tempo, para desenvolver atividades novas. Como se coloca um estado nessa situação? O estado de Minas, por exemplo, tem aquele ditado popular que diz que uma andorinha só não faz verão. Então, um estado só não faz verão; não pode o Brasil inteiro estar indo na direção da depressão e um estado sozinho crescer. O estado faz parte da nação, e, se existe uma política clara para gerar depressão, com juros altos, aumento de imposto, corte de investimentos públicos e privados, etc., todos os estados serão afetados. Então, o que o estado pode fazer? Ele não pode parar, deve fazer alguma coisa. O estado tem de utilizar o seu poder político para pressionar o governo federal a alterar a política econômica. Para mim essa questão é fundamental, e Minas Gerais não é um estado qualquer, não é apenas um dos três estados mais desenvolvidos do País. Minas Gerais tem uma história. Minas Gerais teve um grande presidente, o Juscelino. Tenho alguns reparos quanto a ele, mas no fundamental acho que ele foi pelo caminho certo e seguiu o processo de desenvolvimento. Minas Gerais teria um outro grande presidente, o Tancredo. Escrevi um livro chamado *Revolução brasileira de Tiradentes a Tancredo*, logo depois da morte de Tancredo. Mostrei que Tancredo seguia a senda de Tiradentes; a ideia básica de Tiradentes – e não é à toa que eles são da mesma terra – fora retomada pelo Tancredo.

Então, Minas tem um papel a cumprir na esfera nacional. O seu papel fundamental é usar o seu poder político para pressionar a mudança da política econômica. A seguir essa política econômica que está aí, não haverá saída para a crise. Não há perspectiva de solução com esse caminho, que apenas nos leva a agravar cada vez mais a crise. Para solucioná-la, devemos buscar outro caminho, e aí vem a questão: a presidente Dilma buscaria outro caminho? Acho que ela se comprometeu muito com o que temos agora. Ela, na campanha eleitoral, disse que quem adotaria esse caminho seriam o Aécio e a Marina, que ela faria outra coisa. Terminou a campanha eleitoral, e o próprio Lula disse: “Falamos uma coisa na campanha e estamos fazendo outra, começamos a fazer outra”. Eles se comprometeram demais com esse caminho, e agora surgiu o *impeachment*. Tirar Dilma e colocar o Temer vai resolver o problema? Para mim o Temer é pior que a Dilma. Pior como? Conheço o Temer de perto. Fui do PMDB durante muitos anos, fui da fundação do PMDB, que acabou de elaborar um plano. O plano do PMDB implica cortar mais gastos, aumentar mais juros, manter o crédito ao incentivo e tirar mais direitos. Quem o elaborou foi o Marcos Lisboa. Como existe o fundamentalismo religioso, existe também o fundamentalismo econômico. O Marcos Lisboa é fundamentalista, porque ele copia o que está escrito na cartilha do Milton Friedman. Um programa como esse implica retirar qualquer possibilidade de ação estatal na busca pela promoção do desenvolvimento. O Estado não é problema na história. Contudo, se se tira o Estado da economia, estão não cresce. O Estado tem o seu papel a cumprir. Então, com Temer também não resolveremos o problema.

Disse que não falaria sobre política, mas isso é impossível ao participar de um evento como este no dia seguinte ao pedido de *impeachment*. Então, eu acho que deveriam sair os dois. Aliás, deveriam sair os três. Deveria sair também o presidente da Câmara dos Deputados. Devem sair os três. Assim teríamos uma nova eleição, uma eleição limpa. Quem ganhar levará. Seria um processo eleitoral em que se discutiria a economia. Cada um mostraria claramente o seu projeto, e este deveria ser um que retomasse o desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento é muito cara e fundamental. Ela não deve meramente procurar o crescimento do PIB. Celso Furtado, o maior economista do Brasil, disse que o desenvolvimento não é meramente fazer crescer o PIB. Devemos ter um processo de transformação que implique fazer crescer o PIB e a renda *per capita*, distribuir melhor a renda e desenvolver a cultura, a sociedade e a política. Devemos ter um processo geral que implique



o desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Para isso, devemos ter um governo comprometido com o País, um governo comprometido com os interesses do País e da atividade produtiva brasileira, um governo comprometido com o povo brasileiro. Devemos buscar o caminho que implique fazer uma certa limpa, o caminho que permita irmos nessa direção. Acho que já falei demais. Falei por mais de 40 minutos. Acho que falei um pouco acima do meu prazo. Obrigado pela atenção. Estou disposto a responder as perguntas que me forem feitas.

O presidente – Agradecemos a presença, a participação e a importante palestra do Dr. Nilson Araújo de Souza, mestre em economia rural.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Agora solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O presidente – Há duas pessoas, e uma delas é o deputado Geraldo Pimenta. Fique à vontade, deputado. Depois falará o Eloisio Godinho, do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista e Atacadista de Três Corações.

O deputado Geraldo Pimenta – Quero saudar todas as pessoas presentes neste ciclo de debates e dizer que a Assembleia Legislativa não se furta ao compromisso com Minas e o Brasil de discutir saídas para essa crise. Quero saudar a iniciativa do presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, o deputado Antônio Carlos Arantes, e toda a comissão e dizer que esta é uma iniciativa muito importante. Esta Casa teve também outras iniciativas ao discutir temas fundamentais para a retomada do crescimento.

Na semana passada, Prof. Nilson, houve uma discussão sobre a reciclagem automotiva, que, num projeto audacioso, pode redundar numa retomada importante da nossa economia, gerando emprego, melhorando o ar que respiramos – uma frota nova de caminhões polui bem menos –, bem como elevando o nosso PIB no ano que vem, diminuindo essa instabilidade política em que vivemos.

Mas eu queria dizer, meus amigos, que, apesar de o meu colega e amigo Felipe Attiê criticar muito o Marx, ele está aqui presente porque o Prof. Nilson, pelo menos fisicamente, parece muito com ele.

O Sr. Nilson Araújo de Souza – Eu me pareço mais com o Papai Noel que com o Marx.

O deputado Geraldo Pimenta – E concordo também com a conclusão do professor. O PCdoB defende, sim, professor, que, para sairmos da presente situação, primeiro devemos superar essa crise política. Diferentemente do senhor, nós avaliamos que hoje essa tentativa de golpe prejudica a nossa economia. O fortalecimento do mercado interno é fundamental e é algo que aconteceu, pelo menos, no período do governo Lula e nos primeiros quatro anos da Dilma. Houve exportação agregando valor e juros mais baixos. Foi fundamental o incentivo à atividade produtiva. O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, de que fui assessor, está vivendo uma situação difícilíssima. A economia da cidade de Betim sofre com o decréscimo da produção automotiva. Os investimentos em educação, tecnologia e inovação são a nossa salvação. E o senhor falou muito bem sobre essa questão; tudo isso, com transparência e participação popular.

Acrescento que o Delfim Neto e outros economistas liberais sempre defenderam o crescimento do PIB. Mas a primeira vez que a gente dividiu foi nesses 12 anos passados, onde houve a redução da mortalidade infantil. Aqui está presente o meu professor, o Rubió. Houve uma redução drástica da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, mais de 200 escolas técnicas federais espalhadas por esse Brasil afora, acesso à universidade – fator importantíssimo ocorrido nesses 12 anos. E aí discordo de várias pessoas que aqui se pronunciaram. Estamos vivendo uma crise importante, grave, mas o barco não está à deriva. Temos uma inflação controlada. Está acima dos 80% da época do Sarney? O desemprego passou dos 25%? Pelo menos, os dados do IBGE indicam que a inflação não chega a 10%. Temos mais de 300 bilhões de dólares em reservas no



Banco Central. Precisamos do crescimento da economia com distribuição de renda. E aí concordo com o senhor. Professor, o senhor falou sobre as saídas; são saídas importantíssimas. Temos de crescer, mas dividindo também.

Resolver a crise política é fundamental. Após a eleição da presidente Dilma, durante todo este ano, a Petrobras e as grandes construtoras do nosso país ficaram todas paralisadas; um diretor da Odebrecht foi preso, o que significa centenas de subempreiteiras também paralisadas. Temos de resolver a crise política, em primeiro lugar, para solucionar a questão econômica também.

Agradeço a presença de todos, convidando-os para continuarmos os debates amanhã.

O presidente – Muito obrigado, deputado Geraldo Pimenta. Com a palavra, Eloísio Godinho. Depois, há uma outra pergunta escrita, após o que passaremos aos comentários do professor para encerrarmos.

O Sr. Eloísio Godinho – Boa noite. Sou de Três Corações, e sofremos muito com esta crise, particularmente nós, que somos trabalhadores do comércio. Hoje estive em Belo Horizonte em reunião com outro sindicalista; o terceiro turno da Fiat está para fechar, o que significa mais demissões de trabalhadores da empresa em Betim. Em nossa cidade, Três Corações, que é conhecida como a terra do rei Pelé, duas grandes empresas do comércio foram fechadas. E, como consequência dessa situação que vivemos no Brasil, mais pais de família, mais trabalhadores estão pagando o ônus dessa crise. Nós não somos responsáveis por essa crise, mas somos nós que estamos perdendo empregos. São os nossos filhos que, amanhã, perderão escolas, universidades, acesso ao Fies, porque não teremos condições de mantê-los estudando. Hoje somos nós, os trabalhadores, que estamos pagando por essa crise. É por isso que acredito que temos de nos unir e convocar uma greve geral neste país.

Lembro-me muito bem de que, em 1983, quando Delfim Neto fez o Decreto nº 2.045, arrochando o salário dos trabalhadores, foi convocada uma greve geral. É chegada a hora de as centrais sindicais e os sindicatos levantarem-se e chamarem os trabalhadores para a luta, porque não podemos permitir que essa situação continue. Estamos tendo os salários reduzidos nas indústrias e demissões no comércio. O comércio não está vendendo nada. Estamos vivendo um dos piores Natais, um dos piores dezembros do Brasil nos últimos anos. Ontem, conversava com um empresário em Três Corações, e ele me dizia que, numa empresa de fabricação de tratores, todos os empregados estão em férias coletivas de dezembro até abril; portanto, mais demissões ocorrerão. Como pode um pai de família dormir hoje, sabendo que amanhã poderá estar desempregado? Apelo à Assembleia Legislativa: o poder político de nosso país tem responsabilidade porque está colocando, no olho da rua, milhares de trabalhadores. Fizeram a crise, e quem está pagando por suas consequências somos nós, os trabalhadores, que construímos este país, mas, infelizmente, não somos donos de nada.

Acho que o professor está de parabéns, mas temos de alertar os trabalhadores para irem à luta a fim de barrar essas demissões, como os estudantes estão fazendo em São Paulo. Estão ocupando as escolas públicas do estado e barrando a política de ensino que pretendia o seu desmonte. Este é o momento em que os estudantes, os trabalhadores, os movimentos sociais têm de se levantar para sacudir este país, mostrando que não vamos mais permitir demissões, porque, amanhã, são os nossos filhos que venderão droga nas ruas, sem emprego e sem escola para estudar.

O presidente – Muito obrigado pela manifestação, Sr. Eloísio Godinho, do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Três Corações.

Pergunta de Maria José de Medeiros, do Sind-UTE BH: “Que caminhos ou que pilares o Brasil necessita trilhar para retomar o crescimento econômico hoje e para produzir mais emprego e mais educação?”. O senhor pode ficar à vontade para responder às três perguntas.

O Sr. Nilson Araújo de Souza – Começarei por essa última pergunta, a da Maria José. A questão central é deixar de drenar os recursos do País da esfera produtiva para a esfera especulativo-financeira, ou seja, reduzir a taxa de juros. Essa é a questão fundamental e imediata. Enquanto os juros seguirem elevados, o País seguirá sem crescer, gerando desemprego, fazendo demissões e sem dinheiro para a educação. Apesar de haver verba designada para a educação, isso não tem sido



cumprido, porque tem-se de gerar superávit primário para pagar os juros da dívida. A questão básica é a redução da taxa de juros, pois ela, por si só, já cria um efeito positivo. No começo do governo da Dilma, houve um momento em que ela reduziu a taxa de juros e isso gerou ânimo, a atividade produtiva começou a se mover. E aí o Estado voltará a investir, o governo voltará a investir, o mesmo ocorrerá com o empresariado, e, além disso, o governo financiará, por meio do BNDES, a atividade produtiva. E o governo, com mais dinheiro, mais recursos, poderá investir em educação.

Eu moro em São Paulo, e até agora não entendi a lógica adotada pelo Alckmin de fechar escolas ou transformá-las de um tipo em outro. Ora, se estamos vivendo uma realidade em que há jovens fora da sala de aula, temos de aumentar a quantidade de escolas, e não diminuir. Já ouvi várias entrevistas do secretário de Educação e não consegui entender o porquê de fechar escolas. A educação é fundamental em qualquer processo de desenvolvimento. Como dizia Celso Furtado, o desenvolvimento é econômico, social, político e cultural. Então, a questão educacional é fundamental. Portanto, de imediato, é preciso baixar taxa de juros. Não adianta pensar em fazer qualquer outra coisa. Se não se baixar a taxa de juros, não há dinheiro. Mostrei claramente: 408 bilhões até setembro para os bancos, e os bancos aumentaram a sua taxa de lucro em 25% num momento em que as empresas produtivas estão em recessão, tendo queda de lucro. Portanto, essa é a questão fundamental.

Respondo às questões do deputado Geraldo Pimenta. Primeiro, crescer dividindo – isso é fundamental. Apesar de não ser um “furtadista”, admiro muito Celso Furtado pelo que ele produziu. E recorro a ele dizendo que desenvolvimento não é só crescimento do PIB, não é só crescimento da renda *per capita*, é distribuição da renda. Nesse sentido, concordo apenas parcialmente com você sobre a avaliação dos 12 anos. Você falou que, em 12 anos, não houve apenas crescimento mas melhoria da distribuição de renda. Acho que, no governo Lula, foram adotadas medidas claras que levaram à melhoria da distribuição de renda: basicamente, a política de recuperação do salário mínimo e os programas sociais. A Dilma só piorou isso. Então, não falo de 12 anos; refiro-me aos 8 anos, particularmente os 4 últimos do governo Lula, apesar de a economia não haver crescido muito – cresceu 3,5% ao ano –, mas distribuiu-se a renda. Porém isso foi no governo Lula. No governo Dilma, só esses 2 milhões de desempregados já destroem tudo. De que adianta ter salário mínimo em recuperação se os demais salários estão caindo em termos reais? Com o desemprego em alta, o sindicato perde o poder de negociação, consequentemente o salário real baixa porque não se consegue recompor o salário nominal a cada negociação. A Dilma tem – eu diria – jogado pela janela aquilo que o Lula fez. E o Lula só fez parcialmente, porque poderia ter feito muito mais. Mas fez o suficiente para a economia sair de 2% ao ano para um crescimento de 3,5%, o que ainda é muito pouco. Estou de acordo com você quanto a que, para solucionar a crise econômica, é preciso solucionar a crise política. O problema é saber que solução para a crise política resolverá a crise econômica. Se for meramente tirar a Dilma e permanecer o Temer, a crise econômica continuará, porque o programa dele é mais fundamentalista que o que ela está implementando. Portanto, acho que se tem de fazer uma limpa e pensar, de novo, o Brasil sob uma outra ótica.

A história do Brasil e do mundo é cheia de surpresas. Por mais que haja favoritos nas pesquisas, no momento atual ninguém sabe quem ganharia caso houvesse nova eleição. Mas acho que se tem de começar de novo. Só o debate que se abriria, na sociedade, sobre a política dos caminhos a seguir, animaria as pessoas, daria nova esperança, criaria novas expectativas etc. É isso que acho. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, professor Nilson Araújo de Souza, que, mesmo enfrentando problemas de saúde, aqui veio nos prestigiar com essa importante palestra. Convido todos para aqui estarem amanhã, às 9 horas, quando iniciaremos a reunião com vários debates.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de amanhã, dia 4, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 59ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/12/2015****Presidência dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Roberto Andrade**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa para o 1º Painel – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Presidente – Palavras do Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes – Palavras do Sr. Carlos Magno de Freitas – Palavras do Sr. Antônio Júlio de Faria – Palavras do Sr. – Palavras do Sr. Bruno Selmi Dei Falci – Palavras do Presidente – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Composição da Mesa para o 2º Painel – Palavras do Sr. João Cruz Reis Filho – Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva – Palavras do Sr. Roberto Simões – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antônio Carlos Arantes – Cássio Soares – Fábio Cherem – João Magalhães – Roberto Andrade – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Antônio Carlos Arantes) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado João Magalhães, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Retomada do Desenvolvimento Econômico, que tem como objetivo discutir possíveis medidas para retomar o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e alternativas para superar a crise.

Composição da Mesa para o 1º Painel

O presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painel os Exmos. Srs. Lincoln Gonçalves Fernandes, vice-presidente da Fiemg e presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da entidade; Antônio Júlio de Faria, presidente da Associação Mineira de Municípios; , secretário-geral do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, representando a secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Bruno Selmi Dei Falci, presidente da CDL-BH e vice-presidente da Federação das CDLs de Minas Gerais; e Carlos Magno de Freitas, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas – CUT-MG.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Esclarecemos que, após as palestras, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível no portal da Assembleia. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito em formulário próprio, que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer intervenções oralmente deverão especificar isso em formulário. Os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessarem o portal da Assembleia www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar suas contribuições.



Palavras do Presidente

Ontem, iniciamos este debate. Assistimos à palestra do mestre em economia rural de São Paulo e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Sr. Nilson Araújo de Souza, quando falou sobre a economia do Brasil. Foram feitas várias perguntas e respostas, e hoje teremos a continuação. Estamos num momento de profunda crise e depressão da economia e da política brasileira. A cada dia, vemos deteriorar-se o sistema político e os políticos. Não é só o sistema. É possível ter um sistema positivo e políticos estarem mal, e também o inverso. A verdade é que, quando o sistema está falido como está, é difícil fazer o País andar. A economia perde muito. Estamos perdendo dos dois lados. A ideia é ouvir das lideranças, das autoridades, das organizações empresariais e dos trabalhadores opiniões, experiências positivas, pensamento das entidades para que possamos retomar o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

Ontem, o professor falou de várias coisas interessantes. Houve uma fala dele que confirma o que sempre foi dito por ele com muita ênfase, pois ele é de São Paulo. Ele disse que Minas tem que ser protagonista do desenvolvimento do País. As coisas têm que passar por Minas, que precisa dar seu recado com força e mostrar sua liderança, o que está faltando. É preciso começar pelo governador, que precisa bater na mesa e exigir um plano para o desenvolvimento do País com rapidez, com retomada do desenvolvimento, e não com essa política repressiva, depressiva, em que só vemos, a cada dia, notícias com números ruins, negativos.

Há um pensamento negativo segundo o qual o ano que vem pode ser pior, o que é muito ruim. Vemos ações importantes como as da CNI e da Fiemg. O Brasil precisa investir R\$63.000.000.000,00 até 2020. Ao se falar nesse valor até 2020, parece dinheiro de mais da conta. Não é! Vejam que isso aqui pode dar uma retomada muito grande no crescimento, no desenvolvimento. Não queremos ser tão críticos, mas, num momento desses, não dá para ficar fora ou deixar de falar. Só em Pasadena, na refinaria americana, foram mais de R\$2.000.000.000,00 jogados no lixo. A verdade é que, quando se quer, há formas. O BNDES tem recursos, o BDMG também tem. Quando o governo é dinâmico e tem confiança, as coisas vão para a frente.

Confesso que não sabia, e ontem fiquei atento quando ele mostrou com gráficos e números que o Brasil passou 50 anos – de 1930 até 1980 – crescendo 7% ao ano. Foi o país que mais cresceu durante aqueles 50 anos. Nos últimos 34 anos, de 1980 para cá, cresce, em média, apenas 2%. Assim, não se consegue nem acompanhar o crescimento demográfico e vamos ficando para trás. Isso é muito ruim. Quando lembramos de Juscelino, vemos quanto o dinamismo foi importante para o País. E vemos que é possível, por meio de uma ação proativa, positiva, chamando a indústria, chamando quem produz e desenvolve, chamando os trabalhadores, dar dinamismo à economia.

Agora, é preciso ter coragem. Coragem de fazer fortes reformas políticas, o que não foi feito nos últimos anos, reformas administrativas e tributárias. Comparo o Brasil – perdão, parece que não estou vendo ninguém obeso – a uma pessoa extremamente obesa, que está com obesidade mórbida. E não tem coragem de tomar as providências, de ir ao médico certo, buscar o tratamento certo e fazer cirurgias, cortar na carne e jogar fora o que não presta, buscar o otimismo, o positivismo. E está como? Cada dia mais depressivo, comendo mais, e, para essa comida chegar, alguém tem que produzir, e está produzindo muito caro, pagando muitos impostos. A cada dia, consome-se mais e mais, e não há dinamismo, não há agilidade, facilidade para transformar aquela energia do alimento em produção para todos. Concentra nele, e a tendência de uma pessoa com obesidade mórbida e sem cirurgia é morrer.

Temos que fazer essa cirurgia na hora! Está na hora de o País reagir, desenvolver, crescer, acreditar na produção, no seu povo. Povo trabalhador tem, empresário dinâmico tem, parque industrial importante tem, clima para isso tem, então o Brasil precisa reagir. Agradeço a cada um de vocês por estarem aqui para dar essa contribuição e buscarmos, por meio de Minas, alternativas para sairmos da crise. Convido para a mesa também o Sr. Carlos Magno de Freitas, que representa a Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais.



Palavras do Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes

Exmo. Sr. Deputado Antônio Carlos Arantes, integrantes da Mesa, senhoras e senhores, bom dia! Vemos um cenário bem complexo no Brasil e em Minas Gerais. Nesses 10 minutos que me foram dados, gostaria de tentar passar o recado necessário.

Vamos falar, primeiro, sobre a situação da indústria em Minas Gerais. No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, viveu-se o tempo do milagre brasileiro. Naquela ocasião, éramos a China em termos de potencial de crescimento. Jamais tivemos o atual impacto mundial da China no PIB, mas havia índices de crescimento bastante vigorosos, e a indústria atingiu, no início da década de 1980, 32% do PIB. Em 2013, eramos 13,10% do PIB; devemos fechar 2015 na faixa de 9,7%, um pouco abaixo de 10% do PIB.

Ao se falar em desindustrialização, algumas pessoas ainda questionam. Acho que o gráfico por si só diz tudo. O cenário do gráfico mostra que a atividade produtiva no País não sobrevive a ambiente hostil, com taxas de juros elevadas, inflação elevada, câmbio baixo e carga tributária elevada. Essa é uma equação que não fecha para o setor produtivo do País. Está aí o resultado do que vivemos nos últimos tempos.

Da mesma forma, a indústria mineira também sofreu percalços. Estamos isolados, não somos uma ilha, mas Minas Gerais caiu menos do que a média nacional. Temos um problema sério; por consequência do ambiente em que estamos vivendo, ainda estamos patinando, perdendo força e vigor. Um importante passo para a manutenção mínima da atividade produtiva no País se chama investimento. Estamos perdendo investimentos de maneira vigorosa. Perdemos 4% em 2014 e caímos 14% este ano. A tendência é perdermos mais 7% no ano que vem. A situação é crítica a tal ponto que vocês podem ver a queda das produções brasileira e mineira, em vários setores.

Em termos de indústria, nos primeiros nove meses do ano, perdemos 7,4% no Brasil e 7,2% em Minas Gerais, ou seja, em produção, caímos 7,2% em Minas, mas, em faturamento, caímos 14%; essa não é uma queda, mas um tombo, um desastre. Enfim, essa é a realidade que estamos vivendo. E uma queda de 14% no faturamento da indústria provoca o mesmo impacto em termos de arrecadação estadual, ICMS; há uma corrosão muito grande nos tributos do Estado. Portanto, é difícil acreditar que o Estado tenha capacidade de aumentar carga tributária para um setor na situação em que se encontra, mas isso está acontecendo, até com a conivência desta Casa; e esse é um problema muito sério que precisamos olhar. Não existe espaço na atividade produtiva para se discutir aumento de carga tributária; temos conversado bastante com o Estado e entendemos sua dificuldade. Na verdade, Minas Gerais está em uma situação econômica muito delicada, e somos solidários e parceiros, mas a solução não passa pela carga tributária, porque, senão, mataremos o restante da indústria do Estado; esse é um caso grave que precisa ser bem considerado.

Outra questão é a da produtividade, que, no Brasil, é crítica, e a atividade industrial depende dela. Além disso, a produtividade faz parte da competitividade, e é necessário haver um cenário favorável; é necessário infraestrutura. Já falamos da questão fiscal e monetária do País, dos juros, câmbio, etc., mas também temos que olhar para dentro de casa, para a questão produtiva, para a produtividade.

Para vocês terem uma ideia, na década de 1970, o trabalhador brasileiro produzia o equivalente a 117% do trabalhador coreano; em 2010, 31%; e hoje está em torno de 27%, ou seja, um trabalhador coreano produz praticamente quatro vezes mais que um brasileiro, quando, na década de 1970, o brasileiro produzia mais que o coreano. E há exemplos de vários países para vocês observarem como está a situação.

Da mesma forma, acontece com o custo de produção. Estamos falando em ambiente de negócio, ou seja, precisamos criar esse ambiente. Basta ver que tivemos valorização cambial fortíssima enquanto o México teve uma perda de câmbio. Agora, estamos corrigindo esse fator. Tivemos um crescimento de salário de 100%; o México, de 67%; e os Estados Unidos, de 27%. Pelo quadro, vocês podem ver que, com essa situação no Brasil, competir se torna praticamente impossível. Mas essa é a realidade em que estamos vivendo.

Outro problema que afeta a produtividade é a sua estabilidade; não crescemos em produtividade no período. Entretanto, a folha de pagamento cresceu muito. Não somos contra o aumento da folha de pagamento; quanto mais o cidadão ganhar, mais vai consumir e mais a indústria vai produzir, o que é fundamental; entretanto não podemos ter um assunto sem aderência com a realidade. Se a folha de pagamento aumentar consideravelmente e não houver ganho de produtividade, isso significará custos, perda de competitividade; isso significa que a indústria vai quebrar. Esse é o fato.

A carga tributária do Brasil, por si só, é um absurdo e, se não mudarmos a gestão fiscal neste país e não fizermos um novo rearranjo de todas as questões econômicas e tributárias, não vamos a lugar nenhum. O nosso deputado Antônio Carlos Arantes já citou ali os problemas que temos enfrentado no Brasil e no Estado. O País está bem inchado. Basta dizer que, de 2002 a 2011, o Brasil cresceu. Na primeira parte de seu governo, Fernando Henrique fez uma limpa, jogou para baixo todos os gastos da União, depois ele também provocou algum gasto, principalmente na campanha de 2002. Entretanto, nesse período de 2002 a 2011, aumentou-se a despesa do País em 1,5% do PIB, ou seja, o custeio da máquina federal aumentou em 1,5% em relação ao PIB em seu gasto. Já, nos quatro primeiros anos da presidente Dilma, ela aumentou os gastos em 1,9% do PIB. Agora, precisamos cortar, e não estamos conseguindo. Aumentaram 1,9% dos gastos públicos, e, para cortar 0,7%, está um Deus nos ajuda.

Com a CPMF, deveríamos fazer uma economia de R\$67.000.000.000,00, e estamos fechando o ano com um déficit de R\$112.000.000.000,00 a R\$120.000.000.000,00. Na verdade, estamos lutando com uma CPMF, que dará uma geração de R\$30.000.000.000,00 a R\$40.000.000.000,00 por ano, quando, só no aumento do serviço da dívida, em 2014, foram pagos R\$384.000.000.000,00 de juros; neste ano, chegaremos a R\$500.000.000.000,00. Precisamos de duas CPMFs por ano para manter os juros no patamar em que estão no País.

Não existe sociedade que resista a isso. As despesas de previdência e com taxas de juros do governo federal representam 67% do orçamento da União. Por aí vocês veem a situação em que estamos, e ela é muito mais grave do que a que se fala em relação ao País. E a carga tributária tende a aumentar em um setor que não comporta mais nenhum aumento.

Agora, vêm as conclusões. Vamos direto ao assunto. Estamos cheios de diagnósticos. A indústria brasileira e a mineira seguem uma trajetória perigosa de completa perda de competitividade, tanto no cenário nacional quanto no internacional. Custos mais altos e produtividade mais baixa estão inviabilizando todo o setor industrial, onde temos vantagens naturais.

Quais são os principais desafios que devemos transpor para mudar a trajetória de nossa produtividade? Reduzir custos de produção e elevar a nossa competitividade. Para isso, precisamos de liderança presidencial, de liderança empresarial. Este momento não permite outro caminho; precisamos parar com a situação em que estamos envolvendo o País. De alguma forma, é necessário parar. Estamos criando um mundo de desemprego no Brasil. Enquanto estão discutindo questões em nível de Congresso, de Palácio do Planalto, isso está gerando desemprego. Como um pai ou uma mãe de família podem chegar em casa e ter que cuidar de sua família sem ter de onde tirar dinheiro? Isso tem que pesar na consciência das lideranças do País em caráter de urgência. Também precisamos: definir prioridades, colocar o foco nos resultados, monitorar ações, avaliar resultados, enfim, precisamos trabalhar, agir, não podemos continuar nessa inércia em que estamos.

Aqui vemos um quadro sistêmico da situação. Precisamos mexer com inovação e produtividade no ambiente institucional; precisamos trabalhar ambiente macroeconômico, estabilidade, previsibilidade, taxas de investimento, enfim, tudo o que falei agora com vocês. Com relação à eficiência do Estado, é necessário gestão no gasto público, o que já abordei.

Desenvolvimento de mercado: acesso a mercado, internacionalização, cadeias produtivas globais. Precisamos entrar nas cadeias globais de valor, pois o Brasil ainda está muito fora disso em nível mundial. Não adianta pensarmos no futuro se não dermos esse passo de maneira concreta. Políticas setoriais claras e desenvolvimento regional efetivo e vigoroso. Segurança jurídica – não vamos a lugar nenhum sem ela. E, com isso, temos esses quatro quadros centrais, ou seja, tudo isso interfere ou dinamiza se trabalharmos fortemente: as relações do trabalho, as questões de financiamento, as questões de infraestrutura e as questões tributárias.

Portanto, para crescer, este país tem que pensar seriamente em dois pontos fundamentais. Sabemos que temos de fazer a reforma fiscal, mas essa reforma sempre é recessiva, não adianta falar o contrário. É preciso contrapor uma ação forte, importante e necessária, pois, sem contrabalançar, qualquer país do mundo quebra. Falo isso em um bom termo, pois sabemos que não acontece de quebrar de fato, entretanto a sociedade sofre muito. Temos que tomar uma atitude fiscal forte. No primeiro momento, essa ação é recessiva, não tenham dúvidas, mas devemos contrapor isso com medidas de incentivo ao crescimento. Não se pode fazer como fizemos: demos o primeiro passo e paramos; e foi um passo mal dado, pois, no Congresso, em nível federal, a coisa não avança. Fizemos isso, mas não apresentamos nenhum contraponto efetivo ao crescimento.

No passado, fizemos o arranjo fiscal – o último foi forte, na época de Fernando Henrique – e forçamos também por meio das privatizações; bem ou mal – e não vou entrar nas questões políticas ou ideológicas –, mas hoje temos as concessões. O governo fez um pacote, o Programa de Investimento de Logística – PIL: R\$293.000.000.000,00. Isso vai envolver recursos nacionais? Mas não temos recursos, eles precisam vir de fora, teremos que fazer concessões, isso é absolutamente necessário. Entretanto, estamos adiando indefinidamente. O PIL foi lançado no começo deste ano para começar a deslançar em julho, mas já o postergaram várias vezes e, agora, está programado para abril do ano que vem – e estão falando em empurrar para julho. Não é possível trabalhar a questão fiscal fortemente sem dar uma contrapartida para a economia, para a sociedade. Esse é um fator de crescimento por meio de concessões e exportações, ou seja, precisamos de investimento em infraestrutura e exportações fortes e vigorosas. Essas são condições *sine quibus non*, e elas devem ser rápidas para sairmos de onde estamos. Esse é um caminho possível.

Aqui também temos: atenção no investimento estratégico, reordenamento do espaço territorial em Minas Gerais. Esses são os investimentos regionais. A Fiemg promoveu, na quarta-feira, um evento forte sobre esse assunto na parte da tarde –, infraestrutura estratégica – isso é fundamental –, fortalecimento da diversificação da indústria mineira, agregação de valor e agenda estratégica para Minas Gerais. Quando falo em agenda estratégica – e o deputado abordou muito bem a questão da liderança: Minas tem que acordar, Minas tem que liderar –, temos que lembrar o seguinte: o que aconteceu para industrializarmos este estado? Houve lideranças que trouxeram o setor siderúrgico; tínhamos mineração e trouxemos o setor siderúrgico: Usiminas, Belgo, Açominas, enfim, todas vieram a partir da liderança do Estado, que fez negociações por meio da Fiemg e de outras entidades, e Minas avançou nessa área. Depois, veio a Fiat. Lembro-me bem do governo Rondon Pacheco, que entregou o Estado para a Fiat; mas vejam o resultado, ela já se pagou quantas mil vezes? Entretanto, nos últimos anos, entramos com um discurso de que não podemos propor benefícios e incentivos para atrair as empresas; isso é um engodo, uma loucura. Nossos grandes saltos econômicos se deram em cima de projetos-âncoras e de investimentos. Por que Minas Gerais tem uma refinaria? Porque houve liderança e força para isso. Por que a refinaria, hoje, está ruim com relação à demanda do Estado? Ela não atende à demanda do Estado e não cresce mais, pois não temos lideranças para forçar investimentos em refinaria em Minas Gerais e fazer o famoso *downstream* em volta dela, fazer investimento de plantas complementares, em produtos complementares.

Nós temos uma empresa-âncora e podemos avançar. O que está faltando? Liderança. Recentemente, demos o último passo importante: a indústria de *chip*. O mundo vai crescer em cima dos fatores de produção novos: nanotecnologia, biotecnologia, tecnologia da informação. Esses são os pontos básicos. A indústria de *chip* é fundamental. Temos que arrancar, não só com ela, mas também com os outros fatores convergentes. Isso é liderança, ação, estratégia; não temos outro caminho.

Por fim, temos: setores estratégicos para viabilizar o equilíbrio da balança de pagamentos do País. O setor que mais demanda inovação, capital humano e serviços sofisticados é o setor melhor posicionado para inserir o Brasil na economia mundial e nas cadeias globais de valor. Se estivermos na fronteira nova da produção mundial, estaremos envolvidos nas cadeias globais de valor; e o Brasil é fraquíssimo nessa área, assim como Minas Gerais. Com isso, poderemos gerar mais bons empregos e promover especialização. E esses setores recolhem relativamente mais impostos que a média dos demais, pois realmente são indutores de crescimento e grandes geradores de investimento.



Queria dizer-lhes que estamos vivendo um problema sério no Estado recentemente. Tivemos o problema da Samarco, e gostaria de abordá-lo; se me permitir, deputado. É inegável. O desastre é grande, a situação é crítica. Tivemos um tremendo abalo nas questões de meio ambiente e nas vidas humanas. Foi uma fatalidade muito séria. Mas, graças a Deus, isso aconteceu com uma empresa que não foge de sua responsabilidade. A Samarco está aí, trabalhando, tentando ajudar, e isso terá um peso enorme nas suas finanças em curto e médio prazos.

Ela não tem dúvida da sua responsabilidade, portanto dela não está fugindo. Não se faz tudo de imediato; nem casa disponível para locação há, na região, para abrigar, em caráter emergencial, as pessoas. Tem-se até dificuldade de encontrar isso lá. Portanto, algumas coisas vão se dar de maneira mais lenta. E a sociedade não dispõe de tempo para esperar esse prazo mais lento. Há um conflito que tem de ser resolvido, e isso tem de ser feito a quatro mãos. Não será possível atender a 100% de imediato, e, quando se tem boa intenção e urgência para atender à demanda, surgem, no meio do caminho, os oportunistas. E esse é um problema que temos de reconhecer no Estado. Temos de tomar muito cuidado para identificar isso, no Estado, neste momento, porque o assunto é sério, é grave. A empresa é muito boa e muito séria.

Fala-se em fechar a Samarco, mas 80% do movimento da economia de Mariana depende dela; um pouco menos ocorre em Ouro Preto e várias cidades vizinhas. Nós vamos acabar com essas cidades? Não estamos falando de 6 mil empregos; estamos falando da população urbana de uma cidade, de várias cidades. Não se brinca com isso. O impacto do fechamento da Samarco hoje gira em torno de 1% do PIB do Estado de Minas Gerais. Estamos falando do problema que enfrentamos, da dificuldade de lutar por crescimento, e estamos esnobando e desfazendo de um patrimônio do Estado, de uma riqueza do Estado. Temos de saber fazer a crítica forte, contundente ao problema que houve. Temos de saber que a solução não passa pelo fechamento da Samarco. Fazemos toda essa apresentação e contrariamos o nosso próprio discurso fechando a Samarco – isso é uma incoerência. Não sou adepto dessa filosofia. Portanto, senhores, era o que gostaria de dizer; estou aberto aos debates; muito obrigado.

Palavras do Sr. Carlos Magno de Freitas

Bom dia. Cumprimento o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado proponente deste encontro, e os demais companheiros componentes da Mesa.

Represento o mundo do trabalho. Evidentemente que, neste cenário de crise, temos olhares distintos. Até entendo que esses olhares são um importante componente para a nossa reflexão.

Inicialmente gostaria de abordar, em níveis nacional e estadual, o que chamamos de compromisso para o desenvolvimento. Mas não posso deixar de fazer uma avaliação do crescimento do emprego e também do desemprego. Não posso fugir a uma discussão em que os espaços para o diálogo, em se tratando de um tema tão importante, ainda são limitados, principalmente no nosso estado. Acredito que deveria ser de iniciativa do governo do Estado o que chamamos de um espaço tripartite, com representação dos trabalhadores, do governo e dos empresários, para discutir o emprego, do ponto de vista da siderurgia e da mineração, que vive uma crise. E não podemos fazer dessa discussão algo contaminado. Na verdade, quais são as perspectivas? Primeiro, é possível a todos nós ter o sentimento de que poderemos reverter a profecia recessiva para 2016? É possível pensar um outro modelo econômico com um padrão que dialoga com o macro e com o micro? É possível pensar uma economia para além desta estagnação em que nos encontramos no contexto atual?

Há alguns dados que gostaria de apresentar. Em termos de Brasil, de 2002 a 2014, no setor metalúrgico, houve um crescimento do emprego da ordem de 73,69%. Isso representou algo de 1.340.000 novos postos de trabalho, atingido, nos dias atuais, 2.330.000 empregos no Brasil. Agora, em 2015, já há um recuo; foram perdidos 182.026 postos de trabalho no ramo metalúrgico, conforme dados do Caged, representando uma queda de 7,8%. Em Minas Gerais, no mesmo período, considerando-se de 2002 a 2014, foram gerados 71,25%, correspondendo, à época, a 154.579 empregos, em 2002, e chegando a 264.709, em 2014. Agora, em 2015, foram perdidos 23.198 postos de trabalho, representando uma queda de 8,8% – vejam a diferença em nível nacional e o impacto no Estado. Esses dados são preocupantes. Como buscar alternativas,



quando temos uma cultura da relação empregado-empregador em que nos é permitido um diálogo mínimo e tão somente em época de campanha salarial? Ainda não despertamos para a conversa sobre outros temas, principalmente sobre a questão do emprego, da valorização do trabalho e da renda. Temos muita dificuldade para fazer isso. Ainda há uma relação de muita desconfiança entre esses atores. Parece-me que, em determinado momento, as cartas não são devidamente colocadas nas mesas.

As centrais elaboraram recentemente um documento, e darei conhecimento dele a vocês, considerando-se o compromisso com o desenvolvimento e a demanda imediata de espaços para negociações tripartites. Em termos do que foi discutido em nível nacional, o primeiro item é: retomar rapidamente o investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la, bem como criando ambiente regulatório que garanta segurança jurídica; retomar e ampliar os investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas, em especial a Petrobras; destravar o setor de construção por meio de instrumentos institucionais adequados, adequando acordos de leniência, entre outros, que garantam a penalização dos responsáveis e a segurança jurídica das empresas, com a manutenção dos empregos. Criar condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação. Priorizar a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo, da agricultura, da indústria, do comércio e de serviços, de adensamento das cadeias produtivas e de reindustrialização do País; ampliar, em condições emergenciais, o financiamento de capital de giro para as empresas com contrapartidas sociais e ambientais; adotar política de fortalecimento do mercado interno para incremento dos níveis de consumo, do emprego, renda e direitos sociais. É isso o que chamamos de compromisso pelo desenvolvimento.

Em se tratando do que aconteceu com a Samarco, do que ocorreu com a cidade de Mariana, parece-me que teríamos de ter ousadia e pensar num processo de negociação tripartite, porque, até o presente momento, os trabalhadores têm sofrido um impacto maior, ocasionado pela crise ali estabelecida tanto em relação ao ambiente, quanto à deterioração do emprego devido à eliminação de postos de trabalho, bem como aos trabalhadores das empresas terceiras – e vejam que não sou contra a terceirização. Penso que temos de apresentar uma proposta de regulamentação desse trabalho. E, na minha opinião, o 4330 não era o caminho; teremos de trazer o assunto ao debate – esse olhar em relação à terceirização – de forma madura, mais construtiva e ousada. Mas, no contexto atual, a terceirização, conforme está sendo praticada, principalmente em vista do que ocorreu em Mariana, é algo que merece uma leitura mais atenciosa e mais cuidadosa.

Neste ambiente de incerteza, uma certeza eu tenho: a defesa intransigente da democracia. A democracia é fundamental para nós. Ela nos permite o contraditório, pensar de forma diferente, apresentar projetos diversos. Portanto, nela não há uma imposição. Nesse cenário de compromisso para o desenvolvimento, nós, do mundo do trabalho, não abrimos mão da democracia. E não estou dizendo que os que aqui estão presentes estão abrindo mão da democracia – não é isso, não. Falo sobre esse tema como instrumento para dialogar, para apresentar propostas visando ao desenvolvimento, que acreditamos ser um caminho para que o Brasil saia deste momento difícil em que se encontra.

Concluindo, gostaria de falar sobre a arrecadação do ICMS, que está caindo no Estado de Minas Gerais. Segundo material que me encontra disponível, essa queda no recolhimento do imposto pela indústria – sua principal fonte – chegou a 16,5%. É importante que enfrentemos uma reforma tributária, e a tenho convicção de que a taxaçaõ das grandes fortunas é um debate a ser feito de forma muito madura. Penso, ainda, que a reforma política é importante, inclusive para que não convivamos com essa situação por que passamos recentemente.

Por fim, sou defensor da reforma sindical. Necessitaremos de maturidade, num determinado momento, para apresentar esse debate, esse diálogo, verificando a lógica de avançar. Essas eram as contribuições que gostaríamos de fazer, colocando-nos à disposição para o debate. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Sr. Carlos Magno de Freitas, vice-presidente da CUT-MG. Gostei da sua fala, que foi bem madura. Com a palavra, o experiente político Antônio Júlio, que já foi presidente desta Casa e hoje é prefeito de Pará de Minas e presidente da Associação Mineira dos Prefeitos – são mais de 800 municípios em Minas.



Palavras do Sr. Antônio Júlio de Faria

Obrigado, presidente. É uma alegria retornar a esta Casa para uma reunião comandada por este bravo deputado, Antônio Carlos Arantes. Ele é um dos mais atuantes parlamentares, em todos os sentidos. A Casa é dinâmica, e sempre há aqueles que se sobressaem nas atividades. Cumprimento todos os integrantes da Mesa e o público presente.

Estive por 22 anos na Assembleia. Ficamos discutindo o mesmo assunto esse tempo todo, e não sai do lugar. A Casa chegou a criar uma comissão para discutir o tema, e vou começar pela reforma tributária, já que, todas as vezes que passamos dificuldades, é a primeira coisa que vem à tona. Nós andamos por vários estados, reunimo-nos com os deputados federais, com economistas, com o pessoal da Secretaria de Fazenda, com aquelas pessoas que estavam na arrecadação, as entidades representativas. Todo mundo fala da reforma tributária, mas ninguém nunca apresentou uma reforma que realmente pudéssemos enfrentar e, pelo menos, discutir com mais clareza.

Lembro-me, Antônio Carlos Arantes, de que, quando avançávamos na questão da unificação do ICMS, vinham as dificuldades do País em relação às diferenças regionais. Então, fazer uma unificação da cobrança tributária é complexo, é complicado. O deputado Virgílio Guimarães era relator na Câmara Federal e fez uma proposta, para jogar uma água fria em todos nós: teria de haver a reforma tributária, e, para aqueles estados que tivessem alguma perda, seria feito um fundo para fazer a compensação. Isso é a mesma coisa que falar que não vai haver nada, porque – gosto de desafiar –, no Brasil, não existe um fundo que funcione. Costumo dizer que todo fundo que se cria no País, em todos os setores, é fundo sem fundo. Cria-se o fundo, e as coisas não funcionam. Se fizermos um levantamento, em alguns fundos, como da área da energia elétrica e da telefonia, existem fortunas e fortunas, bilhões de reais parados lá, e não se consegue aplicar. Por quê? Porque a burocracia é muito grande. Quer dizer, não é só com a reforma tributária em si que vamos resolver a questão do desenvolvimento de Minas Gerais.

Lembro-me de 2009-2010, quando Itamar Franco era governador de Minas e houve uma guerra fiscal interna no País das mais graves possíveis. Goiás guerreando com Minas Gerais, Rio de Janeiro guerreando, parte de São Paulo guerreando, e Minas acomodada naquela lógica de que não poderia entrar naquela guerra fiscal por questão de moralismo excessivo, que não existe; não ia entrar porque era contra os princípios de quem estava na administração pública. Quando o Estado acordou, ainda no governo Itamar, já estávamos perdendo a guerra, principalmente para Goiás. Quantas empresas de Minas foram para Goiás com benefícios fiscais, que, às vezes, eram pagos pelo Estado de Minas Gerais. Agora isso está em discussão no Supremo, que está questionando os empresários que tiveram esse benefício que Minas Gerais pagou. Mas nós perdemos o que era mais importante: a nossa competitividade, os nossos empregos e os investimentos no nosso estado.

Quando falamos em como fazer a retomada do crescimento, temos de nos utilizar um pouco da história, e uma história recente. Todos os empresários reclamam dessa questão tributária, e com razão, pois a carga está pesada, e, quando o calo aperta, o governo aumenta as taxas, etc. Isso é solução? Eu discutia bastante, Lincoln, com o secretário de Fazenda matéria com que sempre trabalhei muito enquanto estive na Assembleia, que era a questão da tributação. Entre tributar e arrecadar, a distância costuma ser longa demais. Temos muita facilidade de tributar, mas temos dificuldade de arrecadar. Esse é o grande problema do desenvolvimento do País.

Você estava falando: quem desenvolve a economia ainda é o setor público, é o que mais emprega, que tem mais recursos. Mas, com essa desorganização política que estamos vivendo, tudo está estagnado. A guerra política, que é das mais graves da República – nunca tivemos uma crise política tão grave como está havendo agora –, tem um reflexo direto no desenvolvimento e no crescimento. Enquanto alguém não assumir o comando da crise política, não vamos sair desse marasmo, até porque essa crise traz muita insegurança para todos aqueles que tinham projetos de investimento. Vou investir como, se não tenho nenhuma segurança?

Infelizmente, aqui no Brasil, estamos vivendo outra situação complexa, em que, às vezes, nos omitimos e que não temos coragem de abordar, que é a judicialização da administração. Por qualquer coisinha se judicializa hoje. Não se tem

segurança para trabalhar. São vários órgãos que vêm para cobrar, fiscalizar, multar e não dão solução, que é o mais grave, porque, se, essas ações tivessem um resultado positivo, até que seria legal.

O Lincoln falou sobre a Samarco, e eu liguei para o prefeito e disse: enquanto houver holofote, está todo o mundo aí com você. Na hora em que o holofote se apagar e a Samarco deixar de ser notícia, você vai ficar sozinho. Vocês viram ontem na imprensa o secretário Sávio Souza Cruz dizendo que existem 86 ações contra a Samarco. Não vai resolver; não é com ação judicial nem com esse trabalho em que todo o mundo quer aparecer. Todos os órgãos, envolvidos ou não, estão dando palpite; todo o mundo dá uma solução. Isso traz uma insegurança para a própria Samarco. Do jeito que está lá, como ela vai investir para resolver o problema que foi causado pela empresa? Se eu fosse dono da Samarco, deixaria ser feita a judicialização, e aí discutiríamos na judicialização. Quem vai resolver? Até a presidente Dilma, que sobrevoou a região uns quatro ou cinco dias depois do ocorrido, já chegou noticiando multa, como se multa fosse a solução.

A insegurança atual impede a retomada do desenvolvimento. Precisamos fazer uma reformulação geral na nossa Constituição. Um dos seus artigos dispõe que a saúde é direito de todos, e só. Aí todo o mundo hoje se julga no direito de ter uma saúde pública judicializada. Hoje já virou uma máfia de alguns setores, inclusive o farmacêutico; estão judicializando tratamentos caríssimos em municípios que não têm condições de bancar a saúde de seu povo. Mas você tem de fazer para um, porque a nossa Constituição tem esse dispositivo.

Ninguém tem coragem de enfrentar esses problemas. Estamos fazendo várias reuniões sobre a judicialização da saúde. Isso vai inviabilizar o crescimento e o desenvolvimento. Poderiam perguntar o que tem uma coisa a ver com a outra. É claro que tem. O município, que já possui poucos recursos para investir em outras áreas, está tendo de disponibilizá-los para atender uma ou duas pessoas. E a judicialização geralmente envolve tratamentos caríssimos. A própria União e o próprio Estado precisam rever esse papel. Qual é a obrigação e qual o limite do Estado para atender? Não estamos defendendo que não tenha de haver a universalização da saúde, mas tem de haver critério quando a saúde é pública, quando é financiada pelo poder público. Por isso o Estado está falido. Quando nos voltamos para o INSS, vemos que foram equívocos lá de trás. Há um déficit muito grande não pela situação atual, mas pela situação passada, porque vários e vários benefícios foram concedidos, desorganizando a área fiscal do Estado.

Outra coisa que precisa ser discutida, que está sendo boa e importante, mas que o Estado tem de rever, é a questão do Minha Casa Minha Vida 1. O Estado paga R\$75.000,00 ao empresário para fazer uma casa e a vende por R\$4.000,00. Essa conta não tem como fechar. É um benefício? É um benefício fantástico, é emocionante quando as pessoas recebem o bem, mas isso tem de ser revisto, pois começou a desequilibrar a questão orçamentária e fiscal, principalmente da União. Por isso, existe esse déficit, e ela não consegue arranjar recurso para cumprir.

Sempre estamos na contramão da história econômica do mundo. Enquanto os outros países passaram por crises – e sempre fazemos referência aos Estados Unidos e ao Japão – e diminuíram a taxa de juros até uma taxa negativa, nós elevamos a taxa, absurdamente, a 14,5%. Isso é para atender o setor financeiro do nosso país. Isso só interessa aos banqueiros. Hoje os títulos públicos são o melhor negócio do mundo; você tem uma renda de, no mínimo, 14,25%, que é a taxa Selic.

O Brasil está meio esquisito, ainda mais com essa crise. Parece que a nossa presidente Dilma está com dificuldade de assumir o governo. Nós vivemos no sistema presidencialista, e a presidente tinha de ter mais pulso para tomar as rédeas da direção de nosso país. Como foi dito aqui, hoje não temos mais lideranças. O Brasil está carente de lideranças. No Congresso Nacional é cada um por si e Deus para todos. Há essa proliferação desorganizada dos partidos políticos, e agora criaram mais um. Há uns 30 dias entrou em vigor o Partido das Mulheres Brasileiras. Isso é brincadeira. Temos de parar com essa demagogia e essa hipocrisia que nós vivemos em que todo mundo dá palpite no sistema político brasileiro, mas ninguém tem uma solução.

Outra questão é o financiamento da política pela empresa privada. Esse não é o grande problema. Tentamos fazer uma reforma política em 1996. Foi feita a reforma política ao se criar uma barreira para os pequenos partidos saírem do espaço.



Hoje os pequenos partidos são o problema da política. Em 2006, 10 anos depois, o Supremo determinou que isso é inconstitucional. A lei foi elaborada para entrar em vigor depois de 10 anos, e, quando isso ia acontecer, não podia mais. Aí o Supremo criou regras para a eleição por meio das quais legalizou a compra de voto e fica falando do financiamento privado. No Brasil você pode comprar o voto. Só há uma regra: tem de pagar com cheque da campanha, não pode pagar com dinheiro; se pagar com cheque e tiver o recibo, é válido, é uma compra de voto.

Todo o mundo tem dificuldade de abordar essas questões relacionadas à hipocrisia que vivemos no País e que impede o nosso crescimento e o nosso desenvolvimento. Essa nova geração que está chegando tem de ter coragem de propor mudanças ousadas, mudanças em situações que já conhecemos e que não deram certo. Lamentavelmente, a classe política está acuada. Todo o mundo tem medo. Têm medo da imprensa, do Ministério Público, têm medo de tudo, e as coisas não acontecem. O mais cômodo para todos nós é o comodismo mesmo, falar “isso não é problema meu, deixa para lá, depois alguém resolve”, mas não é por aí.

Eu estava falando sobre o crescimento e desenvolvimento do Brasil. Há uma preocupação muito grande, porque, a partir do momento em que o Estado para as obras, para de fazer investimentos, para tudo, há um reflexo direto na economia. Quando as prefeituras param de fazer investimentos também, o reflexo é imediato: paralisa-se o comércio local, paralisam-se as atividades afins, porque a prefeitura compra todo tipo de serviço, e, quando a economia para, todo o mundo fica assim: o que vamos fazer? Como fazer?

Precisamos discutir a crise política, deputado. Não adianta ficarmos inventando, convidando economista, etc. Se não se resolver a crise política, não vamos sair desta situação, e vai daí para pior. Disse isso há um ano, e, na minha posse na presidência da AMM, em maio, eu já falava na presença do governador que estávamos precisando de lideranças que tivessem a coragem de esquecer o governo e olhar para o Brasil. Nosso problema é que a maioria dos políticos fica olhando o governo e se esquecem do Estado. O Estado somos nós, o governo é passageiro. Hoje é o PT, amanhã é o PSDB, depois o PMDB, mas o Estado permanece. Se quisermos derrotar o nosso estado e, para isso, desejarmos “matar” o governo, não haverá solução de curto prazo. Vamos ter reforma política, vamos ter outra eleição, vamos ter o quê?

Acho que Minas Gerais, que tinha as grandes lideranças, perdeu essa credibilidade para liderar qualquer movimento. Se fizermos um levantamento hoje, no Brasil, dos políticos mais tradicionais, porque isso depende um pouco de experiência, não vamos achar cinco que poderiam ser uma solução para conduzir o Brasil. E não é partido político. Sou do PMDB. Dizem que o PMDB vai assumir, mas não tem nenhuma capacidade de assumir o Brasil hoje. Posso falar isso de cadeira, porque estou no PMDB desde 1979, nunca mudei de partido. Mas também não vejo, na responsabilidade que pregamos de que temos que defender o Estado, que não temos gente para conduzir. Não temos liderança que tenha credibilidade, que tenha coragem, que tenha determinação e que queira fazer esse sacrifício. Isso também é um sacrifício. Mudar as regras do jogo, às vezes, nos impõe alguns sacrifícios. E hoje não vejo a classe política no ideal de se sacrificar um pouco para salvar o nosso país. Salvar governo é problema do PT. Isso é problema deles. O governo é deles, mas o País é nosso. É isso que temos que mudar.

O Aécio poderia ser hoje a maior liderança do Brasil se não estivesse com tanta ânsia de assumir o governo de qualquer jeito, pregando *impeachment*. Isso é golpe. Não podemos aceitar. Ele tinha credibilidade para isso. Poderia ter um pouco mais de humildade para falar: o governo é do PT, é da Dilma, mas temos que cuidar. Vou repetir isso várias vezes: temos que cuidar do nosso estado e do nosso país. Vejo que essa retomada do desenvolvimento econômico passa pela crise política. Os empresários estão prontos para investir. Muitas pessoas estão investindo. Muitos investidores estiveram em Pará de Minas nos últimos 15 dias. Pensei até que estava acontecendo alguma coisa que eu não estava sabendo, principalmente na questão imobiliária onde tivemos vários lançamentos de empreendimentos grandes e de loteamentos de pessoas de fora, que querem investir na cidade. É sinal que alguém está acreditando no nosso país, apesar de os grandes investimentos, as grandes indústrias estarem numa insegurança jurídica terrível, principalmente com relação à questão tributária. E Minas Gerais passa por isso. Já disse aqui várias vezes que empresário que vem para Minas Gerais, que vem conhecer nosso sistema fiscal tributário não investe em Minas Gerais. Só se for louco. E nós não temos coragem de sair dessa inércia. As dificuldades são



grandes. A Secretaria de Fazenda cria dificuldade muito grande, e o governo não toma as decisões necessárias, porque o governo não pode ser do secretário de Fazenda nem dos funcionários da secretaria.

Como eu disse, tem que ser uma questão de Estado e às vezes temos de abrir mão de alguma ideologia, de alguma coisa que acreditamos, mas vale a pena, porque o resultado daquilo a que você é contra tem um resultado positivo naquele momento. Então, Antônio Carlos Arantes, este debate neste momento tem importância. Temos que ter a coragem de discutir principalmente as dificuldades que estamos vivendo hoje. Elas são graves, são terríveis. Como foi dito aqui, não temos esperança. Minas não teve liderança para melhorar a Regap. Ela está caindo aos pedaços. Estou nesta Assembleia, há 22 anos, e a discussão sempre foi a mesma. Não tivemos ninguém para peitar quando era para ser feito. E o Estado da Bahia levou os investimentos da Petrobras. Falta liderança. Minas precisa parar com essa bobagem de que Minas trabalha em silêncio. Enquanto Minas está trabalhando em silêncio, a Bahia está nos comendo com o pé; até o Espírito Santo está matando Minas Gerais pelo nosso comodismo. Há dias em que não tem que ir com calma, tem que dar tapa na mesa e exigir o que é de Minas Gerais. Algumas pessoas dizem que o crescimento e o desenvolvimento passam por Minas Gerais. Mas isso está no passado. Passava por Minas Gerais, hoje já não passa.

Minas hoje está jogada ao relento, porque não temos uma liderança forte, não temos um comando forte. Vou fazer uma crítica pessoal, mas não temos um grupo de deputados federais que trabalha em prol de Minas Gerais. É cada um para si. São 56 deputados federais que, se quisessem, poderiam fazer um grande barulho e uma grande força política para defender os interesses do nosso Estado, mas cada um tem o seu interesse pessoal, e o Estado fica para depois. Diferente do Norte, do Nordeste. Por que lá está desenvolvendo mais do que Minas Gerais? Porque, quando eles têm que decidir as coisas do Norte e do Nordeste, mesmo sendo adversários, os deputados se unem. Mesmo em São Paulo, onde todos se unem em favor do Estado.

Desculpem-me, mas estou um pouco revoltado com a política. Temos que falar para chamar a atenção e tentar acordar a classe política. Vejo que a bancada federal de Minas é uma bancada muito nova. Falta um pouco de experiência e vivência. Não há ninguém para comandar, não temos uma liderança para, em primeiro lugar, discutir os interesses do nosso estado. Então, vejo que nessa retomada do desenvolvimento temos de estar atentos, temos de enfrentar e discutir com muita clareza a questão política.

Não temos que ficar batendo palmas para a criação de partido todos os dias. Isso não tem sentido. Se queremos um Brasil grande, um Brasil forte, com instituições fortes, precisamos ter partidos grandes e fortes. Sem isso vamos ficar lamentando, chorando e gritando. Aqui termina minha fala. Desculpem-me se desvirtuei um pouco o objetivo, mas acho que essa discussão política passa a ser importante na retomada econômica do nosso país e do nosso estado, porque a crise é muito séria e volto a repetir que é uma crise política sem precedente. Temos que pedir a Deus que ilumine os políticos e a própria presidente Dilma para que possa assumir o governo e dar direção. É do que estamos precisando. Pode ser qualquer um, mas precisamos de direção e de comando. Um abraço e muito obrigado a todos.

Palavras do Sr. Fernando Passalio de Avelar

Bom dia. Queria cumprimentar o deputado Antônio Carlos Arantes e em nome dele todos os membros da Mesa. É uma excelente oportunidade que o governo de Minas e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico têm de participar de um debate tão rico e tão oportuno que é a retomada do desenvolvimento econômico. Falar de desenvolvimento econômico em pleno momento de crise política nos fez trazer aqui um outro tipo de política, que são políticas públicas em prol do desenvolvimento econômico. Acreditamos, com bastante firmeza, que o desenvolvimento econômico passa também pela diversificação da base econômica do nosso estado, por isso a palavra-chave para a nossa gestão é empreendedorismo. O empreendedorismo é uma forma de viabilizar que essa força, que esse povo criativo que temos possa realmente empreender, gerar riqueza, gerar emprego, e é por isso que nós, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, estamos trabalhando em prol de criar condições e políticas públicas para que isso possa acontecer.

Vou procurar ser bem breve. Haverá um tempo para abertura, conversa e discussão sobre os assuntos. Rapidamente vou passar pelo panorama das microempresas e empresas de pequeno porte. São as nossas microempresas, os nossos pequenos negócios. Para quem não sabe, são mais de um milhão e meio de CNPJs no nosso estado, cerca de 600 mil MEIs, são aqueles empresários praticamente sozinhos, que podem ter no máximo um empregado, mas que fazem parte de uma massa de trabalhadores e empresários, porque essa posição se funde e se confunde nessa pessoa do MEI. Então, temos aqui uma massa de trabalhadores que são empresários, que empreendem, fora as microempresas e pequenas empresas, que geram mais da metade dos empregos do País e do Estado.

E por que os pequenos negócios são importantes para a nossa economia, que é o assunto em pauta? Porque as micro e pequenas empresas compõem as cadeias de suprimento, as cadeias de fornecimento do Estado das grandes empresas, e percebemos que um não vive sem o outro. E falo isso com muita tranquilidade. Alguns municípios do Estado não possuem grandes empresas para fazer o provimento de alguns serviços e produtos, de alguns bens em que as grandes eventualmente não se interessaram e não estão ali presentes. Então, as micro e pequenas empresas possuem também essa função, de levar até o interior, até as pequenas cidades do nosso estado produtos, bens e serviços, que muitas vezes as grandes não levam, pelos quais não se interessaram e não se fazem presentes.

Temos também as micro e pequenas empresas como responsáveis, como detentoras de um poder de inovação muito grande. E cito “inovação” no sentido mais amplo possível. A micro e pequena empresa tem a capacidade de se readaptar muito mais facilmente a esses momentos de transição econômica, porque conseguem ajustar sua estrutura de uma forma mais ágil do que uma grande empresa que muitas vezes possui conselho, administração, diretoria e, para mudar, é mais difícil. As microempresas e pequenas empresas possuem todos os elementos para terem um comportamento inovador e que possa se adequar a essas intempéries que estamos vivendo.

O presidente da AMM, meu colega, prefeito de Pará de Minas, Antônio Júlio, disse que o caminho para o desenvolvimento passava por Minas Gerais. Prefiro acreditar que continua e continuará passando, presidente, por que não pelos pequenos negócios de Minas Gerais, pelas pequenas empresas? Precisamos lutar cada vez mais para esse segmento ganhar força, ganhar uma importância cada vez maior na participação do PIB e que possa ter o devido reconhecimento que está tendo e que vai ter cada vez mais nessa gestão.

Como eu disse, somos mais de um milhão e meio de CNPJs. Destes um milhão e meio, mais de 600 mil MEIs. Geramos – internalizei tanto isso que já estou falando como microempresário também – que geram mais da metade dos empregos e praticamente a metade está distribuída em comércio e serviços. Microempresas e pequenas empresas começam a escoar o que a nossa indústria produz, ajudando para que toda a cadeia possa ser escoada e para que a produção possa cumprir com sua finalidade, que são transações comerciais efetivadas, bem feitas e geradoras de riquezas.

É importante dizer que estamos evoluindo muito com relação à taxa de mortalidade ou mortandade das microempresas e das pequenas empresas. Segundo dados recentes do Sebrae e da *GEM – Global Entrepreneurship Monitor* –, mais de 80% das microempresas e das pequenas empresas em Minas Gerais sobrevivem ao segundo ano. É maior que a média nacional, que está em torno de 75%. Isso para nós ainda está muito longe do ideal, mas já é um bom indicador para que possamos acreditar que estamos caminhando rumo ao desenvolvimento e ao crescimento desse setor.

É importante também, e foi muito mencionada aqui a questão das compras governamentais, que são, sim, indutoras de crescimento e inovação. Quando o Estado, o poder público, reduz seus investimentos, o setor privado sente muito. Daqui a pouco vou falar de uma solução que lançamos há alguns dias e que trata exatamente dessa questão de compras governamentais e de como elas podem promover crescimento e melhor distribuição da riqueza.

Participação no PIB. O último dado foi de 37%. No tocante à exportação, as nossas micro e pequenas empresas precisam enxergar essa grande oportunidade fazendo desse limão, a desvalorização do real, uma limonada para enxergar outros mercados e outras formas de comercializar seus produtos de maneira global.

O ambiente possui muitos obstáculos que desfavorecem os negócios em Minas Gerais, mas a nossa ideia, o nosso propósito e a nossa função como governo é trabalhar para que possamos superar cada um desses obstáculos. Como podemos trabalhar para superar os obstáculos que permeiam o ambiente de negócios em Minas Gerais? Bom, gostaria de fazer uma apresentação e, ao mesmo tempo, um convite. Existe, no governo do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Sede, o Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Fopemimpe. Esse fórum já existe há alguns anos e é fruto de um movimento que surgiu em meados do ano 2000 e que foi criado por várias lideranças empresariais. E agora, a partir de 2008, estatizou-se esse fórum como forma de servir de ferramenta tripartite. Aliás, o Carlos Magno falou muito de soluções tripartites, e agora gostaria de falar do Fopemimpe, que é a forma que o governo, as entidades representativas e os empresários criaram para, juntos, construir as soluções de que as microempresas e as pequenas empresas precisam. A ideia é que o empresário possa se fazer representar ou estar presente com suas dúvidas, anseios, discussões e dificuldades. O fórum tem a missão de devolver proposições de políticas públicas para efetivamente mudar a realidade do nosso estado.

O Fopemimpe existe já há alguns anos, mas, desde 2015, nesta nova gestão, ele criou uma forma diferente de atuar, dinamizando a sua atuação. Aliás, essa dinamização é uma das maiores missões que tenho neste Parlamento e que se traduz na regionalização. Quando pensamos em Minas Gerais, pensamos em um estado extremamente heterogêneo, em regiões com extrema diferença econômica, social e cultural. Um estado com diversas e adversas realidades. O Fopemimpe passou por um período de muitas dificuldades em que pensávamos em soluções para as micro e para as pequenas empresas do Estado de forma linear. Pensávamos em uma solução, como se ela pudesse se adequar a todas as Minas Gerais que temos em nosso estado. Conquistamos bastantes coisas nesse período e muitas vitórias em torno do Fopemimpe, mas agora acreditamos que, regionalizando a construção da política pública, e para isso recebemos amplo e total apoio desta gestão para conversar, abrir o fórum e reduzir quaisquer barreiras que pudessem existir entre a sociedade e o poder público, toda a sociedade poderá nos ajudar a construir a pauta política em prol das micro e pequenas empresas. O nosso objetivo é fazer com que todos os territórios de desenvolvimento do Estado possam ter um Fopemimpe regional capaz de diagnosticar problemas e construir localmente as soluções. Toda solução tem os seus protagonistas e atores para executá-la. Aliás, naquilo que for pertinente ao Estado, esses territórios de desenvolvimento que possuirão os Fopemimpes regionais terão um canal direto com o governo de Minas para discutir e construir conjuntamente essa pauta. Isso é muito sério. Fazer essa discussão não é brincadeira, já que exige muita responsabilidade por parte do governo, mas preferimos que seja assim. O nosso objetivo é abrir a discussão e convocar a sociedade. Desde já, conclamo todos os que aqui estão a participar dessa discussão, porque vocês são líderes e formadores de opinião. Precisamos muito que vocês nos ajudem a propagar por todo o Estado essa forma diferente de agir do governo de Minas, isto é, de construção da política pública de forma conjunta.

Houve uma divisão simbólica do Estado em 17 territórios de desenvolvimento, e essa divisão simbólica é atendida de forma ampla pelo governo de Minas. Então, existe o fórum regional do governo, que é um fórum geral que trata de educação, saúde, segurança e outros itens, como infraestrutura, e existe o Fopemimpe, que trabalha junto ao fórum regional, mas de forma específica. Sabemos que o setor empresarial é muito dinâmico, e o empresário quer tudo para ontem, porque essa é a dinâmica do mercado. O governo precisa de uma instância que possa agir minimamente o mais próximo possível da velocidade e da dinâmica de que os empresários precisam. Não adianta o empresário estar a 200km por hora, e o governo, a 10km por hora ou parado, e é por isso que nós, da Sede, do governo de Minas, estamos viabilizando para que cada território de desenvolvimento possa nos ajudar a construir soluções que melhor se adaptem à realidade, à vocação regional e às dificuldades econômicas que cada região e cidade possuem.

Precisamos muito do apoio de vocês. Neste exato momento está correndo um edital para habilitar entidades públicas e privadas para que sejam membros efetivos dos fóruns regionais. Essas entidades, sejam sindicatos, associações ou CDLs, isto é, todas aquelas que trabalham em prol dos pequenos negócios poderão se habilitar como membros. Os quesitos estão previstos no edital. Todos terão voto para definir as políticas. É uma forma de regionalizar e convidar as pessoas a protagonizar soluções. Deixo esse convite. A nossa ideia é continuar com o fórum nacional, que já existe em Brasília com a representação



de todos os estados, e com o fórum estadual, no qual as federações se farão representar. Então, os fóruns regionais existem. No Triângulo Norte, por exemplo, as associações comerciais, CDLs e sindicatos de primeiro nível pertencem aos fóruns regionais. Já as federações dessas entidades deverão pertencer a um fórum estadual; e as confederações, ao fórum nacional. Vamos organizar, regionalizar esse movimento e criar uma efetiva rede de apoio às micro e às pequenas empresas.

A divisão territorial é esta. São 17 territórios. Os editais de habilitação das entidades para o fórum estadual terminam no dia 11; e, para os fóruns regionais, terminam no dia 15 de dezembro. Então, peço a todos que nos ajudem a movimentar esses fóruns regionais, que não são fóruns eventuais nem *workshops* ou seminários, mas fóruns de instância permanente de construção de políticas públicas. Ele não é um fórum que acontece e que depois termina, mas, sim, um fórum que vai acontecer diuturnamente nas cidades e nas regiões onde tudo acontece. Esperamos que a sociedade local possa ajudar o governo a criar soluções. Não adianta pensarmos de forma linear em um estado tão heterogêneo e diferente.

Só para finalizar, também gostaria de chamar a atenção de vocês para um outro movimento existente no Estado, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que são as políticas para o artesanato. Somos cerca de 300 mil artesãos no Estado, e essa massa de artesãos movimenta, aproximadamente, R\$2.000.000.000,00 na nossa economia. Não podemos fechar os olhos para uma massa de trabalhadores criativa e regionalizada, que poderá nos ajudar nesse crescimento, e existem muitas políticas para isso. Aliás, a política com a qual estamos trabalhando agora é uma forma de cadastrar esses artesãos numa política nacional existente chamada Sicab. O nosso objetivo é entregar a cada artesão a sua carteira profissional de artesanato, dando a eles uma identidade profissional nunca antes conseguida. Essa identidade profissional nada mais é do que o resgate da sua personalidade como profissional da arte. Esperamos ainda que essa arte também possa promover engajamento econômico, produção de riqueza e sustento para a família do artesão. Esse cadastramento acontece na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e agora o nosso maior desafio é fazê-lo em todo o Estado.

Temos vários parceiros nas políticas de artesanato e também o Idene é um grande parceiro, por meio da Sedinor e do Sebrae. O Sebrae é parceiro em praticamente tudo. A UFMG, o Centro de Artesanato, a Codemig e o Sesc também são parceiros, assim como o próprio Programa do Artesanato Brasileiro. Era o que tinha a dizer. O desenvolvimento dos pequenos negócios passa por aqui, ou melhor, pelo Fopemimpe. Agora, convido todos a ajudar o governo de Minas a construir a solução de que os nossos pequenos negócios precisam para continuar crescendo, avançando, gerando empregos e riquezas para o nosso estado. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Sr. . Passo a palavra ao Exmo. Sr. Bruno Selmi Dei Falci, meu amigo de muitos anos, mas, até hoje, tenho dificuldade de falar o último nome dele. Ele é presidente da CDL.

Palavras do Sr. Bruno Selmi Dei Falci

Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso amigo deputado Antônio Carlos Arantes, em cuja pessoa cumprimento todos os senhores e senhoras. Primeiramente, deputado, gostaria de parabenizá-lo por esse movimento pela retomada do desenvolvimento econômico. Sem desenvolvimento, não há comércio, não há serviço, não há indústria, não há político, não há cidadão, não há país. Tudo isso, logicamente, com ética e transparência. Também quero parabenizá-lo pela palestra de ontem, do Sr. Nilson Araújo, que foi convidado pelo senhor. Uma palestra extremamente lúcida.

O setor de comércio e serviços é o que mais emprega e movimenta a economia de Minas Gerais. Ele representa 70,87% do PIB de Belo Horizonte e 62% do PIB de Minas Gerais, o que significa mais de R\$218.000.000.000,00. Este ano o setor vem passando por grandes dificuldades, assim como toda a nossa população, em razão do aumento da inflação e das taxas de juros exorbitantes e restritivas. O consumo desaqueceu, as vendas caíram, assim como a oferta de empregos. Nem é preciso falar na renda, porque muitas pessoas perderam sua renda e seu emprego, infelizmente.

E as pessoas que continuam empregadas perderam a renda, porque a inflação está corroendo tanto os salários como os resultados, o faturamento das empresas e a coisa mais importante que um ser humano pode ter: a esperança.



A alta carga tributária e a burocracia insustentável sufocam a maioria dos negócios – falo maioria, porque há um negócio escuso em que quanto maior a burocracia, maior o faturamento.

A crise política já contaminou a economia. A nossa crise é moral, e essa crise moral transbordou em crise financeira, econômica, política e da confiança. O governo não vem apoiando a atividade produtiva – e quando falo governo, refiro-me às esferas municipal, estadual e nacional. O governo não incentiva atividade produtiva. Está incentivando a atividade especulativa, a atividade financeira. Com essas dificuldades tributárias e jurídicas, ninguém vai querer investir aqui. É muito difícil investir no Brasil. O jeito como estamos vivendo não nos permite ter metas, planejamentos em longo prazo; assim, o País e o Estado ficam paralisados.

Estamos sofrendo os reflexos de uma briga política. Como disse anteriormente, essa briga contaminou todo o sistema produtivo brasileiro. Desculpem-me estar falando assim em uma das casas políticas do Brasil, mas não estou falando nem para uma pessoa nem para outra; nem para um partido nem para outro: estou falando para a classe política. O setor produtivo é a vítima hoje. Como dito aqui, quantas pessoas perderam seu emprego? O setor produtivo não tem o menor prazer em demitir; tem prazer em contratar – e olhem que, na maioria das vezes, contratamos pessoas sem formação. Damos formação e as adaptamos nas empresas, e a hora de demiti-las custa ainda mais. Custa caro para formar mão de obra e também fica caro para demitir. Então, não é prazer nenhum, mas infelizmente o governo está nos obrigando a demitir funcionários em todos os setores.

Pedimos para o governo – e são brigas antigas – reformas da carga tributária, reforma política, reforma jurídica, redução das obrigações acessórias e incentivo fiscal para o setor de serviços e varejo, visando estimular a competitividade. Falei muito do setor de comércio e serviços, mas esse setor só vai bem se a indústria estiver bem, se o agronegócio estiver bem, se houver emprego e renda. É um ciclo, não podemos pensar isoladamente.

Todas as exposições realizadas aqui foram muito coerentes, mas está faltando atitude, está faltando liderança política e empresarial. Não sei o que é preciso fazer, mas algo tem de ser feito, como incentivar a capacidade de emprego e o empreendedorismo. Temos de encontrar uma alternativa. O País parou, mas não temos a menor competência para fazer juízo sobre quem está certo ou errado, se é verdade ou mentira, pois recebemos informações dos jornais e da televisão, mas talvez uma briga política e pessoal entre um líder e outro, entre a presidente da República e o presidente da Câmara dos Deputados tenha afetado toda a população. Isso não está certo. Estamos vivendo uma situação no Brasil de completo desequilíbrio. Não sou médico, mas ouvimos falar que, às vezes, uma pessoa mais idosa em um hospital, com um rim, um pulmão ou o coração comprometido, tem declarada a falência múltipla dos órgãos. Será que o Brasil está assim? O Brasil é muito maior que esse problema que estamos atravessando, mas é preciso ter coragem para enfrentá-lo; é preciso ter disposição. Temos de parar de olhar para o próprio umbigo e criar um foco, um norte e pensar que não adianta um setor ou uma pessoa ir bem. A ação tem de ser coletiva e para o bem coletivo, pois, se não for assim, não tem jeito.

Queria só fazer uma ressalva: estou como presidente da CDL Belo Horizonte, mas, neste ato, estou representando o Sr. Frank Sinatra, presidente da Federação das CDLs de Minas Gerais.

Mais uma vez, parabéns, deputado, e vamos encontrar um norte para desenvolver Belo Horizonte, Minas Gerais e o Brasil. Muito obrigado a todos os senhores.

Palavras do Presidente

Encerrando este painel, farei alguns comentários rapidamente. Primeiro, quero agradecer e cumprimentar cada um de vocês que abrilhantaram muito este evento, com palestras enriquecedoras. Dr. Lincoln, representante da Fiemg, concordo com o seu comentário a respeito da alta carga tributária e de que Minas não é diferente, é talvez até pior, inclusive com a convivência desta Casa. É verdade; o senhor falou, e eu assino embaixo. Tenho a consciência tranquila de que não só votei contra como também trabalhei contra o aumento da carga tributária em Minas, em projeto apresentado pelo governador Pimentel e aprovado pela maioria dos deputados desta Casa. Perdemos por oito votos. Nesse processo, houve movimentos da CDL, da



Fiemg, da Faemg, do nosso setor de turismo, não é, Anderson? Mas não conseguimos reprovar o projeto. O projeto foi aprovado, e mais de 150 produtos sofreram aumento em seus tributos.

E o projeto era sobre o aumento do ICMS da energia elétrica, principalmente para os prestadores de serviço, com quase 50% de aumento do ICMS da energia elétrica. É terrível. Onde passa um boi, passa uma boiada, e veio outro decreto do governador Pimentel, com aumento de ICMS em mais de 150 produtos. Ele não perdoou nada: remédios – medicamentos, nem se fala –, mas principalmente material escolar e material da área da construção civil – para produtos na área de pedras, pisos, houve mais de 150% de aumento.

Nós, deputados da oposição, fazemos uma oposição construtiva, e não, destrutiva, porque aprovamos projetos do Pimentel, como o da simplificação do licenciamento ambiental; trabalhamos favoravelmente a esse projeto e a outros também. Então, temos feito uma oposição proativa, responsável. No projeto tributário, trabalhamos e votamos contra; apresentamos agora uma resolução para tentar derrubar esse decreto. O projeto está parado há um mês na Comissão de Constituição e Justiça, e uma das propostas deste ciclo de debates era pressionar essa comissão para que dê seu parecer e, no Plenário, tentarmos derrubar esse decreto. Realmente, não dá mais para o cidadão asfocado, que está sem gás, receber mais essa grande carga tributária.

Na época do seu governo, o Aécio elaborou um decreto diminuindo de 18% para 12% o ICMS de 245 produtos, e agora veio um decreto inverso, aumentando em 50% essa carga tributária e, em alguns produtos, até em mais de 50%.

Pela fala do Carlos Magno, sobre a qual o Dr. Lincoln e eu até fizemos um comentário e o parabenizamos, ouvimos um posicionamento diferenciado do que imaginávamos, pois ele mostrou que realmente está com o pé no chão em relação a terceirização. Sempre defendi a importância da terceirização, e você, de forma clara, mostrou que é preciso haver terceirização, mas de forma regulamentada, de forma que ela seja boa para os dois lados. Parabéns! Você entrou em assuntos como reformas tributária, política e sindical. Realmente, a CUT está amadurecendo, e espero que esse seja o pensamento e a prática, a partir de agora, do setor dos trabalhadores.

O Antônio Júlio, com toda a sua experiência, abordou a guerra fiscal, que é real. Afirmo que nunca devemos entrar em briga nem em guerra, se não estiver afetando o nosso meio, o nosso bolso, mas, quando estamos em uma guerra, a toda hora não podemos ficar de braços cruzados para levar tiros e perder, e é o que aconteceu: perdemos por muito tempo. Com Anastasia e Aécio, houve uma reação, mas nem sempre foi suficiente. Criaram formas de combater a guerra fiscal; criaram incentivos fiscais, créditos especiais para empresas que tinham propostas especiais. Hoje o Pimentel está vendo essa situação de forma diferente, e já perdemos várias empresas; inclusive, Juiz de Fora está sendo penalizada ao extremo. Em Três Rios, que fica a 20km de Juiz de Fora, foram instaladas grandes empresas que poderiam ter sido instaladas em Minas. Elas vieram, discutiram conosco, mas se instalaram no Rio. Uberlândia, da mesma forma. Minha cidade, São Sebastião do Paraíso, a 20km da divisa de São Paulo, pertinho de Ribeirão Preto, está perdendo empresas. Também Pouso Alegre e, principalmente, Poços de Caldas e Andradas estão perdendo empresas. Realmente, a guerra fiscal é algo muito sério. Temos de reagir.

De acordo com o nosso entendimento, a guerra fiscal tinha de acabar. Deveria haver uma universalização de cima para baixo. Isso não deveria ficar da forma como está, com cada um tomando a sua atitude, pois, assim, todo o mundo perde.

Antônio, falaram do fundo, que é o fundo do caixão. O Funcafé tem mais de cinco bilhões mas, quando o produtor vai buscar o financiamento para a sua safra, o dinheiro fica bloqueado. O resultado é que o produtor passa a pedir dinheiro nos bancos. Muitos produtores, até da minha cidade, com os quais conversei, disseram que, para financiar a safra, o meio é o banco e citaram os nomes. Estes são os dois agiotas da cidade, que cobram juros de 6%. O dinheiro chega na hora, mas, com isso, têm de vender o café barato. Então, os juros não são de apenas 6%. E o dinheiro do Funcafé é dele. Na hora certa da colheita, ele pegaria o dinheiro, colheiria o café, o armazenaria na cooperativa e, na hora em que o preço estivesse equilibrado, o venderia e pagaria a sua dívida. Mas não é isso o que acontece. Cria-se o fundo, retira-se recurso da vida daquele setor produtivo, deposita-se no fundo, mas não se aplica.



O Passalio falou sobre guerra fiscal e guerra política, sobre divergência, e me lembrei de que, nestes últimos anos, do governo Lula para cá, houve uma ação muito produtiva no Brasil, que foi a da lei geral da microempresa e da pequena empresa e, depois, a do microempreendedor individual. Por que isso deu certo? Talvez sirva de exemplo para o País. Esse foi o único momento em que se desarmaram os ânimos e se assentaram à mesa. O PSDB, por intermédio do Luiz Carlos Hauly, deputado importantíssimo do Paraná, de Londrina; do meu amigo e parceiro Carlos Melles, deputado federal do Democratas, e do Pimentel, que não é Fernando, mas o José, do Ceará, criou um projeto de sucesso. Isso foi feito de forma democrática e profissional, e o Brasil ganhou. Precisamos disso. Quando se fala da briga e do quanto o povo paga caro, isso se deve à falta de liderança para buscar o interesse do País.

O Bruno Falci foi muito claro e até de uma humildade extrema quando disse: “Desculpe-me por falar mal dos políticos e desta Casa”. Você não tem de pedir desculpas. A Casa é que tem de fazer isso. O político tem de pedir desculpas por pôr o brasileiro nessa situação. Está passando da hora de a humildade chegar. O povo não aguenta mais. Já passou da hora de o político pedir desculpas e reconhecer seus erros. Ontem, o palestrante Nilson disse que o que está aí não resolve. Temos de iniciar uma nova eleição. O Ronaldo Caiado está pegando. Nova eleição, pois quem está aí não dá conta mais, não. Um grupo de deputados do PSDB, que não teve apoio da maioria – e o assunto não foi para a frente –, prega que tem de haver o seguinte: renunciam as cabeças, e assentam-se as lideranças para buscar alguém que não seja do meio. Tem de ser alguém de fora. Se não me engano, isso foi feito quando houve aquele problema do Nixon, nos Estados Unidos. Posso até estar dizendo besteira, mas me parece que aconteceu isto: o Nixon teve de renunciar, e buscaram um empresário que não tinha nenhum envolvimento com o meio político, que foi o Gerald Ford. O pessoal se reuniu, e as coisas se resolveram nos Estados Unidos. Um grupo do PSDB, internamente, tem pregado isso, que não está indo para a frente porque, parece-me, nem todos concordaram. Em São Paulo, o Alckmin foi até a favor, mas o outro grupo não foi.

Realmente, este é o momento de o político reconhecer seus erros e pedir desculpas à sociedade pelo estrago. Nós, políticos, pagaremos por isso. Se recapitularem as minhas falas – e isso é possível aqui na Assembleia Legislativa –, vocês verão que tenho pregado, há uns dois meses, que o modelo está falido. A sociedade tirará todos nós que não reconhecemos a falência. E você falou sobre a falência dos órgãos. Você disse que, antes da obesidade extrema, chega-se a um ponto em que ocorre a falência dos órgãos. Não querem cortar na carne e fazer a cirurgia bariátrica – não é, Antônio? –, para expelir aquilo que está fazendo mal e mudar os costumes, que é o que fazemos. Temos de sair de madrugada todo o dia para caminhar e correr. Se não fizermos isso, não teremos energia. Falta isso. A sua fala da falência múltipla dos órgãos realmente casa muito com o que foi dito aqui.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Agora solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando as saudações pessoais. Cada participante disporá de 2 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O presidente – Agora ouviremos o Sr. Eduardo Nascimento, grande representante da Fetaemg, que disporá de 2 minutos.

O Sr. Eduardo Nascimento – Bom dia a todos e a todas. Deputado, gostaria de fazer uma pequena correção. Trabalho atualmente como consultor da Fetaemg, mas a minha participação aqui hoje é em caráter pessoal, pois o evento é aberto a todos. Há quase 15 anos sou também um dos representantes da Fetaemg no Conselho de Política Ambiental – Copam.

Em caráter pessoal, gostaria de, rigorosamente e frontalmente, discordar do que o Dr. Lincoln, representante da Fiemg, disse. Ele disse que o crime ambiental de Mariana foi uma fatalidade. Isso é uma falta de humanidade. O crime ambiental de Mariana, para dizer o mínimo, como a presidenta Dilma disse, é fruto da irresponsabilidade. As investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela polícia já levantaram várias irresponsabilidades, que deverão ser rigorosamente punidas. Já está

categoricamente provado que a Vale, acionista, também depositava rejeitos lá sem comunicar aos órgãos ambientais. Hoje o *Estado de Minas* publicou uma matéria dizendo que já havia problemas na estrutura, que, certamente, estavam sendo mal e porcosamente reparados, sem que os órgãos públicos fossem avisados.

Frente a uma tragédia de perda de vidas humanas e de perda irreversível ambiental, já que o Rio Doce foi assassinado, não podemos aceitar essa visão de fatalidade, que serve para atenuar as penalizações e já encaminhar defesa no Poder Judiciário. Lamento essa visão. A luta pela punição dos culpados e pela reparação, se é que se pode falar disso diante de um crime dessa proporção, será árdua. Isto precisa ficar claro: discordo profundamente do que foi dito. A luta política acontecerá, sim. Repito que o que dizem é uma falta de humanidade.

Deputado Antônio Carlos Arantes, a outra questão é a seguinte: não podemos ir nesse roldão. A atividade política, partidária, sindical e de representação social pode ser, sim, exercida com ética e de maneira correta. Não podemos aceitar essa visão de que aqui tudo está ruim. Não podemos aceitar isso. Há muito parlamentar bom e muita representação social séria. Discordo dessa visão de que a burocracia estimula a corrupção. A corrupção é problema de falta de ética e de caráter. É preciso que isso fique claro. Não adianta fazerem cara de paisagem, não. A Lava Jato, pela primeira vez, trouxe também um ator da corrupção que, desde o início da República e até antes, na Monarquia, sempre passou ileso neste país, que é o empresário. Se há o corrompido, há o que corrompe. É preciso deixar claro que os corruptores estão ao lado e no setor empresarial e têm de responder por isso também. Isso tem de ser respondido.

Deputado, nós também temos de prestar uma homenagem aos parlamentares e a todas as representações sociais que lutam por um país justo. Espero que seja dada a penalização a cada um e que os culpados sejam responsabilizados. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, Eduardo, representante da Fetaemg. Com a palavra, o Sr. José Luiz Esteves dos Santos, do Sindicato Rural de Itabirito.

O Sr. José Luiz Esteves dos Santos – Muito obrigado. Deputado, cumprimento a Mesa. Meu nome é José Luiz Esteves dos Santos. Sou do Sindicato Rural de Itabirito e também membro do Subcomitê da Bacia do Rio Itabirito.

Fico sempre um pouco indignado, pois há tantas mulheres presentes, mas nenhuma faz parte da Mesa diretora. Por quê? Sempre dizemos que as mulheres têm de participar da política e que tem de haver 30% de participação delas nisto e naquilo, mas, quando chegamos, vemos que não há mulheres compondo a Mesa. Qual é, poxa? Elas são tão valorosas e competentes.

Deputado, gostaria de dizer que, já na época do Newton Cardoso e do Luiz Pentagna Guimarães, que era secretário da Fazenda naqueles idos, na Associação Comercial de Minas Gerais, briguei por isso. A região do pegmatito de Minas Gerais, que envolve Governador Valadares, Teófilo Otôni e Pedra Azul, é a maior produtora de pedras preciosas e semipreciosas do mundo. A comissão de mineralogia da Sociedade Mineira de Engenheiros estima o contrabando anual de pedras preciosas do pegmatito de Minas Gerais na ordem de US\$25.000.000.000,00.

Não critico o Estado de Israel nesse ponto, não, mas ele é o maior exportador de pedras preciosas do mundo, apesar de não produzir uma pedra sequer. E nós, mineiros, ficamos falando como padres. Vocês já ouviram padre falar? Parece que eles fazem até uma vozinha para ficar dizendo “patati, patatá”.

Ninguém fala pesado, ninguém luta para defender este estado. Ora bolas, são US\$25.000.000.000,00. A comissão de mineralogia da Sociedade Mineira de Engenheiros é quem fala isso, é quem estima isso. E, quando falamos em dinheiro, onde é que está o nosso dinheiro? Para onde ele foi?

Fiquei encantado com o palestrante de ontem. Não concordo com ele, mas com o companheiro que falou que tem muito político decente neste país. Tem sim, não podemos jogar todos os políticos no lixo, não. Eu estava entrando aqui e ouvi alguém dizendo: “Aqui tenho que tomar cuidado com meu bolso, porque entrei na casa dos ladrões”. O que é isso? O palestrante de ontem falou que os bancos Santander, Bradesco, Itaú e – talvez – os oficiais terão um lucro de 25% este ano. Lucro num país



que está em crise, que está de cabeça para baixo, de ponta-cabeça? Há especulação financeira, e o governo a estimula por meio do Banco Central, com o Tombini. Tem cabimento uma coisa dessa? Parabéns ao companheiro representante da Fiemg, pela sua preocupação, mas vocês têm que ser mais agressivos. A Federação do Comércio tem que ser mais agressiva.

Companheiros, eu tinha mais para falar, mas já falei muito agora. Vamos deixar mais para a tarde. Obrigado.

O presidente – Parabéns ao Sr. José Luiz Esteves dos Santos, do Sindicato Rural de Itabirito. Vou responder ao senhor por que as mulheres não estão presentes. Não vou criticá-las pela ausência, mas a Beatriz Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais, foi convidada e não compareceu. Ela está muito bem representada pelo Carlos Magno, mas foi convidada para esta reunião.

Não deveria fazer este comentário, mas vou aproveitar o momento para não perder a oportunidade: vemos a importância da mulher na Inglaterra, com a Margaret Thatcher. A Angela Merkel na Alemanha. No Brasil, temos a Dilma. Então, isso não quer dizer muito. O ideal seria termos muitas mulheres aqui; seria ótimo que muitas Angelas Merkels estivessem no Brasil. A própria mulher está precisando acordar. Agora criaram o Partido da Mulher Brasileira – PMB. Achei que isso seria bom, porque há mais mulheres que homens no Brasil e seria um partido com muita representatividade. Mas esse partido já tem 20 homens filiados, com cargos. Nesta semana, vários homens se filiaram a ele. Gente, a própria mulher está se desvalorizando. Fiquei impressionado: o Partido da Mulher já começou errado, porque filiaram-se a ele homens que não vão ficar lá; é só um trampolim para mudarem de partido. O ideal seria termos muitas mulheres aqui. Quem somos nós sem nossas mulheres? Amanhã farei 28 anos de casado e vivo numa felicidade danada com minha esposa e minha família.

Com a palavra, o Sr. Francisco Rubió, da UFMG, que contribuiu muito sugerindo a vinda do Sr. Nilson, palestrante de ontem. Depois será o Mário Augusto, da Bela Vista Produtos Enzimáticos.

O Sr. Francisco Rubió – Em primeiro lugar, quero parabenizar o deputado Antônio Carlos Arantes por ter promovido este importante debate e colocado como tema a retomada do desenvolvimento econômico, que é fundamental para todo o nosso país neste momento.

Ontem, na palestra do Nilson Araújo, ficou muito claro o seguinte: há uma espada em cima de todos nós, empresários, trabalhadores, todos que são produtivos neste país, que é a maior taxa de juros do planeta, que deforma o conjunto da economia. Ela leva o empresário que tem recursos para investir em produção, por exemplo, a pensar: “Se eu investir em produção, há um risco muito alto; é melhor comprar títulos que vão me dar um rendimento seguro”. E todo o esforço da máquina governamental, capitaneada pelo Banco Central, pelo Ministério da Fazenda e pelo Tesouro, é no sentido de economizar o máximo de recursos, de reduzir gastos. Reduzindo-se investimentos não só em infraestrutura, mas também em outros setores importantes, como fica o financiamento da produção, pois o BNDES também está com os recursos encurtados? E para quê? O esforço é arrecadar o máximo para drenar os recursos para o setor financeiro arcar com o pagamento dos juros, que são os maiores do mundo. Há um esforço de arrecadação, e, quando ele não é suficiente, aumenta-se mais ainda a carga de impostos.

Foi isso que aconteceu em Minas e é o que está sendo proposto no ajuste fiscal: aumentar mais ainda a carga tributária para fazer frente aos gastos com juros. Ora, se é o próprio governo que controla a taxa de juros, ele próprio cria um aumento brutal do gasto público. A maior despesa do Tesouro Nacional é com pagamento de juros. Hoje, como disse o vice-presidente da Fiemg, Dr. Lincoln Gonçalves, que falou muito claramente na sua exposição, o maior gasto do Tesouro é com despesa de juros. Então, não se mexe nessa despesa, corta-se tudo, aumenta-se a carga tributária para fazer um esforço e gerar mais superávit primário, para pagar mais juros. E já há pessoas no Copom pensando em aumentar ainda mais a taxa de juros. Que Copom é este? Quem é este Copom? Ele representa os empresários brasileiros que produzem? Ele representa os trabalhadores brasileiros, que trabalham produzindo a riqueza deste país? Não. Quem ele representa? O setor financeiro. Quem ele consulta para decidir qual será a taxa de juros? O setor financeiro. Então, meus amigos, há alguma coisa aí que precisa ser resolvida imediatamente.

Acabou de chegar aqui o Uiraci Dantas, presidente nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, que há algum tempo vem comentando comigo que, em São Paulo, existe uma coalizão capital-trabalho que está indo para a rua se manifestar, exigir a imediata redução da taxa de juros, que está estrangulando quem trabalha e quem produz neste país. Na saúde, existe essa situação. Os municípios, como disse o eminente prefeito representante de todos os municípios de Minas Gerais, presidente da associação, estão com a corda no pescoço. O FPM está crescendo igual rabo de cavalo há algum tempo: para baixo. E, com a recessão, a arrecadação de impostos cai mais ainda. Se a opção é recessão e aumento da taxa de juros, todos nós temos que apertar o nosso cinto para engordar o setor financeiro. Vejam que beleza! Que modelo econômico fantástico é este que estamos vivendo hoje, que está sendo imposto para o país de cima para baixo! Isso é democracia? Isso é uma ditadura do setor financeiro sobre quem trabalha e produz neste país.

Essa é a questão que está em jogo. Temos que resolver essa parada. Para mim, esse é o problema número um, o resto é consequência. Temos que tirar do poder quem efetivamente está comandando a economia do País, que é o setor financeiro, e quem está exercendo o poder em nome dele. Temos que tirá-lo da frente, seja quem for. E não adianta trocar seis por meia dúzia, como ontem ouvimos o economista Nilson Araújo dizer, pois tiramos um e colocamos outro para fazer a mesma coisa ou até pior. Quem sabe? Ninguém sabe; portanto, é necessário resolver essa fatura de imediato. A mobilização, a pressão política é fundamental para isso. Minas Gerais tem um poder de fogo muito grande. Onde está esse poder de fogo atuante indo contra quem está decidindo a política econômica do País? Se o governo de Minas não pode fazer isso, vamos fazer nós, empresários e trabalhadores. Vamos para cima, vamos para a luta. Se o poder político não está agindo, a AMM tem poder político e pode mobilizar os prefeitos, como já está fazendo. E precisa mobilizá-los cada vez mais, Antônio Júlio. Você tem uma liderança importante e tem que exercê-la para mobilizar os municípios, que estão sofrendo isso diretamente na carne. Estão sem condições de pagar o 13º. Grande parte dos municípios está com a folha de pagamento atrasada. Estão enxugando a máquina, mas não estão dando conta de pagar. Estou sabendo disso, porque viajo por aí.

Querida fazer essas colocações e corroborar o que disseram o companheiro da Câmara de Diretores Lojistas, o Antônio Júlio e o Lincoln. O representante do governo do Estado falou sobre a importância da pequena empresa, da microempresa e disse que é preciso incentivá-la. Mas não podemos substituir a produção industrial pelo artesanato, porque, para vender artesanato, é preciso haver pessoas empregadas, com salário, que possam comprá-lo. O companheiro da Central Única dos Trabalhadores está aí e falou muito bem que é preciso uma união de forças entre empresários e trabalhadores para enfrentar essa situação. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Francisco Rubió. Quero agradecer as manifestações, que têm sido muito positivas. Ainda teremos um painel completo sobre o setor agropecuário. Com a palavra, Mário Augusto.

O Sr. Mário Augusto Passos de Paula – Primeiramente agradeço o convite ao deputado Antônio Carlos Arantes. Cumprimento os companheiros da Mesa e os colegas presentes.

Como hoje está tudo interligado por via da internet, o nosso conselho de administração do Grupo BV está assistindo a este debate pela TV Assembleia, e a todo momento recebo mensagens para dirigir perguntas à Mesa, para parabenizar o deputado Felipe Attiê pelas palavras proferidas ontem e para lembrar a todos que sou um ex-dirigente da UNE. Lutei por mudanças, democracia e liberdade; não lutamos pelo que está aí. Houve a prisão de vários membros da nossa entidade em Pedreiras, mas eu não fui detido, deputado, porque estava lá no meu Sul de Minas colhendo café, ajudando meu pai. Milhares de estudantes foram presos e espancados por lutar por um ideal, mas não o ideal que temos hoje, que é o bolso das pessoas. O pessoal do nosso conselho pediu que eu declarasse isso aqui.

Quero dizer aos senhores que trabalhamos ativamente em vários municípios de Minas criando associações proativas para o desenvolvimento comunitário. Já haviam me perguntado também por que não havia mulheres na câmara, e eu respondi enviando uma foto do convite com uma convidada para a Mesa. Foi o que havia sido colocado.



A pergunta que vem do nosso conselho de administração é para o prefeito Antônio Júlio, da AMM: “A crise é do Brasil, a crise é do povo, é por falta de dignidade, honestidade ou por falta de homens como Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães? Prefeito, não há homens neste país?”.

O presidente – Muito obrigado, Mário Augusto. Com a palavra, o Sr. Josadac Marques, do Instituto Mãos e Vozes. Como pedi, tenham agilidade, porque ainda vai haver as respostas da Mesa e o novo painel em relação ao setor agropecuário, que é importantíssimo e que vamos fazer antes do almoço.

O Sr. Josadac Marques – Obrigado, deputado. Bom dia a todos. Na realidade o meu questionamento é sobre a necessidade, já que estamos falando em sugestões. O objetivo do evento é discutir possíveis medidas, e uma das medidas de que precisamos na Casa é rever o formato dos próprios ciclos de debates. Se olharmos a programação, em duas horas estavam propostos oito palestrantes diferentes, mas duas horas é quase o tempo que um deles, que representa uma instituição, gasta para falar com profundidade. Aqui fica, então, um desafio para nós, já que estamos discutindo a retomada do desenvolvimento.

A segunda sugestão é que a gente complete este ciclo de debates. O ciclo de debates teve uma preparação e se encerra parcialmente hoje, mas há, como proposta da Casa, dois outros modelos, o seminário e os fóruns, que vão tirar propostas, de fato, até mesmo com consulta pública. Fica aqui também essa sugestão.

A terceira sugestão é rediscutirmos o próprio tema. Na realidade, para discutir desenvolvimento, temos de diferenciar crescimento de desenvolvimento. Neste momento estou representando em Minas os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da ONU, pactuados em 2000 e com metas até 2015. Desde o evento Rio+20, nós começamos a construir uma agenda chamada Pós-2015, que foi oficializada e pactuada agora, em setembro, para um conjunto de metas a serem alinhadas até 2015. Aqui, então, como um dos interlocutores em Minas, eu gostaria de pedir que fosse acrescentada a este debate e aos futuros essa discussão, porque o desenvolvimento, neste momento, deixa de ser econômico para ser sustentável. E, para ser sustentável, vamos ter de discutir as questões social, ambiental e econômica, para evitarmos o que estamos vendo neste momento: apenas o crescimento econômico capitalista, sem analisarmos as questões ambientais. Fica aqui o desafio para que a gente possa, num futuro próximo, apresentar essas propostas de desenvolvimento sustentável de fato, e não, apenas de desenvolvimento econômico, que seria o desenvolvimento capitalista. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Sr. Josadac Marques. Agora, para responder às perguntas do Sr. Yuzo Sato, da Sinaenco, e da Maria José Medeiros, do Sind-UTE, com a palavra, o Sr. Lincoln Gonçalves, representante da Fiemg.

O Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes – O.k. Primeiramente, se o senhor me permitir, gostaria de parabenizar as pessoas que se manifestaram. Foram colocações muito interessantes.

Eu gostaria particularmente de responder ao Eduardo Nascimento. Eu queria dizer-lhe, em alto e bom som, que você está certo em muita coisa do que disse; concordo com você em muita coisa. Acho que empresário corrupto tem de ir para a cadeia, mesmo. Não concordo, em nenhum milímetro, com nenhum empresário envolvido na Lava Jato. Estou aqui representando a Fiemg, e a Fiemg não faz esse papel de defender empresário dessa estirpe. Esse não é o nosso papel.

Em relação à questão da Samarco – deixei bem claro, e você sabe bem disso –, considero o problema ambiental, um desastre ambiental de proporção fenomenal, fantástico, gravíssimo. É de ordem mundial e, em termos de problema, é de uma dimensão que nós temos como dar seu verdadeiro valor. Quanto às perdas humanas, é terrível. Eu disse claramente isto: são insubstituíveis. Perda humana é algo seriíssimo; não pode haver uma coisa dessa. Quando disse fatalidade, é porque eu ainda não tenho convicção, já que não existe prova efetiva, de que há crime caracterizado. O problema existe. Esse problema pode ser caracterizado como criminal? Pode, e, se for, deve-se agir conforme manda a lei. Não estou aqui defendendo nem um milímetro de nada ilegal, nada criminoso. Acho até que, como ocorre nos acidentes aéreos, que são estudados profundamente para se chegar a soluções para o futuro, nós deveríamos nos sentar, a sociedade mineira – porque este é um estado



minerador –, e discutir legislação mais forte, mais contundente. Não tenho nada contra isso; ao contrário, acho que deve ser feito.

Existem soluções tecnológicas; há o barragemamento contra rejeitos, um sistema seco, que é o empilhamento; são pilhas de rejeitos, o que não causa nenhum destes riscos que aí estão. É muito mais caro? É muito mais caro, mas, de repente, é a solução. E, se for o caso, tem de ser obrigatório. Se já existe uma solução mundial, por que convivemos com um problema com risco de tal magnitude? Temos de cortá-lo. Então, não discordo em nada do que você disse nesse aspecto. Concordo com tudo o que você disse; só não posso usar a palavra crime, porque ainda não está assim caracterizado. Não me permito dizer isso, mas não vou divergir de você nesse ponto, não vou debater com você, porque a Casa é democrática. Respeito o seu ponto de vista. Se você acha que já é hora de falar em crime, fale. Como eu acho que não é, me dê o direito de não falar. É só isso que peço. É democrático o processo. Fale e se posicione. Bom, é só isso, mas concordo com você em quase tudo o que você disse.

Primeira pergunta: quais são as ações ativas para a realização das reformas fiscal e política, para redução da máquina pública? Quanto à questão política, se me permitirem, vou poupar-me um pouco, porque não é meu assunto, não é meu tema, não tenho *expertise* e não vou falar daquilo que não domino bem. Mas, em relação à reforma fiscal, o próprio Francisco Rubião esteve aqui há pouco e colocou a situação da questão de juros, que seria o primeiro problema. Ocorre que, para se mexer na questão de juros, nós temos de ter um passo anterior, que é exatamente a reforma fiscal. Neste momento, o País tem de apresentar à população, ao público interno, que somos todos nós, e também à comunidade internacional uma proposição efetiva, firme, concreta sobre uma reforma fiscal. É lógico que, com isso, resgatará uma palavrinha fundamental nesse processo: credibilidade, confiança. E, a partir do momento em que resgata isso, cria ambiente para tratar a questão de juros.

Coloco uma pergunta: por que o Brasil sempre é um ponto fora da curva da estatística mundial? Se observarmos, há países – tenho uma lista – como Itália, Grécia, Brasil, Índia, Portugal, Irlanda, África do Sul, Espanha, México, Colômbia e Turquia. O recordista de juros sobre o próprio PIB era a Itália, com 5,92% do PIB gastos com juros, mas havia 120% do PIB de dívida. O Brasil tinha pouco mais de 60%, está caminhando para 70% do PIB em dívida. A nossa dívida, há cerca de três anos, era de 5,64% do PIB, e devemos fechar 2015 próximos a 9% do PIB. Para vocês terem ideia, estamos gastando quase 9% do PIB com juros para banco e gastamos com saúde e educação menos de 2,5%.

Vou citar os números. Se vocês verificarem, os juros estão aumentando muito por questões de inflação. Pode-se dividir a inflação em três aspectos: primeiro, preços correntes, preços de mercado, que estão girando em torno de 4% ou 5% de inflação neste ano; depois, serviços, em que estão incluídos serviços públicos, que estão girando em torno de 8%, quase 9% este ano; por fim, há os preços administrados, cuja recuperação neste ano fecha em torno de 16%.

Bira, é bom vê-lo aqui. Não sei se você se lembra de mim lá do conselho.

Enfim, com isso nós podemos verificar: para que juros para segurar a inflação de preços administrados? A quem interessam esses juros no Brasil? Se queremos combater a inflação, por que não fazemos o que os economistas falam? Esses juros altos são para segurar o consumo. Por que nós não controlamos o famoso M1, que é a moeda em circulação? Podemos recolher, reduzir o M1. Sabe como se faz isso? Aumentando-se o compulsório. É dinheiro a custo zero para a União, e não vai para a conta de juros, não tem de se aumentar a taxa de juros para pagar esses juros malucos. Por que não se faz isso? É uma conta simples de ser feita. A quem interessa que isso não aconteça? Entendeu? Essa é a realidade.

Então, precisamos mexer nisso. A reforma fiscal passa pela questão de juros, mas antes nós temos de passar por outras contas. Aí vem a reforma previdenciária, outro ponto fora da curva. Nós temos gastos com o PIB da Previdência, sistema de aposentadoria do Brasil, equivalentes ou maiores que os dos países desenvolvidos, que possuem uma sociedade muito mais velha e madura que a nossa. Há erro aí, gente. Não vou polemizar porque, depois que foi incorporada a Receita Federal ao INSS, há muita crítica em relação ao déficit efetivo da Previdência. Mas o déficit da Previdência hoje, orçado pela União, que gira em torno de R\$100.000.000.000,00, está batendo em 4% do PIB do País. Maravilha! Gastamos isso com despesa de previdência. Mas quanto nós gastamos com saúde? Em torno de 2,5% do PIB. Quanto nós gastamos com educação? Em www.almg.gov.br Página 40 de 127

torno de 2,5% do PIB. Aí pergunto a vocês: que país nós queremos construir gastando muito mais com velhos que com jovens? Eu sou velho, estou aposentado. Por que estamos deixando o País seguir esse caminho?

Portanto, temos de fazer reforma previdenciária, temos de fazer ajuste na máquina pública, e como despesas públicas há uma série. Só para informar a vocês, nós temos de mexer... Conta de pessoal, gente, não é o mais grave aumento que se está tendo em despesas públicas, não. Subiu, dos anos 1990 a 2014, de 3,8% do PIB para 4,3% do PIB. Esse não é o maior gasto, não é o maior aumento que está acontecendo. Mas há aumentos enormes em outras contas, como o custeio administrativo, que subiu de 0,7% para 1,3%. Então, há uma série de questões, como as sociais, que são fundamentais.

O diferencial de renda no País é absurdo, e não resta outro caminho a não ser seguir o Bolsa Família. Sou totalmente a favor do Bolsa Família em um primeiro momento, mas acho que deve haver uma porta de saída, pois essa brincadeira não pode permanecer de maneira indefinida. No Minha Casa Minha Vida, houve o mesmo critério, o déficit habitacional, mas sem um subsídio inicial não se resolve esse problema no País. O Brasil precisa entender que criou um desarranjo social de tal magnitude que, primeiro, deve criar ferramentas para depois arrumar a porta de saída. Isso precisa acontecer. Então, devemos fazer a reforma previdenciária e a do sistema de custeio administrativo da máquina pública. Máquina pública implica uma série de questões que devem ser priorizadas. Gasta-se com muita coisa que não é o objetivo final do governo.

O presidente – Para concluir, por favor, pois estamos com pouco tempo.

O Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes – Então, em termos fiscais, acho que devemos caminhar por aí. Objetivamente, as primeiras grandes jogadas seriam atacar as principais contas, como eu falei, as contas de juros e previdência, que representam 67% do gasto público do orçamento da União. Há ainda muitas ações a serem feitas, mas elas são de muito menor envergadura que essas duas dimensões que mencionei para vocês.

Há outra pergunta: a Maria José de Medeiros indaga sobre os caminhos para se desenvolverem as cadeias produtivas globais. A primeira coisa que devemos fazer é definir essas grandes cadeias e verificar em que o Brasil tem e não tem potencial competitivo. Assim atacaremos primeiro o potencial competitivo que temos. A primeira ação seria listar essa relação, selecionar as de maior interesse e incentivar exatamente esses setores. O segundo passo seria exatamente termos um conjunto de ações no entorno disso, para tornar os setores fortemente exportadores e integrados. Agora, precisamos também contar com mais abertura da economia. Por quê? Porque cadeia global de valor implica muito maior volume de importação. Devemos aprender a importar muito mais e, conseqüentemente, exportar muito mais; e estamos um pouco fora disso. A razão de estarmos fora da cadeia global de valor é também o fato de o Brasil não ter a busca da exportação, a internacionalização da economia brasileira como uma estratégia permanente das organizações. Ou seja, a vocação, a busca da internacionalização deve transformar-se em uma estratégia permanente das empresas e organizações. A participação, a relação do PIB do Brasil com o mundo e a nossa participação nos comércios internacionais são completamente descasadas. Portanto, precisamos dessas ações, pois a cadeia global de valor é muito importante. Busquem por ela, busquem, aliás, o que teremos no futuro: fatores de inovação da produção mundial. Façam uma política firme e dirigida para isso, e teremos resultados. Essa é a solução, esse é o caminho efetivo, prático, objetivo e pragmático para esse assunto.

O presidente – Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Fernando Passalio, que também responderá a perguntas. Por favor, vamos ser ágeis, porque estamos com uma hora de atraso e ainda teremos outro painel inteiro antes do almoço.

O Sr. Fernando Passalio de Avelar – Seremos, então, bem objetivos. Foi feita uma pergunta com relação a arranjos produtivos locais, mas eu não poderia deixar de responder ao questionamento do Sr. Francisco com relação a minha fala.

Primeiramente, quero dizer que de forma alguma eu criei uma fala em detrimento da grande produção industrial. A produção industrial é extremamente importante. Muito pelo contrário, no início da minha fala eu disse sobre a harmonização que os pequenos negócios devem ter com as grandes indústrias em um processo de cadeia de fornecimento. Ainda robustecendo mais o que falei, afirmo que não me referi apenas ao artesanato, mas também aos pequenos negócios como um todo. Quando falo em pequenos negócios, estou reportando-me a 93% de todas as empresas do País, 56% dos empregos

gerados e 37% do PIB. Então, estou falando sobre algo realmente representativo e que de forma alguma compete com a grande produção industrial. O artesanato, que eu admiro muito e acho importantíssimo, como já bem disse e vou repetir, movimenta R\$2.000.000.000,00 na economia. Aliás, convido o Sr. Francisco e todos os presentes a fazer uma visita à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e conhecer a imensidão de projetos e ações que estamos realizando e desenvolvendo em prol de toda a economia, e não, apenas dos pequenos negócios. Estamos trabalhando com as médias empresas, que estão no limbo, pois precisamos trabalhar com políticas públicas para elas, depois que saem do Simples, e também para as grandes. A responsabilidade da Secretaria é com o desenvolvimento econômico como um todo.

A pergunta é do Odil Elias, do Sintest: “Como fica a política relacionada aos arranjos produtivos locais em relação à atuação do Fopemimpe?”. Primeiro, quero dizer que achei muito pertinente sua pergunta sobre os arranjos produtivos locais. A atual gestão está fazendo uma reformulação drástica na política estadual de arranjos produtivos locais. Essa foi uma proposição feita no início do ano, e agora, ao final, estamos concluindo esse trabalho. Aliás, foi entregue a primeira prévia do estudo na semana retrasada. Mudamos radicalmente a forma como o Estado tratará o reconhecimento e a formulação de políticas para os arranjos produtivos locais. Estamos incluindo no DNA dessa política a inclusão social e a promoção do desenvolvimento, criando formas de incluir o arranjo produtivo local de forma temporária e recebendo políticas dos parceiros que compõem o Núcleo Gestor de Arranjos Produtivos Locais.

Aliás, chamamos a atenção para o fato de que os arranjos produtivos locais, na sua maioria, são para as micro e pequenas empresas, mas trabalham também com as grandes empresas. Existe uma instância específica, o Núcleo Gestor de Arranjos Produtivos Locais, que está a todo vapor para reformular essa política. Para o ano que vem, aplicaremos a metodologia em quatro APLs no Estado. Homologaremos a metodologia e partiremos para a mudança da legislação. Garanto a vocês que essa é uma política inovadora no País e que terá muito resultado. Haverá uma nova projeção para esse tema de arranjos produtivos locais no Estado.

No mais, quero dizer que, semana que vem, estarei em Brasília trabalhando exatamente o tema dos arranjos produtivos locais em uma conferência. Todos os estados poderão trocar ideias e experiências para encontrarmos uma forma de aperfeiçoarmos a política do Estado, e volto a dizer: estão todos convidados a comparecer à Secretaria e nos fazer uma visita para conhecer os trabalhos que estamos desenvolvendo.

O presidente – Muito obrigado, Fernando Passalio, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Com a palavra, o Sr. Antônio Júlio, para encerrar este painel. Depois, iniciaremos o painel que discutirá o setor agropecuário.

O Sr. Antônio Júlio de Faria – Mário, quando eu falo de política, eu o faço com muita tranquilidade, porque estou com 32 anos de mandato em apenas um partido, o PMDB. Tenho muita liberdade para falar, aliás, do meu partido. Hoje dei várias entrevistas e me perguntaram se o PMDB tinha condições de assumir o governo. A minha opinião é: não, porque hoje acabaram todos os partidos políticos e principalmente os novos, os que foram criados recentemente. Todos os partidos vieram de negociatas. A maioria dos partidos é de aluguel. A ideologia política acabou. Lutei pela democracia, participei de movimento estudantil e tive também problemas com a ditadura. Lutei por liberdade, e não é isso que quero hoje. Por isso, tenho a liberdade de falar o que penso e sei que a minha fala incomoda muito as pessoas. O deputado sabe que eu falo aquilo que sinto, pois não tenho que ficar jogando para a plateia e fazendo demagogia.

Há algo que acabou com a política: pluripartidarismo. Querem saber de outra coisa que acabou com a política no Brasil? Emenda parlamentar. Ela acabou com a classe política, porque, em troca da emenda parlamentar, os políticos não têm a coragem de tomar uma decisão ou ter uma afirmação em qualquer discussão que, às vezes, é polêmica. Falei isso no Congresso Nacional, há poucos dias. Cria-se um mal-estar? Sim, mas é a verdade. O político fica refém da emenda parlamentar e não faz a discussão política. Por isso, falei que a crise política do Brasil é gravíssima, é muito mais grave do que possam imaginar.

Eu, que vivo no meio há muitos anos, tenho um posicionamento muito claro, tenho as minhas convicções. Não é porque tive toda essa trajetória política que me omitirei deixando de abordar essas questões. Não concordo com o que está www.almg.gov.br Página 42 de 127



acontecendo. Então, os nossos ideais, às vezes, ficam de lado. Por isso, nunca mudei de partido. Quero ter a liberdade de fazer essa discussão. Hoje, quando qualquer político tem uma divergência, a primeira coisa que faz é mudar de partido. Cansei de falar: não mudo, fico até o final. Posso ser expulso, mas não mudo. Quero ter as minhas convicções e fazer mudanças. A minha proposta é de mudança. Quero um Brasil diferente do que temos hoje. Vocês podem perguntar se está faltando homem? Acho que está faltando. Acho que estão faltando lideranças políticas. Estamos precisando de pessoas que tenham a coragem de assumir um papel que, às vezes, é desgastante. Ter um posicionamento não é cômodo, mas desgastante, e precisamos ter tempo e vontade. Isso está faltando, principalmente na política de Minas.

O presidente – Muito obrigado, deputado Antônio Júlio. Gostaria de cumprimentar todos que participaram deste painel. Muito obrigado pela importante contribuição que nos foi dada. Agora esta Mesa será desfeita e iniciaremos o 2º painel. O Anderson, do Convention & Visitors Bureau, fez uma reclamação e com razão. Peço desculpas. Há um painel lá fora que não mostra nenhuma entidade representativa do setor de turismo, que é decisivo e fundamental para o desenvolvimento de Minas Gerais e tem entidades organizadas e sérias e líderes como você. Então, pedimos desculpas. Realmente, esse foi um vacilo da organização, mas fico feliz pela sua presença e sua contribuição neste debate. Mais uma vez agradecendo a todos que deram sua contribuição, iniciarei o 2º painel.

Composição da Mesa para o 2º Painel

O presidente – Convidamos a tomar assento à mesa para o 2º Painel os Exmos. Srs. Vilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg; e João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Palavras do Sr. João Cruz Reis Filho

Bom dia a todos. Primeiramente, quero cumprimentar o presidente desta reunião, o deputado Antônio Carlos Arantes, pela iniciativa de realizar um debate tão importante. Cumprimento os meus dois diletos amigos, o Dr. Roberto Simões, presidente da Faemg, e o meu querido Vilson, presidente da Fetaemg, com quem nos encontramos com alguma frequência. Os dois são eminentes lideranças do setor rural. Farei uma apresentação sobre o trabalho que desenvolvemos no governo do Estado e entendemos que poderá contribuir para a retomada do crescimento. Ela é um pouco extensa, mas vou passá-la rapidamente devido ao adiantado da hora.

Primeiramente, devemos sempre destacar a migração da população. É inequívoca a migração da população rural para a zona urbana. Em 1950, essa migração era de 70%; hoje está em torno de 15%, mas, se olharmos em números absolutos, também se reduziram 70% de 7,8 milhões, o que seria qualquer coisa próxima de 5 milhões; os 15% de 20 milhões são algo perto de 3 milhões de pessoas. Então, houve a redução da população não só no percentual, mas também no numérico. Aliado a isso, houve o aumento da longevidade, da expectativa de vida – no Brasil, estamos com a expectativa de 75 anos e com tendência de crescimento da longevidade – e mudanças nos hábitos alimentares: alimentos funcionais, seguros, inócuos e biofortificados, enfim, essas são as tendências. O Brasil é uma sociedade que, em média, tem desenvolvido seu PIB *per capita*, embora gostaríamos de destacar que o PIB *per capita* em Minas é abaixo da média do Brasil. Dos estados das Regiões Sul e Sudeste, ele é o menor.

As pastagens estão em 32% das nossas áreas. São quase 9% para a agricultura e em torno de 4% para a silvicultura. O nosso PIB ficou em torno de 30% do agronegócio em 2003, e esse número se mantém mais ou menos constante para 2013, mesmo com um volume de crescimento de 81% do PIB. A agricultura permanece como um setor muito importante.

Em algumas regiões, as atividades são mais dinâmicas. Podemos falar que a atividade de grãos, de 1995 para 2015, cresceu 97%. Se você olhar a região do Triângulo, do Alto Paranaíba e do Noroeste, verá um crescimento de 256%. Onde a agricultura vai bem, realmente a economia vai bem. Podemos apresentar mais dados à frente.



A produção mineira de grãos também apresenta uma tendência de crescimento muito grande, com ênfase na produtividade muito mais do que no aumento de área, como vocês podem acompanhar. Na atividade leiteira, também houve um grande crescimento em termos de produtividade. Na nossa economia, embora saibamos que é importante exportar, grande parte da nossa produção é concentrada no mercado interno, com exceção da soja e mais contundentemente do café; o nosso consumo interno é que alavanca o crescimento da agricultura. As exportações do agronegócio vêm crescendo em um ritmo importante. Passamos de US\$1.700.000.000,00 para US\$8.100.000.000,00 em 15 anos, ou seja, o setor tem respondido muito bem e ajudado Minas Gerais.

Como desafios – esse é o motivo do painel – e com essa perspectiva de queda do PIB no Brasil, estamos aqui para encarar propostas para a retomada do desenvolvimento. Então, consubstanciando o que falamos anteriormente, temos o exemplo do café, que é um estudo da Emater. O deputado Roberto está chegando ali. Boa tarde, amigo. Quanto maior a área plantada em café no município, vocês podem ver que há uma correlação com o crescimento do IDH do município, ou seja, se a agricultura se desenvolve, é pujante, o IDH médio se desenvolve. Não tenho dúvida e tenho fé inabalável de que, para retomar o crescimento e melhorar as condições de vida, temos de investir na agricultura.

Da nossa parte no governo do Estado, fizemos um desenho do nosso Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, que está nesta Casa para ser avaliado, junto com o orçamento, com seis grandes ações, programas. Alguns programas são novos, e procuramos construir, junto às nossas vinculadas – Epamig, Emater, IMA, Ruralminas –, de modo que tivéssemos transversalidade nas nossas ações e uma agenda bastante moderna.

Quero começar falando rapidamente de um programa que reputo muito importante e que chamamos de Além da Porteira. Esse programa dialoga com o setor agroindustrial, a montante e a jusante da propriedade rural. Vocês podem ver que 40% do PIB do agronegócio estão concentrados no setor primário, então há um potencial enorme de agregação de valor. Pensem em uma cadeia como o café, Breno, você que é especialista. Poderíamos agregar muito na agroindustrialização. No setor de insumos, há uma carência enorme de indústrias em Minas Gerais para fornecer os insumos necessários. Queremos, na secretaria, fazer uma ação no sentido de promover o agronegócio e a competitividade.

Há outro exemplo da agregação de valor. No caso da pecuária de leite, cerca de 30% não passam pela inspeção oficial, não é, Dr. Altino? Isso é uma perda de oportunidade de negócio muito grande. Quanto às exportações, podemos ver que só 16% são produtos industrializados. Ainda há grande espaço para ocupar e crescer, por isso desenvolvemos esse programa Além da Porteira.

Outro programa, que estamos chamando carinhosamente de Tecnocampo, vê o desenvolvimento agropecuário nos territórios de desenvolvimento. A ênfase dele é levar tecnologia ao produtor com aquele conceito claro do nosso Eliseu Alves, que sempre diz: “sem tecnologia não há renda, e, se não há renda, o produtor não permanece na atividade”. Então, aliamos esse programa a um de sucessão no campo, mas a ênfase é levar tecnologia, treinamento e tratar de questões importantes.

Desenhamos um programa chamado Três As – alimento, água e ambiente. Sempre digo que nesse caso a ordem faz toda a diferença. Primeiro é o alimento, que é o nosso compromisso da agricultura; depois, a água; e, depois, o ambiente, como um contexto maior. É um programa que dialoga com a questão da sustentabilidade na agricultura. Há ações de adequação socioeconômica ambientais, indicadores de sustentabilidade ambiental, manejo sobre bacia, revitalização de bacias no caso do São Francisco e fomento à irrigação.

Vamos falar de três programas que têm por objetivo fazer a interligação da secretaria com suas vinculadas. O primeiro é o Minas Pecuária, que versa sobre a competitividade da pecuária. A coordenação desse programa é basicamente da Secretaria de Agricultura; as ações de assistência técnica são da Emater; e as ações de pesquisa e agropecuária são da Epamig.

O Certifica Minas Café é um dos nossos programas extremamente bem-sucedido. Ele realmente é um sucesso. Mais de 2 mil propriedades foram acompanhadas no ano passado. Realizamos um concurso estadual com mais de 1.500 amostras, e



vencedores de todo o Estado foram premiados na semana passada. Basicamente, ele é um programa no qual a Emater faz a preparação do produtor, e o IMA faz a certificação e a auditoria. Foi um trabalho liderado e idealizado pelo Dr. Altino, que hoje está na assessoria da Faemg. Realmente é um grande trabalho prestado à sociedade. Para vocês terem ideia, uma propriedade com 5ha consegue uma certificação em padrão internacional – já conseguimos fazer o *benchmarking* do Certifica Minas com programas de certificações internacionais – com menos de R\$50,00. Nenhum lugar tem um negócio dessa natureza. Mais recentemente, com recursos da Codemig, vamos implementar o georreferenciamento de todo o parque cafeeiro de Minas Gerais. Talvez essa seja a demanda mais antiga do setor. O deputado saiu, mas ele sabe disse.

Por fim, o Projeto Jaíba. É um programa que existe desde a década de 1970. A gente acha inconcebível não ter chegado a termo. Estamos com uma meta, quem sabe até o final deste governo, de finalizar as Etapas 3 e 4. O programa também conta com ações da Emater de assistência técnica e com as da Ruralminas.

Quero apresentar brevemente, Dr. Roberto e Vilson, uma novidade, um aperitivo. Estamos fazendo em Minas Gerais o que fazíamos no Ministério da Agricultura, na minha assessoria à época, as projeções do agronegócio. Para desenhar política pública, temos de saber para que lado vamos caminhar, e as projeções são um esforço no sentido de tentar ver as tendências. As projeções são estatísticas. A publicação deverá ser lançada no começo do próximo ano, mas os primeiros resultados estão aqui. Para terem ideia, para a próxima década, em 2024 e 2025, haverá estatisticamente, com grande probabilidade, um crescimento na produção de grãos em Minas Gerais de quase 21%.

Aqui está detalhado por produto: podemos ver que, para o sorgo, o trigo, o crescimento será acima de 40%; no setor de carnes, para o agregado, há uma estimativa de 41,5% de crescimento, com destaque para a carne suína com quase 50% nos próximos 10 anos; o café terá em torno de 20% de crescimento para os próximos 10 anos; a cana está apontando para qualquer coisa perto de 40%; e o leite, um crescimento de quase 30%. Repito que são projeções estatísticas, com base em séries históricas. Pode haver alguma diferença no preço de maior ou menor intensidade no tempo. Elas são ajustadas anualmente, mas a nossa expectativa de crescimento demonstra, primeiro, a pujança do agronegócio; segundo, o comprometimento dos produtores; e, por fim, a necessidade de o setor público, de o governo do Estado se preparar para, caso essas projeções se confirmem, termos condições adequadas de logística, de defesa agropecuária, para o desenvolvimento do agronegócio em Minas Gerais. Não tenho dúvida de que boa parte dessas projeções vão se confirmar. E, se confirmando, temos a certeza de que o agronegócio é o setor que pode ajudar na retomada de crescimento não só do estado de Minas Gerais, mas também do Estado brasileiro.

Era isso o que eu tinha a apresentar. Lembro que as minas são finitas, e é nos gerais que estão as alternativas de desenvolvimento. Essa frase não é minha; nem sei de quem é, mas a copieei de algum lugar, pois a considero muito oportuna. Muito obrigado a todos.

O presidente (deputado Roberto Andrade) – Agradecemos a palavra do palestrante João Cruz. Esta Mesa está bem viçosense: o Roberto Simões é formado em Viçosa; o João é outro viçosense; e eu também. Dando continuidade ao tema “Situação da agricultura e da pecuária de Minas Gerais para a retomada do desenvolvimento”, com a palavra, o Sr. Vilson da Silva, presidente da Fetaemg.

Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva

Bom dia, Sr. Presidente; secretário de Agricultura, João da Cruz, jovem batalhador; Dr. Roberto, presidente da Faemg; senhoras e senhores; assessores. Eu não trouxe nenhuma apresentação, até porque, pelo adiantar da hora, vou tentar ser bastante objetivo, como o secretário o foi. Antes de entrar no tema, quero fazer algumas considerações, presidente, nos meus 15 minutos.

Primeiro, temos de tomar cuidado. No painel anterior, quando falaram que a previdência social é deficitária, isso é mentira. É perigoso ficar comentando isso por aí. O grande problema é que a previdência social está sendo saqueada. Ela é o



maior patrimônio dos trabalhadores do campo e da cidade, e não podemos perder esse patrimônio que nos é tão precioso. A gente tem de estar atento a isso.

O rompimento da barragem de Mariana foi abordado em outro painel. Acredito que, para a Faemg, essa questão está dando algum problema, pois, para nós, os pequenos produtores, está dando. Não estamos de penetra no assunto, porque temos vários agricultores familiares, pequenos produtores que tiveram sua propriedade e seus bens dizimados. Esta semana, estive com a nossa federação coirmã, do Espírito Santo, em uma audiência com o Ministério Público, discutindo o que fazer. Discordo também que isso é uma tragédia natural. Ela não é natural. Natural é quando é da natureza. Aquela barragem foi feita, construída por mão humana. Não quero entrar aqui nessas questões, mas isso é um problema sério.

Faço uma consideração, senhoras e senhores, companheiros da Mesa, presidente, que, para a retomada do crescimento, há um setor que está ganhando muito neste país, secretário. Para mim, é o único setor que está tendo lucro: os banqueiros. Estão lucrando cada dia mais, mas falam em crise. Por quantas crises o Brasil já passou? Temos de ter maturidade e sabedoria para passar por esta crise. Neste momento em que os holofotes estão direcionados ao Congresso Nacional e à Presidência da República, vejo aquele lugar como uma casa de barganha. Aquela povo não está preocupado com os brasileiros; estão muito mais preocupados em como enriquecer e outras coisas mais. Se, com essa crise, o setor paga, nós, pequenos trabalhadores, pagamos muito mais.

Queremos um Brasil que ande para frente. Precisamos de lideranças comprometidas em todos os níveis, líderes que ocupem cargos políticos, independentemente de sua função, e que tenham compromisso com aquilo para o qual foram eleitos. O grande problema é que alguns compram mandatos e depois têm de fazer negociatas. Isso deixa o povo brasileiro indignado. O Brasil é nosso, nós vamos negociar aqui, estando o País bem ou mal. Trabalho desde os 6 anos de idade; nasci na roça, no cabo da enxada e escuto muito falar em crise.

Quanto à retomada do crescimento, vivemos num país democrático e é por isso que defendemos a continuidade desse processo. Sou pessoalmente contra o *impeachment*. O culpado tem de ser punido. Não podemos fazer deste momento um palanque de interesse para algumas pessoas.

Antes, o nosso setor era visto apenas como produtor de subsistência. O que produzíamos era apenas para a nossa alimentação. Hoje, nos cenários nacional e internacional, a agricultura familiar do pequeno produtor tem a sua relevância. De acordo com os dados que o secretário João Cruz apresentou, cerca de 70% dos alimentos consumidos vêm de pequenas e médias propriedades, e nós ocupamos apenas 24,3% do território mineiro. Hoje, 78% do feijão, 54% do milho e 60% do trigo são produzidos pela agricultura familiar. Vemos a pequena propriedade com visão de empreendedorismo, não apenas de subsistência. Se olharmos o retrovisor do nosso país, pensaremos: por que o homem migrou do campo para a cidade? Porque faltou política pública? Sou da roça, fui criado para trabalhar, para produzir tudo para comer, pois não havia mercado. Hoje, buscamos o mercado. Há um grande gargalo. Se não conseguirmos resolver isso, ficaremos chovendo no molhado. O Estado brasileiro é eminentemente burocrático. A burocracia é séria no Brasil. Para abrir um estabelecimento e se organizar, chegar com o seu produto, etiquetá-lo e liberá-lo para o mercado, percorremos uma *via crucis*; não é fácil.

Existe outra coisa crucial, secretário. Esta semana, durante a comemoração dos 67 anos da Emater, o senhor falou que estamos cobrando assistência técnica há muito tempo. O pequeno produtor precisa de assistência técnica eminentemente. O pequeno produtor que toma um crédito no banco e não tem uma assistência amparada pode cometer suicídio. Já o médio e o grande produtores talvez não. O Dr. Roberto falará da linha que representa. Não estamos falando da Emater. O pequeno produtor precisa de uma assistência mais pontual. Foi anunciado que haverá concurso público na Emater no ano que vem. O *déficit* é muito grande. As pessoas que estão no campo são heroínas, são polivalentes. Um técnico dá assistência por amostragem a até mil propriedades. Como falar em retomada de crescimento, se o agricultor familiar não tem assistência a tempo e a hora?

Serei mais abrangente na questão da infraestrutura básica. Nós, da cadeia produtiva, precisamos de estrada, precisamos que a nossa Ruralminas se torne uma DER para arrumar as estradas vicinais. Não temos estrada, não temos www.almg.gov.br Página 46 de 127



mata-burro. O prefeito falou que está arrumando, pintando e colocando bancos bonitinhos nas pracinhas, mas ninguém vive sem alimento. Com crise ou sem crise, precisamos de alimento. Temos de olhar isso com mais carinho.

Além de infraestrutura, temos problemas com energia elétrica. Há várias propriedades sem energia elétrica. O *déficit* é maior que 60 mil. Esse problema é sério. A energia é um bem fundamental para a produção agrícola, para o processamento de produtos, para o empreendedorismo na agroindústria familiar.

Também estamos falando que o campo está ficando muito idoso, velho. E o jovem não quer ficar no campo. Discutimos a sucessão rural. Para falar em retomada do crescimento, é preciso falar em sucessão rural. O jovem não quer esse posto de trabalho. Fui criado para trabalhar. Não tínhamos o direito de conversar ou argumentar com os nossos pais. Hoje é diferente. O jovem tem outra visão e não precisa apenas trabalhar. É preciso levar lazer, posto de saúde e escola para o campo. Continuamos vendo o fechamento de escolas rurais no nosso estado. Como pensar em retomada do crescimento?

Na semana passada, estive com a secretária de Educação, e conversamos sobre o fechamento de escolas com mais de 200 alunos a bel-prazer, por interesse de alguém. Levarão as crianças para a cidade. Nós, do campo, não queremos continuar inchando as cidades. Se houver espaço para nós, lugar para morar e emprego, talvez aceitemos. Mas a opção por ficar na roça é pessoal. As pessoas que estão no campo precisam de qualidade de vida. Eu não acredito que exista tanto emprego nas cidades porque, segundo as estatísticas, quase 1 milhão de trabalhadores perderam postos de trabalho nos últimos dias. Isso é muito sério. Ninguém vive sem comer. Como as pessoas podem sobreviver? É muito cômodo chegar ao final do ano, desejar feliz Natal se tenho emprego, casa para morar. Mas e as pessoas que não têm casa, emprego e salário? Como ficam? Precisamos discutir a situação do campo.

O deputado Antônio Carlos Arantes é oriundo do meio rural e sabe que o campo precisa ser mais olhado. Nessa correria galopante, não podemos trazer o resto das pessoas para as cidades, porque não são qualificadas, não têm curso superior. Então, como podem disputar uma vaga de emprego? Vocês podem pensar por que estou falando sobre isso. É porque uma coisa tem a ver com a outra. Queremos valorizar a nossa agricultura familiar, erradicar de fato o trabalho escravo que infelizmente ainda existe em Minas e no Brasil. Isso é vergonhoso para nós. Os homens que estão no Congresso Nacional estão nos envergonhando. Não estou generalizando, porque senão não entraria nesta Casa. Há muitas pessoas que têm compromisso com a sociedade, com o povo mineiro e brasileiro.

Não sei de quantos minutos ainda disponho. Já se encerrou, presidente? Quero dizer que recebi uma proposta do governador intitulada Plantando o Futuro. Parece que a copiaram da Fetaemg. A preocupação agora é com os recursos hídricos. Queremos acabar com o nome Bolsa Verde. Quem cuida da água, cuida da mata ciliar, produz alimento, mas também água, deve receber por serviços ambientais prestados à sociedade. Isso tem de ser estudado, porque nós temos condições de ajudar as pessoas que estão no campo a ter qualidade de vida.

Estamos à disposição não somente com críticas, que são construtivas. Queremos um estado que vá para frente, uma Minas Gerais pujante, produtiva, séria, honesta. Que realmente possamos sair deste patamar. Muito obrigado.

O presidente (deputado Antônio Carlos Arantes) – Obrigado, Vilson, por sua manifestação.

O Sr. Vilson Luiz da Silva – Presidente, estou vendo algumas pessoas do governo aqui. O secretário de Desenvolvimento Econômico estava presente, mas já saiu. Alguém falou em fazer fóruns e mais fóruns. Vamos pegar a pauta, o passivo que as entidades de classe colocam em suas mãos e pedir que nos atendam. Não sou contra o governo sair por aí com sua equipe realizando fóruns, viajando, conversando com a sociedade, mas poderia pegar as nossas pautas, que estão paradas há anos, e nos atender. Estamos chamando a sua atenção há muito tempo através das nossas pautas, que estão no Palácio. A não ser que as jogaram fora. Aí é diferente.

O presidente – Muito obrigado, Vilson. Com a palavra, o Dr. Roberto Simões, presidente da Faemg.

Palavras do Sr. Roberto Simões

Sr. Presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, agradecemos a oportunidade e saudamos os companheiros da Mesa, o secretário João Cruz e o Vilson, da Fetaemg.

Quero comentar alguns pontos não com a preocupação de cobrir todo o assunto, mas, devido ao tempo, abordarei aqueles que considero fundamentais para continuar contribuindo, como fazemos a nossa vida inteira, para o crescimento deste país e deste estado, por meio da agropecuária. Alguns assuntos já foram discutidos, principalmente pelo secretário João Cruz, com quem temos uma identidade muito grande no trabalho. Passarei por eles, mas de forma breve.

Do ponto de vista da demanda pela agricultura, não me preocupo atualmente com o futuro, embora tenhamos alguns problemas com a crise que grassa por aí. Mas acredito que são coisas passageiras e que o curso normal da história voltará a acontecer em algum momento. Pelas características atuais, teremos um futuro quase garantido pelos nossos produtos, pelo trabalho do setor agropecuário. A população cresce, vem a expectativa de 9 milhões de habitantes no mundo; a renda cresce, principalmente nos países em desenvolvimento; ninguém deixa de se alimentar. Então, acho que temos um futuro garantido de demanda pela nossa produção. Além disso, temos uma capacidade instalada, um bom sistema montado, uma tecnologia criada no próprio País, pessoas capacitadas. Enfim, acredito que o cenário seja bom.

O que nos preocupa realmente são aqueles fatores que dificultam a nossa atuação mais competente, crescer nesse ponto que se espera do Brasil, que chega à própria FAO, que é a unidade mundial de alimentos da ONU e que espera de países como o Brasil um crescimento mínimo de 40% em cima da sua produção atual para abastecer este mundo, que cresce tanto da forma que já comentamos. Quer dizer, é possível chegar lá, desde que alguns pontos daqui por diante sejam considerados com mais propriedade, com uma discussão mais técnica e com medidas que realmente estejam focadas em resultados.

O primeiro ponto que eu comentaria é a questão já falada de infraestrutura de transporte e de armazenagem. A continuar na situação em que estamos, nem adianta mais aumentar a produção porque não teremos como transportá-la nem armazená-la. As perdas se multiplicarão, ficará inviável esse processo. Um segundo ponto muito importante: classifico a nossa tecnologia, porque, daqui pra frente, principalmente, o que se deseja e o que todos estamos buscando é esse tema. A produção tem de se dar de forma sustentável, respeitando ecologicamente aqueles territórios que usamos. Essa sempre foi a vontade do produtor porque é o seu principal instrumento de trabalho.

Enfim, não teremos grandes aberturas de áreas, mesmo porque nem dispomos mais de tantas áreas. O programa tem de se dar através de tecnologia ou inovação ou os dois juntos, que é o mais correto, e isso pressupõe pesquisa. Precisamos revigorar as nossas entidades pesquisadoras: a Embrapa; a nossa gloriosa Epamig também precisa – o secretário João já tocou nisso aqui, mas precisa revitalizá-la, dar mais condições; e principalmente as nossas universidades, que precisam ser um pouco mais comprometidas com a região onde estão. Falo da minha própria origem, como a universidade de Viçosa e outras tantas que temos. Você sai da universidade e a 1m não vê sinal dela. Vimos em outros centros mais avançados uma contribuição enorme das universidades junto à produção para definir questões da própria produção com resultados imediatos.

Em se tratando de uma pesquisa que gera produtos e resultados, não há como deixar de falar também na difusão desses resultados. O produtor não sabe ler a linguagem da pesquisa que está na prateleira da escola ou da Epamig ou da Embrapa. Ele precisa de alguém que faça exatamente o termo na sua expressão principal, que é a extensão do conhecimento até o produtor. E quem faz isso, evidentemente, é treinado para isso: o sistema de assistência técnica e extensão rural. Precisamos investir nessa área de novo a partir do momento em que o nosso glorioso Collor de Melo acabou com o sistema de extensão rural no Brasil, fechando a Embrater e outros mecanismos.

Então, é preciso revigorar programas novos por produtos, por região específica para que a gente tenha uma assistência técnica competente e treinada. A gente acaba até entrando nisso hoje em dia. A Faemg, com alguns projetos, como o Balde



Cheio, para o leite, e o do café – estamos estendendo o café mais forte, que é ir para o meio da produção e recombinar fatores, tentar fazer essa produção se tornar rentável, e é o que vem acontecendo.

Outro ponto que sempre coloco, no qual precisamos de uma atenção especial, é a questão da defesa sanitária. Já tenho recebido inúmeras colocações sobre essa questão de vacinação da aftosa permanentemente, duas vezes por ano. Não conseguimos até hoje combater brucelose, tuberculose e não sei o quê. Tenta-se, mas ainda está muito longe de se chegar aonde é preciso. Então, é um setor que merece e que precisa de toda a atenção governamental e de nossa atenção privada, apoiando mecanismos como o IMA e outros tantos, mas principalmente precisa de mais recursos. Além disso, como já está anunciando o secretário João, é preciso parar de fazer contingenciamentos de recurso para defesa, tanto no ministério como na questão estadual, porque esse é o mecanismo que vai nos ajudar a realmente colocar em prática uma região livre de aftosa, por exemplo, sem vacinação, como já é o Sul, como já é exigência mundial dos mecanismos de controle de doenças.

Precisamos combater e tornar Minas Gerais progressista, uma região livre de peste suína e de tantas outras coisas. Isso só se dará com um sistema de defesa forte que culminará num fundo privado que estamos tentando criar neste momento, com apoio já da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Fazenda. Estamos conjuntamente desenhando um projeto de criação de um fundo sanitário, que seria aquele fundo garantidor. Se você tem um foco que sobreveio, você isola aquele foco, sacrifica o que for preciso, e o fundo indeniza. Assim, teremos garantia de sanidade interna para qualidade de produtos aos nossos consumidores, bem como exportar para outros países que confiam nesse sistema, quando você tem um mecanismo de enfrentar adversidades. Então, isso é fundamental para que a gente consiga crescer na nossa produção com qualidade.

Um ponto que também me preocupa muito no avanço da nossa agricultura é a questão do mercado externo. Como já foi bem dito aqui pelo nosso secretário, o grande patrimônio brasileiro é o próprio mercado brasileiro. São 206 milhões de consumidores. Isso é a grande fortuna que temos, mas a exportação é um elemento extraordinário, do ponto de vista de composição das receitas e geração de divisas. E nós exportamos os produtos entre 20%, no máximo até 30% da nossa produção. O grande consumo realmente está aqui dentro, e essa é a nossa glória. Temos uma população que cresceu em renda, mas que agora está um pouco problemática com endividamento, com queda, com inflação. No entanto, acreditamos de novo que isso são movimentos passageiros que voltarão à nossa retomada.

Em relação a essa parte de exportação, vejo sérias ameaças ao nosso crescimento futuro porque as nossas políticas externas são de uma tibieza extraordinária. Por ficar focados no Mercosul, e não tratando com compradores de maior poder econômico e outros acordos bilaterais que podíamos estar fazendo, acho que vamos acabar perdendo essas parcelas que temos de mercado. E reconquistar parcela de mercado externo é a coisa mais difícil que há no mundo, porque, uma vez que outro concorrente se instala, ele se instala com capacidade e não sai mais fácil. Estamos com uma política muito tibia de ficar aqui namorando Timor-Leste, Haiti, não sei quem, Venezuela. Ora, isso não leva a lugar algum. Precisamos abrir essa nossa política.

Agora ficamos fora do acordo pacífico. Todos os países do leste da América do Sul assinaram o convênio. Daqui a pouco a China estará comprando tudo desses participantes, uma vez que ela é um dos participantes do acordo do Transpacífico, e ficamos de fora, simplesmente desconhecendo um acordo dessa natureza. Isso é prejudicial ao extremo para o crescimento da agricultura brasileira. É preciso rever, é preciso mais visão de mundo das coisas e deixar essa tibieza ideológica de ficar focado em negocinhos que não levam a nada.

Outro ponto de uma agricultura do nosso tamanho, hoje em dia, é inimaginável. Só gente com tanta vontade de produzir faz uma agricultura desse tamanho sem seguro. Isso é um absurdo. Precisamos de uma revisão maior e de uma garantia maior, tanto do País quanto do estado. Ninguém põe mais um tostão na questão de seguro rural. Não é possível seguir com uma produção desse tamanho sem seguro, com as intempéries que temos, além dos fatos econômicos e até biológicos. O que gera isso é o que toda hora nos preocupa: um passivo de dívidas que são impagáveis. A pessoa não aguenta rolar o fracasso de uma safra, é muito grande.



Então, é um ponto que merece toda a consideração de políticas agrícolas, se quiserem que continuemos contribuindo para essa produção. Ligado a esse fato vem outro, que é o do crédito, que passou agora a não dar mais conta de financiar a agricultura do tamanho que ela é ou crédito na forma como era concebido, com um certo aporte subsidiado pelo governo para ajudar a agricultura a crescer. Hoje não se consegue mais. Há uma dificuldade enorme de conseguir recursos hoje em condições adequadas. Muitos nessa faina de produzir vão atrás até de cartão de crédito. É quebração à vista, não há como. Então, é um ponto também que precisa ser rediscutido: quais serão as novas formas? Como é que vamos financiar esse setor?

Finalizando, toco em dois pontos muito específicos de Minas Gerais. Um deles é a questão ambiental, que tem nos feito um dos estados mais fechados do Brasil. Temos perdido empresas, muitos negócios com essa questão porque não se consegue licença, não se consegue avançar sem prejuízo ambiental. Não estou discutindo a questão ambiental nem quero falar de represa ou de coisa alguma. Digo é que precisamos ter alguma coisa que modernize esse espaço porque o que está instalado aí é uma burocracia estéril de multas, de coisa que não leva benefício algum ao ambiente propriamente dito.

Portanto, precisamos é ter um estado mais dinâmico, mais aberto, respeitando a legislação própria, que deve ser revista. Abro parêntese para dizer que sou leal também com o que vejo, não sou radical. Esse governo fez uma abertura agora com a nova lei que jamais acreditei que faria. Pelo menos a porta está aberta. Precisamos agora ter cuidado com os decretos que certamente regulamentarão essa abertura que foi feita, porque, aí, agora, residirá a definição própria de todos esses elementos. Mas foi um fato inédito; pelo menos, começamos a reabrir este estado.

Ainda dentro dessa mesma ótica, está o que chamamos vulgarmente de guerra fiscal. Minas Gerais se coloca numa posição correta em longo prazo, dizendo que não entraria na guerra fiscal porque, no fundo, ela prejudicaria todo mundo que entrasse. Mas, quando há um fato acontecendo com todos os vizinhos, se não entrarmos, acontecerá o seguinte: perderemos inúmeros negócios e continuaremos perdendo para Goiás, até para o Rio de Janeiro, e a Zona da Mata perderá os seus laticínios. Enfim, perderemos várias coisas porque não ajustamos a questão dos impostos estaduais. Ou se faz um governo federal, como ameaçou de fazer um projeto único brasileiro – embora ache extremamente difícil – ou entraremos na disputa, porque, do contrário, seguiremos perdendo negócios.

São estes pontos que eu gostaria de ver: Minas Gerais mais aberta, mais competitiva, respeitando. Não precisa desrespeitar coisa nenhuma. Temos condições, temos gente treinada, temos equipamentos, temos governo, temos entidades que funcionam, temos os poderes próprios. Além disso, a Assembleia e os deputados nos ajudam muito. Temos um grupo de parceiros que sempre estão conosco – Arantes é um desses membros. Então, temos condições de enfrentar as coisas. Precisamos é dessa atenção maior e de um foco nos problemas do Estado, da população do Estado e do País, e, como já foi dito aqui, não nos problemas pessoais de meia dúzia de pessoas. Ficam aí duas pessoas brigando, e, enquanto isso, 206 milhões de brasileiros estão esperando uma solução.

Queira Deus que essa bolha estoure e alguém vença ou, de preferência, que todos percam logo de uma vez, para que sigamos produzindo e progredindo neste país. É o que eu tinha a dizer. Obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes, pela oportunidade, e a vocês, pela paciência de me escutarem até esta hora.

O presidente – Muito ao contrário, Dr. Roberto, somos nós que agradecemos e pedimos desculpas pelo atraso, que o impediu de fazer uso da palavra por mais tempo.

Debates

O presidente – Passando às perguntas, com a palavra, o Sr. Eduardo Nascimento, da Fetaemg. Em seguida, a palavra será concedida ao Sr. Danilo de Quadros Maia Filho, da Associação dos Empresários da Silva Lobo.

O Sr. Eduardo Nascimento – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, solicito ao presidente Vilson, da Fetaemg, que, quando lhe retornarem a palavra, fale um pouco sobre o trabalho que têm feito a Fetaemg e, é preciso reconhecer, a Faemg, em torno do Cadastro Ambiental Rural – CAR –, que é muito importante e que, sem o nosso esforço, não estaria andando.



Como o vice-presidente da Fiemg disse que concordava com quase tudo o que falei – o que, não nego, me deixou preocupado –, quero aproveitar a oportunidade, apesar de ele ter se retirado, para dizer que nossa discordância é exatamente a que ele aponta. Quero reafirmar que acho que ele está usando um sofisma ao defender que por enquanto só pode falar em fatalidade, porque não há crime caracterizado. Ora, alguns crimes já foram caracterizados. O Ibama já aplicou cinco multas. O estado de Minas Gerais já aplicou uma. E a Samarco, por livre e espontânea vontade, já assinou um TAC, que é um reconhecimento explícito. Então, mantenho a minha posição de que é crime ambiental e tem de haver punição. Aliás, como vai haver uma etapa em que eles vão contestar essas multas, se derem curso ao que sempre fizeram, espero que a imprensa esteja toda presente no Copam para testemunhar ao vivo o voto de cada entidade diante dessas multas e penalidades. Sabemos que elas são simbólicas e não vão reparar tudo: a perda de vida não se repara, e não vejo horizonte de se repararem as perdas dos agricultores e produtores rurais, dos comerciantes e dos pequenos empreendedores. Mas não podemos aceitar que, por sofismo, queiram sair pela porta dos fundos. Fala-se que, ao longo da história, o ser humano aprendeu a se defender da violência, mas não aprendeu a se defender do elogio. No meu caso, isso não se aplica, pois sei me defender de todos os dois: da violência e do elogio.

O presidente – Obrigado, Eduardo. Com a palavra, o Sr. Danilo de Quadros Maia Filho, uma liderança promissora de Belo Horizonte e uma pessoa muito capaz.

O Sr. Danilo de Quadros Maia Filho – Boa tarde a todos. Meu nome é Danilo. Sou graduado em engenharia elétrica pela UFMG e lido com a juventude em projetos sociais de Belo Horizonte. Estou muito feliz por estar aqui, mas fico um pouco magoado em ver poucos jovens participando. Aliás, talvez eu seja o único, e acho que temos de trabalhar a nossa consciência política para trazer o jovem para esta Casa, esta estrutura, para conseguirmos mudanças a partir de dentro.

O senhor falou sobre o jovem no meio rural, e quero direcionar minha pergunta para esse assunto. Com essa crise, essa dificuldade econômica pela qual passamos, os jovens estão saindo da cidade. Quantos jovens amigos estão saindo de Belo Horizonte e voltando para suas casas no interior e tendo de ser acolhidos no meio rural. Estamos falando daquele jovem que saiu da roça buscando novas oportunidades. Então, temos de pensar em uma estrutura paralela – com escolas, que o senhor mencionou, uma universidade e outras coisas que criem uma demanda atrativa para essa juventude que, embora a cada ano esteja percentualmente menor, está sedenta de trabalho e de oportunidades. Como podemos trabalhar de fato a figura desse jovem que está buscando alternativas e há poucos anos participava dessas grandes movimentações nas ruas, pedindo mudanças e oportunidades? Ainda não os vemos aqui dentro, mas temos de pensar em uma forma de incluí-los no campo, oferecendo algo atrativo, bom e de qualidade. Será que o País tem estrutura e recurso para oferecer isso? Acho que essa dúvida não é só minha, mas de todos os jovens de hoje. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Danilo. Vamos passara às respostas, por favor.

O Sr. Vilson Luiz da Silva – Caro Danilo, não vamos resolver a questão da juventude por decreto. Temos de trabalhar o assunto, e o processo não pode ser muito lento. No caso dos pequenos produtores, a Federação criou uma coordenação específica para discutir a organização da juventude rural, até porque estamos preocupados com a vinda do jovem do campo para a cidade, onde ele se depara com outro mundo, em que às vezes não tem espaço para ele.

É por isso que precisamos de escolas, e não só a escola básica, mas uma universidade perto da gente. A gente precisa de lazer; o jovem precisa de lazer, especialmente nos dias de hoje. É preciso ter o emprego, que organiza a produção, a escola, e o lazer. Quando fui criado, não havia os meios de comunicação e a tecnologia de que dispomos hoje no Brasil e no mundo; aliás, não tinha nem televisão, que só conheci depois de crescido. Mas a juventude de hoje tem acesso a tudo isso. O uso do celular, por exemplo, é inegável; parece que tem mais aparelhos de celular no Brasil do que habitantes, porque alguns têm dois aparelhos.

Então, Danilo, é um trabalho que estamos fazendo. Nas áreas que dizem respeito ao governo, estamos chamando o governo para dialogar. Também estamos dialogando com as universidades e discutindo com o setor acadêmico sobre a participação da juventude. Mas estamos trabalhando apenas com os jovens rurais; não metemos a nossa colher de pau nos www.almg.gov.br Página 51 de 127

jovens urbanos. Mas, repito, é uma opção; não podemos fazer um decreto falando que o jovem é obrigado a ficar na roça. Quando fui criado, os pais criavam os filhos para o trabalho. Era diferente. E ainda tinha aquela máxima: estudar para quê? Para ser burro? Para puxar enxada? Para puxar enxada, não é preciso estudar. A vida era assim. Hoje, não. Meu filho, por exemplo, cursa uma universidade que não tem qualquer ligação comigo. Se dependesse da minha vontade, ele faria zootecnia, agronomia, veterinária ou algo assim. Seria o meu sonho. Mas a gente não determina o que o filho vai fazer. De qualquer forma, considerando o que eu sofri na roça, não quero que meu filho fique na roça para sofrer o mesmo. Essa é minha preocupação, e isso que tem de ser discutido hoje: o que podemos fazer para defender esse povo que ainda está no campo. É por isso que lutamos por infraestrutura e todos esses meios a que nos referimos. Ninguém quer ficar na roça como um tatu; o que queremos e merecemos, eu diria, é uma vida com dignidade. Essa luta não é fácil; não podemos abrir a cabecinha deles e colocar um disquete lá dentro. Não é assim que funciona. Mas, na parte que compete à Federação, como organização, estamos trabalhando em alguns projetos, entre eles alguns projetos produtivos para promover essa juventude rural.

O presidente – Obrigado. Com a palavra, o Sr. Josadac Marques, do Instituto Mãos e Vozes.

O Sr. Josadac Marques – Boa tarde, deputado, representante da Fetaemg e demais participantes. Tenho saudade da Escola Agrícola, onde me formei. Sai de Minas para fazer o curso técnico agrícola no Amazonas, e tenho saudades dessa escola. Assim, quero registrar a minha preocupação com a paralisação das escolas agrícolas no cenário de um país agrícola. Falamos muito aqui das dificuldades das escolas rurais, mas temos de falar das escolas agrícolas, até porque o ECA tem colocado dificuldades para a continuação dessas escolas rurais ao entender que crianças, de 14 a 15 anos de idade, não deveriam trabalhar na agricultura, por ser trabalho escravo.

Se queremos ter uma retomada de crescimento e desenvolvimento, precisamos entender que passamos por um processo de fragmentação das políticas públicas. Aqui me refiro a três políticas específicas: da agricultura, que estamos discutindo; do desenvolvimento, que abordamos em bloco anterior; e da segurança, que temos de discutir mais. Por ser profissional da área, tenho sido procurado pelas comunidades terapêuticas. Em Minas, temos, registradas e catalogadas, aproximadamente 300 comunidades, onde as pessoas abrigadas tentam uma ressocialização, abandonando drogas e outros vícios, por meio de um tratamento que dura em média um ano. Mas elas não conseguem estabelecer um programa de terapias ocupacionais com horta e piscicultura, porque até então elas são consideradas infratoras da lei, pelo código brasileiro. Então, a pergunta que gostaria de fazer, embora não sei se vamos conseguir responder a todas agora, é: como fazer uma adequação do programa de agricultura familiar, com pequenos empreendimentos, para as comunidades terapêuticas, onde há homens tentando ser novamente úteis à sociedade e à família?

Minha segunda questão diz respeito especificamente a Sete Lagoas. Tive o privilégio de ser um dos primeiros técnicos contratados pela prefeitura para a implantação do projeto das hortas comunitárias em Sete Lagoas, hoje um modelo reconhecido internacionalmente, pelo aproveitamento da linha de servidão da Cemig. Temos mais de 100 famílias naquela horta, mas elas têm dificuldades de comercializar a sua produção porque o programa de agricultura familiar é um programa de agricultura rural e aquela produção está em área urbana.

Finalizando, como encurtar a distância que existe entre a vontade política e a questão técnica, como já se disse, quando temos uma distância entre a academia, os técnicos dos programas governamentais e o povo da agricultura familiar – dada pela dificuldade da linguagem e de acesso –, que é quem sabe fazer, mas acaba tendo dificuldade com o processo de legislação? Muito obrigado.

O Sr. Wilson Luiz da Silva – Essa é uma questão séria. Concordo com você sobre a escola agrícola, a escola profissionalizante. Precisamos, secretário, dialogar com o Ministério do Trabalho e com as leis brasileiras. Hoje, na agricultura familiar, estamos tendo alguns problemas com os filhos ou filhas que estão naquela faixa etária em que não podem trabalhar – devem só estudar. Isso é sério. Estive em Brasília há uns 15 dias e tratei dessa questão.

Temos de encarar isso. Não estamos aqui defendendo trabalho escravo. É preciso estudar. A preocupação que tenho é o jovem aprender a trabalhar somente depois dos seus 18 anos. Creio que, por isso, precisamos ter escola agrícola, cursos

www.almg.gov.br Página 52 de 127



profissionalizantes, para que essas pessoas tenham escola e tenham ocupação... Meu pai falava que cabeça vazia é oficina de alguma coisa que não é boa. A gente tem de tomar cuidado com isso. Por outro lado, depois que a pessoa se forma, é muito difícil mudar sua cabeça. Esse debate está sendo transmitido, não é, deputado? Então eu tenho de tomar cuidado com o que falo aqui, senão eles vão me pregar na cruz, falando que estou defendendo trabalho escravo. Muito pelo contrário, não estou. A gente precisa fazer um debate mais profundo sobre essa questão, sobre o que é trabalho escravo e o que não é trabalho escravo, secretário, e também o que é trabalho infantil. Claro que não defendo isso. Quando comecei a trabalhar na roça, jamais... Precisamos realizar um debate a respeito disso.

Outra coisa: não sou técnico. Não tive oportunidade de cursar faculdade. Como falei, tenho apenas o primário, o primeiro grau. Tanto que procurei a secretária de Educação agora para ver se se cria um programa em Minas Gerais, secretário – a quem peço ajuda –, porque há muita gente no meio rural que é analfabeta de pai e mãe, que não sabe ler nem escrever. E, se lhe perguntarem, a pessoa vai ter vergonha de falar que é analfabeta. Muitos têm vergonha. A gente tem vergonha. Quando vou preencher minha ficha lá, no item grau de instrução, eu... Claro que, para a pessoa que tem estudo, tudo bem, mas para quem não tem estudo, é difícil. A gente precisa dar condições para essas pessoas. Morar no campo ou na cidade é uma questão pessoal, mas a gente precisa dar condição para as pessoas terem qualidade de vida.

Outro questionamento é a horta comunitária, como você apresentou, de Sete Lagoas. Nós já estamos trabalhando, discutindo com o governo, secretário – o senhor sabe disso –, a questão da agricultura periurbana, para que essas pessoas tenham condições de sustentar suas famílias. São pequenas hortas. Aliás, secretário, aproveito a sua presença aqui, na Mesa, para cobrar. Conversamos, através da Fetaemg, com a Epamig, da pesquisa. Precisamos retomar os pomares de Minas, as hortas comunitárias, porque, em muitas propriedades hoje, as pessoas estão buscando na cidade e no sacolão o cheiro verde, estão comprando laranjas na cidade, que vêm de outro lugar. Então é preciso retomar isso. Em uma região de Minas – não sou técnico, não sou zootecnista nem engenheiro –, uma doença, uma praga atacou os nossos pomares e não se está conseguindo produzir. Então, a gente da pequena produção, como eu disse na minha fala anterior, precisa, eminentemente, da pesquisa, da assistência técnica e do amparo do Estado.

O presidente – Muito obrigado, Sr. Vilson, da Fetaemg. Para o encerramento, com a palavra, o nosso secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, João Cruz.

O Sr. João Cruz Reis Filho – Primeiramente, deputado Antônio Carlos Arantes, eu queria agradecer mais uma vez pela oportunidade e dizer, em nome do governo do Estado, da Secretaria de Agricultura, que é uma honra estar aqui. Vilson, encontra-se aqui a Bia, assessora da presidência da Epamig, que está ali. Depois poderemos ter uma conversa direta com ela, se você quiser. Aliás, estão ela, o Marcatti, o Ricardo, a turma da Epamig.

Deputado, complementando a pergunta feita pelo jovem, dentro dos programas que apresentamos, havia a questão da sucessão no campo, das gerações. Assinamos ontem um convênio com a Emater – não sei exatamente o valor, R\$400.000,00 – para fazer um diagnóstico da juventude no campo. Como fazer o jovem ficar no campo? É muito simples, não há outro jeito, ele tem de ter renda. Se ele não tiver renda, vai embora. E, para ele ter renda, precisa ter tecnologia, é muito simples. O melhor exemplo que temos para apresentar foi o da semana passada: premiamos, em Manhuaçu, o melhor café de Minas Gerais – o rapaz é da sua idade, pelo jeito. Sabe o que ele era antes de ser produtor de café no Caparaó? Surfista. Ele veio da praia. O tio falou para ele: “Bom é produzir café. Seis meses você tem de trabalhar, seis meses você fica à toa”. Ele falou: “Então está certo. Eu fico seis meses surfando e seis meses mexendo com café”. Ele disse que, depois que voltou para a propriedade, nunca mais conseguiu surfar. Mas produziu o melhor café do Brasil. Ele vendeu um lote de 10 sacas por R\$29.000,00, seis vezes mais do que o valor médio da praça. Por quê? Assistência técnica, assistência rural, pesquisa agropecuária. Ele estava assistido pela Emater. Era participante do Certifica Minas. Não há outro caminho.

O deputado pediu para eu abordar aqui a questão apresentada pelo Wellington, sobre a Associação dos Produtores Familiares, a respeito da compra governamental da agricultura familiar. Acho que o governo tem realmente uma capacidade enorme de fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar. É por isso que nós, nesse governo, já assinamos um decreto

regulamentando o PAA e o Pnae estadual aqui em Minas Gerais, permitindo a compra. Parece que agora está sendo estendido até para os hospitais. Então a gente estimula e tem convicção de que o Estado tem um papel indutor no desenvolvimento.

E tem a questão do Mário Augusto, se a gente tem conhecimento dos trabalhos na Serra da Canastra com os pequenos produtores de queijo. Temos bastante. Somos muito amigos do nosso querido Joãozinho, de São Roque. O João esteve conosco aqui. A Epamig está ali, e estamos construindo um centro de pesquisa do queijo artesanal em São Roque, que vai ser o primeiro do Brasil. O João já doou o terreno para a propriedade. Quanto aos recursos, nós estamos contando com a doação de um grande empresário de Minas Gerais que quer deixar um legado, algo em torno de R\$2.000.000,00; e a Epamig vai colocar um centro de pesquisa avançado sobre o queijo artesanal em São Roque. Consideramos esse trabalho com produção de queijo artesanal muito importante.

Quando éramos assessor do ministro Antônio Andrade, em Brasília, assinamos uma instrução normativa aqui, em Belo Horizonte, que facilitava o acesso do produtor de queijo artesanal ao mercado. Então tenho certeza de que faz parte de um movimento que não vai parar, mas só aumentar.

No mais, deputado, mais uma vez, obrigado. É sempre muito bom estar na companhia do Vilson, do Dr. Roberto, que já se foi. A gente se apoia muito nessas duas instituições e nas que defendem a classe, que é a classe que a gente, em última análise, representa no governo do Estado.

Sobre o CAR, que seu assessor falou, a força-tarefa foi constituída pela Secretaria de Agricultura. Faemg e Fetaemg são parceiras fundamentais, junto com o Silemg e o IEF. Quem pagou a customização do CAR, que era *on-line*, cuja migração fizemos para a plataforma do governo federal, foi a Secretaria de Agricultura, porque, do jeito que estava, estávamos colocando em risco os 550 mil produtores rurais de Minas Gerais. O contrato está sendo publicado hoje. Estamos pagando R\$720.000,00 à Universidade Federal de Lavras por esse trabalho de customização e migração. A Semad e o IEF pediram a nossa ajuda para resolver um negócio do qual eles não estavam dando conta, e nós, graças a Deus, estamos finalizando isso. Muito obrigado a todos e boa tarde.

O presidente – Muito obrigado, Sr. João Cruz, nosso secretário de Agricultura, a quem quero agradecer e cumprimentar pelo ilustre trabalho, pela forma como tem administrado a Secretaria de Agricultura, com competência, com respeito, com trabalho e sabendo ouvir.

Obrigado, Vilson, pela sua contribuição, que foi muito importante. Eu assino embaixo de quase tudo, menos em uma questão. Acho que, quanto à Ruralminas, temos de fortalecer-la, sim, para trabalhar projetos. Mas máquinas na Ruralminas, máquinas no poder público não funcionam. Não tem logística a Ruralminas, principalmente as máquinas que elas adquiriu no mandato passado, nada foi diferente. Participei ativamente do governo e critiquei o fato de colocar uma máquina nova na mão do Estado, que passava para uma prefeitura, que colocava um funcionário dela para usá-la; depois passava para outro, que colocava outro; passava para outra, que colocava outra. E a máquina, novinha... Houve uma máquina que, com menos de 60 dias, teve o motor fundido. Não tem jeito. E o custo também não justifica. Mas para projeto, para *expertise* de projeto, eu concordo plenamente.

O Dr. Roberto falou sobre o acordo Transpacífico, que o Brasil ficou fora. Imaginem, gente, o país que tem esse grande potencial, esse grande produtor de grãos, de proteínas, de que o mundo precisa, ficar fora de uma coisa como essa. Isso significa que, realmente, o Brasil, a gestão política do país está perdida, está igual a uma biruta de avião, anda de acordo com o vento, na hora que tem de estar para um lado, está para o outro. Aí o voo fica complicado, fica sem um espaço adequado para pousar, e o povo paga a conta.

Sobre o PAA que o Dr. João Cruz falou, eu fico muito feliz com a contribuição que ele tem dado através da Secretaria de Agricultura. Confesso que, como oposição ao governo Pimentel, eu o tenho criticado bastante em muitas coisas, mas também o tenho cumprimentado por várias iniciativas positivas, e essa é uma delas. E o projeto inclusive foi de minha autoria. Com o governador Anastasia nós conseguimos evoluir o projeto; com o Alberto já no governo, aqui o aprovamos, e ele o sancionou. E



no governo Pimentel, se não foi o primeiro, foi um dos primeiros projetos a ser regulamentado. Então nós temos de agradecer a ele. Mas nós devemos muito ao Dr. João Cruz, que entendeu o projeto e o apresentou ao governo para que isso acontecesse. O que significa isso? Significa que, de tudo que o poder público consome de alimento, 30% terá de ter origem do agricultor familiar. É como ocorre com o Pnae na merenda escolar, que já é muito importante: as prefeituras e o Estado têm de adquirir 30% da agricultura familiar. E agora, com esse projeto, essa determinação estende-se também para hospitais. Há poucos dias, os hospitais da Fhemig iniciaram a compra com a agricultura familiar, o que já é um avanço grande, mas esperamos mais, que o projeto dê autonomia também para presídios – são 60 mil presos – e para uma série de órgãos públicos. Por exemplo, a prefeitura que oferece café da manhã para seu trabalhador terá de adquirir 30% da agricultura familiar. E aquele prefeito que for mais esperto, como é o caso de Divinópolis, vai valorizar a agricultura familiar da sua cidade, porque a determinação diz que no mínimo 30% dos alimentos têm de ser da agricultura familiar, mas pode ser até 100%.

Outro projeto nosso falado aqui, inclusive o Wilson, o Dr. João Cruz e o Dr. Roberto comentaram, é sobre pesquisa e evolução tecnológica. A Epamig é a nossa referência com vários parceiros; estão aqui os nossos companheiros, como o Marcatti. No ano passado dei entrada num projeto de lei. Se o Brasil tem hoje representatividade forte e potencial para valer com resultado no setor agropecuário, Minas precisa valorizar. Se no Brasil é assim, em Minas não é diferente. Mas vemos que os recursos na área tecnológica, na área de pesquisa... Isso é real: do orçamento do Estado, de 80 bilhões, 1% vai para a pesquisa, para a Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais – Fapemig –, o que dá 8 bilhões. Desse valor, a Epamig teria de levar, no mínimo, 50%. E ela não leva, acho, nem 3%. Então o nosso projeto coloca que 10% do 1% da Fapemig iriam para a Epamig. Avançou, em parte, aqui. Não conseguimos chegar ao final porque a própria Fapemig não era favorável. Agora, no atual governo, o Dr. João Cruz assumiu essa bandeira de forma muito educada, de forma estratégica, para também não arrumar briga na Fapemig. Houve mudança essa semana, inclusive hoje já houve reunião nesse sentido. Mudando isso para valorizar a Epamig, eu espero que consigamos aprovar o projeto aqui e ter mais recursos. Porém, só de apresentarmos o projeto e provocarmos a Fapemig, provocarmos o governo, a Epamig já está com alguns recursos disponibilizados através de editais da Fapemig, o que não era normal. Quer dizer, já provocamos e já deu resultado. Mas nós queremos o projeto aprovado para que aquele recurso seja, oficialmente, direcionado para o amparo à pesquisa no setor agropecuário.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 60ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/12/2015

Presidência dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Geraldo Pimenta e Roberto Andrade

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa para o 1º Painel – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Marcelo Luiz Moreira Veneroso – Palavras do Sr. Flávio Roscoe – Palavras do Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira – Palavras do Sr. Marcelino Orozimbo da Rocha – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Composição da Mesa para o 2º Painel – Palavras do Presidente – Palavras da Sra. Maria Carmen Lima Diniz – Palavras do Sr. José Policarpo Gonçalves de Abreu – Palavras da Sra. Gláucia Anete Ferreira da Silva – Palavras do Sr. Heber Pereira Neves – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Encerramento – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antônio Carlos Arantes – Geraldo Pimenta – Roberto Andrade.



Abertura

O presidente (deputado Antônio Carlos Arantes) – Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Geraldo Pimenta, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Retomada do Desenvolvimento Econômico, que tem por objetivo discutir alternativas para superar a crise e possíveis medidas para retomar o desenvolvimento econômico no Estado.

Composição da Mesa para o 1º Painei

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painei os Exmos. Srs. Marcelo Luiz Moreira Veneroso, vice-presidente regional da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; Flávio Roscoe, conselheiro da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit; Ubiraci Dantas de Oliveira, presidente da Central Geral dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CGTB; e Marcelino Orozimbo da Rocha, presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil em Minas Gerais – CTB-MG.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Esclarecemos que, após as palestras, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e outras enviadas pelo formulário disponível no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizar o debate, os participantes poderão encaminhar as suas perguntas por escrito no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer as suas intervenções oralmente deverão especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar a sua contribuição.

Para dar início ao painei “Infraestrutura e energia – para a retomada do desenvolvimento”, convidamos o Marcelo Luiz Moreira Veneroso, vice-presidente regional da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq.

Palavras do Sr. Marcelo Luiz Moreira Veneroso

Boa tarde, senhoras, senhores e deputado Antônio Carlos Arantes, a quem agradeço a oportunidade de apresentar esta palestra em que mostraremos os investimentos e as ações necessárias para a retomada do desenvolvimento.

Primeiramente, estou representando a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq. Temos como afiliados 250 mil funcionários – trabalhadores – e um faturamento anual de R\$80.000.000.000,00 por ano, aproximadamente. O setor é responsável pela fabricação de bens de capital e atua diretamente na formação bruta de capital. Quer dizer, 50% de tudo o que gera investimento, riquezas para o Brasil dependem do nosso setor e são usuários das nossas máquinas e dos nossos equipamentos. Então, é um setor extremamente necessário e responsável pelo desenvolvimento, do ponto de vista de investimentos.

Inicialmente quero pôr a curva de consumo aparente. Consumo aparente é tudo que se consome no País em termos de máquinas e equipamentos, os produzidos mais os importados. Quero chamar a atenção nessa curva para o fato de que temos uma descendência do consumo aparente. A curva apresenta um decréscimo que retrata que o nosso país está consumindo menos. Os investimentos estão sendo menores. Esses dados são de setembro. Comparando setembro com agosto, vemos que houve uma queda de 10,6%. Se compararmos setembro de 2014 com setembro de 2015, veremos uma queda de 19,4%.



Comparando-se o período de janeiro a setembro de 2014 com o período de janeiro a setembro de 2015, vemos uma queda de 5,8%. Isso é menos investimento no País, ou seja, o retrato disso aí.

A receita líquida do nosso setor vai na mesma toada. Temos um crescimento de 2,1% de agosto para setembro, mas isso aí – digamos assim – é um voo de galinha que ocorreu neste mês. No resultado do ano, comparando-se setembro de 2015 com setembro de 2014, vemos uma queda de 19,6%; e o período de janeiro a setembro de 2014 com 2015, vemos uma queda de 9%.

Falando sobre exportação, aqui já começa um dado interessante, porque há um aumento das exportações de agosto a setembro de 2015, com um acréscimo de 21,9%. É o retrato daquilo que o câmbio já está promovendo no resultado da indústria. O câmbio esteve desfavorável para a indústria por um longo tempo. Agora vemos que a indústria já consegue respirar esse câmbio favorável. Mesmo assim vemos uma curva descendente, em razão do reflexo anterior de um campo desfavorável; agora apresentamos uma pequena retomada.

Na importação, o nosso setor... Vejam bem. Gostaria até de fazer uma comparação: exportamos menos de R\$1.000.000.000,00 mais ou menos no mês e importamos algo perto de R\$2.000.000.000,00. Hoje estamos com R\$1.800.000.000,00, ou seja, importamos muito mais do que exportamos. Isso é resultado de balança comercial desfavorável diretamente. Há uma curva descendente da importação, causada pelo consumo menor do País, situação agora acentuada pelo favorecimento do dólar para a nossa moeda que tem substituído as importações por exportações.

Cenário de 2015. Temos as projeções para os principais resultados de 2015: uma Selic de 14,25%, que é extremamente danosa para o País, para o setor produtivo do País. Uma Selic que é recorde em cima da maior taxa de juros dos outros países. Não encontramos nada que se assemelhe ao tamanho dessa Selic. Isso é custo de dinheiro e falta de investimento no setor produtivo. Por quê? Quem vai querer assumir um risco no setor produtivo, que remunera de 10% a 15%, quando remunera bem, enquanto o setor financeiro remunera 14,25% sem esforço nenhum? O IPCA é basicamente a inflação, 9,9%, que também é altíssimo. O câmbio está 3,8% e deu uma favorecida no setor. Hoje, com essas questões políticas, tem flutuado um pouco, mas é uma realidade para o ano de 2015. O PIB de 3,2% já é atual, mas já há projeções de 3,4% negativo.

Na Abimaq, até trabalhamos com um PIB que vai além das projeções de institutos financeiros; trabalhamos com uma projeção de menos 4%, que é o que baterá no final. Essa é uma realidade do nosso país hoje. Isso aí é o cenário previsto por instituições econômicas do País. Não constam os riscos políticos e econômicos. O que estamos vendo é a falta de investimento, cada vez mais causando menor arrecadação, provocando menos consumo, e por aí vai. Ok? Os bancos estão expostos com esses escândalos. Isso não contabiliza esses riscos que são potenciais para agravar o cenário.

Vejam o cenário de 2016 a 2018. Temos um PIB que hoje está descendente. Tivemos um PIB de R\$5.400.000.000.000,00 em 2014 e hoje estamos trabalhando 3,2% negativos. Não só acreditamos, mas também temos a convicção de que no ano de 2016 essa curva ainda será otimista em relação ao que vai acontecer. Para nós, em 2016, ainda cairá mais do que está caindo. Ali já apresentava uma retomada. Se não fizermos o dever de casa, essa curva ficará muito pior. Então, com o cenário que temos, sem política industrial, sem as reformas necessárias, tudo indica que essa curva não se concretizará com esse retorno em 2016.

A redução da inflação contribuirá para a retomada da confiança e do consumo. Sem dúvida, tivemos um pico de inflação em 2015, e a principal causa foram os preços, os custos administrados, energia, gasolina. Entendemos que esses custos não virão de novo se tudo correr direitinho, não havendo novos ajustes, conforme foi feito agora em 2015, e a curva da inflação vai ser descendente. Isso ocorrerá por uma simples e única razão: o consumo está caindo, ninguém está comprando, ninguém, portanto, vai conseguir aumentar preço. Assim, ela vai cair. No entanto, os números apresentados nas tendências dos institutos econômicos e do próprio governo já não serão tão conservadores. Temos o Focus apresentando uma inflação de 6,6% contra 5,4% em 2016, sendo o teto da meta 6,5%.



Recuperação da taxa de investimento. Comecei a minha palestra por aqui, falando do índice de formação bruta de capital, que é um índice que mede a taxa de investimento no setor produtivo. Ele mede tudo que é investido no setor produtivo e que vai gerar riqueza para o País. Veja bem, tínhamos uma situação em 2003 com 16,7%. Na última década, o mundo respirou um desenvolvimento muito grande. O Brasil foi na onda, fez algumas coisas boas e conseguiu chegar a 20,6%. Tivemos um crescimento glorioso na última década. No entanto, esse crescimento de até 20,6% foi tímido. O grande crescimento que tivemos não chega às portas da América Latina, cujo crescimento é de 23% em média. O Brasil, que é um país gigante da América do Sul, não atingiu os seus irmãos, que têm um índice de formação bruta de capital de 23%. Muito menos do Brics, do Rics, que têm 34,5%, ou seja, por mais que tenhamos visto um desenvolvimento fabuloso na última década, não chegamos aos pés dos nossos parceiros irmãos da América Latina e do mundo, que estão crescendo conosco.

Em relação às perspectivas de investimento, temos projetado alguns investimentos. Para a indústria, temos projetados R\$1.191.000.000,00, no entanto esses números são extremamente otimistas, uma vez que se usam dados de 2010, pois foram feitos naquele ano e revisados em 2013. Desse ano para cá, o cenário se deteriorou, e esses números, possivelmente, não serão concretizados. Então, temos em petróleo e gás R\$323.000.000.000,00; área extrativa mineral 36, e por aí vai.

Os investimentos em infraestrutura, da mesma forma, foram projetados em 2010 e revisados em 2013 e estão com um investimento de R\$1.191.000.000,00. No entanto, a maior parte disso vem do PAC, que está desacelerando, esse programa não vai acontecer da maneira como foi projetado.

Temos, de 2015 a 2018, 68,5 bilhões projetados. Na área energética, 461,7 bilhões; social-urbana, 519,9 bilhões; no total, 1,050 trilhão. No entanto, 819 bilhões não irão acontecer, que são do PAC. Tivemos, no PAC, nesse período, 11% acontecendo, e o mesmo índice acontecerá após 2019. No período de 2016 a 2018, não acontecerá nenhum investimento. Isso é extremamente nocivo para o País, pois se está ruim hoje, ficará mais ainda, porque os investimentos não vão acontecer.

Desses investimentos projetados, 69,2 bilhões são vinculados a modelos de concessão para os quais não existem regras ainda. O investidor não vai entrar num modelo de concessão no qual ele não tem segurança jurídica ou não conhece a lucratividade. Os outros investimentos projetados são em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. O meu tempo acabou. Agradeço. Obrigado.

Palavras do Sr. Flávio Roscoe

Boa tarde. Agradeço, em nome da Abit, a participação no painel. Espero poder contribuir aqui com uma visão do setor têxtil mais regionalizada para Minas Gerais. Conteí, inclusive, com o apoio da Fiemg na elaboração da apresentação.

Impactos em investimentos e infraestruturas. O Brasil tem uma necessidade enorme de absorver novos investimentos, pois temos uma infraestrutura defasada. Já há estudos, conforme o *slide* mostra, segundo os quais os investimentos em infraestrutura têm enorme impacto no crescimento do PIB, ou seja, aquele aporte que é feito hoje na infraestrutura é transmitido para a economia, para os outros segmentos, reativa a atividade econômica e gera crescimento futuro. Então, investir em infraestrutura hoje é garantir crescimento futuro.

Temos aqui, em Minas Gerais, o estudo do economista Eduardo Simões de Almeida com relação à duplicação da Rodovia Fernão Dias, que ocorreu em Minas Gerais e São Paulo, e os seus impactos. Vejam que 1% de investimento no estoque de rodovias no Estado gerou o crescimento aproximado de 0,4% do PIB naquelas regiões afetadas por esse investimento. Ou seja, nos anos que se seguiram, o Estado e aquelas regiões colheram o crescimento súbito desse investimento, ou seja, a relação positiva entre investimentos e infraestrutura e o crescimento do PIB pode ser classificada pelos impactos desses investimentos.

Vemos os gráficos que comprovam o que dissemos, antes e depois da duplicação da BR-381: a média de crescimento daquela região saltou de 2,7% para 4,5%.

Infelizmente, o Brasil vem caindo posições, nos últimos anos, no que tange à competitividade, em razão da sua infraestrutura. Ocupávamos o 46º lugar em 70 países. Em 2015, fechamos em 53º no conjunto dos parâmetros de



infraestrutura em 70 países. Ao mesmo tempo que isso é uma ameaça, pois temos uma defasagem, também é uma grande oportunidade, porque há oportunidades em praticamente todos os segmentos ligados à infraestrutura. Isso pode ser um potencial enorme para atrair novos investimentos, uma vez que, se há defasagem, há mercado; se há mercado, pode haver boas oportunidades.

Qual é a razão para essa perda de qualidade na oferta de infraestrutura econômica no Brasil? Vou ler a resposta, pois, com toda a certeza, ela está na deficiência do volume e na qualidade dos investimentos, na infraestrutura rodoviária, ferroviária e aeroportuária, bem como na completa falta de projeto bem planejado que promova a integração logística desses modais. Com isso, o País oferece uma infraestrutura deficiente, que prejudica a produtividade da economia como um todo e eleva os custos de produção. Para exemplificar, cito o setor têxtil, que é um setor de cadeia fragmentada, ou seja, os elos da cadeia ficam espalhados pelo Estado e pelo Brasil. São vários elos. Não há uma unidade que produza toda a linha completa. Então, precisamos da logística da infraestrutura. Então, nesse segmento, o impacto do custo de logística é muito grande. Temos duas empresas em Minas Gerais e uma em Sergipe. A de Sergipe fornece para cá. Então, são 1.600km de péssimas estradas. Às vezes, o custo do frete da China é mais barato para chegar a Minas Gerais do que da nossa empresa de Sergipe para Minas Gerais. Esse é o custo que causa impacto nos elos da cadeia do Brasil em razão da ausência de uma boa infraestrutura.

Não é que investimos pouco somente. É que são poucos e caros. A infraestrutura no Brasil tem um custo muito caro porque boa parte dela é gerida pelo Estado, que tem uma ineficiência natural ao aplicar os recursos, por suas próprias restrições ao fazer isso, como o excesso de normas, de instrumentos de controle e de burocracia. Isso tudo causa impacto no custo. Então, não é só que o valor investido é baixo, ele também custa caro.

Como vocês podem ver, o Brasil vem aumentando seu investimento em infraestrutura. Isso não resolve o problema. Ele continua defasado, apesar de se aportarem mais recursos. Isso ocorre pela qualidade do investimento, justamente pelo custo, pela morosidade dos investimentos aportados pelo setor público. Então, crescemos quase 1%, e a defasagem de infraestrutura nesse período aumentou.

Vemos, agora, o investimento com infraestrutura em relação ao PIB. Vemos que, apesar de aquele número chegar a 2,6%, ele é mal distribuído entre os modais. O modal rodoviário ficou com uma parcela muito pequena, enquanto que a energia ficou com uma parcela razoável. Precisamos de energia. Estamos ainda diante de uma crise energética devido a nossa matriz ser basicamente hidrelétrica e estamos com problemas hídricos no momento. Então, os investimentos em energia foram importantes, mas outros segmentos foram penalizados. Com isso, a nossa infraestrutura de transporte ficou muito penalizada, seja rodoviária, ferroviária, aeroportuária ou portuária, conforme se vê nos *slides*.

O Telecom, que basicamente é composto pela iniciativa privada, teve um volume razoável. O que foi investido em todos os modais de transporte no último ano foi quase igual ao que foi investido em telecomunicações. Ou seja, há uma distorção. Com certeza, o modal de transporte deveria receber mais recursos.

Esse é o quadro do investimento em transporte. Apesar de o número ter subido, nos últimos 40 anos, o número do investimento total em infraestrutura vem subindo, mas em transportes vem caindo. E o transporte tem impacto enorme, porque os bens e mercadorias têm de circular. Então, quando há deficiência na área de transporte, há alto custo entre os membros da cadeia. Isso eleva todo o custo de produção no Brasil. Esse é o quadro. Na última década, foi investido 0,7% do PIB em transporte e, no ano passado, foi investido 0,17% do PIB em transporte rodoviário. Volto a dizer, cadeias fragmentadas, como a têxtil, são muito penalizadas por essa deficiência na infraestrutura. E o modal de transporte interno do Brasil é todo rodoviário, uma vez que o ferroviário basicamente se restringe a minerais e produtos de alto volume.

Se compararmos com outros países, o Brasil só está ganhando da média da América Latina, sendo o Brasil a metade da América Latina em termos de percentual do PIB. Então, jogamos a média junto com ele para baixo. Países como a China, que têm infraestrutura por fazer ainda, têm investido muito mais. Mesmo países desenvolvidos que já investiram continuam investindo percentuais muito acima do Brasil. A Índia, que também está em desenvolvimento, tem um investimento quase que o dobro, duas vezes e meia o investimento brasileiro. Mas os Estados Unidos e a União Europeia, que são países já

www.almg.gov.br Página 59 de 127



consolidados, com economias maduras, têm que investir menos. Mesmo assim investem mais que o Brasil, que tem um *gap* enorme de infraestrutura. Ou seja, se considerarmos que esse número de 2,1% não somente é baixo, como em parte é caro, a mesma obra em outros países, muitas vezes, custa muito menos do que no Brasil, pelo custo do controle, e por não termos o modelo flexível na maioria dos nossos investimentos em infraestrutura. Então, há um problema grave que afeta diretamente o custo de produção no Brasil e a capacidade de o Brasil crescer.

Esse quadro mostra que, se o Brasil quisesse manter a infraestrutura existente hoje, ou seja, conservar aquilo que já tem, deveria investir 3% do PIB. Estamos investindo 2,1%, então estamos destruindo a capacidade de infraestrutura no presente momento. Para alcançar níveis como Coreia do Sul, etc., de 4% a 6%; e para impulsionar o crescimento econômico e tirar o *gap* que existe, devemos investir acima de 6% do PIB, o que hoje é inviável no modelo atual, porque o Estado não tem essa capacidade de investimento. Então, a conclusão que se tira disso é que temos de mudar o modelo de investimento em infraestrutura no Brasil.

E por que o brasileiro é tão ineficiente em infraestrutura? Já mencionei algumas das razões, mas elas estão aí expostas. Restrição fiscal, o governo não tem espaço no seu orçamento hoje, em função dos gastos correntes. Então, no primeiro momento, não há recursos, pelo menos não do caixa do governo, para fazer esse investimento. Deficiência na gestão, ou seja, quem gere é o governo, e há deficiência. A Ferrovia Norte-Sul é o maior exemplo disso. Vinte e cinco anos, e US\$8.000.000.000,00 já foram gastos num projeto que não está concluído. E um modal de que, se formos analisar sua viabilidade, há controvérsias ainda hoje. Imaginem quando começou, há 25 anos, qual era a demanda real desse modal logístico. Resistências políticas e ideológicas nos últimos governos em promover uma maior participação da iniciativa privada. Essa é uma realidade. Ela vem mudando, até mesmo pelos fatos, mas ainda há uma grande resistência de parte da sociedade e do governo em adotar um modelo mais flexível, com maior participação da iniciativa privada. Má condução no processo de concessões. Sabemos que ainda temos uma estabilidade melhor que a de muitos países, mas ainda há algum certo grau de instabilidade do modelo de concessão brasileiro. Apenas cito o modelo elétrico, que recentemente sofreu um impacto.

Os gargalos de investimento em infraestrutura. Primeiro gostaria de destacar a má qualidade dos projetos básicos. Ou seja, ao se licitar uma obra que o governo demandará, não há um grande estudo no projeto inicial. Aí já nasce errado. Então, obras que são orçadas em R\$1.000.000.000,00, quando são executadas, viram R\$3.000.000.000,00, R\$4.000.000.000,00. Às vezes não é porque custou três, quatro vezes mais. O orçamento inicial estava errado. Então, a premissa de se gastar X já começa equivocada, e isso gera equívocos de enorme monta e impactos no orçamento.

Demora na obtenção de licenças ambientais e na realização de desapropriações. O problema de licença ambiental permeia todos os elos da cadeia. Quero parabenizar a Casa, que recentemente aprovou o projeto de reformulação da área ambiental em Minas Gerais. Espero que, pelo menos em Minas Gerais, possamos colher frutos disso num curto espaço de tempo. Mas o problema de licença ambiental, mesmo para obras públicas, é um gargalo acentuado.

Má gestão dos projetos durante a obra, subestimativa de prazos e custos, e viés de decisão política em detrimento dos critérios técnicos, que levam à má fixação das prioridades e prazos.

O que a Fiemg, a CNI e, conseqüentemente, a Abit defendem nessa agenda é aumentar a qualidade das licitações e tornar mais rigorosa a avaliação real da capacidade financeira e operacional das empresas que assumem essas obras. Quantos de vocês aqui não têm inúmeros exemplos para citar de empresas que ganham a concorrência, assumem a obra e simplesmente param no meio, ou no início, ou quase no final. E a obra fica ao deus-dará, muitas vezes esperando dois, três anos, para que uma nova empresa a retome.

Adotar o instrumento da contratação integrada, projeto-obra, seguindo o mesmo tecido rígido das PPPs. Atuar sobre as deficiências técnicas de projetos e gestão de obras, ampliando as exigências sobre a qualificação dos profissionais nas universidades e associações de classe. Tornar obrigatórios os projetos básicos detalhados e licenciamento ambiental prévio para grandes projetos. Ou seja, se isso for feito previamente, quando a obra for executada, grande parte dos gargalos que ela poderia sofrer já foram tirados. Isso é de vital importância e dá segurança para quem entrar numa PPP. Ter um projeto



detalhado é certeza do que se fará e do orçamento. Quando o empreendedor não tem certeza do custo da obra, a sua tendência é majorar o preço, botar gordura. Porque, se ele não sabe o que está detalhado lá, a sua tendência é colocar uma margem de segurança. Aí, infelizmente, aumenta-se o custo para o Estado brasileiro.

Melhorar os contratos e definir instrumentos.

Passarei mais rapidamente.

Principais projetos. Propomos o Sudeste Competitivo. A CNI, junto com a Fiemg, lançou esse programa, cujo objetivo é integrar, física e economicamente, os estados do Sudeste com as demais regiões do Brasil. Identificar e selecionar o sistema de logística de menor custo, ou seja, investir naqueles que são mais viáveis. Proporcionar a transformação do sistema de logística em eixos integrados de desenvolvimento, fomentando a inserção da região na economia mundial, e liderar o processo de reconstrução e melhoria da infraestrutura brasileira, com a participação da iniciativa privada.

Esses aqui são os projetos que a Fiemg defende como importantes, e a Abit os endossa. Vamos ver se fazemos parte também da comunidade industrial da Fiemg.

Falarei um pouquinho sobre energia. O custo de energia no Brasil hoje é muito alto, e não somente no setor têxtil, que em muitos casos chega a representar 10% do custo. Para todos os segmentos industriais é um grande gargalo da nossa competitividade, uma vez que nossos concorrentes têm custo muito inferior ao nosso. A Argentina, nossa vizinha, tem um custo de energia de quase 1/4 do Brasil, e eles também têm problema de energia. O Brasil teve que atender à Argentina há pouco tempo, vendendo energia emergencial. Mas a China tem a metade do custo da energia do Brasil, só estando acima os países da Europa, que têm uma energia basicamente de carvão ou nuclear, que são fontes mais caras. Nós temos uma fonte renovável e estamos no topo do custo. Lamentavelmente Minas Gerais está no topo do custo dos estados. Então, o Brasil está no topo dos mais caros, e Minas Gerais também está no topo dos mais caros dos estados brasileiros. Isso por várias razões, que não dá para aprofundarmos aqui, mas uma delas é que Minas Gerais é considerado um estado desenvolvido e, em alguns casos, subsidia estados mais pobres, que têm energia muito mais barata do que Minas Gerais. Lembrando que o consumo de energia em Minas Gerais, por quilômetro de rede instalado, é o mais baixo do Brasil. Ou seja, a Cemig, ao longo dos anos, foi interligando todos os consumidores e, com isso, baixou a densidade de consumo da rede. Então, o custo de distribuição na área de Minas Gerais é caríssimo porque há um baixo consumo por rede, uma vez que quase todos os consumidores estão interligados, e o Estado é grande. Isso onera muito. Essa é a principal razão da energia em Minas Gerais ser mais cara; o custo de distribuição aqui é maior. Então, deveríamos estar recebendo subsídio, e não subsidiando outros estados considerados "pobres", uma vez que temos a menor demanda por quilômetro de rede instalada no Brasil.

Energia competitiva gera redução de custo, redução de preço, aumento de competitividade e crescimento econômico. Consequentemente aumento de produção, aumento de investimento, aumento de margem. Círculo virtuoso. Se a margem é maior, investe-se mais; se investe-se mais, emprega-se mais, desenvolve-se mais, paga-se mais imposto. É o círculo virtuoso. Então, a energia está na base, porque a energia é o insumo que permeia todas as atividades produtivas. Não existe atividade industrial sem energia, nem no comércio nem no serviço. Então, ela atinge toda a sociedade, inclusive a sociedade civil, que é na sua casa, o seu uso diário, em que também se paga energia.

Gostaria de agradecer a todos, à equipe econômica da Fiemg pelo preparo e a vocês por me ouvirem. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira

Queria dar boa tarde a todos e cumprimentar o deputado Antônio Carlos Arantes. Considero que esta iniciativa é de quem está com compromisso com o Brasil, não só com Minas. Acho que V. Exa. acertou na mosca, ao propor este debate, para que possamos expor as nossas posições. Aproveito para cumprimentar o Sr. Flávio Roscoe, da Abit; o Sr. Marcelo Luiz Moreira Veneroso, vice-presidente da Abimaq; e meu companheiro de muitas batalhas, Marcelino, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em Minas Gerais.



Começo dizendo o seguinte: senhoras e senhores, meu nome é Ubiraci Dantas de Oliveira, sou mecânico de manutenção, metalúrgico, desde 1967, quando me formei no Senai.

Desse tempo para cá, nunca vi uma situação tão dramática no Brasil. As coisas estão de cabeça para baixo. Vou começar pelo tema que me foi dado, que é energia e infraestrutura. Na questão da energia, nós, da CGTB, consideramos que houve uma desestruturação do sistema energético no Brasil, com isso vieram altas tarifas. O corte no orçamento da União para a conta de desenvolvimento energético foi de R\$7.750.000.000,00. Isso gerou um custo maior na conta de energia: Bragantina, 38,5%; Eletropaulo, 31,9%; CPFL, 31,8%; Ligth, 22,5%; Afsul, do Rio Grande do Sul, 39,5%; Copel, do Paraná, 36,4%; e Cemig, 28,8%.

A Revisão Tarifária Extraordinária no contrato de concessão de empresa distribuidora de energia elétrica. Só para caracterizar bem, as distribuidoras de energia, que em sua maioria são multinacionais, têm por objetivo central assegurar seu lucro que já é estratosférico, além de já ter a concessão de um serviço público de primeira necessidade, ou seja, todo o mundo precisa da energia, todo o mundo precisa da luz. Em um mês de bandeira vermelha, o valor adicional pago pela população, que atualmente é de R\$800.000.000,00, passará para R\$1.460.000.000,00. Esses dados são de março de 2015. Foi tirada a linha de leilão de 29 usinas hidrelétricas já amortizadas, ou seja, já foram pagas pelo povo. Isso foi feito para pagar juros novamente, ou seja, para ampliar esse pagamento. As usinas Jupia e Ilha Solteira, que foram adquiridas pela China, deixaram-nos bastante preocupados.

O que acontece quando se coloca multinacionais para tomar conta de determinado serviço muito importante para a população? A indústria brasileira fica a ver navios. Como a base do emprego no Brasil é das indústrias brasileiras – as micro, pequenas e médias empresas –, quando elas vão para o fundo, os trabalhadores também vão, ou seja, eles ficam desempregados. Essa é a grande realidade. Isso desestrutura todo o nosso trabalho no setor energético e vai aumentando a luz. Digo ainda que ela vai aumentar mais. Sabem para quê? Para dar mais dinheiro para as multinacionais independentemente da necessidade do povo brasileiro. Nossa indústria nacional é muito competente. Não estou falando daquela em que meteram a mão. Não estou falando dela. Estou falando da grande maioria da indústria brasileira, que às vezes não tem oportunidade de concorrer aqui dentro, porque o cartel toma conta e a impede de se desenvolver. A indústria brasileira tem uma capacidade impressionante tanto na área da indústria de transformação quanto na construção civil e em várias outras. Estou falando do que conheço. Vou entrar nessa questão mais para a frente.

A situação da energia no Brasil está jogada aos leões, está acabada. Essa é a grande verdade, e, para sustentar a ganância das multinacionais, é aumento em cima de aumento para o povo. Ficamos tristes com esse desastre, aliás, não chamo o que aconteceu em Mariana de desastre da natureza, pois há responsáveis por isso e eles terão de pagar. Vidas, fauna, flora, peixes e animais foram para o bebeléu. A lama chegou a 900km da origem, atingindo o mar. Essas pessoas não pensam no desenvolvimento da Pátria, da indústria e na vida humana. Pensam somente no lucro e deu no que deu. A Vale foi privatizada. Qual foi o resultado disso? Temos de analisar essa questão. Há gente aqui dentro capaz de tocar a Vale. Várias empresas no Brasil poderiam se desenvolver na área da mineração, mas certamente esse desastre não teria acontecido como aconteceu.

Houve uma desestruturação na energia do nosso Brasil, mas temos de analisar o objetivo disso, que é fazer caixa para o superávit primário...

Houve uma desestruturação geral para fazer caixa para o superávit primário, para dar dinheiro a banco, que não constrói uma escola, uma indústria, só pensa em dinheiro, dinheiro e especulação. Esse foi o objetivo nessa questão da energia, companheiros e companheiras. Essa é a nossa opinião. Por isso a questão da energia está toda desestruturada. O sistema de energia de nosso país está todo desestruturado.

Daqui a pouco, teremos apagão de proporções incomensuráveis, o que vai prejudicar indústria, comércio, agricultura, vai prejudicar o conjunto do Brasil. É necessário rever essa política de entrega de toda essa estrutura maravilhosa hidrelétrica e do sistema energético do Brasil para as multinacionais. Consideramos fundamental que isso possa ser levado em consideração



para que possamos, em um curto espaço de tempo, rever esse quadro e tomar outros rumos. Foi dito, acho que pelo Flávio, que, se não houver energia, tudo para. Todos os lugares necessitam de energia. A indústria, o comércio e a agricultura precisam da energia para fazer a roda andar, para o Brasil se desenvolver. Deputado Antônio, vemos a escassez e o prejuízo virem para cima do nosso povo. Em virtude da sede de lucro das multinacionais, jogam a conta nas costas do povo. Como? Aumentando a tarifa. Isso prejudica as famílias brasileiras, tendo em vista que o salário é tão pequeno. Sobre energia queria apresentar essa questão.

Vou falar sobre infraestrutura. Considero portos, aeroportos, estradas e rodovias serviços fundamentais para a Nação, pois se trata de infraestrutura. Em um *road show* nos Estados Unidos, o Mantega e os ministros que estavam na época foram entregar na bacia das almas a nossa infraestrutura. Aí o cara vem falar para mim: "Bira, você é um xenófobo". Eu sou brasileiro, eu defendo minha pátria. Não sou contra investimentos de fora aqui dentro, porque aquele tal de investimento direto, estrangeiro, de investimento não tem nada. Sabe para que ele serve? Para comprar as empresas brasileiras e aumentar a remessa de lucro lá para fora. Essa é a questão. Essa é a grande questão que temos de analisar. Pegam uns caras para fazer o aeroporto de Brasília ou de Campinas que nunca trabalharam em uma estrutura como a do Brasil. São pessoas que só trabalharam em aeroportos pequenos, mas vêm para cá fazer obra de estrutura aqui. O que acontece? Morte em Campinas, queda de obra, sem contar o preço. Não sei se vocês sabem por que as obras duram tanto. Por que as obras duram tanto tempo para terminar? Porque, enquanto o tempo vai passando, o preço vai aumentando. Com todos esses aumentos, quem está fazendo a obra, está em colúio e entendeu a situação, vai ficando rico enquanto a obra fica lá. Depois a obra vira um elefante-branco, não serve para absolutamente nada. Deixaram até uma obra para terminar nesse tempo passado.

Considero que a compulsão do governo em entregar patrimônio público para as multinacionais faz parte do plano de ajuste que pretende, com recursos públicos obtidos, cumprir metas de superávit primário. Tudo isso tem um objetivo, tem um caminho, tem um foco a atingir, tem uma meta a atingir. Com a mudança no Banco do Brasil, foi criada a vice-presidência, que será especializada na entrega do patrimônio público para as multinacionais para fazer caixa para o superávit primário. Sabe qual é o nome dado a esse cargo? Vice-presidência de serviços, infraestruturas e operações. Tudo um-sete-um. Não é uma coisa real, tem um objetivo claro. A verdade é essa. Eles dão nome bonito para fazer o serviço. Sabe quem foi a pessoa escolhida pela Dilma para fazer a gestão de serviço compartilhado e tocar a entrega de portos, aeroportos, estradas de ferro, rodovia, etc.? O ex-ministro dos Transportes César Borges. Tudo foi um ajuste para mandar dinheiro para os bancos. Aquele ajuste fiscal que tirou dinheiro do nosso trabalhador, reduziu o seguro-desemprego, recortou a pensão das viúvas e manteve o fator previdenciário que corta 40% do salário do trabalhador, foi para fazer caixa lá para fora. O sistema financeiro é ganancioso e pressiona o governo. Se o governo não for firme, decidido, que dobre as pernas, eles fazem o que estão fazendo no Brasil. Estão entregando de graça. A iniciativa privada, o empresariado brasileiro, em nosso ponto de vista, tem uma capacidade muito grande. Tenho essa opinião.

Digo ao senhor, que é da Associação Brasileira da Indústria Têxtil – Abit -, que sei como está a situação da tecelagem do ponto de vista do emprego. Sei que a barra está pesadíssima. Daqui a pouco vou abordar a questão do emprego. Companheiros, a infraestrutura está nessa situação. Com a mudança no Banco do Brasil instituída pela presidente Dilma, a entrega do patrimônio público passará a ter financiamento não só do BNDES, mas também do Banco do Brasil. O BNDES vem fornecendo capital a juros subsidiados a empresas multinacionais em sua imensa maioria. É uma política que tem como centro o capital financeiro internacional como quem vai desenvolver o Brasil, mas a vida está demonstrando que não é. Se não for por aqui...

Ele entrou em uma questão que achei importante: a formação bruta de capital. A Dilma, no conselho econômico de que faço parte, propôs que ia a 25%, ou seja, passaria a América Latina. Ia passar a América Latina? Resultado: caiu. Vocês viram os dados concretos. Foi para 17,5% a formação bruta de capital. Esse é o quadro.

Senhoras e senhores, no ano passado foram pagos R\$311.000.000.000,00 de taxa de juros. Ô liderança, foram transferidos R\$311.000.000.000,00 para o capital financeiro internacional, para os bancos internacionais!



Este ano foram R\$428.000.000.000,00 até agora. Aí vem me dizer que não tem dinheiro para a educação, para a saúde e, ao mesmo tempo, vai para a televisão e diz que é Pátria educadora, mas corta o Fies. Em São Paulo, acabei de receber a notícia de que a juventude na rua fez com que o Alckmin retirasse aquele projeto de fechar 94 escolas, mexendo com a vida de centenas de milhares de alunos. Os alunos foram para a rua. Era trágico, a porrada comia, polícia, cassetete, os estudantes com carteira na mão. Vai para cá, vai para lá, lutou para cá, lutou para lá, chutou e se tornou vitorioso, companheiros.

Essa política de câmbio existente até tempos atrás fez uma importação predatória impressionante. O que é uma importação predatória? O produto lá de fora fica mais acessível, o cara cria emprego lá fora e aqui dentro fica o desemprego. Por quê? Porque as indústrias param de produzir. Está trágico. Alguém me disse – acho que foi o Vanderlei, o Marcelino – que estava trágico. E está trágico mesmo. São 2 milhões de desempregados no Brasil no ano de 2015, senhoras e senhores, num total de 9 milhões em todo o território nacional. São pais e mães de família que vão para a rua da amargura. Há destruturação na família, filhos indo para as drogas, crianças indo para a prostituição, a cultura só toca *funk*, não toca Luiz Gonzaga, Chico Buarque, Jackson do Pandeiro. É só essas bobagens, esses enlatados que vêm para tapar, empanar a cabeça de nossa juventude. Mas nem tudo está perdido, estamos nos levantando, indo para a rua. Temos de acabar com esse alto índice de desnacionalização e desindustrialização da indústria nacional. Não podemos transformar isso num *shopping center* para vir produto de fora. Temos um país sem indústria. Um país sem indústria forte vai capinar a liderança. Capinar é o seguinte, é pegar a enxada e ficar capinando. Não é nenhum desprezo ao camponês, mas sem indústria não há desenvolvimento, sem indústria forte não há desenvolvimento.

Para terminar, porque já passei do meu tempo... Não passei – não é? Ainda faltam uns 4 minutos, estou vendo aqui.

O presidente – Não, já passou.

O Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira – Está certo.

O presidente – Para a Mesa faltam 4 minutos. Agora o senhor vai deixar só...

O Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira – Fiquei contente com essa sua observação.

Fizemos, há uns dois, três anos, em São Paulo, uma união entre trabalhadores e empregados e colocamos 90 mil peões à porta da Assembleia Legislativa de São Paulo. Fui ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e a presidente nos perguntou – e a mim particularmente: “Vocês estão unidos com empresário agora?”. Eu respondi: estamos, sim, mas com o empresariado nacional; não estamos unidos com multinacional, estamos unidos com o empresariado nacional, que constrói empregos conosco para levar a luta adiante, etc. E fizemos de novo neste ano, na Paulista. Sugiro, presidente, que o empresariado, a Abimaq, a Fiemg, a CGTB, a CTB, a CUT, a Força, todas as centrais sindicais e toda a área da indústria, que todos juntem sua força para ir às ruas.

Não estou querendo misturar alho com bugalho; uma coisa é o que está acontecendo com o problema do *impeachment*. O que estou propondo é juntarmos nossas forças para irmos às ruas a fim de reduzir a taxa de juro, a fim de acabar com o desemprego, a fim de equilibrar o câmbio, a fim de que o povo viva com mais felicidade. Faço essa proposta para vocês analisarem no fórum. Já conversei com o companheiro Marcelo, da Abimaq; com o companheiro – permitam-me dizer assim – Lincoln, da Fiemg. Vou conversar com o Vanderlei e com todo o mundo para colocarmos o bloco na rua, ordeira e pacificamente, mas com nossas faixas, para baixar esses juros pornográficos, que só prejudicam a Nação brasileira, prejudicam o emprego, principalmente, e deixam milhões e milhões de pessoas na rua da amargura.

Outra, esse negócio de falar que vai aumentar os juros para conter a inflação é conversa. Está em 14,25%, e a inflação está subindo. Faça o inverso e dará certo. Ficam na conversa fiada de que vão captar o financeiro internacional. É o seguinte: querem combater a inflação? Aumentem os juros. Só que, no país deles, não fazem isso. O juro lá é negativo, é 1%, 1,5%. Portanto, queremos juros em nível internacional no Brasil para dar condição ao nosso povo de viver com dignidade. O nosso povo é trabalhador, esse povo construiu esta pátria, este Brasil, esse povo precisa de oportunidade para dar sua contribuição e colocar seu tijolinho na construção da Pátria.



Por isso, meus irmãos e companheiros, vamos paralisar essa sangria de dinheiro lá para fora. Cada 1%, nas minhas contas, dá R\$30.000.000.000,00, que saem da mesa do povo para ir para banco. São R\$30.000.000.000,00.

Portanto, companheiras e companheiros, tem de parar, não dá mais. Estamos vendo um circo de terror, de horror, em Brasília. É senador líder do governo no Senado propondo ao Nestor Cerveró, um ladrão que está preso, fugir para não sei onde. Tem cabimento uma coisa dessas? Senador da República, liderança. E virá muito mais gente nesse embalo. É bom limparmos tudo para colocar alguma coisa que preste a fim de levar o nosso país para a frente. Muito obrigado a todos. Boa sorte e felicidades.

O presidente – Muito obrigado, Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira. Ele dobrou o tempo, mas valeu a pena pela veemência, pela forma verdadeira como se expressou aqui, mostrando o sofrimento e a indignação do povo brasileiro. Ele falou da palavra “pornografia”, em juro pornográficos. Eu nunca tinha ouvido falar, mas apoiei.

O Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira – Foi a Abimaq que inventou isso.

O presidente – Juros pornográficos, realmente, porque é proibitivo o juro no Brasil. Com a palavra, o Marcelino Orozimbo da Rocha.

Palavras do Sr. Marcelino Orozimbo da Rocha

Boa tarde. Também queria cumprimentar a Assembleia Legislativa de Minas por cuidar de uma situação extremamente dramática, como já foi dito aqui. Vou ater-me a isso, porque é esse processo de desindustrialização que estamos vivendo nesse último período.

Seria muito importante que o ato que aconteceu em São Paulo ontem e que reuniu a Anfavea, a Abimaq, a CNI, as seis maiores centrais sindicais do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil e várias outras organizações da sociedade civil... Que façamos um pedido de socorro e sejamos ouvidos. Vamos fechar 2015 com o menor índice de participação da indústria no PIB brasileiro. Em 2013, atingimos em torno de 13% e fecharemos o ano em torno de 9%, segundo os analistas. De acordo com os estudiosos do tema, não existe nenhum país com mais de 25 milhões de habitantes que se desenvolva se não tiver uma indústria forte. A área de serviços só avança porque o setor industrial, queiramos ou não, paga salários um pouco maiores. É dali que se aumenta o consumo, a produção, a geração de emprego, a renda das pessoas. Nesse sentido, entendemos também que a atual política econômica implementada no Brasil é um dos maiores entraves para esse processo de reindustrialização.

Antes queria fazer uma ressalva, porque o Brasil vive determinados momentos de otimismo exagerado, como o que ocorreu recentemente. Tivemos uma das menores taxas de juros – chegou a 7,5% -, uma redução de energia elétrica, entre 2012 e 2014, da ordem de mais de 25% e um processo de renúncia fiscal muito grande. Muitos ganharam, até os trabalhadores, porque atingimos o menor índice de desemprego da história deste país muito recentemente. Mas me parece – e temos discutido isso na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – que a eleição presidencial do ano passado ainda não está resolvida. Esse talvez seja um grande elemento da paralisia que o País vive. Olhem só: nada, do ponto de vista que impulse o desenvolvimento nacional, é discutido na Câmara dos Deputados. Os trabalhadores infelizmente ainda perderam mais da metade de sua representação no Congresso Nacional. Nessa crise e nesse ambiente tenso da política, a economia, o social e, principalmente, os trabalhadores estão pagando a conta com o desemprego e evidentemente com a falta da produção.

Queria fazer esse registro. Como disse, esse encontro de ontem, em São Paulo, traz nova perspectiva e traz uma agenda positiva no sentido de retomar o crescimento e o desenvolvimento econômico e social em médio e longo prazos, porque o Brasil não pode ficar experimentando esses crescimentos pontuais, momentâneos, e depois ficar envolvido numa crise absurda. É preciso que se crie uma agenda conjunta em todos os estados, é preciso que sejam retomados os investimentos público e privado em infraestrutura, como foi muito bem dito aqui, em energia, construção e na indústria como um todo.



Só como um dado comparativo em relação a esse processo de desindustrialização, os tigres asiáticos, que, na década de 1970, tinham menos de 10% de participação da indústria no PIB, hoje têm participação acima de 30%. A Tailândia chega a ter um índice de 32,9% de participação da indústria no PIB, fruto de uma política de médio e longo prazos dos governos, que entenderam a necessidade de fazer uma revisão. O processo é tão nefasto que estamos experimentando atualmente uma participação da indústria no PIB menor do que da época do Juscelino Kubitschek.

Outra questão que é importante registrar também nestes crescimentos pontuais: ao pegarmos os dados do Caged, do Ministério do Trabalho, em 2010, vemos que o Brasil gerou 16 milhões de postos de trabalho e que foram demitidos 15 milhões de trabalhadores nesse ano.

Então, não existe uma política de preservação, de médio e de longo prazos, do emprego, dificultando os processos de qualificação e de enraizamento dos trabalhadores em seu ramo de atividade, o que é outro problema que faz parte do conjunto de questões que estamos discutindo aqui: a rotatividade da mão de obra no Brasil.

É bom informar também que, para cada emprego na indústria, quatro empregos informais são gerados no País. É preciso destacar que essa indústria nacional, que foi tão bem falada aqui pelo Ubiraci, também se encontra bastante defasada em relação à concorrência internacional, por falta de uma política mais decisiva de investimento na produção. Hoje falta inovação tecnológica, pois essa inovação fica mais a cargo das universidades do que do próprio Estado ou do investimento do setor industrial. Para agregar aos números que foram colocados aqui, hoje há uma produção científica no Brasil, desenvolvimento de novas tecnologias, mesmo o Brasil sendo hoje o 4º país em pesquisas na área de medicina, comparativamente com outras regiões do mundo, de apenas 1,4% na engenharia nacional. Isso é muito pouco, se comparado, por exemplo, como fizeram referência aqui, à Coreia do Sul, que tem uma produção científica na ordem de quase 5%.

Então, é preciso ampliarmos o que a Assembleia de Minas se propôs a debater nestes dois dias, porque não é um problema de pauta de reivindicação do empresariado ou dos trabalhadores. É uma pauta de reivindicação pelo País, é uma pauta de reivindicação para um crescimento, não de curto prazo, mas para um crescimento de médio e de longo prazos. Infelizmente, não veremos isso, se não houver um esforço conjunto, um esforço coletivo, para superarmos essa paralisia que está colocada na economia nacional. A CTB fará o esforço necessário para preservar o Estado Democrático de Direito.

Hoje divulgaram que só o debate em torno do *impeachment* pode levar de seis a oito meses. Isso é uma paralisia completa do Estado brasileiro. E a consequência? E o desdobramento? Que empresário investirá em um país sem segurança democrática? Qual é o grande líder que temos para assumir a condução deste país hoje? Então, na nossa opinião, o 3º turno das eleições, que está em curso, também tem sido determinante para esse processo de estagnação, para esse processo de paralisia da economia brasileira.

Queria agradecer a oportunidade e colocar a CTB sempre à disposição para, conjuntamente, discutir saídas que nos levem ao desenvolvimento. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Marcelino Orozimbo da Rocha.

Queria agradecer a presença dos deputados Geraldo Pimenta, que está aqui conosco; e Roberto Andrade, que, a partir do próximo bloco, conduzirá os trabalhos; do Marcelo Luiz Moreira Veneroso, da Abimaq, cuja apresentação de números negativos do Brasil nos preocupou muito, e isso é muito ruim; do Flávio Roscoe, que falou sobre o habite-se na área têxtil. É impressionante quando disse que a parte de logística e transporte de uma fábrica deles, em Sergipe, está mais cara do que se estivessem trazendo tudo da China. Então, realmente o Brasil precisa repensar muito a logística.

O Marcelino Orozimbo da Rocha disse que hoje é o dia de unirmos todos os segmentos e buscarmos convergência para o desenvolvimento. Isso é muito importante. Estamos vendo as organizações e os trabalhadores muito mais próximos do empresariado. De manhã, o pessoal da CUT nos surpreendeu com sua fala. O Sr. Ubiraci, veementemente, convoca todos a irem às ruas de forma suprapartidária, mas para o bem do Brasil. Realmente temos que apoiar e usar pessoas que têm essa capacidade de mobilização para que o Brasil ganhe ações positivas nesse sentido. Muito obrigado. Temos que trabalhar neste

sentido: quando o Sr. Orozimbo fala em ir às ruas pelo desenvolvimento, cobrar para abaixar os juros e criar oportunidades voltadas para o povo. Parabéns. Ficamos muito felizes com esse tipo de manifestação.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Agora entraremos na fase de debates sobre o 1º Painel. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O presidente – Queria fazer um elogio à Denise Coutinho, a loira do Psiu, que está aqui conosco. Muito obrigado pela presença. Queria cumprimentá-la pela preocupação com o nosso país. Há duas perguntas direcionadas à Denise Coutinho. Então, por favor, com a palavra, Denise, que disporá de 2 minutos. Depois, o Cláudio e o Josadac.

A Sra. Denise Coutinho – Eu sou muito rápida. Preocupe-me muito com o índice que o Marcelo nos trouxe. Fiquei em pânico com a informação, porque vamos ter que batalhar como o Ubiraci falou: sair às ruas, cobrar e mandar brasa, senão o Brasil não vai para a frente. Temos que continuar nessa luta, senão não dá. É assim que sou, rápida.

O presidente – Muito obrigado, Denise. Agora, Cláudio de Souza Pereira, do Sindpol.

O Sr. Cláudio de Souza Pereira – Cumprimento toda a Mesa na pessoa do Exmo. Sr. deputado Antônio Carlos Arantes. Senhores e senhoras, boa tarde. Queria chamar a atenção especialmente da classe política; por isso dirigi a pergunta a V. Exa., porque tivemos um processo eleitoral bem recente, há nem um ano. Infelizmente, apesar de ser do partido de V. Exa., tivemos um pleito que deliberou pela derrota dos planos políticos do senador Aécio Neves, tanto em âmbito nacional quanto em estadual. Ele foi infeliz nos seus dois projetos.

O companheiro diz que estamos num processo de 3º turno das eleições. Obviamente respeito a sua opinião, mas discordo completamente. Para mim, a eleição já está resolvida. Nós, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Sindpol –, abominamos qualquer tentativa de golpe contra uma eleição legítima, realizada. Portanto, como são cinco anos de mandato, obviamente, a presidente vai terminá-lo. Como o processo de *impeachment* é um processo democrático, acredito que ele será conduzido com toda a lisura, e, a partir do momento em que a Exma. Sra. presidente da República diz que não tem conta no exterior e segue a sua vida com a maior lisura possível, ela conseguirá provar que é assim que conduz a sua vida. Então, abominamos qualquer tipo de golpe. É claro que, no processo democrático, se comprovarem qualquer crime de responsabilidade por parte da presidente da República, ela deverá ser deposta do cargo. Agora, são pedaladas, não é? Outro dia, ouvi o Mendonça de Barros falar que Fernando Henrique pedalou. Vários outros políticos que foram gestores do Estado no Brasil falaram: “Eu também já pedalei”. Agora, será que vamos cair numa situação de querer moralizar o País negando práticas corriqueiras e antigas neste estado, praticadas por todos os partidos, e querer crucificar a presidente por aplicar os recursos de um setor em benefício de política social? Temos que pensar sobre isso.

Queria falar que, para nós, do Sindpol, a eleição está resolvida, claro, respeitando todos os processos democráticos, legalmente instituídos e conduzidos. Obrigado.

O presidente – Queria lhe fazer só uma pergunta. Isso é um comentário ou uma pergunta? Porque aqui está como pergunta.

O Sr. Cláudio de Souza Pereira – É isso que falo com o senhor. Sua pergunta foi boa, inclusive, porque, complementando, todo mundo está aqui morrendo de medo dessa crise, horrorizado com essa crise. Como o economista falou ontem, ela já saiu da situação de estagnação e está indo para a depressão.



Gente, vamos olhar para trás e ver a Síria. A Síria está em desgraça. Houve uma guerra civil, que desgraçou o país. Nós tememos, inclusive, uma situação dessa. Não acredito que quem está no poder o entregará de mão beijada. Tememos que essa situação caia numa situação de guerra civil. Deus nos livre disso, excelência. Queria que o senhor comentasse isso.

O presidente – Muito obrigado. Deixem-me ver se há mais uma pergunta. Por favor, o Josadac Marques, para fazer a sua pergunta. O nome da entidade é Instituto Mãos e Vozes.

O Sr. Josadac Marques – Boa tarde, deputado e participantes deste ciclo de debates. O Instituto Mãos e Vozes é o interlocutor em Minas do projeto dos Objetivos do Milênio, da ONU. Sei que, talvez pelo tempo, não conseguirei esgotar os questionamentos que vou fazer neste momento. Falaram sobre os gargalos. A pergunta que fazemos – e estão acontecendo várias audiências – é sobre o processo de revisão tributária e as consequências da municipalização da energia elétrica. Queremos saber se é uma taxa ou uma contribuição de iluminação pública. Fala-se de 5% a 10% para a população. Na minha conta de luz deste mês, 24% foram de taxa de contribuição de iluminação pública.

Em relação ao transporte, gostaria que fosse discutido, além da questão da logística do Move, o que está acontecendo na Av. Santos Dumont, nos terminais do Move. O projeto foi feito para que as estações tivessem quatro entradas e saídas, os ônibus foram projetados com quatro entradas e saídas, mas, por uma questão de educação ou de deselegância, não sei, os ônibus param em filas, para entrada e saída, com apenas uma porta, ficando uns atrás dos outros. Num levantamento do número de horas que se passam esperando o ônibus, o tempo é bem maior que o seu próprio percurso, sendo que foi projetado com quatro portas de entrada e saída, e não, apenas uma.

Quanto à questão de infraestrutura, qual é o legado de fato dessas construções, espaços e logística para os megaeventos? Os eventos passaram, ainda há obras inacabadas. Então, como vamos considerar esse legado de infraestrutura desses eventos?

E, falando em desenvolvimento, qual deveria ser a participação da sociedade civil depois destes debates? Até então, ouvimos os convidados, mas ficamos com aquela interrogação: qual é de fato o para casa, no meu caso, já que represento uma instituição da sociedade civil? Falando nisso, deputado, gostaria de manifestar, já que estamos falando em desenvolvimento, a minha indignação pela forma como foram conduzidas recentemente as conferências estaduais aqui em Minas.

Apenas um exemplo: a conferência da saúde, para discutir a falta de recursos no SUS, trouxe delegados do Estado para um evento no Expominas. Delegados de Betim, de Contagem, de Nova Lima e da Região Metropolitana receberam hospedagem nos hotéis de Belo Horizonte. Não sei se, como morador de Santa Luzia, haveria necessidade de ficar hospedado no Othon Palace, no Ouro Minas, para um evento no Expominas. Do outro lado do Ouro Minas, temos o metrô, mas eles receberam valores em dinheiro em suas contas bancárias para cobrir despesas. Registro, ainda, o brinde que foi dado. Foi oferecida uma mochila de *laptop* para os representantes que participaram de uma conferência pública, a fim de que dessem sugestões de como deve ser a retomada do desenvolvimento social. A sociedade civil, os voluntários já têm de fato participado, independentemente de mimos.

Falo isso porque amanhã, no Brasil e no mundo, será comemorado o Dia Internacional do Voluntário. Só para as planilhas dos jogos do próximo ano no Brasil estão registradas – e aqui fica a questão de trabalho – 96 mil vagas para voluntários. Gostaria que as centrais, que a comissão, que as pessoas que discutem infraestrutura pensassem. Se, para um evento como as Olimpíadas, que tem um orçamento e para o qual serão cobrados ingressos astronômicos, os voluntários são de fato voluntários ou são uma mão de obra gratuita ou uma mão de obra barata. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Sr. Josadac Marques, da entidade Instituto Mãos e Vozes. O senhor fez uma colocação que realmente é muito oportuna quanto aos debates. As informações são discutidas, e são realizadas reuniões. Posteriormente é feito o debate. E depois, o que acontece? O Daniel, que estava aqui até há pouco e deve retornar, pode confirmar que fiz a ele exatamente esta pergunta: “Qual será o papel da consultoria?”. Para se fazer um debate, o antes é importante, assim como



o durante, que deve ser conduzido de forma bem democrática. Mas e o depois? Se não houver o depois, tudo que foi debatido cairá no esquecimento, ficará só no bla-bla-blá, no lero-lero, como se diz popularmente. Realmente isso faz muito sentido. Uma das preocupações que tenho é o seguimento. Conversei com o Ubiraci, a quem disse que a sugestão dele seria aceita, que haveria novas reuniões. Realmente precisa haver ações positivas e proativas para o desenvolvimento.

Quanto ao moço do Sindpol, informo que não gostaria de ir nesse sentido, mas não posso agir de forma diferente, porque o Aécio já perdeu aqui, já perdeu fora. Falei para o Aécio por que ele perdeu as eleições. Ele perdeu porque não entendeu a voz do povo, de uma classe que decidiu as eleições. Ele resolveu levar rodovias para 229 cidades, que ficavam na poeira, no barro, isoladas. Ele resolveu levar as rodovias, mas o povo queria cestas básicas, o povo queria promoções esportivas e movimentos, o povo queria pão e circo. Ele não deu o que queriam, fez diferente, levou rodovias, levou postos de saúde, levou farmácia popular, que agora está acabada, levou investimentos em telecomunicações. Mais de 700 distritos não tinham celular. Mais de 300 municípios não tinham telefonia celular na sede. Ele levou esses investimentos, mas o povo não queria isso. Por isso perdeu as eleições. Se tivesse ido a esses lugares e lá distribuído bastantes bolsas-famílias, cestas básicas, dentaduras e botinas, ele teria ganhado. Foi isso que falei para ele. Esse é meu pensamento.

Quanto ao golpe de que estão falando contra a presidente Dilma, se tem um governo que faz uma oposição fraca é o meu partido, o PSDB. Nunca fomos tão ruins, pois não fomos criados na oposição, mas na situação. Não aprendemos a fazer oposição. O governo está caindo por ele mesmo. O governo está caindo por causa do Hélio Bicudo, do PT, que ajudou a criar o Partido dos Trabalhadores. Ele era uma das cabeças pensantes desse partido, por quem tenho respeito muito grande. Ele, mais uma senhora e mais um punhado de gente fizeram tudo. O PMDB, que o apoiou, é do Eduardo Cunha. Se depender do PSDB, Dilma não cairá nunca, porque somos ruins nisso. Não sabemos fazer oposição.

Quanto à questão das pedaladas, se pedalada não for crime, joguem a Lei de Responsabilidade Fiscal no lixo. Conheço um ex-prefeito honestíssimo, homem que não deixou dúvidas em sua cidade. Até os adversários o respeitam, mas ele ficou inelegível por oito anos, por causa de R\$1.500,00 que gastou a menos em educação, conforme interpretação da lei. Esse foi o valor da diferença de um ano inteiro. Em três anos, o julgamento foi normal. Ele foi cassado. O pau que dá em Chico dá em Francisco. Penso assim.

Há mais uma pergunta para o Ubiraci. Em seguida a Celeste fará pergunta oral. Depois, encerraremos esta etapa e passaremos à próxima.

O Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira – A pergunta veio do Prof. Francisco. “Reduzindo as taxas de juros para patamares internacionais, isso geraria uma economia com despesas e juros. Qual o reflexo dessa redução sobre a inflação?”

Essa pergunta tem muito sentido. De 2003 a 2006, 2007, 2008, houve uma política de redução drástica de juros. Os juros foram reduzidos, assim como a inflação. Isso foi na época do presidente Lula. Tenho de dizer a verdade. Ele mudou de posição, mas acabou o governo com 7,5% de crescimento econômico. Quem não se lembra disso? Ele ainda falava que nunca nenhum banco ganhou tanto como em seu governo. Vocês se lembram? Ele falava isso. Deu crédito, desenvolveu o Brasil, parou com as privatizações, começou a fazer investimentos, provocou o crescimento da formação bruta do capital. Essa formação cresceu na época dele.

Professor, se você multiplicar R\$30.000.000.000,00, que é o que representa cada 1%, por 14,25, sabe quanto dará de economia? Dará R\$135.000.000.000,00. Com R\$135.000.000.000,00, é possível desenvolver o Brasil, é possível investir na educação, na saúde, no Minha Casa Minha Vida, que está paralisado. Não sou eu quem está falando isso, está paralisado mesmo. Investimentos? Analisem os dados. Quero deixar claro que não estou aqui levantando tese de *impeachment* nenhum para ninguém. Não é este o meu negócio. Estou falando sobre o caos no qual se encontra o Brasil. Estou falando sobre a situação do povo e da indústria brasileira. Essa é a questão. Estamos caminhando, do ponto de vista econômico, para o precipício. Alguém disse que não quer guerra civil. Também não quero, mas ela está sendo provocada. Por isso, professor, reduzir os juros a nível internacional, como o senhor disse, do meu ponto de vista, debela a inflação. Vivemos um exemplo concreto disso em nosso país.



Para encerrar, gostaria de agradecer ao deputado, presidente Antônio Carlos Arantes, e dizer que podem contar conosco. Podem nos convocar, pois é uma obrigação estar aqui nesta luta. Quando feita a convocação, com certeza a Força Sindical virá. Já conversei com eles. Outros companheiros também virão. Espero, Marcelino, que haja esse desdobramento. Eu o conheço muito bem, assim como sua luta. O importante é estarmos juntos. Precisamos entupir este espaço aqui de povo, de gente, de empresários, de trabalhadores. Todos têm de dizer: “Chega, basta, temos de viver com dignidade”. Queremos a indústria funcionando, queremos ouvir barulho de máquinas, queremos trabalhador trabalhando, ganhando seu salário, levando dinheiro para casa, colocando os filhos na escola e vivendo.

Eu lhe agradeço profundamente. O senhor foi muito feliz ao fazer esta reunião. Levarei o que aconteceu aqui e sua disponibilidade para meus companheiros da Executiva Nacional. Por ter apoiado essa nossa proposta, com muita responsabilidade, levaremos este debate à frente. Muito obrigado a todos os companheiros da Mesa e do Plenário. Vamos para a frente que atrás vem gente.

O presidente – Muito obrigado, Sr. Ubiraci. Agora será feita a última pergunta. Em seguida passaremos ao painel. Com a palavra, a Sra. Celeste Gontijo.

A Sra. Celeste Gontijo – Boa tarde. Minha pergunta é para o Flávio. Graças a Deus há alguém aqui que é otimista. Um assunto relevante, que supostamente deveria ter sido objeto de mais preocupação, é a indústria têxtil. Parabéns pelo seu otimismo. Freqüento muito esta Casa. Participo de diversas audiências públicas. O que mais me impressiona aqui é a falta de otimismo. Quando não se fala mal de uma pessoa, fala-se que tudo neste país é ruim. Tenho três cursos superiores, três pós-graduações e acho que nada sei. Esse discurso muito pronto, muito forte, como se tudo soubessem me assusta. Parabéns pela sua colocação.

Minha pergunta é a seguinte: “Como ser otimista quanto ao que está posto em relação à indústria têxtil, uma vez que a concorrência está brava com os chineses?”. Eu o parabeno. Minas merece uma pessoa como você. Somos hoje a capital da moda no Brasil.

O Sr. Flávio Roscoe – Muito obrigado, Celeste. Hoje, apesar da dificuldade e da crise, há diversas conjunturas favoráveis ao setor produtivo. Primeiro é o câmbio, que está num patamar mais confortável. No meu segmento específico, o nicho de produção maior são tecidos em poliéster, que vêm sofrendo concorrência com a China por cerca de 20 anos. A importação em outubro caiu 86%. Essa importação representava 50% do mercado. Então, há aqui 40% do mercado a ser absorvido. Temos essa oportunidade. Se o mercado caiu 20%, sobraram 20%. Então, 20%, quando se tem 50%, representam quase 40% de crescimento. Há de fato segmentos que podem crescer.

A sustentabilidade desse crescimento dependerá dos investimentos corretos e das decisões políticas corretas de manter esse cenário no futuro. Acredito que há uma grande oportunidade. Estamos num momento de transformação. Cabe à sociedade brasileira tomar as decisões corretas. No que tange à infraestrutura, é vital a liberação das amarras e uma participação maior do setor privado. Só isso nos levará a índices de investimento suficientes para suprir o desenvolvimento e as carências da sociedade brasileira. Sou otimista e acho que este é um momento de transformação. A sociedade deve se engajar nessa luta. Algumas coisas estão mais claras. O discurso político está mais vazio e precisará de mais concretude e de soluções reais. Não dá mais para ficar só falando. Isso não cola mais. Precisaremos das reformas, sendo uma delas de infraestrutura. Teremos de mudar o modelo. O próprio governo que está aí tem ciência disso, porque sabe que não possui mais capacidade de investimento. Acho que há oportunidades não somente para o setor têxtil, mas também para alguns setores industriais de ressurgir das cinzas. Sou otimista e espero poder usufruir, junto com a sociedade brasileira, destes novos tempos e desta nova maturidade do Brasil.

O presidente – Muito obrigado. Agora desfaremos a Mesa para passar ao próximo painel, cuja coordenação será feita pelo deputado Roberto Andrade. Obrigado pela participação. Agradeço a todos. Passo a palavra ao parceiro da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Roberto Andrade.

O presidente (deputado Roberto Andrade) – Boa tarde a todos e a todas. Vamos fazer a recomposição da Mesa.

Composição da Mesa para o 2º Painel

O presidente – Convidamos para tomar assento à Mesa para o 2º Painel as Exmas. Sras. Maria Carmen Lima Diniz, diretora executiva do Sebrae-MG, e Gláucia Anete Ferreira da Silva, gerente de Negócios e Inovação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG; e os Exmos. Srs. José Policarpo Gonçalves de Abreu, diretor executivo do Centro de Inovação e Tecnologia – CIT – do Senai Fiemg, e Heber Pereira Neves, gerente de Inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.

Palavras do Presidente

O presidente – Neste nosso último painel, trataremos do empreendedorismo, da inovação e da tecnologia. Quando nosso presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, pediu-me que coordenasse um painel, solicitei a ele que eu participasse deste da inovação e do empreendedorismo, porque sou filho da cidade de Viçosa, que abriga uma das maiores universidades do Brasil. Deixando o bairrismo de lado, afirmo que a UFV não é fácil. Sabemos da importância da tecnologia e da inovação, que podem fazer a diferença no nosso desenvolvimento econômico.

Homenagearemos aqui, na próxima semana, no dia 14, os 70 anos da Agroceres. O Sr. Antônio Secundino de São José, há 70 anos, dentro da universidade, pesquisou o milho híbrido. Foi uma evolução na produtividade do milho em nosso país. Hoje é uma grande empresa. Acreditamos muito na pesquisa, mas achamos que o Estado investe pouco. Como foi dito ontem pelo nosso palestrante, temos cientistas, universidades, mas não sabemos aproveitar bem a tecnologia que é desenvolvida em nosso país em prol do nosso crescimento.

Há teses e mais teses de mestrado e de doutorado nas bibliotecas da universidade que poderiam gerar novos negócios, mas não são aproveitadas. Hoje fabricamos aviões. Quando viajamos pelo interior dos Estados Unidos, nos voos domésticos, percebemos que o avião é fabricado no Brasil. Temos capacidade e tecnologia científica de sobra, todavia aproveitamos pouco tudo isso para o nosso desenvolvimento. Temos investido muito pouco também. Às vezes o Estado custeia uma bolsa de estudos para um professor ou para um estudante, mas esse benefício não retorna para o Estado.

Palavras da Sra. Maria Carmen Lima Diniz

Boa tarde a todos. É um prazer enorme estar aqui fazendo parte deste ciclo, que tem um nome muito chamativo, o da retomada do desenvolvimento. O nosso último plano de desenvolvimento nacional terminou em dezembro de 2014. Precisamos realmente criar esse desenvolvimento, e nós, do Sebrae, temos essa missão.

Todos os outros palestrantes que me antecederam já deixaram aqui vários dados, informações e contextos; então, farei uma nova abordagem nesta fala nossa. Hoje podemos trabalhar de duas formas. Podemos trabalhar no campo das soluções ou no campo da escassez. Se trabalhamos com planejamento, sempre estaremos no campo das soluções; se trabalhamos desordenadamente, sem planejamento, acabamos reféns das urgências. Temos de ser protagonistas do desenvolvimento.

Se ficarmos nas prioridades convencionais, reclamaremos que não temos saúde, educação, segurança, infraestrutura, seguridade social e fiscal, etc. Se trabalharmos com as prioridades inovadoras, teremos mais saúde, mais educação, mais segurança, mais infraestrutura, mais seguridade social e fiscal. Como podemos promover esse desenvolvimento? Qual será o foco? Se avaliarmos, temos diversas políticas públicas extremamente positivas e de sucesso. Algumas coisas precisam melhorar, mas há várias políticas públicas de muito sucesso.

Também temos estruturas, estando várias delas presentes neste Plenário hoje, extremamente positivas, empreendedoras e que promovem o sucesso, a inovação e o empreendedorismo da economia. Também dispomos de fontes de recursos focados para o empreendedorismo e para a inovação que hoje estão disponíveis para serem acessados. Resta saber, conforme comentário feito, quanto vai para um e quanto vai para outro. Este é o planejamento. Há também a parte do



conhecimento. Hoje temos conhecimento nas universidades, além do foco em desenvolvimento e grandes tecnologias sendo desenvolvidas aqui no Brasil.

Essa abordagem inovadora com a qual estou propondo que tentemos trabalhar é mais ou menos o que Bill Gates fez quando inventou o seu telefone: pegou uns três espaços como este aqui, cheio de tecnologia, e colocou tudo dentro. Ou seja, não inventou nada. O telefone já existia, assim como a máquina fotográfica, a filmadora, o GPS, a calculadora, etc.; tudo que tem aqui dentro já existia, só que ficou aqui dentro. Ele não inventou nada.

O que estamos tentando propor é mais ou menos uma articulação mobilizadora. Estamos propondo trabalhar com um planejamento participativo, como a moça ali embaixo falou, mas participativo de verdade. Deve haver a participação da comunidade; deve ser trabalhada também a questão da pactuação institucional, ou seja, o trabalho deve ser com todas as instituições, numa atuação integrada. Em vez de a Fiemg ficar puxando para cá, a Faemg puxando para lá e um outro puxando para outro lado, vamos todos trabalhar com foco no desenvolvimento da economia deste estado.

Nossa proposta é juntarmos esforços e direcionarmos o foco para a feitura de uma gestão dinâmica, com governança participativa. O setor público é que deve fazer essa governança, mas com participação da comunidade e das entidades civis. Essa é a nossa proposta. Queremos que sejam feitas políticas efetivas para o desenvolvimento, a fim de que consigamos chegar aonde precisamos.

Para fechar, gostaria de deixar aqui uma frase de Einstein: a insanidade é continuar fazendo a mesma coisa e esperar resultados diferentes. Temos de fazer diferente. Se continuarmos fazendo igual, não chegaremos a resultado diferente, que é o resultado que esperamos. Essa é a mensagem que nós, do Sebrae, trazemos. Muito obrigada pela atenção de vocês.

O presidente – Agradeço à Sra. Maria Carmen Lima Diniz. Leve nosso abraço ao nosso quase conterrâneo Afonso Rocha, do Sebrae. Ele também é da região de Viçosa.

Palavras do Sr. José Policarpo Gonçalves de Abreu

Boa tarde. Boa tarde! Muito obrigado. Agradeço também à nossa colega do Sebrae. Como ela deixou 10 minutos, com mais 15 que tenho, poderei falar por 25 minutos, certo, Sr. Presidente?

O presidente – Não é regimental.

O Sr. José Policarpo Gonçalves de Abreu – Falarei rapidamente sobre o Centro de Inovação e Tecnologia Senai Fiemg, que é fruto de um acordo nacional entre o governo federal e o CNI, visando fundamentalmente a competitividade da indústria brasileira. Veremos por que isso é importante. Hoje o chamamos de Centro de Inovação e Tecnologia Senai Fiemg. É composto de institutos de inovação e de institutos de tecnologia. Já ouvi aqui coisas importantes sobre a competitividade da indústria. Ele está no Horto, onde era a Fundação Cetec. Na verdade, o Centro de Inovação e Tecnologia é oriundo da Fundação Cetec, que hoje chamamos de Campus Cetec.

A transformação do Cetec nesse centro de inovação veio de um acordo feito entre o governo do Estado e a Federação das Indústrias. Primeiro houve um convênio de cooperação e, depois, uma lei aprovada nesta Casa passando oficialmente a Fundação Cetec, especialmente na questão da desafetação de bens, para Centro de Inovação e Tecnologia. Isso foi em junho de 2013. O que existe lá? Uma área total de 121m². São praticamente 30.000m² de área construída. Há 280 empregados vinculados ao Sistema Senai. O *campus* possui outras coisas, como veremos daqui a pouco. É muito mais amplo. Nesses 280 empregados, há 28 mestres e 21 doutores. A tendência é o crescimento, especialmente do número de doutores, em razão da importância que deve ter um centro de inovação e tecnologia. O objetivo, como já foi dito, é melhorar, é impulsionar a competitividade da indústria dentro de um programa nacional, também já citado.

O que há hoje dentro do que chamamos de Campus Cetec? Tem o Centro de Inovação e Tecnologia Senai Fiemg e a Embraer, hoje com 150 engenheiros e pesquisadores. Boa parte do que se projeta para ser desenvolvido nas aeronaves em São José dos Campos é feito aqui em Belo Horizonte. Falaram aqui sobre viagens em voos dentro dos Estados Unidos, em aeronaves brasileiras. Isso é absolutamente corriqueiro hoje em dia. Vemos EMB-195 lá o tempo todo, o que é muito



importante. Temos o CSem, um centro de pesquisa de ponta que só existe na Suíça e em Belo Horizonte. A Biominas é outra coisa extraordinária que Belo Horizonte, que Minas Gerais possui, na área de biotecnologia. Um dos associados será a nova fábrica de insulina, em Nova Lima. Tem algumas coisas muito importantes acontecendo lá. São oito institutos de inovação e de tecnologia.

Temos uma gerência de metodologia, um laboratório aberto do Senai que pouca gente em Belo Horizonte e no Estado conhece e é fundamental para a indústria, especialmente para o pequeno e microempresário. E há o Instituto Sesi de Inovação em Ergonomia. Dos outros, vou falar ao longo do tema.

Estamos nessa região maravilhosa, onde há muita coisa, Epamig, vai ter a Uemg, a nova Fapemig, de que fui diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação. O pessoal até brinca que meu fim era no Horto, não porque eu estaria morto, mas porque eu estaria ou de um lado da rua ou do outro, na Fapemig ou no Centro de Inovação. Então, já citei a Biominas, a Embraer, o CSem, o nosso CIT, o Senai do Horto, o Plug Minas, enfim, uma coisa tão extraordinária que venho chamando isso de a cidade do conhecimento, que é muito importante. Ali realmente se respira conhecimento o tempo todo.

Eu me reporto ao dia 8/7/2014. Talvez alguns de vocês não lembrem, mas algo de muito importante ocorreu nesta cidade. Falo capital administrativa, capital turística, capital financeira e, quanto a jogo, por exemplo, na Pampulha, muita gente poderia dizer que é a capital do 7 a 1. Isso é inaceitável, não dá para conviver com isso. Para mim, é a capital do conhecimento. Alguns dizem que é muita ousadia, que os paulistas e os cariocas não vão gostar, mas isso não é problema meu, é problema deles. Para mim, por tudo o que está naquele *locus*, esta é a capital do conhecimento, e vamos mostrar isso.

Qual é a ideia do que estamos fazendo lá? Qual é a proposta? Este é o Canal de Corinto, que liga o norte ao sul da Grécia. O homem cortou isso, o homem fez isso; o homem quis ligar o Mar Egeu ao Mar Jônico, separou um país e teve de fazer uma ponte. Este é o nosso problema citado há pouco, a questão da inovação, porque a universidade e a indústria conversam pouco. Posso falar isso tranquilamente: sou professor titular de universidade federal, então sou academia; fui diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação na Fapemig, então fui Estado; e agora estou na Fiemg, então sou indústria – modéstia à parte, sou a própria hélice tríplice ambulante.

O que ouvia muito dos meus colegas na universidade? Que o empresário só quer ter lucro. E o que ouço muito do pessoal da indústria? Que o professor só sabe escrever... Não serve para mais nada. Enquanto houver essa dicotomia, o país não avança. A nossa proposta é consolidar efetivamente uma conta eminente de ação cooperativa entre ambos. Esse foi o desafio que o presidente da Federação das Indústrias me fez. E olhe que temos de fazer isso acontecer. É uma vergonha: como podemos conviver com uma coisa dessa? O Brasil é o 13º produtor mundial de boa ciência. Está ótimo? Não, mas está bom, está razoável. Ao mesmo tempo, é o 70º em inovação. Isso é uma vergonha. E por que isso acontece? Por razões já colocadas aqui: falta de apoio mais diretamente, mas muito por causa dessa dicotomia do pensamento entre universidade e empresa.

Fiz pós-doutorado nos Estados Unidos, em Massachusetts: 85% dos doutores estavam na indústria, e 15 centros de pesquisa de universidades. Aqui, 90% dos doutores estão nas universidades. Não acontece nada aqui de extraordinário; então, tinha de acontecer o que está acontecendo. Mas precisamos quebrar isso, precisamos aproximar o mundo científico do mundo industrial. Precisamos fazer com que as teses de doutorado, ao gerarem produtos, gerem produtos para a sociedade. Como vai gerar para a sociedade? A universidade não sabe fazer nada em termos de produto; o produto dela é conhecimento, que deve rapidamente ser transferido para uma indústria, que vai colocar um produto para a sociedade. O Heber, que está aqui – foi gerente de Inovação, trabalhou comigo quando eu estava na diretoria –, sabe que o que fazíamos lá era essa aproximação, que é fundamental. É fundamental o tênis que a UFMG desenvolveu e vende na Av. Alfredo Balena. Ele foi fabricado em Nova Serrana. Aquele industrial pequeno não sabia fazer um novo tênis, não tinha conhecimento para isso, mas a UFMG tem, o desenvolveu, e o industrial fez a parte dele, ou seja, colocou o produto no mercado para as pessoas, para a sociedade.

Eu posso dizer isso, pois sou professor, estou diretor executivo do CIT e estava diretor da Fapemig: nós gastamos um dinheiro razoável da Nação em teses, em dissertações e precisamos fazer isso ser convertido em produto para a sociedade.



Não é possível pegar uma tese e colocá-la na prateleira. É um absurdo pegar uma patente e colocá-la na prateleira. Isso deve ir para nós. É fundamental esse encontro entre universidade e empresa. Os que estão na frente, Suíça, Reino Unido, têm o quê de diferente? Exatamente isto: indústria e universidade trabalhando de mãos dadas. Quem tiver dúvida, é só ir lá para ver.

Ou seja, essa é a saída; é assim que os países de ponta estão trabalhando, na chamada hélice tríplice, com uma ação do governo na academia e na empresa. Haver fomento a pesquisa inicial é fundamental. Se essa pesquisa puder ser protegida intelectualmente, que o façamos. Tudo bem, está em nível de academia, não sairá produto nenhum, mas podemos pegá-lo – tem proteção intelectual – e fazemos a transferência de tecnologia para a indústria, que fará o produto final. Conversa, isso não é sonho; em Belo Horizonte tem um exemplo: Fapemig. Tem departamento de transferência de tecnologia, tem departamento de proteção intelectual, tem tudo à mão do pesquisador e da empresa e já está funcionando nesse novo formato desde 2011.

Dentro do Centro de Inovação, temos o Instituto de Inovação, com aqueles que devem trabalhar na ponta do conhecimento, realmente conhecimento que poucos desenvolveram e poucos têm. É um investimento danado, por isso tinha de vir para outras mãos; por isso o governo federal fez um grande investimento junto ao BNDES na CNI. Só aqui no Horto, no Centro de Inovação e Tecnologia, neste momento o investimento é de R\$150.000.000,00 e, no Sul de Minas, é de R\$370.000.000,00, para alavancar a inovação, a tecnologia. O mundo é tecnológico, o mundo necessita de inovação.

Existem institutos pelo País afora, e quatro estão em Minas, três no Centro de Inovação e Tecnologia Senai Fiemg, no Horto, e um no Sul de Minas, em Itajubá – energia elétrica de alta potência. Só um breve comentário: esse será o maior laboratório de eletricidade do Hemisfério Sul, no Sul de Minas. E os outros três estão conosco. Pelo tempo da Maria, que o nosso presidente gentilmente não me deu, não ficarei detalhando, mas esses são os três de ponta que realmente fazem inovação, que têm trabalhado em pesquisa de alto nível, inclusive muitas delas com pessoal do exterior. Por exemplo, estamos desenvolvendo uma tinta automotiva para recuperar a carcaça do carro. Já existe isso para arranhão, mas essa está sendo feita com os alemães, e a ideia é diferente. Se houver um amassado, a tinta combina de tal forma que o amassado some. Você pinta, e o amassado do carro some. Para o pessoal “roda-presa”, isso é excelente. Não posso entrar mais em detalhes, mas este é o tipo de coisa que estamos desenvolvendo. No caso da metalurgia, trabalhos especiais de primeira linha, com a CBNN, em cima do nióbio, de que o Brasil é o maior exportador. Enfim, são realmente pesquisas de ponta.

Temos também os institutos de tecnologia, mas a diferença é que não há nenhuma necessidade de trabalhar nesse caso com pesquisa de ponta, aquela que ninguém fez ainda. Faz-se pesquisa, mas com a diferença de que a outra é pesquisa ou inovação disruptiva, vai mudar o mundo, e esses laboratórios trabalham mais com inovação incremental. Agregam alguma coisa, mas também prestam serviços para a indústria. Isso é importante, a indústria precisa de tecnologia. A indústria muitas vezes não desenvolve uma inovação porque não tem a tecnologia adequada; então, é preciso que alguém a forneça para ela.

Dentro de Minas temos cinco institutos, todos no Horto: de alimentos e bebidas, automotivo, de metal-mecânica, de química e de meio ambiente. Para dar um exemplo rápido, o de meio ambiente ajudou muito nessa questão recente ocorrida em Mariana. O Igam acionou o CIT, no caso o nosso instituto de meio ambiente, para fazer uma série de medições. Foi um problema muito grande, porque muita gente queria os resultados, mas quem tinha direito de soltar o resultado era quem havia pedido o serviço, no caso o Igam. Somos prestadores de serviço, não temos autoridade para dizer à imprensa o que vimos lá.

Estes são os institutos de alimentos e bebidas. Por exemplo, coloquei a diretora em contato com a Epamig de Caldas. Muita gente não sabe que em Caldas, no Sul de Minas, temos um pós-doutor em enologia desenvolvendo vinhos. Minas vai ter um vinho seu. O Nordeste não tem? Nós podemos ter. A Califórnia exporta vinho, por que não podemos?

Outra coisa que podemos fazer junto com a Epamig: em Maria da Fé, no Sul de Minas, a cidade mais fria de Minas, tem o melhor azeite da América do Sul. São projetos feitos em conjunto.

Automotiva: está trabalhando fortemente com a Fiat, mas com o CSem, que não é do CIT, mas está dentro do *campus*, e o CSem tem uma lâmina que podemos colocar em cima do carro, captar energia solar e carregar o celular, o *laptop*, colocar carga em aparelhos. O teto está lá mesmo, pegando um sol danado: vamos aproveitar isso. Foi feito aqui no Horto, está pronto



e só falta como aplicar nos carros. Em casas de pessoas muito humildes, no interior, onde não chegou energia elétrica, por exemplo, é só colocar essa lâmina na janela, o sol bate e alimentará cargas elétricas.

Do meio ambiente, falei rapidamente.

Metal-mecânica: está fazendo estudos extraordinários, alguns não posso citar, mas são estudos bancados fortemente pela Petrobras. Inclusive estamos ampliando fisicamente obras, e já não são com recursos do BNDES nem do Senai nacional, mas da Petrobras. Ela tem interesse em ampliar fisicamente esse instituto para desenvolver mais pesquisas. E a Petrobras tem o melhor centro de pesquisa do País, o Cenp, e mais eles fazem por aí afora.

Quanto ao instituto de química, temos uma gerência em metrologia para permear tudo isso e dar apoio a todos esses setores. Aqui é bom que fica a zero, não vai cortando negativo; então, está tudo bem.

Laboratório aberto: esta é a grande novidade de Minas. Ainda ontem teve um evento lá. Aquele microempresário precisa de uma pecinha para ajustar o seu maquinário, para aumentar a produtividade, mas não tem a menor ideia de quem pode fazer aquilo. Ele tem medo de conversar com os institutos porque, ao chegar lá, tem os doutores, tem isto e aquilo, e me desculpem os que são como eu, mas posso falar porque sou. Alguns colegas meus, quando adquirem o título de PhD, gostam de ser chamados de Phdeuses, e isso, muitas vezes, assusta as pessoas. O laboratório aberto é para todos. O cara vai lá e diz: "Eu preciso desenvolver isso". Fazemos. Temos impressora 3D, temos meninos lá trabalhando com metal-mecânica e eletroeletrônica. E se desenvolve lá. Se der certo o protótipo, vai ser feito. Onde ele ia encontrar isso? Isso de tal ordem é importante que tenho falado com o presidente da Fiemg que não dá para isso valer para o Estado todo. Alguém em Extrema, no Sul de Minas, não tem jeito de vir aqui para fazer uma peça dessa. Alguém lá de cima, do Vale do Jequitinhonha, não tem jeito de vir aqui. Então, a ideia é depois espalhar isso pelo Estado, nas regionais da Fiemg: aquele laboratório que está aberto, esse é o nome dele. Está lá para receber as pessoas para desenvolverem coisas. Neste momento tornou-se mais importante porque ele recebe a juventude para *start-ups*, a moda do momento. Lá dentro tem isso aí, você tem Brasifa, citei agora há pouco. Só tem Csem na Suíça e aqui, desenvolvendo coisas, como o filme de que falei, para captar energia, que é exclusividade, patente deles.

Temos a Embraer, como eu também disse. A Embraer aqui acabou, por exemplo, com o chamado Expresso Pão de Queijo – não sei se alguém conhece. O Expresso Pão de Queijo, segunda-feira, de manhã, levava o pessoal daqui para São José dos Campos; na sexta-feira, à tarde, trazia de São José dos Campos para cá. A Embraer acabou. Para que levar para São José dos Campos? Faz os projetos aqui. Há, hoje, 150 engenheiros pesquisadores, de alto nível, e capacidade para chegar a 220. Quando a gente pega Csem, Embraer e o próprio CIT, o número de pessoas é cerca de 600, trabalhando com alta tecnologia. Temos recebido pessoas do mundo inteiro. Para terem ideia, recentemente recebi o principal assessor científico do *premier* britânico, o principal conselheiro científico do *premier* britânico. Isso é para dar um exemplo. Toda hora tem gente do exterior aumentando a interação.

Pronto, Sr. Presidente. Obrigado.

O presidente – Agradeço ao Prof. José Policarpo Gonçalves, que falou que Belo Horizonte deve ser a capital do conhecimento. Hoje dizem que Belo Horizonte é a capital dos botecos, sem preconceito, professor, mesmo porque sou um apreciador e frequentador, mas acho que, se mudarmos o nome para capital do conhecimento, vamos ter ganho. Nada contra os botecos, mesmo porque a gente está sempre frequentando um boteco ou outro.

Palavras da Sra. Gláucia Anete Ferreira da Silva

Boa tarde. A esta hora já está todo mundo envolto em outros pensamentos, mas vou pedir mais alguns minutinhos de concentração para falar sobre o BDMG. O BDMG foi chamado para participar deste debate. Este é um momento que a gente agradece porque este ano passamos por várias discussões internas, justamente para reforçar o "d" de "Desenvolvimento" do nosso BDMG.



Aquei queremos lembrar a todos a missão, a visão e os valores do BDMG. O BDMG tem a missão de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável e competitivo de Minas Gerais, com a geração de mais e melhores empregos e a redução de desigualdades. O objetivo do BDMG não é prover financiamento, e sim prover desenvolvimento, com vida melhor para os mineiros. A gente tem uma visão de ser reconhecido como ator estratégico no desenvolvimento – lembrando, repetindo que o objetivo do BDMG não é só fazer financiamento – num contexto de ética, transparência e compromisso com a sociedade mineira.

O BDMG é um banco público, criado em 1962. É um banco de longa data, que tem na sua estrutura acionária a Codemig, o estado de Minas Gerais e o DER. Ou seja, quase 90% do nosso controle é do Estado.

No ano passado, fechamos com o ativo total de R\$6.400.000.000,00, um patrimônio de R\$1.700.000.000,00, cerca de 21 mil clientes ativos, e fechamos o ano com 8 mil clientes; desses, cerca de 70% são pequenas e microempresas.

O BDMG está em mais de 89% dos municípios mineiros, financiando empresas ou até o próprio município na forma de infraestrutura e saneamento básico.

Carteira do BDMG. Hoje estamos divididos em seis grandes blocos, blocos de atendimento a pequenas e microempresas, médias e grandes empresas. A gente possui operações estruturadas, atendimento ao setor público. Foi criada uma caixinha só para financiamento e ações de apoio e fomento à inovação. Essa é a grande contribuição que o BDMG quer dar, porque sabemos que, neste momento, com a atual conjuntura, com todos esses problemas relatados aqui, com todas as questões internas e externas que temos, é preciso que seja dado apoio bem mais estruturado e voltado para a inovação.

Esses são os números do BDMG. Nos últimos quatro anos, a gente teve crescimento, saímos de 3 mil clientes, em 2011, e chegamos a 8.200 clientes em 2014, resultando numa carteira ativa de cerca de 21 mil clientes. Gostamos de passar esse dado para mostrar que o BDMG é mineiro mesmo, não faz propaganda. Hoje atendemos micros, pequenas e médias empresas, possuímos uma carteira que chega a 89% dos municípios mineiros. Sentimos porque, às vezes, em alguns lugares, o BDMG é tido como banco inacessível, longe da capital, mas, graças a Deus, isso não é verdade.

Aqui é só o raio X das nossas origens em aplicações. O BDMG possui recursos próprios e de terceiros. Fazemos repasses do BNDES. Temos convênios com a Fapemig para financiamento e inovação e com a Finep. Buscamos vários parceiros no mercado para montarmos a nossa fonte de recursos e continuarmos atendendo as demandas do Estado.

Sobre o foco de atuação do BDMG, vou me ater à inovação. Temos outros focos, como projetos de eficiência energética, crédito rural, infraestrutura e logística, estruturas de parcerias público-privadas – PPPs –, setores estratégicos. De acordo com a política econômica do Estado, o BDMG é chamado a atuar em determinados setores estratégicos ou mesmo internamente. Através do nosso dia a dia, da nossa leitura do ambiente, a gente consegue perceber que determinados setores merecem uma atenção maior para chegarmos ao nosso objetivo de promoção e desenvolvimento. Mas aqui, dada a natureza do painel, vou me ater à parte do apoio e inovação.

Hoje, na perspectiva do que falei anteriormente, de que o BDMG não se preocupa somente em prover recursos, em fazer financiamentos, a gente tem estruturado uma atuação do banco de maneira mais horizontal. Então a gente participa de fundos de participação, empresas, capital-semente, capital de risco. O BDMG não investe diretamente nessas empresas, ele investe em fundos de participação, que têm caráter inovador.

Ali estão demonstrados os fundos dos quais participamos, alguns em parceria com o BNDES. Temos também a participação direta em empresas, de acordo com os objetivos estratégicos e em consonância com as políticas de desenvolvimento do Estado. Hoje temos a participação na Unitec Semicondutores e na Biommm, em Montes Claros.

Em relação à estruturação, aos serviços que o BDMG provê, destacamos a modelagem do BHTec, parque tecnológico de Minas Gerais, em cuja modelagem, execução e implantação o BDMG tem auxiliado, e a coordenação também das linhas de financiamento pelas quais o BDMG é mais conhecido. Temos hoje uma carteira com cinco linhas: duas em parceria com a Fapemig, duas em parceria com a Finep e uma em parceria com o BNDES.



Ilustramos aqui a nossa busca por participar do ecossistema, sempre tentando aparecer horizontalmente. Temos destacados alguns dos nossos parceiros: Fapemig, BNDES, Finep, o Simi, do governo do Estado, e a Endeavor, que é um parceiro muito grande na identificação para potencializar as nossas demandas, e a nossa participação na MGTI, nos programas de aceleração de *start-ups*.

Conceito de inovação, com a qual o banco trabalha. Se formos procurar o conceito de inovação, vamos encontrar cerca de 6 milhões de ocorrências no Google, por exemplo. Então chegamos a um conceito quase consensual: inovação é a invenção que foi para o mercado. Ou seja, se aquela ideia, se aquele novo produto, novo negócio, novo processo, novo serviço, modelo de negócio, nova estrutura resultar em um produto que consigamos misturar no mercado, então ele é passível de financiamento.

Aí estão nossas parcerias: Fapemig, Finep e BNDES. Resultam na nossa carteira, que hoje possui cinco produtos, os quais se complementam. Temos um produto para a área tecnológica, um produto para empresas que precisam de financiamento mais rápido, de menor valor, que é o Inovacred Expresso. Temos produto para empresas que vão apresentar projetos inovadores: o Pró-Inovação, que é para um projeto de inovação mais bem definido, com um escopo mais fechado; o Inovacred, que possui um escopo mais abrangente, com valores maiores, e o MPME Inovadora, que vai trabalhar com empresas inovadoras. Existe uma série de critérios; se a empresa atende a pelo menos um, ela é passível de financiamento para essa linha. Estou falando rapidamente porque o objetivo aqui não é falar das linhas do BDMG.

Temos aí um resumo, que vou pular. Temos também, no esforço do banco de ser cada vez mais acessível, de divulgar a nossa atuação, no *site* do BDMG, Como Acessar a Linha de Inovação. Então a empresa, a pessoa física ou jurídica que entrar no *site* do BDMG já depara com uma aba específica para inovação, que vai levar a um questionário que ajuda a trilhar o caminho para qual produto ela vai apresentar sua necessidade de financiamento.

Temos quatro anos de Pró-Inovação e Proptec, em parceria com a Fapemig; dois anos de Inovacred, em parceria com a Finep; e um ano de MPME Inovadora, em parceria com o BNDES. Hoje temos 123 projetos. Então, gente, é possível. A mensagem que quero passar a vocês é que o banco está aberto, tem feito financiamento. Temos recebido propostas e conseguido entregá-las. Essa é a melhor mensagem, porque a pior coisa é vender e não entregar. O BDMG tem entregado financiamento de inovação para micros, pequenas, médias e grandes empresas.

Aí é a distribuição. Temos muito orgulho deste gráfico porque mostra que conseguimos projeto de inovação em vários setores. Então a gente sai daquele viés da inovação no desenvolvimento tecnológico de que a inovação está sempre no laboratório, para chegar a vários tipos de projetos, de natureza e setores diferentes.

Vocês vão perceber que conseguimos atingir uma série de setores. É interessante. A tecnologia da informação é uma área que domina boa parte dos projetos que temos conseguido finalizar, mas, mesmo assim, existem lá equipamentos de serviço médico, automação industrial e biotecnologia. Este é um gráfico que temos bastante orgulho em apresentar.

Em relação ao Pró-Inovação e ao Proptec, vocês vão perceber que a distribuição é praticamente a mesma, assim como acontece com o Inovacred. O Inovacred tem um destaque para o setor de tecnologia da informação justamente por causa do escopo dele, que é um pouco mais amplo. Ele consegue financiar e ter, no seu enquadramento, alguns tipos de propostas. O Pró-Inovação é um pouco mais restrito.

Aí estão os nossos desafios. Vejo que tenho 2min30s. A nossa infraestrutura é muito boa, vou chamar assim, que são as universidades e os centros tecnológicos, como o Centro de Inovação e Tecnologia, que fez a sua apresentação. No entanto, o nosso desafio é fazer essa estrutura funcionar e se transformar em projetos. Hoje o BDMG está aberto e em condição de financiar os projetos. Contamos com uma série de universidades e institutos, mas não conseguimos reverter isso em fomento de inovação. Aliás, vemos ali os dados do Ministério de Ciência, Tecnologia e Informação, dos governos estaduais em pesquisa e desenvolvimento. São Paulo está lá na frente. Não aparecemos ali, mas estamos atrás até da Bahia. Nada contra a Bahia, mas sabemos que nossa economia é mais desenvolvida que a economia da Bahia.

Ali podemos ver os recursos liberados em operações de crédito da Finep. Estamos em 7º lugar. Mais uma vez, São Paulo está lá na frente, ao lado do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Depois vem Minas Gerais. Dentro da Região Sudeste, quando comparamos o percentual de dispêndio em pesquisa e desenvolvimento dos governos, também ficamos em uma situação bem atrás. Em relação ao que diz a Pintec, que mede os dados relacionados à inovação, percebemos que temos de melhorar ainda mais, apesar das nossas melhoras. Temos melhorado bastante. Hoje as empresas mineiras, as indústrias mineiras investiram R\$1.300.000.000,00, as indústrias paulistas investiram R\$6.500.000.000,00, e as indústrias fluminenses investiram R\$4.200.000,00. Temos nosso mea-culpa em relação ao aporte de capital dos governos, mas vemos que a iniciativa privada mineira também não vem investindo. Adicionalmente, a maior parte das empresas inovadoras de Minas Gerais implementam inovação de processos considerados novos para as empresas e não para o mercado, inclusive para o mercado internacional. Estou terminando. Em contraposição, existem algumas empresas, 25 empresas inovadoras que desenvolveram novos produtos para o mercado mundial e nacional.

Dessa forma, o nosso desafio, como falei no início, é potencializar o “d” de Desenvolvimento do nome do banco. Temos de ter uma estratégia não apenas horizontal mas também direcionada a setores e regiões específicas, e agir com intencionalidade. Aliás, uma das ações de intencionalidade do BDMG é de apoio à inovação. Não queremos gerar só empregos, mas mais e melhores empregos. Fazemos uma constante revisão da nossa linha de produtos para manter a produtividade, o aumento da capacidade produtiva, a inovação, a exportação e a infraestrutura.

É isso. Deixo o *e-mail* do BDMG: inovacao@bdmg.mg.gov.br, que é o *e-mail* para receber os projetos e as dúvidas para que consigamos crescer e cada vez ter mais projetos inovadores para melhorar nosso desenvolvimento econômico. Obrigada.

O presidente (deputado Geraldo Pimenta) – Agradecemos à ilustre palestrante Gláucia Ferreira, do BDMG. O Roberto Andrade deu uma saidinha, e estou assumindo a coordenação. Quero saudar a todos. Passo a palavra ao Sr. Heber Pereira Neves, gerente de Inovação da Fapemig.

Palavras do Sr. Heber Pereira Neves

Boa tarde a todos. Obrigado, presidente. Estou representando o Prof. Evaldo Vilela, presidente da Fapemig, e, em nome da Fapemig, quero agradecer-lhes o convite para o debate.

Em primeiro lugar, trabalhei durante três anos com o Prof. Policarpo, com quem aprendi muito e com quem compartilho dessa ideia da hélice tríplice. A Fapemig realmente tem colocado essa teoria em prática. Temos investido nisso. Vou passar rapidamente por isso já que essa teoria ilustra os pontos de ação da Fapemig para que os senhores tenham uma visão ampla, que envolve o empreendedorismo e a inovação em tecnologia.

O Prof. Policarpo citou a teoria da hélice tríplice, e vou explicar o que isso significa. Significa que existem três atores: governo, empresas e universidades, e, na junção entre esses atores, surgem várias outras instituições públicas e privadas, como a Fapemig, o BDMG, que é um órgão que está ali atuando e se articulando com os demais atores, bem como outras entidades, como a Rede Mineira de Propriedade Intelectual e a Rede Mineira de Inovação, assim como os diversos outros atores que ajudam a fazer essa integração entre esses três atores.

Por que essa integração é importante? Em nível internacional, existem três formas de se fazer essa interação. Nos países da América Latina, acontece a primeira forma de interação, que é uma interação ainda em desenvolvimento, em que a relação entre governo, universidade e empresa é muito fraca, digamos assim. O governo cede, faz financiamentos com as universidades que produzem conhecimento e ideias que são oferecidas ao setor produtivo. Então o setor produtivo aproveita e implementa essas ideias para a criação de produtos. Em seguida, os produtos vão aos mercados e geram impostos.

Então o primeiro elo, em desenvolvimento, são os países da América Latina, em sua maioria. Avançando um pouquinho, os senhores podem ver ali no meio aquele desenho que significa maior interação entre as universidades e as empresas. Não é apenas um fluxo de ideias, mas de ideias e de pessoas. Ali há uma interação e uma integração muito maior. Esse modelo é muito utilizado na Ásia. Coreia e Cingapura são países que evoluíram e avançaram bastante nessa interação.



O terceiro desenho, o modelo maduro, é o modelo muito mais completo entre os três atores. É o modelo em que há uma interação muito grande, e essa interação acontece nos Estados Unidos, na Europa e particularmente, pela prática, diria que também acontece aqui em Minas Gerais. Em Minas Gerais, as instituições são Sebrae, BDMG, Fapemig, que é vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes –, Rede Mineira de Propriedade Intelectual, e Fiemg, por meio do IEL. Aliás, sexta-feira que vem, dia 11, faremos uma reunião, quando todos esses atores e instituições vão conversar sobre os seus projetos para que não haja sobreposição nem conflito de ação. Então considero que nós, em Minas, temos esse modelo maduro aqui. As lideranças desses três atores, isto é, as universidades que têm uma organização, o setor empresarial e o governo conseguem conversar. Por que esse cenário é importante? Ele é importante porque cada setor tem suas dúvidas e questionamentos, por mais que eu tenha exemplos positivos, interessantes e de sucesso. Sabemos que a grande maioria do setor produtivo tem dúvidas. Quais são, por exemplo, os principais pesquisadores de Minas Gerais? Onde encontrá-los? Onde conseguir recursos públicos? As universidades têm suas dúvidas. Como desenvolver pesquisas? Qual o melhor jeito de interação com as empresas? Todos os três setores têm suas dúvidas e suas competências.

Avançando no modelo, vou focar em cada um deles. Não sei se a universidade já esteve presente no debate, mas ela evoluiu muito e não é apenas acadêmica. Ela se desenvolveu na pesquisa e na extensão; então, hoje uma universidade tem mais do que apenas educação e pesquisa. Ela tem várias áreas e estruturas internas que facilitam a sua interação com as empresas – não pretendo detalhá-las –, como os núcleos de inovação tecnológica. Por lei, todas as instituições federais que fazem pesquisa precisam de um núcleo de inovação tecnológica para disseminar a cultura da propriedade intelectual. Uma universidade empreendedora tem várias ações e estruturas para facilitar a interação dela com as empresas, por exemplo, a propriedade intelectual. Uma universidade empreendedora está preocupada em pegar seu conhecimento e desenvolvê-lo até chegar a uma transferência de tecnologia ou a um licenciamento.

Por outro lado, também há a questão da empresa. Fizemos, isto é, a Fapemig fez uma parceria com a Fiemg por meio do IEL. Fizemos uma pesquisa com 190 empresas, e é muito importante trabalhar as empresas mineiras para que elas tenham um posicionamento mais estratégico, e, para isso, as empresas precisam atuar com inovação aberta. Uma empresa sozinha não vai conseguir fazer toda a pesquisa, já que não tem competência para isso. Dessa forma, é importante que ela saiba como procurar e onde procurar as universidades e, principalmente, compartilhar laboratórios. Hoje a Fapemig, no apoio às pesquisas, está incentivando a aproximação da universidade com a empresa para que elas compartilhem as estruturas já existentes e não queiram pegar recursos para criar seu próprio laboratório. Como não haverá tanta demanda, o melhor seria alugar, ou seja, usar a prestação de serviço da universidade.

Então a empresa possui diversas ações de que poderá utilizar-se para facilitar o desenvolvimento de tecnologias e a sua inovação, e o governo tem um papel essencial nessa articulação. Estou falando de um governo, de um Estado que deseje ser empreendedor. É importante que o Estado tenha essa visão e conheça bem o ecossistema para que possa apoiar e utilizar as suas forças. A Gláucia até falou sobre o BDMG, sobre a parceria da Fapemig com o BDMG, e isso é fundamental porque significa continuação da cadeia. A Fapemig está preocupada em apoiar o inventor, o cidadão, o pesquisador que já tem um protótipo, um produto fruto de uma pesquisa que já evoluiu muito, mas esse inventor ainda vai precisar de um recurso de financiamento do BDMG e terá de assumir esse risco para montar a empresa dele, já que não temos mais condição de intervir a partir daí. Entretanto, essa parceria é uma evolução. Aliás, se não tivéssemos essa parceria com o BDMG, o inventor chegaria ao final, após ter avançado com o seu produto, e ficaria sem saber o que fazer. Então, de modo bem prático, essa parceria possibilita que o pesquisador, o inventor e o empreendedor se utilizem dessa linha para alcançar o mercado e ver os resultados.

Agora vou falar sobre alguns outros pontos importantes. Quando falamos de empreendedorismo, não pretendo entrar nessa seara porque ela é do Sebrae, e o Sebrae atua de forma supercompetente, mas quero comentar a questão do empreendedorismo tecnológico e acadêmico das universidades. A Fapemig tem essa preocupação com o empreendedorismo



acadêmico porque apoiamos várias ações, entre elas as ações incubadoras. Além das pesquisas dos inventores, apoiamos incubadoras e núcleos de inovação tecnológica, que são as forças para que o pesquisador se torne um empreendedor.

Esse é um empreendedor interessante, porque um aluno que está aprendendo, tendo todo o conhecimento, terá a oportunidade de identificar gargalos das empresas para que possa atuar com uma solução, desenvolvendo uma metodologia, desenvolvendo um produto. Esse é o primeiro ponto. Para melhorar esse desenvolvimento econômico, a Fapemig tem, cada vez mais, exigido nos editais que busquemos resultados práticos.

Ao apresentar a proposta, o pesquisador tem de demonstrar que a pesquisa é atual, que ele está na arte do conhecimento e que visa a um desenvolvimento voltado a alguma prática ou ao mercado. E não só, porque, ao falar de tecnologia, há várias maturidades da tecnologia. Algumas são mais básicas, outras intermediárias e outras são de inovação. Consideramos todos os elos.

Outro ponto importante é a análise de projetos que nós apoiamos. É uma mudança bem forte de direcionamento, e não é fácil, pois trabalhamos com micro e pequenas empresas. Não é fácil exigir isso dos empreendedores, mas, junto com eles, estamos demonstrando como chegar, como ter gestão de projetos para que tenham sucesso nos resultados. Temos muitos projetos que são muito bons tecnologicamente, mas que não têm gestão competente. Chega-se a um bom produto, mas, na hora de ir ao mercado, ele não consegue, ele trava. Para nós é um fracasso, porque investiu e não conseguiu terminar o ciclo do produto. Há quatro anos, fui da secretaria de Ciência e Tecnologia.

A força da Fapemig para atuar em parcerias estratégicas. Hoje, a Fapemig, em consonância com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que tem políticas, direciona algumas áreas em que a Fapemig é um meio para a implementação de políticas. Então, tínhamos editais de eletroeletrônicos e de biotecnologia, que são importantes, pois são áreas... Se estamos falando de desenvolvimento econômico, é importante ter, com bastante clareza, as competências do Estado para que possamos investir nelas e nesses setores estratégicos, como mineração, biotecnologia, eletroeletrônica, tecnologia da informação. Esses setores também são bastante apoiados, onde já temos muitas competências.

Em termos de desenvolvimento econômico, por fim, informo sobre a atuação da Fapemig, por meio do edital Tecnova feito em parceria com a Finep. Em 2013, fizemos um edital voltado para as micro e pequenas empresas. Há 16 estados participando desse programa, e Minas Gerais foi o único em que a maioria dos projetos estão localizados no interior; entre 50, foram 2/3. Nos demais estados, a grande concentração é na região metropolitana. Esse é um fato que trago para ilustrar a competência de Minas em todas as regiões. Minas tem 12 universidades federais – são 11 e mais o Cefet. Há duas universidades estaduais, e isso é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, ou seja, conhecer as competências dessas universidades, dessas regiões, para que realmente possamos investir.

Com o resultado desse edital, foram contratadas empresas, que estão desenvolvendo os projetos, e fica clara a competência que temos no Estado. Noutro dia estive em Santa Rita do Sapucaí e a incubadora do Inatel, de Santa Rita, apoiada pela Fapemig, é a 2ª maior empregadora do município, depois da prefeitura. Para terem uma dimensão da proporção do investimento em inovação, em tecnologia, uma incubadora com 40 empresas emprega diretamente 700 pessoas, além dos empregos indiretos, e um faturamento acima de 1,5 bilhões. São empresas tecnológicas, micro e pequenas, mas que criam um grande reflexo em uma região do município.

Trouxe esses pontos para conversar com vocês, para ilustrar. Agradeço a oportunidade. Obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente (deputado Roberto Andrade) – Agradeço ao Sr. Heber Pereira Neves. Leve nosso abraço ao Prof. Evaldo, também oriundo da UFV.



Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Daremos início aos debates. Os que forem usar o microfone sejam objetivos, sucintos, dispensando saudações. Cada participante terá 2 minutos. Todos farão as perguntas. Nas considerações finais, as pessoas darão as respostas.

Debates

O presidente – Temos três inscritos. Rosa Deise? A Rosa não se encontra?

A Sra. Rosa Deise – Boa tarde, senhoras e senhores, queria perguntar sobre o momento em que falavam sobre o Rio Doce e a 381. Já encerrou, não é? Então deixo um alerta para todos. Fui eu quem bateu o documento, a certidão para fazer o serviço da 381, a duplicação. Mande fazer. Na semana passada, passei lá. Faz muito tempo que estão falando que fazem os serviços. Amontoaram o material na beira da estrada. Estão lá amontoados, e o serviço não está sendo feito. Mesmo assim os serviços do Rio Doce... Essa tragédia aconteceu por falta de responsabilidade. Aquele documento, aquela certidão, foi batida desde 2014, os serviços do Rio Doce. Não havia saída da água, ela foi infiltrando naquela região e causou aquela explosão, aquela tragédia. Eu bati a canalização do Rio Doce. Foi colocado no registro que 1.500 homens seriam enviados para lá e 45 máquinas, e o serviço não foi feito. Primeiro, esperou-se a tragédia acontecer; depois, ficaram culpando um e outro. Mas o serviço não foi feito.

Igual a esse há vários outros serviços, inclusive a irresponsabilidade com a Sra. Dilma. Aquilo ali é uma irresponsabilidade, esse documento para tirar a Sra. Dilma. Ela só vai sair com a assinatura do Barack Obama e com a minha assinatura. Se não for assim, ela não sairá do poder, porque ela não roubou, ela não praticou nenhum assalto, ela não cometeu nenhum erro. O erro que ela praticou é deixar o povo morrer à míngua, sem reação, fazendo somente palestra. Ela não foi colocada no poder para fazer só palestra. Foi para fazer o serviço.

O presidente – Muito obrigado, Sra. Rosa, agradeço a participação, boa tarde. Com a palavra, o Sr. Danilo Maia, da Associação dos Empresários da Silva Lobo. A pergunta é para a Sra. Maria Carmen Diniz.

O Sr. Danilo de Quadros Maia Filho – Boa tarde, meu nome é Danilo. Sou graduado em engenharia elétrica e tive a oportunidade de falar na parte da manhã. Obrigaram-me, mais uma vez, a usar este momento. Esperei o dia inteiro para escutar sobre a *startup*. Ela é mais do que moda, é uma excelente moda, perfeito, mas é um pouco mais do que isso.

Vemos hoje que 50%, mais ou menos, dos empregos dos jovens e recém-formados, principalmente na Federal de Minas, especialmente da elétrica, estão indo para a *startup*, que está acolhendo, porque a grande empresa não está conseguindo absorver. Hoje Belo Horizonte é a capital, uma das capitais referências no Brasil de pequena empresa *startup*, principalmente na área de TI.

Eu tive experiências, trabalhei na Usiminas, na Siemens, em algumas empresas maiores, e tive uma experiência numa *startup*, a (...), em Belo Horizonte, do Gibrão, fundador, empreendedor, um cara muito bacana. É possível ver a diferença entre uma empresa grande e uma pequena, onde não há amarras, há mais autonomia para investir na parte científica, o que é muito bacana.

A minha pergunta é como conseguir incentivar, uma vez que, principalmente este ano, o Estado está sem recursos. Este ano o (...) teve dificuldades para abrir e fechar as portas. Como fazer um planejamento inteligente para acolher esses talentos? Alguns saem de empresas grandes, e não são apenas jovens, mas senhores que têm uma grande bagagem. Eles saem das grandes empresas e criam as *startups* para acolher os jovens. Como fazer esse diálogo da indústria, do consumo, dos jovens? Como, sem recursos, podemos ter uma posição bacana para incentivar esse caminho da economia? Obrigado.

O presidente – Com a palavra, a Celeste Gontijo.

A Sra. Celeste Gontijo – Minha pergunta é para o Dr. Policarpo. Achei bastante interessante. Já sabia muita coisa, mas, a cada dia, sabemos mais. O mapa, eu o achei fantástico. Sou turismóloga. Acho que é a 20ª vez que falo, nesta Casa, que turismo não é indústria. A partir de 1982, esse conceito caiu em desuso. Fico até passando mal quando escuto as pessoas aqui



falando: a indústria do turismo, a indústria do turismo. Houve uma apropriação da Fiemg quando ela quis mapear as cidades, em que possivelmente ela poderia fazer indústria do turismo. Isso é completamente equivocado.

Minha pergunta é sobre o nióbio. Qual é o percentual, uma vez que a maior reserva de nióbio está em Araxá? Esse percentual sobra muito? Sabemos que há muito e que está, inclusive, sendo exportado a um preço muito baixo.

O presidente – Com a palavra, o Josadac Marques, que terá 2 minutos para sua pergunta.

O Sr. Josadac Marques – Boa tarde, senhoras e senhores. O Instituto Mãos e Vozes, que represento, é interlocutor, em Minas, do programa dos objetivos do milênio da ONU, que, inicialmente, foi pactuado de 2000 a 2015 e, agora, repactuado até o ano de 2030, em setembro. Em cima disso, faço dois questionamentos a partir das apresentações. A inovação e o conhecimento só podem ser feitos a partir do momento em que forem compartilhados. Enquanto o conhecimento ficar em guetos, segmentos ou tribos, como cada um está chamando hoje, teremos essa dificuldade. Por quê? Quando foi apresentada, chamou-me a atenção a hélice tríplice, falando em governo, universidade e indústria. A universidade está dentro do segmento que precisamos definir, porque chamamos governo, mercado e terceiro setor. Onde estão todas as outras questões que não são governo nem mercado?

A pergunta que faço para reflexão, caso não possa ser respondida agora, é que aprendemos, lá atrás, que, como república, há três Poderes no Brasil: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Mas constantemente estamos ouvindo falar em boa vontade política e em viabilidade técnica. Pergunta-se – se a gente conseguir resposta agora – para reflexão desta Casa: Quem executa? Quem dirige neste momento? São duas pessoas diferentes? Até então a gente fala da dificuldade de o governo dialogar com outras instituições, já que ele é o Poder Executivo. Será que o Poder Executivo está se resumindo em quem decide?

Eu gostaria de finalizar fazendo uma reflexão. Na semana que vem, vai acontecer em Brasília a discussão do desenvolvimento econômico proposto pela ONU para o período de 2015 a 2030. Em Minas, foi um projeto pactuado com o governo anterior e a ONU. A Fiemg assinou, bem como a Assembleia Legislativa, a AMM e algumas instituições. E quem vai representar Minas na semana que vem nesse pacto é uma funcionária da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Isso é de conhecimento geral ou acaba sendo uma omissão das instituições que estão assinando esses documentos.

Deputados, no ano passado, nós trouxemos a Belo Horizonte a ONU. O encontro nacional foi em Belo Horizonte, e os prefeitos que compuseram a mesa do evento no ano passado eram de outro estado. Mesmo com a ONU e o evento sendo realizado em Belo Horizonte, não houve uma página na mídia. Então, a pergunta: Como vamos conseguir a retomada do desenvolvimento com ações fragmentadas? Muito obrigado.

O presidente – Sr. Francisco Rubió, da UFMG, por gentileza.

O Sr. Francisco Rubió – Pergunta dirigida principalmente ao Prof. Porchat. Eu ouvi atentamente a sua explanação sobre o Cetec. Já fui diretor ambiental do Cetec no governo Itamar Franco e senti que teve uma evolução fantástica, na medida em que concretamente se vinculou à inovação e ao desenvolvimento tecnológico no setor produtivo. Não sei quem puxou isso, mas merece todos os elogios quem se preocupa com o desenvolvimento tecnológico, sem o qual não seremos um país independente jamais.

Eu, que já fui por quatro anos diretor industrial da Fundação Ezequiel Dias – Funed – e presidente dessa fundação por dois anos também no governo Itamar, não sei como anda a vinculação da Funed à inovação tecnológica numa área-chave, a biotecnologia, na qual a fundação é *expert*. Ela conta com grandes pesquisadores e desenvolve pesquisas da maior importância, como a pesquisa sobre veneno de animais peçonhentos. Só uma aranha chamada armadeira possui 232 componentes diferentes. Cada um deles pode ensinar um fármaco novo. Também há pesquisa com escorpião e serpente.

Nunca é demais citar que o Captopril, um medicamento com faturamento internacional de bilhões e bilhões de dólares, nasceu de uma pesquisa na Funed, em Ribeirão Preto, com dois pesquisadores: o Prof. Diniz e o pesquisador Ferreira. Os dois descobriram em um componente do veneno da jararaca o Captopril, que hoje já virou Enalapril e outros descendentes.



Pois bem. Eu também participei, quando fui presidente da Funed – na época a Margareth Spangler era secretária de Ciência e Tecnologia –, da elaboração do programa mineiro de bioprospecção da flora e da fauna, que jamais foi em frente. Mas ele precisa ser colocado de pé, antes que a biopirataria nos leve o conhecimento e a inovação tecnológica que nós podemos e devemos descobrir na nossa flora e fauna.

No que diz respeito à fauna, a Funed tem vários resultados que precisam ir ao mercado. Falta o contato. É preciso resolver esse impasse entre Funed e mercado. É claro que queremos que cresça a indústria nacional, particularmente a mineira, com a inovação que vai ser desenvolvida na Funed. Mas é preciso que isso aconteça.

Era essa a pergunta que eu gostaria de fazer e falar sobre o Programa Mineiro de Bioprospecção Farmacêutica, que foi entregue à Secretaria de Ciência de Tecnologia e está na gaveta até hoje.

O presidente – Obrigado. Agora nós vamos dar o prazo de 3 minutos a cada participante da Mesa, para que façam suas considerações finais e respondam às perguntas que lhes foram dirigidas. Primeiramente, a Sra. Maria Carmen Lima Diniz.

A Sra. Maria Carmen Lima Diniz – Respondendo a você, o Sebrae criou em todo o Estado o que estamos chamando de ecossistemas de desenvolvimento, que acolhem as *startups*, inclusive fazendo projetos de aceleração. Mais informações podem ser obtidas no *site* do Sebrae ou no próprio Sebrae, onde faremos o atendimento a você, está bem?

O presidente – Sra. Gláucia Ferreira da Silva, por gentileza.

A Sra. Gláucia Ferreira da Silva – Eu quero apenas reforçar e convidar todos a entrar no *site* do BDMG e navegar pelo nosso questionário, pelas nossas perguntas. Se porventura tiverem alguma crítica, alguma sugestão de melhoria, vou deixar aqui o *e-mail* inovacao@bdmg.mg.gov.br, para receber a contribuição de todos. Obrigada.

O presidente – Por gentileza, para as suas considerações finais, o Sr. José Policarpo Gonçalves de Abreu.

O Sr. José Policarpo Gonçalves de Abreu – Bem, uma das interlocutoras saiu, mas então, Josadac, na realidade, o convite do Olavo Machado para eu ir para a Fiemg é porque nós estamos fazendo esse trabalho na Fapemig. Muitas pessoas queriam, e ele é testemunha disso, não só aqui, mas em outros estados, que eu viesse a ser o novo presidente da Fapemig. Mas considerei o desafio lá maior. Por quê? Porque eu tinha de colocar as ideias do acadêmico dentro da indústria. Esse é um passo danado e complicado.

Eu estava conversando com o deputado e me lembrando de professores da garbosa Universidade Federal de Viçosa que eram acusados porque tinham algum tipo de mente empreendedora. Temos vencido isso no País, mas é difícil. Então a primeira coisa é esta: quebrar as amarras que ainda existem. Eu disse aqui que o professor acha que o industrial só pensa em dinheiro e que o industrial acha que o professor só sabe fazer *paper*. Então isso tem de ser quebrado. A questão é de mudança. Este é o problema: mudança de cabeça, o que não é fácil. Por isso eu aceitei o desafio.

Eu tenho conversado com a Esther, nova diretora científica de lá, que já era diretora quando eu era do conselho da Funed, e dito a ela que precisamos juntar os vetores. Também disse isso ao deputado e tenho repetido isso no Conselho de Tecnologia e Inovação da Fiemg, porque muito antes de eu estar na Fiemg eu já era do conselho. O atual presidente é o vice-presidente da Fiat, o Valentino Rizzioli. Eu tenho repetido isso. O problema do estado de Minas é que ele tem muitos vetores importantes, mas eles estão totalmente desalinhados. Então, quando se fala no somatório disso, o resultado é quase zero. Uma das grandes coisas a serem feitas é isto: alinhar, como disse aqui o Heber. Nós temos de fazer um trabalho conjunto com centros de pesquisa.

Os trabalhos feitos na Funed são essenciais à sociedade, e, durante muito tempo, não houve continuidade, porque faltou visão de investimento em diversos setores. É possível resolver isso? Eu acho que sim. Por isso aceitei esse desafio, por isso nós estamos mexendo lá, por isso nós estamos investindo R\$150.000.000,00 num centro de pesquisa aqui e R\$370.000.000,00 num grande laboratório no Sul de Minas.

O desafio que o Olavo Machado me propôs foi o seguinte: “Você vem para a indústria, mas jamais deixe o seu viés acadêmico. Eu quero que você continue a lutar muito e a firmar parcerias com o Capes, a Fapemig, o CNPq”. Por quê? Porque falta muito disso no País.

Então isso é possível. Eu creio nisso. Toda hora eu cito o exemplo da jararaca. E eu sou engenheiro eletricista, não sou dessa área, mas acho que tem de se ver a importância de coisas como essa. O trabalho que se faz na Funed com aranha é extraordinário, bem como com cobra e outros animais. Então há coisas muito importantes, mas falta uma visão global. Eu acho que agora as coisas estão se juntando. Por exemplo, há três anos, assinamos com o BDMG – eu era da Fapemig ainda – uma parceria de R\$100.000.000,00 para investir em empresa. Nós fomos acusados pelo País inteiro. “Vocês são malucos de fazer parceria com banco!” Uai, mas se é banco de desenvolvimento, tem mais é de apoiar pesquisa do Estado.

Então tem de haver mudança. Desculpem-me usar este termo, mas tem de ser *open-minded*, ou seja, cabeça aberta. Se não abrimos a cabeça, nós vamos afundar.

O presidente – Agradeço ao Sr. José Policarpo. E, para as suas considerações finais, o Sr. Heber Pereira Neves, por gentileza.

O Sr. Heber Pereira Neves – Bem, foi comentada a questão do conhecimento compartilhado. A hélice tríplice é uma teoria, mas trabalha os três grandes atores. Isso não quer dizer que não há preocupação com a disseminação. Mas há, tanto que a Fapemig investe em universidade. O que nós queremos como resultado? Que gere conhecimento novo, que esse conhecimento seja disseminado para os alunos, que estarão depois nas empresas, e seja publicado. É uma forma de se disseminar esse conhecimento.

A Fapemig, na semana retrasada, nos dias 23 e 24, realizou a Mostra Inova Minas Fapemig, no Palácio das Artes, com 70 tecnologias apoiadas pela Fapemig, que estavam lá apresentando os seus resultados. E há um *site* com as 400 tecnologias identificadas nessa primeira vez. Estão todas disponibilizadas. É isso o que nós queremos. O Policarpo comentou que não adianta patente na prateleira, tese de doutorado na gaveta. Precisamos de criar meios, na prática, de disseminar as pesquisas para que as empresas possam ter conhecimento delas e pleiteá-las, a fim de incorporá-las aos seus processos, aos seus produtos.

Então nós temos grande preocupação com a disseminação, com o compartilhamento das informações. E cada vez mais nós vamos trabalhar nesse sentido.

Outra questão importante também para o desenvolvimento econômico... Eu estou envolvido com isso e trabalhando com a universidade, com as empresas. A realidade é muito dura. Se você chegar a uma universidade hoje e perguntar quantos pesquisadores querem interagir com uma empresa, verá que não será a maioria. Não vou entrar em detalhes, mas é uma pequena minoria. Essa é uma dificuldade.

Outra dificuldade são os empresários, não só mineiros, mas os empresários nacionais. Por mais que a gente mostre as vantagens a eles, não é fácil, porque ainda são muito fareiros, estão muito preocupados com o dia a dia. E para trabalharmos com inovação, se quisermos tecnologia, é preciso termos uma visão estratégica e utilizarmos as ferramentas. Estamos buscando isso junto às empresas. E o governo está buscando, cada vez mais, ter as suas ferramentas particulares. Há a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Sine, a Fapemig. E nós estamos abertos e fazendo interação com as empresas, justamente para termos resultado.

É essa a contribuição que eu vejo que a Fapemig pode dar ao desenvolvimento econômico. Como sou gerente de Inovação, estou sempre aberto para inovar e à disposição de vocês. Muito obrigado.

O presidente – Passo a palavra ao nosso colega deputado Geraldo Pimenta, para as suas considerações finais.

O deputado Geraldo Pimenta – Meus amigos, a Assembleia Legislativa está atenta à questão do desenvolvimento no seu dia a dia. Este ciclo de debates está sendo feito em um momento interessante, pois é o mesmo em que discutimos também a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual de governo, esse plano de quatro anos. E é também um momento em



que o Brasil vive uma crise política e econômica. As saídas apontadas desde ontem aqui, nas várias mesas, além da redução de juros e da solução da crise política – o que é determinante –, são no sentido de termos mais investimentos para a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação. Nós, deputados presentes – Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e eu –, estamos preocupados com essa questão e apresentamos emendas para incrementar esse setor. Apresentei algumas emendas nesse sentido e gostaria que fossem aprovadas para retomarmos e alavancarmos o desenvolvimento de Minas e do Brasil. Então, deixo aqui a minha alegria e satisfação de ter participado e agradeço a todos. Obrigado.

O presidente – Muito bem. Encerrando nosso ciclo de debates, agradeço ao nosso presidente da comissão, que, a partir do ano que vem, passará seu nome de Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para Comissão de Desenvolvimento; e essa não é apenas uma mudança de nomenclatura, pois a comissão vai agregar algumas atribuições. Hoje, ela é brilhantemente presidida por nosso colega, deputado Antônio Carlos Arantes, uma grande aquisição para nossa comissão. Ele era um homem ligado à agricultura – e a agricultura de Minas lhe deve muito, considerando-se sua atuação na Assembleia Legislativa – e agora assumirá o desenvolvimento não apenas daquele setor como também de toda a economia. Agradeço também a meu colega, deputado Carlos Pimenta, estreante, como eu aqui, mas que já tem feito a diferença por seu trabalho laborioso nesta Casa; é um deputado dedicado, realmente presente, um grande colega. Agradeço também à equipe técnica, aos nossos assessores, sem cuja participação não seria possível a realização deste evento. Cumprimento os mineiros e as mineiras que nos acompanham, em todo o Estado, pela TV Assembleia. Muito obrigado a todos!

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de quarta-feira, dia 9, às 9 e às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 5/12/2015.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/12/2015

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes, Hely Tarquínio e Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Lafayette de Andrada; discursos dos deputados Lafayette de Andrada e Iran Barbosa; votação do requerimento; rejeição; verificação de votação; questão de ordem; ratificação da rejeição; declarações de voto – Requerimento do deputado Lafayette de Andrada; suspensão e reabertura da reunião; solicitação de retirada do requerimento do deputado Lafayette de Andrada – Chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para votação – Requerimento Ordinário nº 2.430/2015; aprovação – Requerimento nº 3.330/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 3.402/2015; aprovação – Requerimento nº 3.403/2015; aprovação – Requerimento nº 3.404/2015; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação – Requerimento nº 3.406/2015; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação – Requerimento nº 3.408/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Questão de Ordem – Requerimento nº 3.464/2015; aprovação – Requerimento do deputado Noraldino Júnior; aprovação – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.039/2015; aprovação com as Emendas nºs 2 e 11 a 19 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10; prejudicialidade das Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10 – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.937/2015; requerimento do deputado Gustavo Corrêa; deferimento; discurso do deputado Gustavo Corrêa; votação nominal do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação nominal das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 5, 8, 17, 25 a 27, 31, 32, 34, 39, 46, 55 a 57, 59, 62 a 64, 66, 69, 72, 102, 106, 109, 114, 117, 133, 135, 136, 140, 149, 150, 159, 164, 188, 197, 198, 202, 203, 205, 215, 216, 221, 232, 243 e 251; votação nominal das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; rejeição; votação nominal da Emenda nº 67; discurso do deputado Dalmo Ribeiro Silva; rejeição; votação nominal da Emenda nº 68;



discurso do deputado Bonifácio Mourão; rejeição; votação nominal da Emenda nº 73; discurso do deputado Sargento Rodrigues; rejeição; votação nominal da Emenda nº 121; discurso do deputado Carlos Pimenta; rejeição; votação nominal da Emenda nº 123; discurso do deputado Dalmo Ribeiro Silva; rejeição; votação nominal da Emenda nº 132; discurso do deputado Gustavo Corrêa; rejeição; votação nominal da Emenda nº 154; discurso do deputado Gustavo Corrêa; rejeição; votação nominal da Emenda nº 155; discurso do deputado Gustavo Valadares; rejeição – Prorrogação da Reunião – Questão de Ordem – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.027/2015; discursos dos deputados Felipe Attiê, Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa; chamada para recomposição de quórum; existência de quórum para votação; votação nominal do projeto, salvo emendas; aprovação; votação nominal da Emenda nº 5; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1 a 4; rejeição – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.938/2015; requerimento do deputado Gustavo Corrêa; deferimento; discursos dos deputados Felipe Attiê, Gustavo Valadares e Carlos Pimenta; questão de ordem; discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Thiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.



Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Requerimento nº 3.403/2015 seja apreciado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Lafayette de Andrada* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o presente requerimento visa à inversão da pauta, de modo que o Requerimento nº 3.403/2015 seja apreciado em primeiro lugar. Na pauta há sete requerimentos, que serão obviamente discutidos nesta Casa, e já estou inscrito, previamente, para discutir todos. O requerimento que acabo de apresentar solicita inversão de pauta para a votação do Requerimento nº 3.403/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, que solicita seja encaminhado ao presidente da Copasa pedido de informações sobre a existência de um plano de evacuação da área abrangida pela barragem de Várzea das Flores, no Município de Betim, e sobre a existência de risco à estabilidade da barragem decorrente das explosões realizadas na pedreira situada nessa localidade.

Percebe-se, Sr. Presidente, tratar-se de um requerimento de suma importância da Comissão Extraordinária das Barragens. Aliás, a Comissão Extraordinária das Barragens foi criada logo após o acidente envolvendo a barragem da Samarco, dita São Marcos pela presidente Dilma. Estou falando daquele desastre ambiental, que fez muitas vítimas e acarretou um prejuízo ambiental indescritível e poucas vezes visto no mundo. Ele é tido, talvez, como o maior desastre ambiental da história do Brasil.

A Assembleia Legislativa, de maneira muito firme – e quero aplaudir a Mesa, a presidência e os líderes dos blocos partidários –, imediatamente criou essa comissão para discutir a questão das barragens. Eu me recordo de que, em alguns casos, a Assembleia Legislativa de Minas foi criticada por não ter uma presença incisiva. O que a Assembleia vai fazer? A Assembleia Legislativa tem competência residual nesse caso. O Ministério Público está apurando, a Polícia Federal está apurando, e a Assembleia Legislativa tem uma competência residual, por isso essa comissão é importante. A nós cabe modernizar e atualizar a legislação relativa às barragens. Isso, sim, a Assembleia precisa fazer. Assim, a Assembleia criou essa comissão especial, que foi a Mariana e está trabalhando. Acho que o produto final mais importante e imprescindível é a Assembleia apresentar um relatório com um conjunto de propostas visando a aperfeiçoar nossa legislação referente ao tema. Deputados expressivos e atuantes da Assembleia estão debruçados sobre a matéria, deputados com larga experiência estão em contato direto com os órgãos ambientais, as autoridades da mineração, o Ministério Público e a Polícia Federal. Algumas audiências foram feitas na Assembleia Legislativa. A Assembleia está trabalhando. Essa é a grande verdade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, apresento então esse requerimento de inversão de pauta, dada a importância, a urgência e a premência dessa matéria. Apresentamos o requerimento em tela visando à inversão de pauta para que o Requerimento nº 3.403/2015 seja apreciado em primeiro lugar. Acreditamos que essa é uma medida importante, serena e tranquila, e o conjunto dos deputados haverá de concordar que é necessário que o Requerimento nº 3.403 seja votado em primeiro lugar. Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero rememorar que outros requerimentos dessa mesma linha estão aqui para serem apreciados. Acho que devemos discuti-los com argumentos sólidos, discuti-los com serenidade e sem as paixões que envolvem o tema. Todos nós sabemos que, quando aconteceu o desastre – e isso é lógico e ocorre em qualquer desastre –, os ânimos se exaltaram e os nervos ficaram à flor da pele. Por isso, muitas vezes, não tomamos decisões serenas. O desastre aconteceu, e as vítimas não voltarão.

Creio, Sr. Presidente, que, passados alguns dias, nada como algumas noites sobre o travesseiro. Agora vamos poder discutir calmamente e tomar as decisões com serenidade, portanto solicito o apoio dos deputados a essa inversão de pauta.

Sr. Presidente, nestes poucos minutos que faltam, quero apenas rememorar a notícia veiculada na manhã de hoje nos jornais dando conta de que uma segunda agência internacional abaixou a nota do Brasil. De acordo com as normas que regem esse tema, quando duas agências concordam, seja para aumentar, seja para diminuir a nota, efetivamente essa nota do país que está sendo avaliado é modificada, no caso, o Brasil, e perdemos a categoria de investimento, perdemos a categoria de bom pagador. De acordo com os especialistas, vamos gastar pelo menos mais três anos para retornar ao *status* anterior. Essa



é uma notícia triste e lamentável, que mais uma vez demonstra que o governo federal não está no bom caminho no que tange à economia nacional.

Portanto, presidente, para concluir, peço apoio dos deputados para a inversão de pauta que apresento neste momento. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Iran Barbosa.

O deputado Iran Barbosa – Em primeiro lugar, bom dia aos colegas deputados e deputadas, ao presidente, à Mesa. Gostaria de dizer, presidente e nobres colegas, que o requerimento do deputado Lafayette de Andrada é extremamente pertinente, principalmente no que tange à agilidade dos trabalhos desta Casa.

Os americanos têm uma frase: *first things first*, ou seja, em primeiro lugar as primeiras coisas. E o requerimento do deputado Lafayette de Andrada é extremamente pertinente por esse motivo. Afinal, ele coloca em pauta e de maneira prioritária e simbólica votar hoje na Assembleia a possibilidade de risco de rompimento de um tipo de barragem que não está sendo discutido pela imprensa, pela população em geral e até na Assembleia, de forma mais concreta.

O que o deputado Lafayette de Andrada está tentando priorizar? A discussão da possibilidade de rompimento da Barragem de Várzea das Flores, que hoje é operada pela Copasa. Devemos deixar bem claro que esse tipo de barragem, apesar da possibilidade de rompimento, não é tão perigosa para o meio ambiente quanto uma barragem de rejeitos com lama, com metais pesados ou com substâncias tóxicas.

No entanto, a barragem de água é mais agressiva no que diz respeito à segurança das pessoas que moram abaixo dela, pois ela se rompe mais rapidamente e se transporta mais fortemente durante todo o período. O seu impacto é mais poderoso que o provocado por barragens sólidas ou pelas chamadas barragens drenadas. Obviamente, ela põe muito mais pessoas em risco por atingir uma extensão maior. Raramente a água perde a velocidade da mesma forma com que a lama e os metais pesados. Como a água leva mais tempo para perder velocidade, ela ultrapassa os obstáculos com mais facilidade, pondo em risco a vida das pessoas que morem na região.

Enquanto estamos só preocupados com as atividades de barramento nas minerações, esse requerimento é extremamente importante para proporcionar uma discussão sobre as barragens de uma empresa que antes não pareceria suspeita nem digna de ser a principal em um âmbito de discussão de rompimento de barragens, que é a Copasa. Eu diria ao deputado Lafayette de Andrada que a discussão poderia ser levada mais adiante, pois esse não é o único barramento operado pela Copasa e tampouco não é o único operado por uma companhia de patrimônio público do Estado de Minas Gerais. Há muito tempo não se conhece e não se faz conhecer nesta Casa a situação, por exemplo, das barragens hidrelétricas da Cemig, que seria também uma questão extremamente pertinente a ser discutida na Assembleia Legislativa. Afinal, será que a Copasa e a Cemig têm operado de maneira correta a contenção, os barramentos e as barragens? Esse requerimento é importante para resolvermos isso.

Aviso ao deputado Lafayette de Andrada e aos senhores da Casa que a Copasa tem sido uma parceira muito cruel com a Assembleia Legislativa. Pouquíssimos requerimentos da Comissão das Águas, desde o início do ano, são respondidos pela companhia de saneamento. Deveria ser levado à atenção da presidência e da Secretaria-Geral o fato de até hoje a presidência da Copasa não corresponder a nenhum dos convites e até mesmo à convocação da Comissão das Águas para aqui responder sobre as situações, como a do chamado rodízio velado na região metropolitana e como o do abastecimento geral de cidades operadas pela Copanor. A Copasa e a Copanor têm sido extremamente desleais com o Poder Legislativo mineiro. Pode-se claramente dizer que elas não têm observado a Constituição do Estado, muito menos a lei de liberdade de informação, no que se refere a fornecer respostas aos requerimentos desta Casa e aos que a lei exige, cometendo crime de sonegação de informação.



Temos de adotar nesta Casa uma força e uma postura que não permitam que órgãos públicos deixem de responder aos requerimentos, senão esse requerimento, por mais bem-intencionado que seja, tende a estar fadado à mesma questão dos outros requerimentos que outrora passaram por aqui.

Deputado Lafayette de Andrada, é importantíssimo que não se mantenha nesta Casa a questão do desrespeito com o parlamento.

Ou seja, discutimos, tratamos, votamos os requerimentos na comissão. Esses requerimentos são balizados pelo Plenário, isto é, são votados duas vezes, sendo uma vez pela comissão e, depois, referendados pela totalidade dos deputados da Casa, mas acabam sem resposta.

Um exemplo claro que gostaria de dar é o de um requerimento do início do ano, da Comissão Extraordinária das Águas, que presido. Nele, datado de fevereiro, solicitava-se ao deputado Sávio Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente, cópia do licenciamento das mineradoras instaladas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Isso foi em fevereiro. O requerimento, que passou pela comissão, passou pelo Plenário e foi levado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, pasmem, Srs. Deputados, nunca foi respondido. Até hoje a Secretaria de Meio Ambiente omite como foi feito e quais documentos levaram ao licenciamento de mineradoras no chamado Quadrilátero Ferrífero e, principalmente, as que abrangem a área norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e que têm influência sobre 75% do abastecimento da cidade.

Muito pertinente, volto a dizer, o requerimento do deputado Lafayette de Andrada. Espero que seja aprovado pelos deputados para que esse seja o primeiro item da nossa pauta de discussão e, assim, possamos dar a atenção necessária que esse requerimento e vários outros merecem no andar desta Casa.

Por último, deixo registrado que o trabalho da Comissão Extraordinária das Barragens depende não só da aprovação do requerimento, mas também da resposta. Por isso, Srs. Deputados, contamos com V. Exas. para realizarmos essa votação. Obrigado.

O presidente – Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Rejeitado.

O deputado Gilberto Abramo – Verificação.

O presidente – É regimental.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia – Presidente, V. Exa. poderia ler o requerimento que está em votação, por favor?

O presidente – Requerimento do deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Requerimento nº 3.403/2015 seja apreciado em primeiro lugar.

O deputado Rogério Correia – Ok, presidente.

O presidente – A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O deputado Celinho do Sinttrocel – Voto “não”.

O deputado Gil Pereira – Meu voto é “não”.

O deputado Glaycon Franco – Sr. Presidente, voto “não”.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Meu voto é “não”, presidente.

O deputado Antônio Jorge – Voto “não”.



O deputado Leonídio Bouças – Sr. Presidente, voto “não”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 4 deputados. Votaram “não” 39 deputados. Está ratificada a rejeição do requerimento.

Declarações de Voto

O deputado Iran Barbosa – Obrigado. Presidente, volto a enfatizar a necessidade do estabelecimento de prioridades nas votações da Casa. Acredito que o requerimento do deputado Lafayette de Andrada traria celeridade aos trabalhos da Casa, permitindo que, numa ordem mais adequada de discussão, aqueles cuja discussão fosse mais complexa pudessem conferir aos trabalhos uma alteração pertinente e assim permitir que a Casa tratasse com prioridade os assuntos que precisam, nesses casos, ser priorizados. A discussão da possibilidade de os barramentos da Copasa estarem em risco é muito importante. Há hoje na operação da Copasa coisas em altíssimo risco. Em Belo Horizonte, cujo abastecimento de água é de responsabilidade da Copasa, 40% de toda a água transportada pela companhia em seus dutos é perdida, desde a fonte até o consumidor, por defeito e falta de manutenção na rede de transporte de água. Ou seja, essa deficiência de manutenção, de infraestrutura poderia estar claramente arraigada, poderia estar bloqueada, para que a falta de infraestrutura e de fiscalização esteja também presente nos barramentos administrados pela companhia de saneamento. Ou seja, se a Copasa hoje não consegue manter o mínimo de segurança e infraestrutura no abastecimento de água, que é o seu produto, a ponto de perder 40% de tudo o que é gerado por suas barragens, causando até crise hídrica na cidade, imaginem o que a Copasa poderia causar, poderia levar aos barramentos e à situação de Várzea das Flores. É extremamente importante conter, porque Várzea das Flores também tem sido objeto de discussão de contaminação por esgoto. Ou seja, de certa forma, esse barramento de água pode estar se transformando aos poucos em barramento de rejeitos, rejeitos sólidos humanos, o que poderia causar uma situação de extrema insalubridade em caso de vazamento ou rompimento dessas barragens. Acredito, portanto, que a preferência dessa discussão fosse importante. Acompanhei o deputado Alencar da Silveira Jr. em seu voto, assim como acompanhei o deputado Lafayette de Andrada, autor do requerimento. Acredito que ambos tiveram a sensibilidade de enxergar a importância de se discutir esse requerimento anteriormente aos outros, para que ele não fique prejudicado no esgotamento da 1ª Fase. Para que, findada a 1ª Fase, ele tenha chance de ser discutido; porém, ele é um dos últimos da pauta. Com essa derrubada, analisaremos outros requerimentos que, tenho certeza, têm sua importância, são bons requerimentos para o Estado, para a discussão. Mas acredito que, em ordem de prioridade, esse é um dos principais a ser discutido aqui na Casa, ou seja, para o qual precisamos dar agilidade, precisamos resolver porque a situação encontrada pela Comissão das Barragens leva a crer que pode haver ainda mais áreas de risco, agora operadas por companhias públicas, caso da Copasa. Obrigado, presidente.

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, Srs. Deputados, votei favoravelmente ao requerimento, lógico, como autor dele. Mas quero, mais uma vez, ratificar a necessidade da inversão de pauta que, lamentavelmente, foi rejeitada por este Plenário. Como disse, trata-se de um requerimento da Comissão Extraordinária das Barragens que solicita à Copasa informações sobre o plano de evacuação na área abrangida pela Barragem Várzea das Flores, no Município de Betim, sobre a existência de risco na estabilidade da barragem decorrente de explosões que acontecem na pedreira situada na localidade. Presidente, talvez alguns deputados que aqui estejam não saibam que, na década de 1950, a Barragem da Pampulha estourou e, na época, aquele acontecimento foi uma catástrofe. Imaginem V. Exas. se isso ocorre com a Barragem de Várzea das Flores, em Betim. Quando secretário, tive oportunidade de sobrevoar aquela barragem. Aquilo ali é uma “Itaipu”. É um grande reservatório de água que abastece a região metropolitana. E esse requerimento, elaborado pela Comissão Extraordinária das Barragens, que a Assembleia criou, tem o objetivo de solicitar informações à Copasa para saber se existe algum plano de evacuação, na hipótese, Deus nos livre, de acontecer o rompimento dessa barragem. E mais, naquela região existem pedreiras, e todos sabem que as pedreiras são dinamitadas, e isso repercute a quilômetros de distância. O requerimento em tela solicita informações à Copasa, para saber se a atividade daquelas pedreiras estão afetando ou não a Barragem de Várzea das Flores. Esse é o sentido do requerimento. Por isso votamos favoravelmente à inversão de pauta para que esse requerimento seja votado antes dos demais. Lamentavelmente, acredito que alguns dos deputados, naturalmente



acompanhando suas lideranças, não perceberam a gravidade dessa situação, e esse requerimento foi rejeitado. É uma decisão soberana do Plenário. E temos de seguir o Regimento Interno, que é o nosso norte, a nossa bíblia. Devemos nos debruçar sobre o Regimento Interno e encaminhar os trabalhos legislativos. O Regimento Interno é claro: o requerimento é posto em votação, e o Plenário é soberano. Feita a votação, ela foi submetida à contagem, à verificação, e a inversão de pauta foi rejeitada, o que lamentamos. Mas quero, Sr. Presidente, apresentar minhas congratulações com a Comissão Extraordinária das Barragens pelo trabalho que está realizando. A Assembleia foi criticada – já o disse aqui – porque não tomou providências quando do acontecimento do desastre ecológico em Mariana. Mas a Assembleia criou uma comissão de alto nível, uma comissão extraordinária, intitulada Comissão Extraordinária das Barragens, e ela está fazendo um belíssimo trabalho. E esse requerimento, que trata da Várzea das Flores, é fruto do trabalho dessa comissão. Portanto, Sr. Presidente, queremos, mais uma vez, dar as nossas congratulações efusivas à Mesa e à presidência da Assembleia, que determinou imediatamente a criação dessa comissão, parabenizando o seu trabalho. Vários deputados notáveis desta Casa são membros dessa comissão. E esse requerimento, solicitando informações à Copasa, mostra que a comissão está trabalhando com afinco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Requerimento nº 3.402/2015 seja apreciado em último lugar.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

O presidente – O deputado Lafayette de Andrada retirou o requerimento de inversão de pauta. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Ulysses Gomes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 47 deputados. Portanto, há quórum para votação.

Requerimento Ordinário nº 2.430/2015, do deputado João Magalhães, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 1.271/2015 distribuído à Comissão de Administração Pública para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 3.330/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, que solicita ao secretário de Meio Ambiente cópia dos processos de licenciamento ambiental de todas as barragens de rejeitos licenciadas pelo Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 3.330/2015 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 3.402/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, que solicita ao coordenador da Defesa Civil de Minas Gerais informações sobre as providências preventivas que estão sendo tomadas diante da possibilidade de alagamentos na região atingida pelo rompimento das barragens da Samarco Mineração S.A., com a aproximação do período de chuvas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 3.403/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, que solicita ao presidente da Copasa-MG informações sobre a existência de um plano de evacuação da área abrangida pela barragem de Várzea das Flores, no Município de Betim, e sobre a existência de risco à estabilidade da barragem decorrente das explosões realizadas na pedreira



situada nessa localidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 3.404/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informações sobre as barragens existentes no Estado quanto aos aspectos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Gilberto Abramo – Verificação, presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O deputado Noraldino Júnior – Voto “sim” do deputado Noraldino Júnior.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Voto “sim” do deputado Antônio Carlos Arantes.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do requerimento. Oficie-se.

O presidente – Requerimento nº 3.406/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informações sobre a previsão, nos processos de licenciamento ambiental relativos às minas da Samarco, de autorização para transferência e disposição de carga de rejeitos minerários oriundos da mina/complexo Alegria, concedida à Vale. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Gilberto Abramo – Verificação, presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do requerimento. Oficie-se.

Por deliberação da Mesa, a presidência vai votar todos os requerimentos pelo processo nominal.

Requerimento nº 3.408/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, que solicita à Secretaria de Governo informações sobre o conteúdo da reunião ocorrida em 19/11/2015 entre o governo e prefeitos dos municípios inseridos na área geográfica atingida pelos efeitos do rompimento da barragem de Fundão, situados na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 3.408/2015 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Questão de Ordem

O deputado Gilberto Abramo – Sr. Presidente, temos ainda quantos requerimentos a serem votados?

O presidente – Apenas mais um requerimento.

O deputado Gilberto Abramo – De qualquer forma, não pediria mais verificação, uma vez que o próprio painel deixou claro que temos 50 deputados. Então, não haveria coerência da minha parte pedir verificação a todo momento.

O presidente – Muito obrigado, excelência.

Requerimento nº 3.464/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, que solicita ao secretário de Meio Ambiente informações sobre o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A., ocorrido em Mariana, na forma que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Vem à Mesa requerimento do deputado Noraldino Júnior em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.132/2015 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.039/2015, do governador do Estado, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, de autoria de deputado, e com as Emendas nºs 11 a 19 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 7 a 9. As Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10 ficam prejudicadas pela aprovação das respectivas subemendas. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas e subemendas. Em votação, as Emendas nºs 2 e 11 a 19 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10.

– Registram “sim”:

Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 2 e 11 a 19 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10. Com a aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10, ficam prejudicadas as respectivas emendas. Em votação, as Emendas nºs 7 a 9.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 11 deputados. Votaram “não” 42 deputados. Estão rejeitadas as Emendas nºs 7 a 9. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.039/2015 com a Emendas nºs 2 e 11 a 19 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10. À Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.937/2015, do governador do Estado, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 28 a 30, 40, 42, 52, 103, 115 e 116, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 162, 163, 165 a 187, 189 a 196, 199 a 201, 204, 206 a 214, 217 a 220, 222 a 231, 233 a 242, 244 a 250, 252 a 255, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; e com as subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 a 4, 8, 17, 25, 31, 32, 34, 55 a 57, 59, 64, 66, 69, 106, 117, 133, 140, 164, 188, 197, 198, 202, 203, 205, 215, 216, 221, 232, 243 e 251 e as Emendas nºs 256 a 377, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7, 9 a 16, 18 a 24, 33, 35 a 38, 41, 43 a 45, 47 a 51, 53, 54, 58, 60, 61, 65, 67, 68, 70, 71, 73 a 101, 104, 105, 107, 108, 110 a 113, 118 a 132, 134, 137 a 139, 141 a 148, 151 a 158, 160 e 161. Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 67, 68, 73, 121, 123, 132, 154 e 155. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Bom dia. Assomo a esta tribuna para fazer o encaminhamento de votação do Projeto de Lei nº 2.937/2015, do governador do Estado, que institui o PPAG para o quadriênio 2016-2019, conforme determina nossa Constituição.

Esse PPAG, como tem sido praxe deste governo, é mais uma peça de ficção. Se imaginarmos que, daqui a algumas horas, ou amanhã, ou, quem sabe, nos próximos dias apreciaremos o orçamento do Estado, V. Exas. verão que os números ali apresentados não condizem com a realidade, pois são números totalmente deficitários e, mais do que isso, são números que procuram, de todas as formas, iludir os mineiros.

Durante toda a campanha eleitoral o governador afirmou nos debates de que participou e nos programas de televisão que a sua primeira medida seria pagar aos servidores da educação o piso nacional. Pasmem V. Exas., este governo não fez e não está fazendo isso! E, pior ainda, deputado Braulio Braz, ele se esqueceu de inserir no orçamento esse reajuste. Se V. Exas. pegarem o orçamento, que foi distribuído e votado, com o relator, deputado Tiago Ulisses, verão que não consta no déficit apresentado o reajuste a ser concedido aos servidores da educação. Será que este governador não cumprirá esse compromisso? Será que, de forma indevida e proposita, ele não inseriu esses valores no orçamento?



Como o Bloco Verdade e Coerência vai votar aquele orçamento, também votaremos contrariamente a esse projeto, até porque ele deve ser norteadado pelo orçamento. Se ali não temos as rubricas nem valores adequados, como as ações serão implementadas? Como o governo faz uma janela em que vai destinar apenas R\$1.000,00 para o metrô da nossa capital? Como o governo faz uma janela em que destina R\$1.000,00 para a aquisição de viaturas para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros?

Ora, meus amigos e minhas amigas, essa é mais uma reação enganosa que esse governo realiza com os mineiros. Um governo que prometia governar para o povo tem governado para poucos, e não para o povo; apenas para seus companheiros, para seus amigos. Subimos a esta tribuna para lamentar de coração, porque os mineiros serão prejudicados. Esse governo não tem cumprido os compromissos que firmou durante a campanha eleitoral. Nós alertamos, pois sabíamos que aquelas ações não poderiam ser implementadas. Tão logo esse governo assumiu o Estado de Minas Gerais no dia 1º de janeiro, os secretários de Fazenda e de Planejamento foram à imprensa para dizer que havia um déficit de R\$2.000.000.000,00, R\$3.000.000.000,00. Aos poucos, esse déficit foi subindo e, agora, na peça orçamentária, o governo apresenta um déficit de R\$8.900.000.000,00.

A primeira justificativa que o governo deu foram os problemas enfrentados pela economia do País. Lá atrás, essa justificativa não era possível. A justificativa, dada no passado, foi que o governo anterior, de forma equivocada, fez investimentos e ações que não poderia. O governo passado, que defendi e continuo defendendo, não concedeu vários reajustes porque sabia que iria extrapolar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal; não concedeu reajuste aos servidores da educação, porque o Estado não teria caixa e a lei não permitiria, em função desses limites. Porém, esse governo, de forma equivocada, assim o fez.

Esse governo se encontra no limite de despesa com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal e continua contratando. Quando todos esperávamos que fosse feita uma redução, ele ampliou o número de secretarias; quando imaginávamos que o governo cortaria inúmeros cargos, assim não o fez. Deixo claro, deputado Rogério Correia, que este parlamentar que se encontra na tribuna fez uma solicitação com base na lei de informação, e a resposta que teve do próprio governo foi que havia feito cortes de apenas 0,27% no quadro de pessoal. Se o País se encontra em recessão, se a crise bate na porta do nosso Estado e se as receitas têm caído, vamos cortar os cargos comissionados, vamos cortar o número de secretarias; porém esse governo, para ter a maioria nesta Casa, criou inúmeras secretarias como fez a presidente da República, para alocar e alojar companheiros políticos, para que os partidos desses companheiros tivessem o compromisso de votar sempre por esse governo.

E assim tem sido nesta Casa. Durante semanas alertamos aqui que o governo, de forma irresponsável, estaria metendo a mão e confiscando o depósito judicial do cidadão comum. Agora o Supremo Tribunal tem dado decisões que vão ao encontro de tudo aquilo que os deputados do bloco da oposição pregaram aqui.

Durante semanas e semanas, debatemos aqui e alertamos a todos os mineiros que nós não aguentávamos mais pagar impostos. E este governo aumentou o ICMS. A partir de janeiro, deputado Vanderlei Miranda, a conta do nosso telefone celular – hoje todos nós aqui estamos sem WhatsApp – ficará mais cara. A conta da energia elétrica, que este governo prometeu reduzir, está aumentando novamente. E quem vai pagar o pato, minhas senhoras e meus senhores? O cidadão comum, que não tem culpa da irresponsabilidade deste governo. É um governo que tem feito as mesmas coisas que vão nortear o *impeachment* da presidente da República.

E quero aqui, de público, parabenizar o ministro Fachin, que não se deixou levar pela pressão do governo, julgou da forma como deve ser julgado e mostrou o contrário do que as pessoas têm dito aí, sobretudo aqueles que defendem o governo, ou seja, que ninguém pretende dar golpe; que tudo o que foi realizado, todo o ritual, todo o rito, tem toda a legalidade.

Agora eu tenho a certeza de que o povo irá às ruas. Aqueles que acompanharam nesta semana os meios de comunicação viram que a popularidade da presidente tem caído assustadoramente. E eu tenho a certeza de que, da mesma

forma, este governo se encontra na mesma condição. O governador tem procurado, de todas as formas, desvincular-se do partido da presidente da República.

Mas eu tenho a certeza de que V. Exas., que têm responsabilidade com os mineiros, votarão junto com os deputados do Bloco Verdade e Coerência, porque essa peça do PPAG, da mesma forma que o orçamento, é um grande factóide. Não podemos iludir os mineiros, para que a decepção não seja grande, como a imensa decepção que os brasileiros têm tido com a presidente da República. A pequena maioria dos brasileiros que acreditou no seu projeto, nas suas ações, hoje são os maiores decepcionados com sua postura.

Então, o pedido que faço aqui é poder contar com a colaboração de todos os senhores e de todas as senhoras para que votem contrariamente a esse PPAG, como votaremos contrariamente ao orçamento. Eram essas as minhas considerações, presidente Lafayette de Andrada. E peço desculpas a V. Exa. por ter extrapolado o meu tempo.

O presidente – Perfeitamente. Quando as palavras são sábias, o Plenário gosta de ouvi-las atentamente, embora o tempo regimental tenha sido extrapolado.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Braulio Braz – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Isauro Calais – Ivair Nogueira – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Noraldino Júnior – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Presidente, o meu voto é “não”.

O deputado Fred Costa – Presidente, o meu voto é “sim”.

O deputado Ricardo Faria – O meu voto é “sim”.

O deputado Bosco – Voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 42 deputados. Votaram “não” 9 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Dalmo Ribeiro Silva – Felipe Attiê – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues.

O deputado Paulo Lamac – Sr. Presidente, por favor, registre meu voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 41 deputados. Votaram “não” 10 deputados. Estão aprovadas as emendas e subemendas com parecer pela aprovação. Com a aprovação da Emenda nº 217, fica prejudicada a Emenda nº 5; com a aprovação da Emenda nº 226, ficam prejudicadas as Emendas nºs 26 e 27; com a aprovação da Emenda nº 255, fica prejudicada a Emenda nº 39; com a aprovação da Emenda nº 165, fica prejudicada a Emenda nº 46; com a aprovação da Emenda nº 164, fica prejudicada a Emenda nº 62; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 221, fica prejudicada a Emenda nº 63; com a aprovação da Emenda nº 232, fica prejudicada a Emenda nº 72; com a aprovação da Emenda nº 181, fica prejudicada a Emenda nº 102; com a aprovação da Emenda nº 213, fica prejudicada a Emenda nº 109; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 251, fica prejudicada a Emenda nº 114; com a aprovação da Emenda nº 42, fica prejudicada a Emenda nº 135; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 205, fica prejudicada a Emenda nº 136; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2, fica prejudicada a Emenda nº 149; com a aprovação da Emenda nº 235, fica prejudicada a Emenda nº 150; e com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 25, fica prejudicada a Emenda nº 159. Com a aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 a 4, 8, 17, 25, 31, 32, 34, 55 a 57, 59, 64, 66, 69, 106, 117, 133, 140, 164, 188, 197, 198, 202, 203, 205, 215, 216, 221, 232, 243 e 251, ficam prejudicadas as respectivas emendas. Em votação, as emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Felipe Attiê – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Nozinho – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, Cristiano Silveira vota “não”.

O deputado João Vítor Xavier – Meu voto é “sim”.

O deputado João Alberto – O deputado João Alberto vota “não”.

O deputado Paulo Lamac – Voto “não”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 13 deputados. Votaram “não” 44 deputados. Estão rejeitadas as Emendas nºs 6, 7, 9 a 16, 18 a 24, 33, 35 a 38, 41, 43 a 45, 47 a 51, 53, 54, 58, 60, 61, 65, 70, 71, 74 a 101, 104, 105, 107, 108, 110 a 113, 118 a 120, 122, 124 a 131, 134, 137 a 139, 141 a 148, 151 a 153, 156 a 158, 160 e 161. Votação da Emenda nº 67. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, presidente. Defendemos essa emenda e entendemos ser de suma importância que esta Casa faça uma reflexão sobre ela. Essa emenda se refere à garantia da rede física das escolas estaduais. Sabemos da importância das escolas dentro da comunidade, da rede física em todo o Estado e, principalmente, de sua constante necessidade de uma atenção especial.

Gostaria de dizer aos colegas parlamentares que em 2014 o governo despendeu para esse tipo de reforma – rede física – R\$277.000.000,00. Neste ano de 2015, tivemos somente R\$119.000.000,00. Portanto, pedimos que todos votem essa



emenda, pois sabemos da importância de se atender a rede física do Estado, tão importante em cada comunidade, e de sua necessidade de reforma. Temos inúmeras planilhas aguardando reformas em todos os setores. Peço aos parlamentares que votem “sim” porque não podemos admitir uma janela de somente R\$1.000,00. Vamos iniciar o ano com um valor que dê garantia de funcionamento às nossas escolas. Votemos “sim”. Obrigado, presidente.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 67.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Felipe Attiê – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 12 deputados. Votaram “não” 42 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 67. Votação da Emenda nº 68. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta emenda diz respeito ao Programa 26 – Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Regional: apoio à infraestrutura municipal e regional com o fornecimento de elementos estruturais. Embora a proposta seja confusa, a emenda procura esclarecê-la falando em fornecer vigas para a construção de pontes. Nos governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, víamos a distribuição de vigas e mata-burros para os municípios, de modo geral. As prefeituras estão com saudade e com grande necessidade da distribuição de vigas para pontes e de mata-burros. Estamos falando da distribuição de vigas para pontes, o tabuleiro que era fornecido e que tanto facilitava a locomoção das pessoas, de acordo com o espírito dessa distribuição. No entanto, não vemos mais essa distribuição, e ela é absolutamente necessária. Todos nós sabemos da dificuldade imensa que os municípios enfrentam, até para pagamento do 13º salário. Então, a partir de 2016, vamos, pelo menos, ajudar os municípios, entre outras coisas, na distribuição de vigas para a construção de pontes. E para facilitar o quê? A mobilidade das pessoas. Facilitar a locomoção, a distribuição dos bens produzidos no meio rural e, principalmente, nessa época de chuvas, a construção de pontes. Quantas e quantas pessoas deixam de fornecer seus produtos às cidades por dificuldade na locomoção?

Ontem mesmo eu falava aqui da questão da dívida pública dos estados em relação à União. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais organizou a Comissão da Dívida Pública, que se espalhou por 26 estados brasileiros, propondo que se reduzisse a dívida pública. Como? Mudando o indexador, de IGP-DI para IPCA; reduzindo o comprometimento da dívida de 13% para 9% e diminuindo os juros de 7,5% para 2%. Se isso tivesse sido aceito pela presidenta Dilma Rousseff, do PT, com certeza a situação de todos os 26 estados brasileiros que fizeram o pedido – só o Tocantins não pediu – seria outra.

E me lembrei de que, com essas reduções, o Estado deixaria de pagar cerca de R\$1.200.000.000,00 por ano. Essa quantia daria para fornecer vigas para pontes a todos os municípios de Minas Gerais e para mata-burros; daria para construir cerca de 800 unidades básicas de saúde por ano para cada município; daria para construir cerca de 500 escolas por ano para cada município. Não foi feito, não foi aceito pela presidenta Dilma Rousseff.

Ainda ontem votamos a adequação do projeto que aceita somente a mudança do IGP-DI para IPCA e a redução dos juros de 7,5% para 4%. Não é o bastante. Minas Gerais só vai receber benefícios dessa proposta em 2028, e a diminuição do comprometimento da dívida beneficiaria este governo, e muito, sobretudo, deputados Gustavo Valadares e Carlos Pimenta,



para que se voltassem a fornecer vigas para pontes, mata-burros e assim por diante, tão importantes para os municípios de Minas Gerais.

Por isso o nosso encaminhamento pedindo a todos os deputados que realmente sejam favoráveis aos municípios mineiros, é pelo voto “sim” a essa emenda.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 68.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

O deputado Douglas Melo – Meu voto é “sim”, presidente.

O deputado Wander Borges – Voto “não”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 14 deputados. Votaram “não” 41 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 68. Votação da Emenda nº 73. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, deputados, deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, convidados das galerias, nós pedimos o destaque da Emenda nº 73 porque o governador do Estado, através da sua base, colocou aqui, para a rubrica na Programação 147, Ação 4.443, concessão de subsídio temporário para auxílio habitacional para uma família. Uma família, deputado Noraldino, é o que está previsto no PPAG, uma família para vítimas de desastres, catástrofes e sinistros. Eu disse ontem que o governador Fernando Pimentel deve estar no mundo da lua. Talvez não seja o mundo da lua, talvez seja a Operação Acrônimo que perturbe o governador do Estado. E ele permite que se coloque aqui uma janela para concessão de auxílio habitacional para vítimas de catástrofes, tragédias, sinistros, como aconteceu recentemente em Mariana, uma família para ser atendida.

Ora, presidente, deputados, deputadas, nós, do bloco de oposição, colocamos algo que seria mais coerente com a realidade em que vivemos, com a tragédia criminosa de Mariana. Colocamos uma emenda, a Emenda nº 73, para os atingidos por catástrofes, para atender pessoas físicas, 400 famílias, o que daria algo em torno de R\$2.400.000,00. Seriam R\$600.000,00 para os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019. Aí, sim, teríamos uma rubrica capaz de atender minimamente ao que o cidadão vítima de uma tragédia, de uma catástrofe, de um sinistro poderia ter como subsídio temporário para auxílio habitacional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, é que encaminhamos a Emenda nº 73 para votação favorável, a fim de que o governador, quando estiver passeando naquele *resort* caro, pago pelo Bené, lembre-se das vítimas de Mariana, deputada Ione Pinheiro. O governador Fernando Pimentel vive muito distante da realidade, quando tem suas despesas pagas, inclusive o cartão de crédito de sua mulher, de mais de R\$90.000,00, e passeia num *resort* cuja diária é de R\$12.000,00. Quem sabe se, do alto do seu luxo, da sua ganância e da promiscuidade com o Sr. Benedito, ele se lembre da tragédia de Mariana e tenha um pouquinho de decência, tenha um pouquinho de humildade e lembre que lá não pode ter, deputado Fábio Avelar, não pode ter, deputado Nozinho, uma janela para uma família no valor de R\$6.000,00? É o que está no PPAG.

Estamos destacando a Emenda nº 73 porque entendemos que, diante da tragédia de Mariana, o governador deveria ter um pouquinho de bom-senso. O governador deveria, no mínimo, ser sensível às famílias e fazer uma previsão no PPAG para que pudéssemos colocar aqui, alocar, uma rubrica condizente e coerente com a realidade. Ora, abrigar aqui 400 famílias é o mínimo que podemos fazer, especificamente no caso de Mariana. Mas e se houver outros casos? E se houver outras necessidades, o que o governo vai fazer? É nesse sentido, Sr. Presidente, que solicitamos isso também aos deputados da base de governo e aos deputados que estão empenhados na chamada Comissão Extraordinária das Barragens, que deveria ser uma CPI. Mas o Parlamento fez algo que, a meu ver, é extremamente errado, que foi não permitir a instalação de uma CPI para a tragédia criminosa que aconteceu em Mariana.

Portanto, Sr. Presidente, nosso encaminhamento é para que todos possam votar favoravelmente e tenham sensibilidade com as famílias vítimas da tragédia de Mariana.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 73.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Ione Pinheiro – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Alberto – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

O deputado João Vítor Xavier – Sr. Presidente, peço que registre meu voto “sim”.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 13 deputados. Votaram “não” 36 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 73. Votação da Emenda nº 121. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, fiz questão de destacar essa emenda que apresentamos. Conversei agora com o deputado Rogério Correia, dizendo que deveríamos ter conversado antes para que pudéssemos pelo menos delinear, acertar a votação dessa emenda. É uma emenda pequena, no valor de R\$200.000,00, e se destina a um dos programas mais importantes que temos na cidade de Montes Claros, deputada Marília Campos, o Programa Jovem Aprendiz.

Esse programa está sob a coordenação da secretaria do companheiro e amigo André Quintão, que vai gerenciá-lo. Esse é um programa de governo que, infelizmente, não está previsto no orçamento de 2016.

O programa Jovem Aprendiz atende jovens de 16 a 18 anos e está principalmente voltado para aqueles que estão em situação de risco. Eles recebem o acolhimento no posto do Sine, e, quando secretário de Estado do Trabalho, fizemos questão de equipar e preparar esse posto com todo um sistema audiovisual, computadores, etc., além de fazer parcerias com o Sesi, organizações não governamentais, a Unimontes, etc. Durante os anos de 2014 e 2015, já estavam previstos para a região, no orçamento, R\$174.000,00, que foram totalmente executados; entretanto, para o ano que vem, não há absolutamente um centavo para o Jovem Aprendiz.

Talvez tenha sido minha falha não conversar e acertar antes com o líder Durval Ângelo. Estamos apresentando essa emenda até mesmo para que o André Quintão possa executar o programa, porque, se for interrompido, causará um prejuízo muito grande, principalmente, deputado Rogério Correia, em uma região em que os jovens não têm outra oportunidade a não



ser a de serem acolhidos pelo governo. Se o governo criou o programa e previu verba no orçamento de 2014 e 2015, mas, em 2016, não previu absolutamente nenhum centavo, isso é uma pena, um dó, pois estaremos tirando a oportunidade de centenas de jovens, são 400 – 10 turmas de 40 jovens durante o ano –, aprenderem um ofício, como o de ser comerciário, ou fazerem cursos, como o de auxiliar de dentista e vários outros.

Não estou aqui fazendo esse apelo para fazer qualquer tipo de obstrução. Apresentamos essa emenda e pedimos a sensibilidade dos companheiros. Realmente, deveria ter acertado antes, mas, talvez por um lapso, não tivemos essa oportunidade. Apresentamos a emenda, e a estou defendendo. Gostaria de já agradecer, se for aprovada ou não, aos amigos e companheiros que entendem a importância de se investir no jovem aprendiz, deputado Antônio Carlos Arantes, aquele jovem que está em situação de risco. Estamos vivendo uma situação em que ou acolhemos a juventude ou o narcotráfico vai acolhê-la; ou damos uma perspectiva a esse jovem ou o narcotráfico vai lhe dar uma perspectiva de uma vida no crime.

Então, faça um apelo aos companheiros de todas as bancadas e de todos os partidos, um apelo ao amigo Durval Ângelo, para darmos essa oportunidade. Não é uma emenda monstruosa, é pequena; e os recursos não farão falta no lugar de onde estão sendo retirados. Portanto, gostaria de ter o acolhimento dos companheiros para dar continuidade ao programa Jovem Aprendiz, sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, do deputado André Quintão, na cidade de Montes Claros. Muito obrigado.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 121.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Emidinho Madeira – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Marília Campos – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Arlete Magalhães – Bosco – Bráulio Braz – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

O deputado Bonifácio Mourão – Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Vanderlei Miranda – “Não”, presidente.

O deputado Gustavo Valadares – Voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 18 deputados; votaram “não” 34 deputados, totalizando 52 votos. Está rejeitada e Emenda nº 121. Votação da Emenda nº 123. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Presidente Adalclever Lopes, colegas parlamentares, também saio em defesa dessa emenda e não poderíamos deixar, em rápidas palavras, de demonstrar o nosso interesse e, principalmente, a importância dessa emenda que destacamos: ela garante a preservação cultural de todo o patrimônio do Estado.

Sabemos da importância da cultura hoje em todos os setores, inclusive os maiores, e não somente nas escolas, nas suas tradições, nas suas regiões, nos nossos municípios. Temos ciência da sua importância, o que hoje tem sido liberado pelo Secretário Ângelo Oswaldo pelos vários programas de incentivo a cultura, inclusive bandas na praça, garantindo às crianças, aos alunos, aos jovens uma participação sadia e muito proativa. Lamentavelmente pudemos verificar que foi estabelecido somente R\$1,00 para programas que garantem incentivo à cultura no nosso Estado. Temos o nosso folclore, as nossas

tradições, as nossas igrejas nas regiões do Estado, garantindo que o mais importante é a formação da atitude cívica da juventude, na preservação da educação de um povo.

Então, em nome da nossa bancada, quero defender a importância dessa emenda. Ela garante, acima de tudo, a preservação do patrimônio cultural, que vai medir a capacidade intelectual dos nossos jovens dentro das nossas escolas, dentro das nossas comunidades. Por essa razão eu gostaria que todos votassem “sim” a essa emenda, resgatando e garantindo a atitude cívica de cidadania de todos aqueles que precisam ter conhecimento proativo em prol do Estado.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 123.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Arlete Magalhães – Bráulio Braz – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Marília Campos – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Bosco – Presidente, meu voto é “não”.

O deputado Fabiano Tolentino – Quero retificar meu voto; voto “não”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 16 deputados; votaram “não” 33 deputados; totalizando 49 votos. Está rejeitada a Emenda nº 123. Votação da Emenda nº 132. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Mais uma vez, bom dia a todos e a todas. Subo a esta tribuna para solicitar o apoio dos nobres pares para a aprovação dessa emenda, em razão dos motivos que vou listar. Vou aproveitar a presença do deputado Carlos Henrique, hoje secretário de Esportes do Estado.

Em 2007, deputado Dalmo Ribeiro Silva, eu era secretário de Esportes e Juventude do nosso Estado, deputado Bonifácio Mourão, e o então senador Aécio, na época governador Aécio Neves, dava a devida importância às futuras gerações, tanto que criou uma secretaria conjunta com a Secretaria de Esportes, que é a Secretaria de Juventude, justamente para implementar várias ações e vários programas que visavam garantir o futuro dos jovens de Minas Gerais. Um dos programas que foi criado – até o ano de 2014, ele veio obtendo um grande êxito em nosso Estado – foi o chamado Poupança Jovem, que tem sobretudo o objetivo de oferecer aos estudantes do ensino médio a oportunidade de desenvolvimento humano e social, contribuindo para a redução do abandono, ou melhor, da evasão escolar, e aumentando as taxas de conclusão do ensino médio, haja vista que, quando isso ocorre, os alunos obtêm um benefício do governo, o que lhes proporciona tranquilidade para o exercício futuro de suas profissões.

Contudo, conforme tem sido falado aqui, este governo não demonstra a devida e necessária preocupação com as futuras gerações, haja vista que, no PPAG enviado a esta Casa por este governo, não consta, pasmem os senhores e as senhoras, sequer a janela necessária à implementação do referido programa. Isso mostra, claramente, que este governo se preocupa apenas com poucos; ele não quer olhar para essas gerações que hoje veem o estrago e a corrupção que vem sendo praticada no nosso país pelo partido da presidente da República, que é o mesmo partido do governador do Estado. Um partido que sucateou a maior empresa brasileira, a Petrobras.

Já não aguento mais, deputado João Vítor Xavier, acordar todas as manhãs e ligar a TV no *Bom Dia Brasil* – estou fazendo propaganda para a Rede Globo – e ver as operações tal e tal, 10ª e 11ª fases, bem como ver que a Polícia Federal realiza mais uma operação. Isso é reflexo da incoerência deste governo que tenta, de todas as formas, calar as gerações que acompanham esses escândalos pela internet e pelos órgãos de comunicação. Como um governo que afirma que vai governar para todos pôde acabar com esse programa que vem obtendo sucesso e sendo premiado nos últimos anos?

Esse programa dá às futuras gerações a tranquilidade necessária para a conclusão do seu curso e depois o exercício da profissão que escolheram. Tenho a certeza de que grande parte dos senhores e das senhoras que se encontram presentes são pais de família, que os senhores e as senhoras querem ver um país e um estado melhores para os filhos, as filhas e os netos de cada um dos senhores e das senhoras.

Então, peço a compreensão, a ajuda e a responsabilidade para votarmos favoravelmente a essa emenda, a fim de que as futuras gerações do Estado não sejam penalizadas em função da irresponsabilidade da gestão deste governo, que gasta errado e, na hora e nos locais certos em que deveria gastar, assim não o faz. Portanto, peço a todos os senhores e as senhoras que votem “sim” na Emenda nº 132. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 132.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Marília Campos – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Hely Tarquínio – Meu voto é “não”.

O deputado Felipe Attiê – Voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 15 deputados; votaram “não” 37 deputados, totalizando 52 votos. Está rejeitada a Emenda nº 132. Votação da Emenda nº 154. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Bom dia a todos. Atendendo à solicitação do deputado Rogério Correia, assim o farei e espero contar com a atenção de todos os senhores e as senhoras para mais uma incoerência deste governo. Tenho a certeza de que todos os senhores e as senhoras sabem que, no ano de 2016, o País sediará as Olimpíadas, que vem a ser o encontro de todos os países que trarão ao Brasil seus atletas de destaque nas mais diversas modalidades. Todos estarão com os olhos voltados para o Brasil. Foi assim na Copa de 2014, quando felizmente o Brasil, de forma organizada e mesmo sofrendo críticas daqueles que não entendiam a importância daquele evento para o País, teve o reconhecimento de todo o mundo por ter feito uma excepcional Copa do Mundo. E tenho a certeza de que assim também ele o fará nas Olimpíadas de 2016.

Deputado Celinho do Sinttrocel e deputada Celise Laviola, como eu disse, tive a oportunidade de ser secretário de Estado de Esportes por três anos na gestão do governador Aécio Neves. Como ex-atleta que fui, sempre afirmei, deputado Vanderlei Miranda, que não existe ação mais adequada e importante para retirar os jovens da criminalidade e das drogas do que o esporte. A partir do momento em que o jovem faz uma atividade física, joga sua pelada com os amigos, pratica sua

corrida, basquete ou voleibol, ele não tem tempo para se perder nas drogas; não vai ao boteco tomar cerveja durante o dia; não se deixa levar pelas más companhias nem comete delitos.

O governo passado, com sacrifício, reconheceu a importância dessa atividade para as futuras gerações e concedeu uma série de bolsas de incentivo aos atletas. Deputado Tony Carlos, este governo pretende concedê-las sim, mas, na janela orçamentária encaminhada a esta Casa, coloca que vai contemplar apenas um atleta para obter esse benefício. Como vamos fazer essa seleção? Vamos preferir tantos mineiros que amanhã representarão o nosso Estado? Esses atletas levarão o nome de Minas pelo mundo afora; quando subirem ao pódio, levarão a bandeira de Minas; e, quando derem suas entrevistas, dirão que chegaram ali graças ao apoio do governo do Estado. Há coisa melhor e mais gratificante do que ver isso? Mas esse governo parece que assim não o quer, porque o que está previsto é que, até o ano de 2019, será concedida apenas uma bolsa de incentivo ao esporte, a apenas um atleta.

Então, o que a oposição apresenta – e aí vale, sim, um esforço financeiro e orçamentário do Estado – é que se cortem algumas secretarias, pois tenho certeza de que isso contemplará a quantidade de atletas que queremos aqui. Tenho certeza de que esse resultado levará o nome de Minas muito mais longe do que algumas secretarias que foram criadas apenas para alojar companheiros políticos e têm dado apenas despesas ao Estado.

Olhem, meus amigos e minhas amigas, tenho certeza, deputado Gilberto Abramo, de que V. Exa reconhece essa situação, até porque o ministro do Esporte é do seu partido. Tenho certeza de que V. Exa. votará favoravelmente a essa emenda porque sabe da importância do esporte na formação do cidadão. Como eu disse, não existe instrumento melhor e mais eficaz do que o esporte para retirar os jovens das drogas e da criminalidade.

Então peço, encarecidamente, a cada um dos senhores e das senhores que votem “sim” à Emenda nº 154, para que Minas Gerais possa ser reconhecido como um Estado que incentiva o esporte.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 154.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

O deputado Antônio Jorge – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 17 deputados. Votaram “não” 39 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 154. Votação da Emenda nº 155. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, serei breve. O deputado Duarte Bechir quer que eu fale da tribuna. V. Exa. me verá na tribuna ao longo da manhã e da tarde de hoje por muitas vezes. Desta vez falarei daqui, para ser mais breve.

Peço a atenção de todos para essa emenda, deputado Ivair Nogueira e deputado Dilzon Melo, que votou com a nossa bancada recentemente. Ela visa contemplar os servidores da Lei nº 100, que ficarão desamparados a partir de 1º de janeiro próximo – pois o governo do PT foi insensível à causa dessas pessoas –, para que seja mantido pelo menos o plano de saúde



do Ipsemg. Por essa emenda, estamos pondo dinheiro no PPAG para que o Ipsemg possa, pelo menos pelo período médio de dois anos, continuar atendendo aos servidores. O deputado Tito Torres tem sido solidário à causa dos servidores da Lei nº 100 e tem representando muito bem os servidores de João Monlevade, que também poderão ser beneficiados com o atendimento de saúde do Ipsemg, especialmente os que estão com tratamento em andamento.

Sr. presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, por essa razão, pedimos que votem “sim” a essa emenda, que é uma maneira de demonstrarmos respeito e solidariedade aos servidores da Lei nº 100, que ficarão desamparados, depois dos próximos 14 dias. Eles ainda contam com o amparo do Ipsemg nesses dias. Queremos manter esse amparo da saúde, principalmente aos que estão com tratamento em andamento. Por essa razão, encaminho para que votem “sim”, deputado Gustavo Corrêa, nosso líder do bloco, a essa emenda. O deputado Duarte Bechir já anunciou que votará conosco. Muito obrigado.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 155.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Emidinho Madeira – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Léo Portela – Leonídio Bouças – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Vanderlei Miranda.

– Registra “branco”:

Marília Campos.

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados; votaram “não” 32; houve 1 voto em branco; totalizando 49 votos. Está rejeitada a Emenda nº 155. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.937/2015 com as Emendas nºs 28 a 30, 40, 42, 52, 103, 115, 116, 162, 163, 165 a 187, 189 a 196, 199 a 201, 204, 206 a 214, 217 a 220, 222 a 231, 233 a 242, 244 a 250 e 252 a 377 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 a 4, 8, 17, 25, 31, 32, 34, 55 a 57, 59, 64, 66, 69, 106, 117, 133, 140, 164, 188, 197, 198, 202, 203, 205, 215, 216, 221, 232, 243 e 251. À Comissão de Redação.

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, solicito a V. Exa. e ao líder do governo que, se possível, não suspendam os trabalhos de votação. Entraremos no processo de votação da LDO. Alguns deputados do bloco da oposição encaminharão o projeto. Se possível, solicito que V. Exa. e o deputado líder do governo se reúnam rapidamente com alguns deputados do bloco da oposição. Enquanto isso, o deputado Felipe Attiê, que é o primeiro inscrito, já fará o encaminhamento.

O presidente – No encaminhamento, um membro da Mesa dará continuidade e nos reuniremos no Salão Vermelho.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.027/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 21.736, de 4/8/2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 5, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Felipe Attiê.



O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente; Srs. Deputados; caro deputado João Alberto, é sempre bom tê-lo em nossa augusta casa de leis; Hely Tarquínio, nosso representante do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; senhoras e senhores, boa tarde. O que vamos votar? Uma nova LDO. Ora, mas LDO não deve ser votada até julho? Aquela de julho era falsa, aquela de julho, a que votamos em julho, não vale nada.

Quero que a assessoria da Mesa me traga, aqui e agora, o projeto de lei orçamentária, que chegou no dia 30 de setembro, e essa alteração da LDO, que chegou no dia 4 de novembro. Isso para vocês verem que o PT, depois de fundar o MST, a CUT – isso tudo é PT mesmo, essa turma é só uma variação secundária do PT –, agora fundou o MSPLAJ, o movimento dos sem planejamento. Este nos mostra que a LDO que votamos em julho não serve para nada, ela estava toda errada.

Votamos uma LDO com uma receita tributária de R\$55.000.000.000,00. Essa é a LDO de julho, está na pág. 8, da LDO de julho, mas hoje em vigor. Essa lei que vamos votar agora a altera, caso contrário o orçamento que está aqui vai parecer o orçamento do Amazonas. A LDO que está aqui é de Minas Gerais, em vigor no Estado, porque nada bate com nada. Ou seja, de julho até setembro, tudo mudou, nada bate com nada. Há uma lei aqui, nova, que votaremos agora para corrigir, rasgar, pôr fogo na LDO que os trouxas aqui votaram. Os trouxas votaram porque falta mesmo planejamento ao PT. Agora, Sr. Presidente, planejamento e Lei de Responsabilidade Fiscal não é com esse povo do PT. Eles gostam de eleição, mobilização social, bagunça, reuniãozinha, blá-blá-blá, e afundam, quebram o País. Eles são desse jeito mesmo. Já quebraram o Brasil e, da mesma forma, vão quebrar Minas Gerais. Já quebraram Uberlândia e vão quebrar também Minas Gerais. Podem anotar o que estou falando e me cobrem, em outubro do ano que vem. Cobrem-me, pois quero ser cobrado.

Sr. Presidente, o senhor secretário de Estado de Planejamento mandou uma LDO para cá em junho, e nós a aprovamos em julho. Agora chega uma mensagem dele alterando toda a LDO votada em julho. Está tudo errado. Na receita tributária de R\$55.000.000.000,00, que ele colocou no orçamento de setembro como R\$51.000.000.000,00, caiu R\$4.000.000.000,00, de julho a setembro, em 60 dias.

Não tenho nada contra o secretário de Planejamento, mas eu o acho muito risonho, conversa demais, é médico, não entende nada de economia, sai por aí, é cupincha do governador e não planeja o Estado. Esse é o problema do secretário de Planejamento. Já saquei o perfil e o tipo dele, mas não deixo de falar que não tenho nada contra a pessoa dele. Não é nada pessoal, mas ele não tem perfil para a crise nem para o cargo que ocupa. Falo para vocês porque sou administrador de empresas, formado pela Universidade Federal de Uberlândia.

E lá, em recursos humanos, para se montar um governo, tem de ser visto o perfil das pessoas. Todos têm alguma coisa de útil e alguma contribuição a dar, até o mais difícil de todos os funcionários. Foi assim que eu administrei a Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Uberlândia e bati o recorde nacional de feitura de casas. O mais difícil dos funcionários não queria trabalhar, só conversava, e eu o coloquei na portaria, para atender o povo. Ele tinha de ficar mesmo conversando o dia inteiro e aí ele tinha serviço. Todos têm um jeito. Talvez esse secretário seja bom para a saúde, ele é médico, mas no planejamento ele não é bom. Isso está claro.

Vejam bem. Ele encaminha um orçamento em 30 de setembro. Quando chegou aqui, eu peguei o orçamento para ver se estava de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, votada em julho. Nada batia com nada. Não bate despesa, não bate receita. Disse: é outro orçamento ou estamos em outro estado, porque nada bate com nada. O que aconteceu? Vim àquele cantinho, porque o governo acabou com a sessão no começo de outubro, para denunciar. Cheguei ali e disse: eu acho que veio para cá um projeto de orçamento de outro estado. Talvez o PT o pegou lá do Nordeste, porque o orçamento que aqui está não bate em nada com a LDO, que estudei, li e votei aqui em julho. E denunciei: isso é uma bagunça! Como mandam um orçamento que não bate em nada com a LDO? Para que há uma lei que dá as diretrizes para a elaboração do orçamento? Denunciei aqui na primeira quinzena de outubro.

Eles são tão ruins de serviço que, antes de enviarem o orçamento em 30 de setembro, quando estavam elaborando o orçamento... A não ser que a equipe que faz o orçamento não seja a mesma que faz a LDO. Eles redigiram a LDO em julho e a www.almg.gov.br Página 106 de 127



mandaram para cá, nós a votamos e a aprovamos, ela foi publicada em julho, estava em vigor no Estado. Então, como em julho eles mandam uma LDO e em 30 de setembro mandam o orçamento e não veem que nada bate com nada?

Então eu vim aqui, abri a boca e disse: isso aqui está um caos; isso aqui não tem planejamento. Denunciei. Aqui está o projeto de lei que vamos votar agora. Este é o original. Em 3 de novembro, o governador mandou a mensagem. Em 4 de novembro, um mês após eu ter dado com a língua nos dentes, porque nada batia com nada, estava uma bagunça, eles mandaram uma série de emendas corrigindo tudo o que estava errado – não é bem errado –, tudo o que estava incompatível com a LDO de 2016, votada em julho, para o orçamento de 30 de setembro, compatibilizando a LDO com o orçamento. Então nós vamos votar aqui a necessidade de se compatibilizar a LDO com o orçamento, porque eles erraram tudo, não sabem nada.

Agora é desse jeito. Eu estava conversando com o Dr. Herbert, da Justiça, e disse-lhe: avise ao Tribunal de Justiça que não há dinheiro para nada. O governo do Estado de Minas Gerais botou na LDO R\$55.000.000.000,00 de receita e agora manda um orçamento, em 30 de setembro, que está aqui para ser votado, de R\$51.000.000.000,00 de receita tributária. Quando eu digo receita tributária, o que me interessa é o IPVA, o ICMS, o ITCD, que é o imposto sobre herança, e o Imposto de Renda Retido na Fonte. Esse é o grosso da arrecadação do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, essa receita de R\$55.000.000.000,00 da LDO derreteu para R\$51.000.000.000,00 na Lei Orçamentária. Agora nós vamos votar aqui corrigindo, mudando a LDO também para R\$51.000.000.000,00 de receita tributária, para ficar igual. São dezenas de modificações. Falo da receita, porque o que interessa é o dinheiro que entra no caixa. Entrando dinheiro, há obra, salário pago em dia.

Agora pergunto a vocês: como está a receita tributária de Minas Gerais até 30 de outubro? Ela realizou R\$34.000.000.000,00 de 1º/1/2015 a 30/10/2015. Isso está publicado no diário oficial do Estado de Minas Gerais de 30 de novembro. Então isso é domínio público. Receita tributária: R\$34.000.000.000,00. Quanto foi arrecadado no bimestre setembro e outubro? R\$6.000.000.000,00. Se há R\$34.000.000.000,00 até 30 de outubro, há ainda o bimestre novembro e dezembro. Quanto vai fechar? Mais R\$6.000.000.000,00, se rezarmos muito, porque a arrecadação vem caindo. Nós teremos uma receita tributária de R\$40.000.000.000,00 de ICMS, ITCD, IPVA e Imposto de Renda Retido na Fonte. São R\$40.000.000.000,00 neste ano. Como essa receita tributária vai saltar de R\$40.000.000.000,00 neste ano, na maior crise econômica da história do País, para R\$51.000.000.000,00 no ano que vem? Não há como, não há como fazer isso, não há possibilidade. O orçamento está furado de cara em R\$8.000.000.000,00 ou R\$10.000.000.000,00.

E a despesa com pessoal? Para vocês terem uma noção, a despesa com pessoal está suplementada para pagar R\$42.000.000.000,00, entre servidores ativos e inativos este ano. Sabe quanto ela consta na Lei Orçamentária e na LDO agora corrigida? São R\$41.000.000.000,00. A despesa com pessoal do ano que vem será menor que a despesa deste ano, e ainda há uma série de reajustes. Só aqui são R\$2.000.000.000,00, sem falar do reajuste dos professores. E a correção dos salários? Nada disso está no orçamento, senhor servidor. Vocês terão zero de aumento, e as professoras, pelo orçamento, não terão como receber nem um centavo dos aumentos dados.

Isso está aqui; não sou eu quem estou falando. Colocaram a despesa com pessoal para 2016 no valor de R\$41.000.000.000,00, sendo que ela foi suplementada em 30 de outubro para R\$42.000.000.000,00 este ano.

Sr. presidente, vamos votar contra isso. Chega de sermos feitos de bobo, porque usam uma mentira para tapar outra. Receita tributária de R\$55.000.000.000,00 é piada. Este ano, a receita será de R\$40.000.000.000,00. Não vai subir nunca, vai é cair, se brincarem com a crise econômica que está acontecendo. Não será nem R\$55.000.000.000,00 da LDO nem a mentira da emenda que vem corrigi-la agora e que vamos votar, falando que a receita tributária do ano que vem será de R\$51.000.000.000,00, sendo que este ano ela não passará de R\$40.000.000.000,00. Vamos votar “não” a esse remendo que denunciei aqui, senão o orçamento não terá legalidade, ficará incompatível com a LDO.

Dei um esfrega no secretário de Planejamento, que não veio debater comigo, tem medo. Por que o senhor não vem, Sr. Helvécio? O senhor mandou um preposto à comissão de finanças e orçamento que não sabe de nada. Do que perguntamos,



ele não soube nada. Por que o senhor não veio para discutirmos os números? Não é para conversinha fiada nem negócio de política partidária, mas para discutirmos os números, Sr. Helvécio. O senhor tem de vir a esta Assembleia. Fugiu do pau, me largou aqui igual bobo. Larguei de ir a Uberlândia para ficar aqui firme e apertar o senhor, que é o secretário, em vez de estar lá cuidando das minhas coisas, e o senhor mandou um preposto que não sabia nada. O homem só dizia: "Isso eu não sei, isso eu não posso, isso eu não conheço". Parecia um homem desinformado. Nem sei se aquele subsecretário trabalha na secretaria, porque não está sabendo de nada, deve estar sabendo é das mutretas petistas. Talvez ele tenha até formação para isso, não sei se aquele cidadão é do PT. O senhor está entendendo? Foi uma vergonha, pois eu e o deputado Gustavo Valadares, na comissão de finanças, esperamos, mas na hora de o senhor prestar contas, não veio. E o pior: sabem onde o Sr. Helvécio estava? Na sala do lado, em uma comissão dessas qualquer, discutindo o queijo e a lua, fora da comissão dele mais uma vez, em vez de estar em sua função precípua, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é prestar contas de seus atos e da gestão pública do Estado, da qual é responsável como secretário de Planejamento.

Então, o voto da oposição é "não" a essa emenda à LDO, Sr. Presidente.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. presidente, Sras. deputadas, Srs. Deputados, falar depois deste especialista em finanças públicas, Prof. Felipe Attiê, fica difícil. Mas o nosso sentimento, deputado Felipe Attiê, é o mesmo, assim como o de todo o nosso bloco de oposição nesta Casa.

A LDO, que ora estamos votando, foi um projeto que votamos em meados de julho deste ano. Teria de ter sido aprovado, e não mais mexido, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – dita o rumo, dá o caminho a ser seguido pela LOA, que apreciaremos em seguida, e é o projeto de lei orçamentária do próximo ano, do exercício de 2016. Votamos a LDO em julho, com previsão de déficit para o ano de 2016 de R\$3.700.000.000,00.

Àquela época, nós, deputados, comemoramos esse resultado, porque o governo do Partido dos Trabalhadores aprovou, no início do ano, na Assembleia, o orçamento de 2015 atrasado, com um déficit de R\$7.000.000.000,00. Diziam que havia um déficit. Votamos o orçamento, em março ou abril deste ano – o deputado Vanderlei vai lembrar –, com um déficit de R\$7.000.000.000,00. Encaminharam a LDO, com a previsão de que, no próximo ano, em 2016, o déficit seria de R\$3.700.000.000,00. Ora, essa foi para nós uma ótima sinalização, significava que o governo estava enxugando a máquina, gastando menos com a máquina pública, com a companheirada, e investindo no cidadão. E, com isso, já estava mostrando os resultados; o déficit para 2016 estava caindo pela metade se comparado ao de 2015. Sabem o que fizeram? Sabem por que estamos, de novo, analisando a LDO, coisa que há muito não acontecia nesta Assembleia, pois ela geralmente é analisada em julho, aprovada, e assim fica? Porque o governo do PT – esse governo incompetente, irresponsável, liderado por um governador que não conhece nada do nosso estado, que não conhece Minas, que não quer saber de trabalhar –, esse governador fez voltar a esta Casa uma correção da LDO, porque o déficit do ano que vem, previsto por eles, não será de R\$3.700.000.000,00, mas de R\$8.900.000.000,00. O projeto de lei orçamentária que aqui chegou, no dia 30 de setembro, três meses depois da aprovação da LDO, já trouxe mudança no valor do déficit do ano seguinte. A LDO previa R\$3.700.000.000,00; o projeto de lei orçamentária está prevendo R\$8.900.000.000,00. E já disse aqui o deputado Felipe Attiê, senhores e senhoras, mineiros e mineiras, apertem os cintos porque o rombo é maior. Teremos, no ano próximo, um rombo de mais de R\$12.000.000.000,00. Tal mãe, tal filho; Dilma pedalou lá, Pimentel pedala aqui. Ela pedalou com o orçamento lá, o filhinho dela aprendeu e fez o mesmo aqui, está pedalando aqui também.

Senhoras e senhores, para dar apenas um exemplo, votamos neste ano, na Assembleia Legislativa, um projeto de lei que trouxe reajustes aos servidores da educação. O seu impacto, ao longo dos próximos anos, até 2018, será de R\$13.000.000.000,00. Apenas para o ano próximo de 2016, R\$1.700.000.000,00. Agora, senhoras e senhores, segurem-se; aqueles que estão em pé nas galerias segurem-se. Esses R\$1.700.000.000,00 não estão previstos no projeto de lei orçamentária, que foi encaminhado a Casa agora há pouco, no final de setembro, com um déficit de R\$8.900.000.000,00. Façam a conta. Para aqueles que, como eu, têm uma certa dificuldade em matemática, vamos arredondar para



R\$9.000.000.000,00 o déficit que encaminharam; com mais R\$1.700.000.000,00 que eles não colocaram como previsão de gasto, nós já passamos de R\$10.000.000.000,00 no que teremos de rombo no ano próximo. É por essa razão que o bloco de oposição faz um alerta às deputadas e aos deputados: votemos pela rejeição dessa modificação da LDO.

E aí teremos a oportunidade de voltar à tribuna, presidente, para pedir também para votarmos contra o projeto de lei orçamentária, que nada mais é que uma peça de ficção. A única coisa que há lá, que posso dizer a vocês que é uma realidade, são várias bicicletas: para o Sr. governador pedalar, para o Sr. secretário de Planejamento pedalar, para o Sr. secretário de Fazenda pedalar e para o restante da companheirada do PT neste governo de Minas – que tem sido desastroso – pedalar. Esse é o retrato do que foi o primeiro ano da gestão petista em Minas Gerais: pedala, pedala, pedala, pedala, mente, mente, mente, mente e gasta, gasta, gasta, gasta só com a companheirada. Sr. Presidente, vou até pedir aos técnicos da Casa, depois, para fazerem um levantamento de quantas vezes votamos modificações na LDO no final do ano.

O deputado Dilzon Melo está chegando ao Plenário e estará conosco votando contra essa modificação da LDO, votando contra o projeto de lei orçamentária. Senhoras e senhores, o mais incrível de tudo isso é que o Sr. secretário de Planejamento, aquele que deveria ser o primeiro a dar o exemplo de que, com contas apertadas, deve-se gastar menos com a máquina pública e mais com o cidadão, recebeu, no mês de outubro, R\$58.000,00 de salário, fruto do acúmulo de cargos, que é ilegal; fruto do acúmulo de recebimento de cargos, que é ilegal. Esse é o retrato do governo petista em Minas Gerais.

Querem modificar a LDO? Vamos modificá-la. Se a maioria assim definir, ela será modificada. Nós votaremos contra. E convocamos e conclamamos todas as deputadas e todos os deputados a estarem conosco. Muitos podem perguntar: qual a razão disso? Qual seria o resultado prático disso? Voltarmos com esse projeto de lei orçamentária ao governo, voltarmos com o projeto de revisão da LDO ao governo, a fim de que ele refaça suas contas e inclua todos os gastos autorizados este ano com previsão para o próximo ano. Que cheguem ao verdadeiro déficit de R\$12.000.000.000,00, para que aí possamos discutir, de forma transparente, com a população mineira – porque é isso que ela merece – o que teremos pelos próximos 365 dias, a partir de 1º de janeiro próximo.

Sr. Presidente, meu encaminhamento é contrário à modificação da LDO. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Boa tarde a todos os senhores e senhoras presentes. Público que nos acompanha nas galerias desta Casa, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, caros mineiros e mineiras, estamos discutindo e encaminhando o Projeto de Lei nº 3.027/2015, que trata das leis de diretrizes orçamentárias do nosso estado. Já antecipo a posição do Bloco Verdade e Coerência contrária a esse projeto de lei. Aqueles que militam ativamente nesta Casa sabem que, na última segunda-feira, os deputados do Bloco Verdade e Coerência concederam entrevista coletiva aos órgãos de imprensa do nosso estado, e demonstramos claramente, sobretudo por meio de números e de informações, os equívocos realizados e aprovados em várias comissões desta Casa na elaboração do orçamento deste governo, no exercício de 2016.

Prestem atenção, senhores e senhoras. Em meados de setembro, chegou a esta Casa a chamada LDO e, nessa peça orçamentária, o governo afirmava que teríamos, para o exercício do ano de 2016, um déficit em torno de R\$3.700.000.000,00. Em apenas dois meses, deputado Bosco, o orçamento para o exercício de 2016, apresentado pelo mesmo governo, saltou desse déficit de R\$3.700.000.000,00 para R\$8.900.000.000,00. Foram mais de R\$5.000.000.000,00 em apenas dois meses de exercício de 2015. Isso me soa má-fé deste governo, que, aos poucos, vem jogando os problemas e os equívocos cometidos por ele nos mineiros, que terão ciência de que algo vai ocorrer logo mais à frente.

Na apresentação do orçamento nesta Casa, o secretário adjunto de Planejamento, deputado Bonifácio Mourão, afirmou a todos os deputados presentes que o governo não garantia o pagamento do piso salarial nacional dos professores para o exercício de 2016, como havia sido prometido. Por isso e por outras razões, esse déficit deu esse salto em apenas dois meses, subindo de R\$3.700.000.000,00 para R\$8.900.000.000,00. Sabemos que os números reais do déficit deste governo – o

deputado Felipe Attiê os mostrou aqui –, calculado pela assessoria do bloco, vai girar em torno de R\$14.000.000.000,00 no exercício de 2016.

Voltaremos ao tempo em que o servidor recebia através de escalas salariais, não recebia seu décimo terceiro salário em dia; em que o governo deixava de fazer os repasses aos serviços mais necessários.

Este é o governo petista do nosso estado; um governo que, para ganhar e vencer as eleições, prometeu algo que – sabíamos – jamais teria condições de ser cumprido; um governo que prometeu transformar Minas Gerais; um governo que iria governar ouvindo os mais carentes e os mais necessitados, mas temos presenciado algo totalmente contrário a essas promessas feitas durante a campanha eleitoral.

O governo que reconhece o déficit como esse governo reconheceu deveria tomar medidas, implementar ações que, de alguma forma, reduzissem-no, mas não. Esse governo faz exatamente o contrário do que esperávamos: ao invés de reduzir secretarias, criou mais. Esse governo, que deveria reduzir o quadro de funcionários comissionados, assim não o fez, deputado Carlos Pimenta. Ele deveria fazer as ações que os mineiros esperam, mas não. Tenho minhas dúvidas, deputado Bonifácio Mourão, de que esse governo terminará de cumprir os quatro anos, conforme foi eleito pelos mineiros, haja vista os problemas que vai enfrentar com o julgamento de suas contas eleitorais no Tribunal Superior Eleitoral.

Tenho certeza de que essa preocupação deve estar tomando grande parte do seu tempo, o que não poderia ser diferente, já que as provas e os fatos são muito contundentes. Espero que, se o governador conseguir superar esse obstáculo, implemente pelo menos 50% do que prometeu durante a campanha eleitoral e encaminhe logo a esta Casa a reforma administrativa que esperávamos que fosse feita no início deste governo. Inúmeras secretarias foram criadas para que houvesse uma bancada expressiva de parlamentares nesta Casa. Devido à prática realizada no governo federal, que é alocar companheiros políticos em troca de aprovação dos projetos de interesse do governo, a presidente Dilma concedeu, deputado Cabo Júlio, mais de seis ministérios ao partido de V. Exa. e agora está oferecendo mais dois para conseguir ter governabilidade, porque sabe da importância do seu partido no Congresso Nacional. E este governo fez algo parecido nesta Casa: cooptou diversos partidos para a sua base em troca de secretarias e de outras coisas mais.

Quero deixar claro a cada um dos senhores e das senhoras que esse orçamento é muito pior do que tem sido afirmado por este governo. Tenho certeza – e lamento – de que o grande penalizado será a população mineira. Nós, infelizmente, teremos que ver os servidores públicos terem seus salários atrasados a partir de 2016.

Então, da mesma forma que votamos contrários ao PPAG, vamos votar contrários à LDO; e já antecipo que vamos votar contrários também ao orçamento, por entendermos que são peças de factóide e que buscam iludir os mineiros mais uma vez.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 41 deputados. Portanto, há quórum para votação. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Geraldo Pimenta – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos –

Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

– Registram “não”:

Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O deputado Rogério Correia – Meu voto é “sim”.

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, voto “sim”.

O deputado Wander Borges – Presidente, voto “sim”.

O deputado Glaycon Franco – Meu voto é “sim”.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Voto “sim”.

O deputado Douglas Melo – Sr. Presidente, voto “sim”.

O deputado Felipe Attiê – Voto “não”.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Meu voto é “não”; retifique meu voto.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Retificação, presidente; voto “não”.

O deputado João Vítor Xavier – Voto “não”.

O deputado Elismar Prado – Meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 42 deputados. Votaram “não” 12 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, a Emenda nº 5.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

– Registram “não”:

Antônio Carlos Arantes – Dalmo Ribeiro Silva – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O presidente – Votaram “sim” 36 deputados; votaram “não” 10 deputados, totalizando 46 votos. Está aprovada a Emenda nº 5. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Lafayette de Andrada – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Fabiano Tolentino – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – Léo Portela – Marília Campos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Vanderlei Miranda.

O deputado Rogério Correia – Meu voto é “não”, presidente.

O deputado Emidinho Madeira – Voto “não”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 10 deputados. Votaram “não” 39 deputados. Estão rejeitadas as Emendas nºs 1 a 4. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.027/2015 com a Emenda nº 5. À Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.938/2015, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2016. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 8, 10, 14, 15, 33 a 36, 39, 50 a 53, 55 a 64, 66, 67, 70, 71, 76 a 79, 90, 117, 118, 122 a 131, 140 a 161, 180 a 185, 187 a 200, 202 a 204, 211, 213 a 220, 224, 225, 233, 234, 345 a 373, 375, 377 a 383, 385 a 390, 401, 501, 511 a 527, 538, 541 a 548 e 585, apresentadas por parlamentares, com as Emendas nºs 601 a 631, 633 a 635, 637 a 639, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 9, 11 a 13, 16 a 18, 22, 24, 25, 40, 42, 54, 65, 68, 69, 72 a 75, 84, 86, 87, 89, 94, 119, 120, 133, 166, 169, 173, 179, 186, 201, 205 a 210, 221 a 223, 226 a 229, 231, 232, 237, 238, 262, 374, 376, 384, 400, 412, 504, 506, 549 a 552, 579, 581, 591, 592, 594, 632 e 636, e com as Emendas nºs 640 a 729, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 19 a 21, 23, 26 a 32, 37, 38, 41, 43 a 49, 80 a 83, 85, 88, 91 a 93, 95 a 116, 121, 132, 134 a 139, 162 a 165, 167, 168, 170 a 172, 174 a 178, 212, 230, 235, 236, 239 a 261, 263 a 344, 391 a 399, 402 a 411, 413 a 500, 502, 503, 505, 507 a 510, 528 a 537, 539, 540, 553 a 578, 580, 582 a 584, 586 a 590, 593 e 595 a 600.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 455, 458, 466, 470, 471, 475, 483, 490, 491, 493 e 494. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, votaremos neste momento o orçamento de Minas Gerais. A palavra “orçamento” é aquilo que ela diz: você orça. Então, devemos partir de um planejamento, de uma realidade. No serviço público há um princípio de que a receita é igual à despesa no orçamento. A ementa do projeto: fixa a receita e determina a despesa. Então, na verdade, temos uma situação em que este governo vem pegando essa peça orçamentária... Eu já mostrei isso aos colegas, e muitos vão falar sobre os programas fictícios que estão colocados aqui. O deputado Antônio Carlos Arantes demonstrará, por exemplo, como poderão ser R\$1.000,00 para o Funcafé, o fundo da cafeicultura. O que se faz com R\$1.000,00 para o estado? Nada. O deputado Antônio Carlos Arantes mostrará isso aqui. A saúde vai mostrar. Como você quer fazer 400km de estrada com R\$1.000,00? Como você quer comprar 10 viaturas para a Polícia Civil com R\$50.000,00? Essa peça não serve para nada. Isso aqui é retrato do País. O Brasil não acredita em planejamento. Não estou falando apenas sobre planejamento orçamentário, mas também sobre o planejamento do custo de obra, o planejamento de tudo. Como fazer funcionar o País? Este país é o do saca-rolha do imprevisto. Como funciona? Você mete aquele negócio na rolha de vinho, puxa para fora e aquilo vem com tudo, é do jeito que dá, é na marra, não tem organização. Um setor do País que se diz moderno e competitivo, como o das empreiteiras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht, não consegue acertar o orçamento nas obras públicas. Melhor: eles sabem que o Estado não tem técnico nem pessoas para fazer os orçamentos. Quando eles não os fazem por trás e os entregam lá para se fazer a licitação, pois eles se reúnem em cartel e dirigem todas as obras públicas... Isso está provado na Lava-Jato para quem quiser ver, pois é assim que funciona o país do saca-rolha. A República não aguenta a falta de planejamento. Abre-se uma licitação da Petrobras, refinaria de Pernambuco, três bi. Final da obra: 40 bi. Quem orçou essa refinaria?

Isso aqui é a construção civil no Estado brasileiro. O Estado não gasta nada. Começa uma transposição do Rio São Francisco pelos cocos. É uma luta para tirar um trem ambiental; uma bagunça. E aí vai abrindo aditivo, aditivo; todo mundo rouba em cima dos ativos; e nenhuma obra pública vai para frente. A República não aguenta mais isso. Estou dando exemplo de falta de planejamento de orçamento de uma obra, de uma feitura disso; não tem nada, nem nessas empresas que se dizem eficientes. Quero ver o dia em que tiverem de fazer uma obra pelo preço que a pegaram, sem aditivo. Vão quebrar todos,



porque não há organização. Este país é o país da malandragem. Brasileiro não quer saber de planejamento, não gosta de matemática, vai levando o negócio no coco, e aí esta nação fica do jeito que vocês estão vendo. Infelizmente, só ocupada por gente sem responsabilidade.

E o orçamento público, por que estamos aqui? Tudo de palhaço. Nada que está aqui é preciso. Nada. Começa como eu disse. Para terem noção, vejam como se organiza um negócio desse. Estamos diante de um cenário de crise. O secretário de Planejamento chama sua equipe e diz: "Vamos fazer a LDO, pois temos de entregá-la à Assembleia em julho para ser votada". Faço a LDO. Estimo que o déficit seja de R\$3.900.000.000,00. Chega aqui, é votado que o déficit público do Estado de Minas Gerais é de R\$3.900.000.000,00 em julho. Quando chega o mês de setembro, já mando o orçamento com R\$8.900.000.000,00. Previ na LDO em julho que era de R\$3.700.000.000,00, depois mando de R\$8.900.000.000,00, e aí arrumo R\$5.200.000.000,00 da noite para o dia. Nada bate com nada.

É tudo como se diz neste país, lá atrás como ensinou a nossa Coroa Portuguesa, a originária do nosso Estado: "Vamos fazer isso para inglês ver". Tudo é para inglês ver. Ou seja, tudo é para aquele pessoal. O português conseguiu instalar no Brasil a tapeação. É lógico, quem acha que engana os outros está sendo enganado. Portugal achava que tapeava a Inglaterra, mas a Inglaterra carregou todo o ouro do Brasil para lá, não deixou Portugal se industrializar e o manteve como o país mais pobre da Europa, por culpa dos seus súditos e reis.

Temos de libertar este país dessa mazela, dessa cultura portuguesa. Isso é a herança deles para nós. Foram os nossos colonizadores que introjetaram isso aqui. Quando D. João chegou com aquela cambada no Rio de Janeiro em 1808 e enfiou o povo para todo lado, montou um Estado à imagem e semelhança do que era Portugal. E aí, estamos vendo essa situação.

Então, este país é complicado. Você pega uma peça orçamentária em uma casa de lei como esta em que todo mundo ganha muito bem para votar, mas não serve para nada. Por quê? Porque está tudo furado, errado, sem planejamento, não cabe, escondem, mentem para a professora, enganam os outros. Este é o Brasil, um país desacreditado. Lá na Inglaterra também não é assim. Vamos continuar sem crédito, na turma dos gregos; quebra prato, faz fanfarra, grita, fala, vai às ruas, mas não resolve nada. É muita conversa e pouca resolução. Na verdade, precisamos ter um planejamento orçamentário mais sério neste país. O pior de tudo, aqui no Brasil: enquanto não tiver moeda forte, não teremos condições de ter um planejamento benfeito.

Então, o grande advento, a maior lei do século passado, considero a Lei de Responsabilidade Fiscal, e, do outro século, a lei da abolição da escravatura. A última lei do século XX foi a mais importante, a Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi o Código Civil. Por quê? Porque senão não se arruma o País. Um povo que acredita que seus políticos, desde a época de Vargas e do imperador, pode dar tudo para todo mundo e que não terá custo. Tem gente que acredita que recebeu de graça. De graça nada, tem alguém pagando por isso. Não há nada de graça, tudo é custeado, tudo tem um custo.

Vimos que o PT quebrou o País. O déficit previsto era de R\$3.700.000.000,00, na LDO, em julho. Agora acabamos de votar e mudá-lo para R\$8.900.000.000,00 de déficit, conforme o nosso orçamento. Qual é o verdadeiro déficit? Direi a vocês que, se o Fernando Pimentel e o seu secretariado continuarem gerenciando o estado de Minas Gerais, o déficit baterá a casa dos R\$14.000.000.000,00. Isso é sério, pois não temos como pagar, basta ver a receita tributária do Estado. Na LDO que acabamos de mudar são R\$55.000.000.000,00. Agora, no orçamento, são R\$51.000.000.000,00. Quanto será arrecado de receita tributária este ano? Serão arrecadados R\$40.000.000.000,00.

Vocês acreditam que a receita tributária crescerá 26% deste ano para o ano que vem? Como está a economia, isso não acontecerá. Sabemos que sairá de R\$40.000.000.000,00 para R\$42.000.000.000,00 ou R\$43.000.000.000,00, mas só a despesa com pessoal é de R\$41.000.000.000,00 no orçamento que votaremos agora. Este ano, isso custará R\$42.000.000.000,00. Votaremos para o ano que vem um valor menor do que o que será gasto este ano. Para que serve esse orçamento? Para nada. Não há garantia de que os servidores terão aumento e não há garantia de que algo será pago. Isso é um empurrar com a barriga. Isso é um João Faz de Conta. Vocês se lembram do Sítio do Picapau Amarelo, que tinha aquele

rapaz, o João Faz de Conta? Esse orçamento é o João Faz de Conta da Emília. Isso é historinha do Monteiro Lobato, de ficção.

Na verdade, nós, que somos economistas e fizemos a leitura de todo esse orçamento, verificamos que isso não tem planejamento. Vocês querem um exemplo? Direi rapidamente para fecharmos isso. O nosso orçamento chegará a um déficit de R\$14.000.000.000,000. Não há previsão para nenhum dos aumentos dados este ano para o funcionalismo na folha do pagamento do ano que vem. Sabem por que não há? Não é porque são burros e não sabem fazer conta. Se inserirem isso no orçamento, e o déficit for a R\$14.000.000.000,00, eles mostrarão que não há como pagar, nem parcelando. Eles fazem um orçamento errado para esconder o caos e vão empurrando com a barriga até a eleição de outubro do ano que vem, dos prefeitos.

Na verdade, a situação é grave. Para o ano que vem, foram dados, só de reajuste, R\$2.000.000.000,00. A folha tem menos recursos que este ano. E há também o problema dos professores, do piso nacional da educação. Para isso, serão gastos mais quase R\$2.000.000.000,00. Na verdade, esse rombo de R\$14.000.000.000,00, que prevejo se o governador continuar administrando o Estado dessa forma, leva ao seguinte. Como não há dinheiro no Estado, quando vai comprar, por exemplo, 46 viaturas para a polícia... sabem quanto tem de verba para isso? R\$1.000,00. Como comprar as viaturas com R\$1.000,00? Isso não vale nada. Não é um cobertor curto, é um pedaço de sapeca-negrinho. Não é um cobertor de pena de ganso, que dá para cobrir. Não é um cobertor de luxo, não. É um cobertorzinho curto. Isso é um absurdo. Não falarei em 400km. Não falarei da incongruência. Isso não serve para nada. Votamos um orçamento autorizando 30% de suplementação, 20%, que é o que tem. E o governador, depois, remaneja tudo por decreto, sem passar por esta Casa, e vai levando a coisa. Então, não cumprimos a nossa função. Não há planejamento. O Poder Legislativo não fiscaliza nada, e depois ele faz tudo por decreto. Este é o país do João Faz de Conta do Sítio do Picapau Amarelo da Emília. Este é o Brasil do saca-rolha, pois não tem planejamento e será um país subdesenvolvido e atrasado enquanto não mudar essa mentalidade portuguesa da nossa colonização, herdada pelo Estado brasileiro e que está engendrada aqui há mais de 500 anos. Isso é complicado.

Deixo o meu protesto. O nosso voto é “não” a esse orçamento, pois ele quebrará o Estado a partir de outubro e será um caos. Não mudaremos o voto da oposição com um orçamento que é o João Faz de Conta, que põe os servidores em risco e não paga os aumentos dados por lei, que não faz nada e que jogará o Estado no buraco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos, agora, analisando o orçamento de 2016, a peça orçamentária. Está, agora, em Plenário, o relator do orçamento, meu amigo, colega de alguns anos nesta Casa, deputado Tiago Ulisses – ou Steven Spielberg. Criou uma obra de ficção ou ajudou a construir uma obra de ficção. É meu amigo, sabe da relação que tenho com ele, mas, junto com o PT, fez dessa peça orçamentária um filme de ficção. Esconderam despesas, subestimaram receita ou superestimaram receita, abriram pequenas janelas em assuntos importantes, em obras estruturantes, fundamentais para o Estado de Minas Gerais, fundamentais para Belo Horizonte.

Daqui a alguns minutos, votaremos uma obra de ficção. Como fomos eleitos para estar na oposição – assim a população mineira quis o PSDB e os partidos que compuseram o governo passado –, estamos aqui mostrando os equívocos, não concordando com essa obra de ficção e, por essa razão, encaminharemos contrariamente à aprovação da peça orçamentária.

O governo do PT não incluiu, na peça orçamentária, despesas com pessoal. Foram diversas as leis sancionadas pelo Sr. governador, depois de aprovadas pela Assembleia, neste ano de 2015, que trarão impacto na folha dos servidores do Estado, no ano de 2016. Todas elas, obviamente, trazem impacto. Se pegarmos o cidadão X que recebe R\$1.000,00 por mês e dermos a ele um aumento de 10%, esses 10% a mais, no salário, devem ser contabilizados para o próximo salário a ser pago, para o próximo exercício, quando o salário passará a ter aumento. O governo do PT não contabilizou os 10% a mais. Estou apenas dando um exemplo.



Isso aconteceu na educação, com os servidores da defesa social, com os servidores da saúde, da Unimontes, do Ipsemg e com os auditores. E sem contar com o crescimento vegetativo da folha, aquele que resulta em aumento da folha mesmo sem ter havido reajuste. O Sr. governador Pimentel Spielberg, com sua peça de ficção, não colocou esses aumentos como despesas no próximo orçamento. Nosso relator do orçamento na Casa, competentíssimo por sinal, ajudou na construção dessa peça de ficção. Continuamos sem contabilizar esse impacto na folha.

Não são pequenos impactos. São reajustes que, se somados, chegam a R\$2.000.000.000,00. Ora, deputado Gilberto Abramo, se hoje está previsto nessa obra de ficção, nessa peça de ficção do orçamento do PT para 2016, um déficit de R\$8.900.000.000,00, com mais esses R\$2.000.000.000,00 não contabilizados, vamos a R\$11.000.000.000,00, quase R\$12.000.000.000,00.

Mas o pior é que essa obra de ficção não parou por aí, ela superestimou receitas. Como? Vou explicar-lhe, deputado Gilberto Abramo. Existem receitas que advêm do governo federal, carimbadas, com destino certo. Elas têm de ser contabilizadas na receita e na despesa, elas têm de ser gastas naquilo, a exemplo do que ocorre com a Qese, uma transferência de recursos para a educação do Estado. Colocaram como receita – deputado Dilzon Melo, preste atenção a isso – R\$612.000.000,00 como transferência da Qese, que é ligada à educação. Contabilizaram como despesa apenas R\$22.000.000,00. O que eles estão fazendo, deputado Gilberto? Estão usando a receita carimbada para uma destinação como uma maneira de esconder que o déficit é muito maior do que o que eles encaminharam agora. Se são recebidos R\$612.000.000,00, por exemplo, para se gastar com a Qese, é preciso gastar os R\$612.000.000,00, mas eles estão gastando apenas R\$22.000.000,00. Onde estão os R\$590.000.000,00 que estão faltando? “Nós vamos utilizá-los para diminuir o déficit orçamentário, para que a população, os mineiros não vejam o quão incompetentes somos, o quão despreparados somos, o quão ruins de serviço somos, o quão irresponsáveis fomos ao longo de 2015.” Porque deram reajuste, elevaram em 60% o valor do jetom. O que é jetom? Uma remuneração que secretários, conselheiros têm direito a receber, quando são conselheiros de empresas públicas. Aí eu já ouvi dizer que quem criou isso foi o Aécio Neves. Foi sim, tem de ser dado jetom a quem é conselheiro. Sabem o que fez o PT, em momento de crise, de aperto? Aumentou o valor em 60%. Sabem quanto recebe hoje o secretário de Planejamento do Estado por mês? Cinquenta e oito mil reais: o bolso cheio de jetom reajustado pelo Sr. Fernando Pimentel.

Este é o governo do PT em Minas: esconde despesa, superestima a receita, mente na cara do mineiro e da mineira, faz os mineiros e as mineiras de bobos, não tem a coragem de dizer que em um ano criaram um déficit no Estado de mais de R\$12.000.000.000,00.

Ora, estão apertados? Vamos diminuir o número de secretarias, vamos desinchar a máquina pública, para que tenhamos o mínimo de investimento na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura. “Não, deputado; no governo do PT, antes de investir no cidadão, eu tenho de investir na minha companheirada, eu tenho de abrigar aqueles que estavam desamparados, que por falta de competência não acharam local para trabalhar no mercado de trabalho.” Aí aumentaram de 17 para 21 secretarias; aumentaram o salário do subsecretário, para que ele recebesse o que recebe hoje. Vejam a que ponto chegamos: o subsecretário de Estado recebe mais que o governador de Minas, mais que o secretário da pasta dele. Esse é o retrato do PT na gestão de Minas Gerais.

Senhores e senhoras, o déficit chegou a R\$12.000.000.000,00, mas está escondido, porque estão falando que o déficit é só de R\$9.000.000.000,00. Mesmo assim, já gastaram R\$4.000.000.000,00, que buscaram no bolso do cidadão mineiro, por meio da lei dos depósitos judiciais, que chamamos de lei do confisco, pois confiscou dinheiro de particular.

Estou terminando, Sr. Presidente. O déficit orçamentário do ano que vem vai passar de R\$13.000.000.000,00, mesmo com o aumento do imposto de mais de 150 produtos no Estado, que começará a valer a partir de 1º de janeiro próximo e que tem de estar contabilizado nessa obra de ficção.

Isto é o que mais me preocupa: o que será de nós, mineiros, pelos próximos três anos, com o Sr. Fernando Pimentel e os senhores secretários, principalmente aqueles que são quase umbilicalmente ligados a ele, quase irmãos siameses – Sr.



Helvécio Magalhães, secretário de Planejamento, aquele que recebe o maior salário deste Estado, o Sr. José Afonso Bicalho, secretário de Fazenda, e o Sr. Marco Antônio de Rezende, secretário da Casa Civil –, definindo o nosso futuro? O que será de nós, mineiros, enquanto esses homens estiverem definindo o nosso futuro?

Mineiros e mineiras, se preparem porque o pior ainda está por vir. Todos nós, do bloco de oposição desta Casa, votaremos contra o projeto de lei orçamentária, contra essa obra de ficção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta* – Meu caro presidente, Dr. Hely Tarquínio, em sua pessoa quero cumprimentar os companheiros aqui presentes, embora poucos. Não vou deixar de tecer alguns comentários a respeito do orçamento do Estado. Até gostaria que o deputado Tiago estivesse presente, por ser o relator dessa peça do orçamento para 2016, mas ele saiu correndo, não quis nem escutar. Na verdade, é um orçamento absolutamente incompatível com as necessidades e com as emergências de Minas Gerais para o ano que vem.

Não vou tecer comentários acerca das questões técnicas do orçamento, porque os deputados Felipe Attiê, Gustavo Valadares e vários outros já o fizeram. Quero abordar apenas três aspectos que me fazem votar contra esse orçamento na manhã, tarde de hoje.

Vou votar contra o orçamento de 2016, primeiro, porque ele está totalmente equivocado. É um orçamento que já prevê um déficit, talvez acompanhando o orçamento do Brasil, apresentado no Congresso Nacional, que será votado esta semana. O orçamento de Minas é a cópia exata do orçamento da Nação: já vem com déficit.

Cada mineiro, meu caro Gilberto, já entrará o ano-novo devendo alguma coisa, porque o orçamento é de todos nós. São R\$14.000.000.000,00 de déficit para cada mineiro. Já com o indicativo de que não terão acesso aos programas de governo no ano que vem.

São três aspectos que me levam a votar o orçamento. Primeiro, a questão da saúde. Esse orçamento que a Assembleia está votando, encaminhado pelo governador, cujo relator é o deputado Tiago Ulisses, não contempla as necessidades da saúde para o ano que vem, em vários aspectos.

Primeiro, falta clareza nos investimentos para a continuação dos nossos hospitais regionais. Falo do hospital de Montes Claros, que ainda está no papel, que não foi contemplado com dinheiro pelo menos para iniciar sua construção no ano que vem. Continuaremos assistindo ao caos na urgência e emergência de Montes Claros. Toda a carga está recaindo sobre os ombros da Santa Casa de Montes Claros, do Hospital Haroldo Tourinho, do hospital universitário. E não será iniciada a construção do hospital regional de Montes Claros. Não há verba carimbada: inventaram uma verba guarda-chuva, uma verba genérica, que diz: recursos para os hospitais regionais, mas ninguém sabe quais são os hospitais. O hospital de Nanuque, cidade maravilhosa no extremo leste de Minas Gerais, parece que também não estará contemplado. Fica aí o alerta, meu amigo prefeito Ramon Ferraz, alerta aos nossos vereadores de Nanuque, ao povo dessa cidade, que muitas vezes tem de se deslocar por 150km para fazer hemodiálise em Teófilo Otôni. Portanto, não há dinheiro para os hospitais regionais.

Quanto ao Pro-Hosp, estamos vendo todos os dias os hospitais de Minas Gerais fechando as portas. À Comissão de Saúde chegam delegações todas as semanas, de várias cidades, de todas as regiões de Minas, pedindo apoio, pedindo socorro para manter os hospitais dos seus municípios funcionando. E aqui também não se contempla o Pro-Hosp.

A Funed, que já fabricou tantos e tantos medicamentos, vai voltar suas vistas apenas para a elaboração de vacinas, apesar de todo aquele *know-how*, toda aquela tecnologia. O deputado Antônio Jorge pode falar melhor que eu: não há dinheiro para a Funed.

Sobre o combate às endemias e às epidemias, tenho um dado estarrecedor. Em 2014 foram aplicados R\$52.300.000,00 para o combate à dengue em Minas Gerais. Em 2015, foram apenas R\$9.900.000,00, 81% a menos de recursos para combater a dengue – e estamos vendo o *Aedes aegypti* transmitindo a chikungunya, o zika vírus, a dengue. Precisa-se de



dinheiro, precisa-se contratar os agentes de saúde, e o orçamento do ano que vem não prevê recursos para o combate às epidemias.

O segundo tópico que me levará a votar contra esse orçamento é a falta de recursos para combater a terrível seca que assola todo o Norte de Minas. Estamos vivendo a pior seca de toda a história da região. Não há água para o povo beber; há cidades em que não há água para o povo beber. A água chega por caminhões-pipa, e quando o caminhão entra na cidade é aquela verdadeira romaria de pessoas com latas de água nas mãos, com baldes vazios, buscando enchê-los para fazer a comida ou para beber. Não há recursos para a construção das novas barragens. Não há recursos para perfurar poços artesianos, para equipá-los; não há recursos para revitalização das centenas, milhares de nascentes que hoje estão mortas no Norte de Minas. E aí faço uma crítica velada e contundente à Copasa. A irresponsável Copasa chega, Sargento Rodrigues, ao município, capta a água de superfície e, quando ela acaba, perfura poços artesianos, um atrás do outro, e não se preocupa com a revitalização das nascentes, com a revitalização dos nossos rios. Não há um centavo do governo do Estado para a revitalização do nosso Rio São Francisco, e ele está morrendo. Que governo é este? Que orçamento é este? Qual a perspectiva que temos?

Voltando à saúde – não quero culpar o secretário Fausto –, disseram-me esta semana, Gilberto, que os deputados federais, alguns deputados estaduais chegam à secretaria e dizem: “Eu quero R\$10.000.000,00 em minhas emendas”, e o secretário fica impotente. É o mando, é a ditadura que está imperando naquela secretaria. Ali se obedece à lei de quem tem sua filiação no Partido dos Trabalhadores.

Ontem, em Montes Claros, distribuíram centenas de carros e não convidaram nenhum deputado da oposição. Algumas pessoas me disseram que chegaram uns três aviões de deputados de fora. E os carros que foram distribuídos em Montes Claros eram das nossas emendas de 2014: ambulâncias, carros do PSF. Não tiveram o cuidado de dizer, pelo menos: este veículo que você está recebendo é proveniente de uma emenda do Sargento Rodrigues ou do deputado Carlos Pimenta. Calaram-se, estão fazendo cortesia com o chapéu dos outros. Não levam em consideração as dificuldades por que estamos passando. Estamos vendo o caos que se instalou em Brasília, e o governo do Estado está fazendo o dever de casa direitinho, certinho, como está sendo feito em Brasília.

O terceiro fator que me leva a não votar esse orçamento é que faltam recursos para combater a criminalidade crescente que existe hoje no nosso estado. Não há previsão de recursos para abrir novos concursos públicos para a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, para a aquisição de veículos novos, para a construção de delegacias regionais. A Delegacia Regional de Polícia Civil de Montes Claros é o retrato da vergonha. Fica às margens de um córrego, e, quando chove – e, graças a Deus e sorte deles, chove pouco – por um dia, essa delegacia é inundada, como aconteceu no ano atrasado e no ano passado.

Não há previsão de recursos para as patrulhas rurais. Os bandidos estão estourando os caixas na cidade, mas estão indo para o campo. Recentemente vimos, na região, que eles chegam com caminhões, armamentos, metralhadoras, espingardas, revólveres, pistolas, prendem o pobre do fazendeiro, o pobre do trabalhador rural, dentro do banheiro, com a mulher e os filhos, e têm a noite toda para agir, devagarzinho, tomando uma cachacinha; pegam tudo que há dentro da casinha do produtor rural e põem no caminhão. Muitas vezes, quando há um tratorzinho, pegam-no também e o põem no caminhão; se tem algum animal, também o põem no caminhão e saem como se nada tivesse acontecido.

É preciso investimento para fortalecer as patrulhas rurais, e o orçamento não prevê nada disso. Voto contra esse orçamento. Acho que assim fará qualquer deputado de sã consciência que tenha pelo menos senso de responsabilidade e não queira ser cobrado, no ano que vem, por ter votado esse orçamento, que, por sinal, deveria ser devolvido ao governo para que possa adequá-lo à nossa realidade. “Não” à irresponsabilidade orçamentária que está contida nesse orçamento. Vou ficar com a minha consciência. Voto contra o orçamento do Estado para 2016. Muito obrigado.



Questão de Ordem

O presidente – Deputado Gilberto Abramo, V. Exa. alegou que não havia quórum, e fiquei de ouvi-lo assim que terminasse a fala do deputado.

O deputado Gilberto Abramo – Exatamente, presidente, eu havia feito a comunicação a V. Exa. porque vários deputados vão encaminhar o Projeto de Lei nº 2.938. Contudo, quando olhamos para o Plenário, percebemos claramente que não há deputados suficientes para a continuação dos trabalhos. Como é matéria de suma importância, faz-se necessária a presença tanto da base como da própria oposição, mas, atendendo ao pedido do Sargento Rodrigues, porque sou apenas um mero soldado, não vou pedir, de maneira alguma, a verificação.

O presidente – Concordamos com o posicionamento do deputado Gilberto Abramo. Há muitos deputados ainda no Salão Vermelho. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Da mesma forma, coloco-me à disposição do deputado Gilberto Abramo. Aqui todos somos soldados do povo.

Obviamente, para discutir essa matéria de tão grande relevância, quero realçar as palavras do deputado Gilberto Abramo. Ele tem razão absoluta, pois é uma matéria muito importante. Estamos tratando da peça orçamentária de um Estado que é maior que a França. Estamos tratando de uma peça orçamentária sobre a qual o governo vai debruçar-se, especialmente o Poder Executivo. Houve aqui um entendimento, com o qual eu e vários colegas concordamos. Conforme esse entendimento, enquanto fazíamos o encaminhamento, enquanto alguns colegas se revezavam na tribuna, alguns poderiam ter a chance de ir ao Salão Vermelho comer alguma coisa. Isso foi feito de forma muito tranquila. Não foi feito um arranjo para ver se era base ou oposição, mas muito mais na camaradagem; portanto, entendo que V. Exa. o compreendeu. No entanto, V. Exa., em algum momento, não deixa de ter razão. É uma questão muito importante à qual temos de estar atentos. Só não é tão importante, deputado Gilberto Abramo, para o governador Fernando Pimentel, que, num gesto, mais uma vez, de desrespeito com o Poder Legislativo, encaminha para esta Casa uma proposta desrespeitosa, deputado Mourão. Vemos aqui ações e um orçamento fictício. Ao todo, 177 ações orçamentárias apresentam para o ano de 2016 um valor de apenas R\$1.000,00, deputado Gilberto Abramo. Isso, sim, é desrespeito. O governador deveria ter um pouco mais de respeito com o Poder Legislativo, mas não tem. E não o tem não é com a oposição. Eu disse com o Poder Legislativo, com a Assembleia Legislativa, que é a reunião dos 77 deputados. Portanto, não se trata, deputado Mourão, de oposição ou de base de governo. É um desrespeito. Como pode propor 177 ações com uma janela de R\$1.000,00?

Deputado Gilberto Abramo, há aqui R\$1.000,00, com os quais o governo afirma que é possível comprar 46 viaturas para a Polícia Civil. Gostaria de saber, deputados Mourão e Antônio Carlos, em qual concessionária o governador Fernando Pimentel vai comprar 46 viaturas para a Polícia Civil numa rubrica de R\$1.000,00. É o que ele colocou, é o que está aqui.

Então, senhoras e senhores que estão nos acompanhando neste momento, pessoas que nos acompanham aqui das galerias, isso está aqui no orçamento. Este é o projeto que estamos encaminhando, o PL nº 2.938, que estima as receitas e fixa as despesas do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2016. Ou seja, é uma falta de respeito com o Poder Legislativo. Estamos tratando, deputado Bonifácio Mourão, de dinheiro do povo, do contribuinte, e vem o governador e traz aqui uma peça como se fosse algo de brincadeira, que não fosse uma coisa séria.

Assim, insisto, dentro dessa maquiagem que o governador fez com essa peça orçamentária, deputado Antônio Carlos Arantes, votaremos contrariamente à matéria. Votaremos contra o projeto porque isso foi muito além de uma peça fictícia. Chegou ao desrespeito com o Poder Legislativo. São 177 ações.

Estive analisando, deputado Bonifácio Mourão, e tentamos fazer algumas emendas. Está aqui a Emenda nº 132, a unidade orçamentária da Polícia Civil, onde estão colocados, como despesa de capital, R\$1.000,00 para a Polícia Civil. Mas colocamos, deputado Gilberto Abramo, R\$10.000.000,00 como despesa de capital.



Na Emenda nº 133, que fizemos por intermédio da Comissão de Segurança Pública e cuja unidade beneficiária é a PMMG, foram destinados R\$1.000,00 para o projeto e implantação do Olho Vivo, deputado Gilberto Abramo. Onde ele vai conseguir implantar isso?

Quando a deputada Marília Campos presidia a Comissão de Participação Popular, tive oportunidade de fazer esses questionamentos. E ela, uma deputada séria e honrada, teve a coragem de dizer: “Olha, deputado, não tenho uma resposta para dar ao senhor em relação a esse questionamento”. Aqui quero ressaltar a dignidade, a honradez e a sinceridade da deputada, quando fizemos um questionamento na Comissão de Participação Popular, quando discutimos o PPAG, porque foi utilizada a mesma estratégia do governo.

Ora, deputado Bonifácio Mourão, na Emenda nº 135, cuja entidade beneficiária é a Polícia Civil, também, na despesa de capital, colocaram R\$1.000,00, mas aportamos R\$21.000.000,00. Unidade orçamentária do fundo de apoio habitacional dos militares do Estado: colocaram R\$1.000,00. Deputado Bonifácio Mourão, nesta Casa há um outro deputado que diz também ser representante da segurança pública. Sei que, no governo passado, quase 7 mil policiais e bombeiros militares foram beneficiados pelo Promorar Militar. Quase 7 mil policiais e bombeiros militares, deputada Lone Pinheiro, foram beneficiados no governo Aécio-Anastasia. A rubrica agora são R\$1.000,00. São R\$1.000,00 para o fundo de apoio habitacional chamado Promorar Militar. “Vergonha” e “desrespeito” são as duas palavras, deputado Bonifácio Mourão, são o binômio com que podemos tratar essa peça orçamentária. Ora, por mais peça de ficção que seja, ela tem de ter um direcionamento, deputado Mourão, ela tem de ter uma diretriz, e não, a forma vexatória, vergonhosa e desrespeitosa com que colocaram: “Unidade orçamentária beneficiária: Fundo Estadual de Habitação e Segurança Pública: R\$1.000,00”. Colocamos R\$52.000.000,00 aqui, deputado Bonifácio Mourão, a partir de uma média feita. Sabe por quê, Bonifácio Mourão? Porque o governo passado aportou e destinou, conforme fizemos o apanhado do Siafi, no fechamento dos 11 primeiros meses de 2014: R\$58.000.000,00 para o fundo habitacional Promorar Militar. E foi o governo, o grande governo de Fernando Pimentel. Ontem eu disse, Mourão, e vou repetir: “Fernando Pinotel”. Sabe por quê, Mourão? Olha o tamanho do nariz do governador. Imenso. Nariz de mentiroso. E manda a esta Casa uma peça orçamentária mentirosa. É por isso que vamos votar contra. Não podemos votar. Não podemos passar recibo no desrespeito ao Poder Legislativo. Quando pegamos, novamente, despesas correntes, custeio, unidade orçamentária da Polícia Civil, mais uma vez, entre as 177 ações propostas, são R\$1.000,00.

Atendimento ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas. Esta foi uma brincadeira. Para construir inúmeros centros de internação, deputado Wander Borges, colocaram R\$50.000,00. São R\$50.000,00, que não dão, deputado Bonifácio Mourão, nem para pagar o projeto de uma única unidade de internação para cumprimento de medidas socioeducativas de adolescentes em conflito com a lei.

Ora, o que vemos aqui é um desrespeito: para 177 ações orçamentárias, apresentaram, para o ano de 2016, um valor de apenas R\$1.000,00, deputado Gustavo Valadares. Fiz aqui um contraponto: nos 11 primeiros meses de 2014, o governo anterior, de Anastasia e Alberto Pinto Coelho, executou para o Promorar Militar, que é o fundo habitacional dos militares, R\$58.000.000,00; já eles colocaram aqui, na maior cara de pau, na maior desfaçatez do mundo, uma rubrica de R\$1.000,00 para o mesmo fundo.

Imagine, presidente, que acabamos de votar aqui uma emenda, e o governo teve a desfaçatez de colocar no PPAG uma emenda de R\$6.000,00 para o fundo habitacional para as famílias das tragédias, catástrofes, sinistros; para atender uma família. O governador realmente não se lembra de que, em Mariana, aconteceu uma tragédia.

E tamanho é o desrespeito e a covardia desse governador que ele deixou apenas 60 bombeiros para trabalhar lá diuturnamente; a instituição tem 6 mil bombeiros, e ele não recrutou bombeiros do interior. É uma covardia; não há outra palavra para expressar o que praticou contra os moradores de Mariana, especialmente os do Distrito de São Bento, que se encontravam naquela situação de desespero. O governador poderia ter promovido uma união de esforços e mandado para lá 500 bombeiros a fim de socorrer e zelar por aquelas famílias, mas deixou apenas 60 bombeiros, até hoje, trabalhando naquela tragédia.

Este é o governador: ouvir para governar. Ouvir quem? A cabeça dele – continuo repetindo – está na Operação Acrônimo e, mais cedo ou mais tarde, ele será destituído pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pela Justiça Federal.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, aprendi a tabuada no grupo escolar, deputado Nozinho, no Mato Dentro, no primeiro ano. Aprendi que 1 mais 1 era 2, que 2 mais 2 eram 4, que 10 mais 10 eram 20 – eu contava no dedo; aprendi, no primeiro ano, a tabuada, mas confesso que aqui desaprendi. No orçamento do Estado, as contas não fecham: 2 mais 2 parece que está dando 5; 5 mais 5 está dando 15; realmente é uma peça estranha, uma brincadeira, não entendi. Confesso que teremos que entrar na escola de novo, o governador Pimentel, o secretário de Fazenda, o de Planejamento, para aprender matemática; ou então vão parar de brincar com os deputados e de apresentar uma proposta que não é real.

Fico muito chateado porque uma das propostas é a construção de 400km de rodovias com R\$1.000,00. Ora, esta é uma janela, sabemos. Mas, deputada Marília Campos, a senhora, que foi prefeita – e uma grande prefeita, de Contagem, muito bem reconhecida –, sabe que abríamos as janelas normalmente para o que não era prioridade, porque, de repente, se aparece um dinheirinho, temos uma janelinha para colocá-lo. Entretanto, rodovia, para nós, é prioridade – transporte e logística fazem o desenvolvimento – e aqui não está como prioridade: há apenas uma janelinha para se construir 400km de rodovias, são apenas R\$1.000,00. E o que me assusta é que, no ano passado, havia R\$1.190.000.000,00 à disposição do governo, o que foi até motivo de uma disputa jurídica de que o Estado saiu vitorioso; se ele não cumprisse, haveria uma multa diária. O Alberto Pinto Coelho conseguiu realizar essa operação, e só faltava colocar a mão no dinheiro para construir mais 62 rodovias em Minas Gerais.

O governo Pimentel entrou do lado da presidente Dilma, e a Dilma, com as pedaladas, tinha mais gasto que dinheiro; fizeram um entendimento, e o Pimentel devolveu para a Dilma R\$1.190.000.000,00 que já estavam ganhos inclusive na Justiça, no dia 7 de janeiro. Essas rodovias não aconteceram, e agora não há orçamento mais para elas. Quer dizer, erraram feio. Ele deve ter pensado: eu devolvo agora e pego para a frente. Mas não vai pegar porque não tem mais dinheiro, pois o governo federal está falido. O deputado Wander Borges, que conhece muito, que foi um grande prefeito, sabe do que estou falando.

Sou ligado ao setor agropecuário. No governo Aécio, criamos o Certifica Minas, que era nada mais nada menos que certificar os produtores que produziam café de altíssima qualidade para que o consumidor final, no Japão, na Itália, na Alemanha, soubesse que aquele café foi produzido em uma fazenda em Jacuí, no Bairro Santana, pelo Sr. Chiquinho, próximo ao Helinho Prates, e era certificado. Mas o que estamos vendo é que a certificação promoveu o País no passado, porque mostrou que tinha café de qualidade, que o mineiro sabia produzir um café de qualidade, deputada Ione Pinheiro, mas agora não tem mais dinheiro para a certificação. Estão colocando R\$201.000,00. O deputado Dilzon conhece bem o que é a cafeicultura e sua pujança. Só este ano Minas Gerais deve produzir 12 milhões de sacas. O deputado Dilzon deve produzir quase 10% desse café. Sabe o que é produzir café e quanto custa ter uma fazenda certificada, uma lavoura certificada? É toda aquela operação que o Estado tem de fazer para que, amanhã, o chinês que comprar aquele café saiba que ele tem origem certificada. O orçamento do Estado é contra o produtor profissional, contra o produtor de qualidade. No nosso entendimento, ele busca não ter mais a certificação.

Meio ambiente é um problema muito sério hoje no mundo, tanto é que na França, há duas semanas, tivemos uma discussão sobre o aquecimento global, o aquecimento do planeta provocado pelo homem, principalmente pelos americanos e chineses, mas o Brasil também faz parte dessa triste realidade. Minas precisava dar exemplo, principalmente agora que ocorreu essa catástrofe, em Mariana, com a Samarco. Era a hora de Minas fazer um gesto para mostrar que o governador gosta do meio ambiente, que quer buscar ações de preservação ambiental. Mas aí ele coloca apenas R\$4.000.000,00 para produzir ações em defesa do meio ambiente. Apenas R\$4.000.000,00 para manejo integrado das bacias hidrográficas, onde



podemos buscar ações efetivas de preservação da água, fazendo barraginhas, aquelas represas secas, onde seguram toda a enxurrada, a água infiltra e alimenta a nascente, alimenta o rio, combatendo a erosão, combatendo o assoreamento do rio. São R\$4.000.000,00. O deputado Carlos Pimenta, que é um batalhador pelo Rio São Francisco, não precisa contar com o orçamento, porque não vai ter quase nenhum dinheiro. Não conte, porque, se depender do governo do Estado, o São Francisco vai morrer. Vai morrer porque não tem dinheiro, não se coloca dinheiro no orçamento, buscando ali a preservação das nascentes, a preservação das bacias hidrográficas, buscando o envolvimento da sociedade, da comunidade, do produtor rural, daquele jovem estudante que é idealista em preservação. Ele não vai ter programas nem projetos de incentivo. Pode ter certeza disso.

Aí vem, na floresta: incentivar o ProFloresta, com R\$1.000,00. Com R\$1.000,00, não se produz nada. E o nosso café? Só em Minas Gerais se produzem 12 milhões de sacas de café. O governador Anastasia criou um fundo na defesa do produtor rural, a fim de incentivar a produção, dar atração na área de tecnologia, promoção da tecnologia e difusão, trabalhar ações em defesa do café.

A verdade é que, na época, o governador também teve o problema e não colocou recursos, mas agora é hora de colocar, já que isso faz parte de uma forte fala do governador Pimentel em defesa do café. Isso não está acontecendo, e aqui está claro que não haverá dinheiro. Ainda mostra outra coisa que nos assusta: o desenvolvimento rural.

Minas é rural, o campo é a mola mestra do desenvolvimento, o combustível do motor que promove este Estado. Estou falando do desenvolvimento rural. Se o Braulio Braz vende caminhão, carro ou caminhonete, a maioria de seus compradores são produtores ou comerciantes que ganharam dinheiro das pessoas que trabalharam no campo. A verdade é que o dinheiro de Minas Gerais, isto é, a maioria da sua economia nasce no campo, e o que está reservado para o campo, como vejo aqui, é mínimo. Assusta-nos ver uma janelinha de R\$1.000,00. Na verdade, R\$1.000,00 são apenas uma janela para ações do Estado que não são prioridades.

Quando éramos prefeitos e colocávamos uma janela no orçamento para determinada coisa, isso acontecia com aquilo que não fazia parte da sua prioridade. Abríamos uma janelinha na esperança de aparecer um recurso ou um financiamento, e, no caso, o governador Pimentel busca um financiamento. Então, existe a janelinha, mas a janela não foi feita para buscar projetos de desenvolvimento nem projetos prioritários.

Outra coisa que nos assusta é que falta dinheiro para tudo. Inovação tecnológica: apenas R\$1.000.000,00. É por isso que digo que o governo não está preocupado em crescer, desenvolver, promover crescimento e mostrar a diferença por intermédio da inovação tecnológica. São apenas R\$1.000,00, uma janela também, e janela não é prioridade. Então, isso nos assusta e nos preocupa.

O nosso DER de Passos, com mais de 500km de rodovias, recebeu apenas R\$22.000.000,00 para a manutenção. O turismo, que é importantíssimo para o desenvolvimento do Estado, recebeu R\$6.300.000,00, o que não dá para promover o turismo durante o ano. Então, se depender do governo do Estado, o turismo mineiro vai ficar frouxo, mole e apagado. Não tenham dúvidas disso, porque o gesto do governo com esse orçamento faz com que o turismo não seja prioridade em Minas Gerais, o que é muito ruim. Para a agroecologia, foram destinados R\$250.000,00, o que significa que o governo também não está querendo promover produção ecológica.

Para encerrar, deputados Gustavo Valadares, Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues, Bonifácio Mourão, Felipe Attiê e Gustavo Corrêa, que fizeram belos pronunciamentos, é importante dizer que não existe dinheiro para nada, só para publicidade. Para publicidade, existe. No ano passado, foram gastos R\$40.000.000,00, e agora serão R\$96.000.000,00. Esse número mais do que dobrou. Para promoção, existe dinheiro. Essa é a proposta que o PT nos apresenta. Falar, falar, falar e às vezes colocar uma mixaria. Fala-se muito para virar verdade, mas, na prática, a realidade é ruim para o povo mineiro.

Estou encerrando, Sr. Presidente. Apreendi com a tabuada que 2 mais 2 são 4 e que 5 mais 5 são 10, e esse livro orçamentário não serve para passar na prova. Criança que estudar nesse livro nunca vai passar de ano. Muito obrigado.



O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, neste momento contamos com a participação e com a oitiva de todos os parlamentares que aqui ocuparam a tribuna para encaminhar o que há de mais precioso no planejamento do governo do Estado. Agora estamos fazendo o encaminhamento do orçamento, o balizamento de todas as ações para o desenvolvimento socioeconômico nas áreas da segurança, saúde, habitação, enfim, todas as ações governamentais que são estabelecidas no orçamento. Esse orçamento é o nosso diário, o diário da nossa Casa, do nosso dia a dia e do nosso município.

Quando, por longo tempo, tive o prazer de ser advogado de várias câmaras, quando eu recebia do prefeito da cidade o orçamento a ser apreciado na câmara municipal, tínhamos muita cautela em analisar ponto por ponto, analisar o que ele retratava. Não podemos discutir como o orçamento pode ser mera peça de ficção. Absolutamente. O orçamento é, acima de tudo, o encaminhamento, é a postura para que as ações sejam contempladas e nascidas de acordo com uma lei. O orçamento vai administrar as finanças e ações nas mais variadas modalidades para o desenvolvimento do Estado. Estamos analisando nessa peça, neste final de legislatura, acima de tudo o que o governo pretende, o que o governo pensa, o que ele quer, onde vamos fazer, quais são os projetos estruturadores do Estado.

Vocês também puderam verificar as emendas que apresentamos. Discutimos por reiteradas oportunidades quando trabalhamos na Comissão de Fiscalização Financeira. Pudemos fazer gestões para demonstrar que estávamos buscando valores correspondentes à realidade. Não podemos trabalhar com ficção. Não podemos trabalhar com números que não sejam a realidade do que o Estado precisa no seu desenvolvimento socioeconômico. Estamos atravessando uma crise insustentável. Ontem verificamos, pelas notícias da Fiemg, quantas e quantas indústrias mineiras praticamente encerraram atividades. Por isso o próprio Estado tem de entender que esse orçamento deve espelhar a realidade, a veracidade para governar o Estado. De nada adianta apresentarmos e aprovarmos um orçamento que não faça referência à realidade, não mostre o que o povo precisa para atender a suas necessidades. Temos emendas rejeitadas e as elaboramos para defender nossa região na modalidade da segurança pública. Sabemos que hoje os investimentos nas escolas foram bem menores que os de 2014. Muitas necessidades deixaram de ser atendidas. Então, queríamos que o orçamento relatasse a realidade. Ele está muito aquém da governabilidade e das ações que teremos de enfrentar. Nós, parlamentares, devemos ter este dever, devemos ter esta responsabilidade de discutir. Devemos debater o que pretende e vai realizar o governo. Logo, logo estará chegando aqui a suplementação de recursos, de verbas, a qual deverá ser aprovada pela Assembleia. Então, quero revelar que o orçamento está realmente muito aquém da realidade do desenvolvimento de Minas e do povo mineiro. Obrigado.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que está encerrada, nos termos do art. 274 do Regimento Interno, a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.107/2015, uma vez que permaneceu em ordem do dia por quatro reuniões; informa que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto três emendas do deputado Sargento Rodrigues, que receberam os nºs 1 a 3, e uma dos deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, que recebeu o nº 4, as quais, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer em momento oportuno; deixa de receber, nos termos do § 3º do art. 189, combinado com o inciso II do art. 173, do Regimento Interno, uma emenda do deputado Arlen Santiago, por conter matéria nova e não estar acompanhada de Acordo de Líderes; e informa que a emenda encaminhada pelo governador do Estado, por meio da Mensagem nº 99/2015, publicada em 11/12/2015, foi retirada de tramitação a requerimento do autor.

– O teor das emendas apresentadas é o seguinte:

**EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.107/2015****EMENDA Nº 1**

Apresenta emenda ao Projeto de Lei nº 3107/2015, que “altera o Anexo da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica”.

Dê-se nova redação ao item “b” do inciso LXVI do Anexo da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009:

“LXVI – no programa social Minas Mais Segura, que objetiva contribuir com a efetiva diminuição da criminalidade e violência por meio de ações, programas e projetos de prevenção à criminalidade, com foco em grupos de pessoas e territórios vulneráveis a processos de criminalização e em situação de risco social no Estado, bem como consolidar a filosofia de policiamento comunitário, prevenção ativa e segurança cidadã, viabilizando maior interação entre a sociedade e o sistema de defesa social;

b) destinatários dos bens, valores ou benefícios: egressos do sistema prisional do Estado; jovens de doze a vinte e quatro anos residentes em áreas com altos índices de criminalidade atendidas pelo programa; pessoas naturais e entidades em áreas com altos índices de criminalidade atendidas pelo programa; instituições parceiras do Programa CEAPA para execução de alternativas penais; pessoas com determinação judicial de cumprimento de penas e medidas alternativas nos municípios contemplados pelo programa; pessoas em situação de violação de direitos correlatas ao tráfico de pessoas e seus familiares; grupos mais vulneráveis ao tráfico de pessoas; população do Estado; migrantes de procedência estadual, nacional e internacional; organizações não governamentais e outras pessoas jurídicas de direito público ou privado voltadas, direta ou indiretamente, ao enfrentamento do tráfico de pessoas; instituições sociais em todo o Estado; municípios mineiros; Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e demais instituições que compõem o Sistema de Defesa Social”;

Sala das Reuniões, 17 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues

Justificação: A presente emenda visa incluir a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil e demais instituições que compõem o Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais dentre os destinatários dos bens, valores ou benefícios do programa em apígrafe.

Assim, diante da importância da matéria, é que conto com o apoio dos nobres pares na aprovação desta proposição.

EMENDA Nº 2

Apresenta emenda ao Projeto de Lei nº 3107/2015, que “altera o Anexo da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica”.

Dê-se nova redação ao item “b” do inciso XXIX do Anexo da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009:

“XXIX – no programa social Gestão Integrada de Defesa Social, que objetiva promover a qualidade da atuação e integração de ações e informações do Sistema de Defesa Social, objetivando a redução da violência e criminalidade e aumento da proteção pública:

b) destinatários dos bens, valores ou benefícios: órgãos e entidades estaduais, federais e municipais; organizações não governamentais; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips –, cuja atuação afete direta ou indiretamente os objetivos e as ações da gestão integrada do Sistema de Defesa Social; membros dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Consep’s –, como multiplicadores da política de segurança pública junto às comunidades; membros das comunidades atendidas com os programas patrocinados pelos Consep’s, entre outros atores envolvidos na promoção da



segurança pública no Estado; Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e demais instituições que compõem o Sistema de Defesa Social”;

Sala das Reuniões, 17 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues

Justificação: A presente emenda visa incluir a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil e demais instituições que compõem o Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais dentre os destinatórios dos bens, valores ou benefícios do programa em apígrafe.

Assim, diante da importância da matéria, é que conto com o apoio dos nobres pares na aprovação desta proposição.

EMENDA Nº 3

Apresenta emenda ao Projeto de Lei nº 3107/2015, que “altera o Anexo da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica”.

Dê-se nova redação ao item “a” do inciso I do Anexo da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009:

“I – no programa social Ações de Defesa Civil nos Municípios Mineiros, que objetiva assistir os municípios com ações de redução dos impactos dos desastres, tanto no aspecto preventivo quanto na preparação para emergências, respostas e reconstrução:

a) bens, valores ou benefícios cuja distribuição gratuita ou subsidiada é permitida: suprimento de água potável; provisão de alimentos; suprimento de material de estacionamento; distribuição de colchões, cobertores, roupas de cama, material de limpeza e higienização, subsídio temporário para auxílio habitacional às famílias desabrigadas em razão de calamidade pública, catástrofes, sinistros, incêndio ou quaisquer outros desastres naturais, que tornem inabitáveis suas moradias, entre outros, com o intuito de dar uma resposta efetiva para as comunidades vitimadas por desastres”;

Sala das Reuniões, 17 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues

Justificação: A presente emenda visa incluir a possibilidade de concessão de subsídio temporário para auxílio habitacional às famílias desabrigadas em razão de calamidade pública, catástrofes, sinistros, incêndio ou quaisquer outros desastres naturais, que tornem inabitáveis suas moradias, considerando a tragédia ocorrida no Município de Mariana, que ainda não se encontra solucionada.

Assim, diante da importância da matéria, é que conto com o apoio dos nobres pares na aprovação desta proposição.

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 6º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

“Art. 6º - O Governador do Estado poderá nomear, em caráter temporário, pelo prazo de até três anos, para os cargos de Chefe da Polícia Civil, Chefe Adjunto da Polícia Civil e Chefe de Gabinete da Polícia Civil, servidores integrantes do nível final da carreira de Delegado de Polícia, observadas as exigências previstas na legislação em vigor.

§ 1º - Para a nomeação a que se refere o *caput*, será exigido tempo de efetivo serviço policial superior a:

I - vinte anos, para o cargo de Chefe da Polícia Civil;

II - quinze anos, para o cargo de Chefe Adjunto da Polícia Civil.

§ 2º - Para a nomeação para o cargo de Chefe de Gabinete da Polícia Civil, não será exigido tempo mínimo de efetivo serviço policial.”.

Sala das Reuniões, 17 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues – Durval Ângelo.

– O teor da emenda não recebida é o seguinte:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 3.107/2015

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – A Superintendência de Polícia Técnico-Científica, órgão de caráter permanente, é unidade administrativa autônoma, vinculada à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e subordinada diretamente ao Governador do Estado, tendo por finalidade coordenar e articular ações para a realização de exames periciais criminais e médico-legais e promover estudos e pesquisas inerentes à produção de provas objetivas para o suporte às atividades de investigação criminal, ao exercício da polícia judiciária e ao processo judicial criminal.

Parágrafo único – A Superintendência de Polícia Técnico- Científica será dirigida por Perito Criminal que esteja em atividade e no último nível da carreira, exigidos, no mínimo, quinze anos de efetivo exercício.”.

Sala das Reuniões, 17 de dezembro de 2015.

Arlen Santiago

Encerramento

O presidente – Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/12/2015

Às 14h18min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e João Magalhães (substituindo o deputado Professor Neivaldo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.543/2015, com a Emenda nº 1, votada em separado, que recebeu parecer por sua aprovação (relator deputado Professor Neivaldo). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.650, 2.661 a 2.663, 2.673, 3.136, 3.138, 3.140, 3.142, 3.143, 3.146, 3.148 a 3.154, 3.233, 3.234, 3.247 a 3.253, 3.260 a 3.263, 3.298, 3.299 e 3.306/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente e aprovados, cada um por sua vez, os seguintes requerimentos:

nº 4.615/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Samarco Mineração os seguintes pedidos de informação, tendo em vista a Lei Federal nº 12.334, de 2010: se, de acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens, a população foi informada e estimulada a participar de ações preventivas e emergenciais (art. 4º, II); se existe um plano de segurança de barragem e, em caso afirmativo, que seja enviado a esta comissão (art. 6º, II); se foram feitos treinamentos e simulações para emergências com a população e, em caso afirmativo, em quais datas e com quantas pessoas; quem são os responsáveis na empresa por tais treinamentos e simulações, se houver, e, caso seja serviço terceirizado, qual a empresa e quem são os responsáveis por tal serviço (art. 8º);



nº 4.616/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado Tito Torres e do deputado João Leite, em que solicitam sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil o trecho das notas taquigráficas da 59ª Reunião Extraordinária desta comissão em que constam os depoimentos dos vereadores José Hermínio de Andrade e Tiago Dias Vieira, da Câmara Municipal de Ferros, e pedido de providências para o aumento do efetivo da Polícia Civil no município;

nº 4.617/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado Tito Torres e do deputado João Leite, em que solicitam sejam encaminhados ao Comando-Geral da Polícia Militar o trecho das notas taquigráficas da 59ª Reunião Extraordinária desta comissão em que constam os depoimentos dos vereadores José Hermínio de Andrade e Tiago Dias Vieira, da Câmara Municipal de Ferros, e pedido de providências para o aumento do efetivo da Polícia Militar no município;

nº 4.618/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado João Leite e do deputado Tito Torres, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Samarco Mineração pedido de informações, em face do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, sobre: como é estruturada a área de segurança da empresa; quem são os responsáveis técnicos por essa área; se havia ou houve algum treinamento para acidentes oferecido às populações residentes próximas às margens das barragens; se há um relatório da empresa sobre o sinistro relativo à Barragem do Fundão e, se houver, que seja encaminhado a esta comissão;

nº 4.620/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a grave denúncia em desfavor da Sra. Cleide Oliveira Fiorillo, delegada responsável pelos Municípios de Jequeri, Rio Casca e São Pedro dos Ferros, segundo a qual a delegada não compareceu à delegacia e liberou, por telefone, dois indivíduos presos, os quais voltaram a cometer delitos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – João Alberto – Professor Neivaldo.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Barragens

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Rogério Correia, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/1/2016, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de debater a situação do empreendimento da Samarco Mineração no Município de Mariana, bem como a regularidade do licenciamento ambiental, a fiscalização e as consequências legais, ambientais e humanas decorrentes do rompimento da Barragem do Fundão, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de janeiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Barragens

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Rogério Correia, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 13/1/2016, às 10 horas, na Sala das



Comissões, com a finalidade de debater a situação dos municípios e distritos atingidos diretamente pelo rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de janeiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/1/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Roberto Conte, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria.